

DAIANE SIVERIS

**POLÍTICA DE CONSTITUIÇÃO DO *DICIONÁRIO CALDAS*
*AULETE DIGITAL***

**PORTO ALEGRE/RS
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E
ENUNCIATIVAS**

**POLÍTICA DE CONSTITUIÇÃO DO *DICIONÁRIO CALDAS
AULETE DIGITAL***

DAIANE SIVERIS

ORIENTADOR(A): PROF^a. DR. ANA ZANDWAIS

Tese de Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em Letras** pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE/RS
2018**

CIP - Catalogação na Publicação

Siveris, Daiane
Política de Constituição do Dicionário Caldas
Aulete Digital / Daiane Siveris. -- 2018.
196 f.
Orientador: Ana Zandwais.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-
Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Dicionário. 2. Língua. 3. Política. 4.
Infraestrutura. 5. Superestrutura. I. Zandwais, Ana,
orient. II. Título.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras



ATA Nº 492/2018

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito (21/02/2018), às 13h30min, na sala 120 do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus do Vale, reunida a Banca Examinadora, realizou-se em sessão pública a avaliação da **Tese de Doutorado** intitulada *Política de Constituição do Dicionário Caldas Aulete Digital*, área de Estudos da Linguagem, especialidade de Teorias do Texto e do Discurso. Após a arguição feita nos termos regimentais à Tese apresentada por **Daiane Siveris**, procedeu-se à discussão sobre o conceito a ser atribuído ao referido trabalho. A Banca Examinadora, por *unanimidade*, conferiu à candidata o conceito “*A*”. E, por ser verdade, foi lavrada a presente ATA, que será lida e assinada pela Banca Examinadora e visada pela Coordenação do Programa.

“Observação: A concessão do título de doutor só estará em plena validade após terem sido preenchidos todos os demais requisitos para a concessão do título, no prazo de 90 dias, conforme previsto no regimento do curso e na legislação superior pertinente e a homologação da presente ata pela Comissão de Pós-Graduação”.

Foi atribuída a nota Dez em virtude da qualidade da Tese e seu imediatismo.

Profa. Dra. Dóris Fiss

FACED/UFRGS

Profa. Dra. Verli Fátima Petri da Silveira
UFSM

Profa. Dra. Gesualda dos Santos Rasia
UFPR

Profa. Dra. Ana Zandwais
Orientadora – UFRGS

Profa. Dra. Rita Lenira de Freitas Bittencourt
Coordenadora do PPG - Letras
UFRGS

*Aos meus pais, Marino e Claci,
grandes incentivadores sempre.*

*Ao Leandro, meu esposo,
pelo apoio incondicional nesta jornada.*

*À Manuela,
pela companhia no final deste percurso, com
amor.*

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Ana Zandwais, pela orientação, pelo rigor teórico-metodológico exigido e por ter me ensinado a buscar sempre as bases da teoria. Muito Obrigada por oportunizar inúmeras reflexões teóricas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, pela atenção e ajuda quanto às questões burocráticas.

Ao CNPq, pela bolsa concedida, fundamental ao desenvolvimento deste trabalho.

À professora Dra. Regina Maria Varini Mutti, pela leitura do projeto de Tese e contribuições na Qualificação do Projeto de Tese Definitivo.

Às professoras Dra. Ercília Ana Cazarin e Dra. Gesualda dos Santos Rasia, pela leitura do texto e pelas sugestões no Exame de Qualificação da Tese.

Às professoras Dra. Gesualda dos Santos Rasia, Dra. Verli Fátima Petri da Silveira e Dra. Dóris Maria Luzzardi Fiss, por terem aceitado o convite para constituírem a Banca de Defesa da Tese.

Aos colegas do Doutorado, pelo aprendizado. Em especial à amiga Angela, pela acolhida, pelo ombro amigo, pelas conversas e compartilhamento de angústias, tristezas, alegrias e conquistas; e à amiga Cristiane, pelas discussões teóricas e ideias compartilhadas e pela doação dos cinco volumes do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, de 1964.

Aos meus pais, Marino e Claci, pelo incentivo, pela coragem e pela confiança depositadas em mim, fundamentais para chegar ao fim deste percurso. Muito obrigada, pai e mãe, por terem acreditado no meu sonho. Mãe, pela humildade que me ensinou a ter sempre, gratidão. Pai, por ser exemplo de determinação e persistência nos estudos, o meu agradecimento de coração.

Ao meu esposo, Leandro, por tornar meus dias melhores e mais leves, pelo amor e carinho, pela compreensão e amizade essenciais nesta jornada. Muito Obrigada por ter acompanhado todo o percurso e me apoiar sempre em minhas escolhas e decisões. Sou grata por você me tornar uma pessoa melhor a cada dia.

Aos meus amigos, por compreenderem as minhas ausências, pelas risadas e rodas de conversa.

*“Os limites da minha linguagem
denotam os limites do meu mundo.”*

(Ludwig Wittgenstein)

RESUMO

Nesta pesquisa tivemos como objetivo explicitar a política de constituição do *Dicionário Caldas Aulete Digital* a partir da compreensão do funcionamento da concepção de língua veiculada nesse dicionário, uma vez que esta se constitui na tensão entre infraestrutura e superestrutura. Analisamos o funcionamento do conceito de língua na relação entre infraestrutura e superestrutura; compreendemos o conceito de política e suas relações com o sentido; apresentamos as especificidades e as condições de produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, pensando a reformulação, do *Dicionário Houaiss* e do *Dicionário Aurélio* para entender que relações se estabelecem entre esses diferentes dicionários e buscamos apresentar o espaço de reformulação na articulação com as práticas sociais. O percurso teórico desenvolvido teve por base o materialismo histórico e dialético, perpassando também pelos estudos filológicos, estudos linguísticos estruturalistas e culminando nos estudos discursivos. Com os estudos filológicos de Michel Bréal, entendemos que a linguagem reflete o homem, suas vontades e seus desejos, remontando à condição humana de sujeito histórico e responsável pelas mudanças em uma língua. Os estudos linguísticos estruturalistas de Ferdinand de Saussure apontam a língua como objeto abstrato, cujas alterações ocorrem no deslocamento da relação entre o significante e o significado, sem qualquer interferência externa à língua, limitando-se o objeto língua, portanto, a um sistema estável. Os estudos materialistas de Mikhail Bakhtin/Valentin Volochínov abordam a linguagem enquanto materialidade, cujas condições de uso remetem aos sentidos, logo em funcionamento na realidade concreta de uso. Nos estudos discursivos de Michel Pêcheux, o conceito de língua está articulado ao de discurso, para o qual a língua serve de suporte para a realização dos efeitos de sentido. O conceito de política abordado a partir de Hannah Arendt está articulado ao de liberdade e é a criação do novo, do inesperado, é ação plural, sendo inerente à condição humana. Para Jacques Rancière, a política se instaura com o dano e este desfaz a ordem policial instituída, rompendo com a configuração da sociedade em que se definem as parcelas. Na teoria de Michel Pêcheux, observamos que a política se relaciona com o conceito de formação discursiva, pois é nesta que as palavras adquirem seus sentidos a partir da inscrição dos sujeitos em determinada formação ideológica. Para as análises, selecionamos verbetes que contribuíssem para ilustrar as relações infraestruturais e superestruturais que se estabelecem na produção do dicionário, bem como que possibilitassem a articulação com os conceitos estudados. As análises centraram-se, ainda, nos projetos da editora Lexikon e permitiram apresentar que no projeto inicial de produção dicionarística visava-se a uma obra aberta, de dicionarização da língua viva, isto é, a língua em funcionamento na sociedade, reflexo das práticas dos sujeitos na infraestrutura e na superestrutura, cuja contribuição era estendida aos sujeitos falantes da língua, leigos quanto aos critérios lexicográficos de constituição de um dicionário. No projeto seguinte, reformulado, há um retorno aos dicionários clássicos e tradicionais, pois há um controle sobre a dicionarização na medida em que o sujeito das forças orgânicas não pode mais contribuir com a produção desse dicionário, e a tarefa da lexicalização da língua retorna aos lexicógrafos, sujeitos academicamente instruídos para tal.

Palavras-chave: Infraestrutura. Superestrutura. Língua. Política. Dicionário.

ABSTRACT

In this research we have aimed to explicit the politics of constitution of *Caldas Aulete Digital Dictionary*, starting from the comprehension of the functioning of the concept of language assumed in this dictionary, since this language is constituted by the tension between infrastructure and superstructure. We analyzed the functioning of the concept of language in the relationship between infrastructure and superstructure; we comprehended the concept of politics and its relations with meaning; we pointed the specificities and the conditions of production of *Caldas Aulete Digital Dictionary*, considering the reformulation of *Houaiss Dictionary* and *Aurélio Dictionary* in order to understand what relations are established between these different dictionaries, and we sought to present this space of reformulation in the articulation with social practices. The theoretical course developed was based on historical and dialectical materialism, also going through philological studies, structuralist linguistic studies, culminating in discursive studies. With Michel Bréal's philological studies, we understand that language reflects the human being, its wills and desires, reinforcing the human condition of historical subject, responsible for changes in a language. The structuralist linguistic studies of Ferdinand de Saussure point to language as an abstract object, whose alterations occur in the displacement of the relation between the signifier and the signified, without any language external interference, thus limiting the language object to a stable system. Materialistic studies of Mikhail Bakhtin / Valentin Volochínov approach language as materiality, whose conditions of use refer to meaning, therefore, in functioning in the concrete reality of use. In discursive studies of Michel Pêcheux, the concept of language is articulated to the concept of discourse, to which the language serves as support for the accomplishment of the effects of meaning. The concept of politics taken from Hannah Arendt is articulated to the notion of freedom and it is the creation of the new, the unexpected, it is plural action and inherent to the human condition. To Jacques Rancière, politics is established with the damage and this damage undoes the police order instituted, breaking with the configuration of the society in which social classes are defined. In Michel Pêcheux's theory, we observe that politics is related to the concept of discursive formation, as the words acquire their meaning inserted in such discursive formation, from the inscription of the subjects in a certain ideological formation. For the analysis, we selected entries which could contribute to illustrate the infrastructural and superstructural relations that are established in the production of the dictionary, as well as entries that could enable the relation with the concepts addressed. Such analysis also focused in the projects of Lexikon editor and allowed to present that in the initial project of the dictionary production an open work was aimed; a work of living language in the dictionary, that is, the functioning language in society, as a reflection of the practice of the subjects in infrastructure and superstructure, whose contribution was extended to the language speaking subjects, lay people when it comes to lexicographic criteria of the constitution of a dictionary. In the following project, redesigned, there is a return to classical and traditional dictionaries, as there is a control on the entries inclusion in the extent that the subject of organic forces can no longer contribute to the production of such dictionary, and the task of lexical establishment returns to lexicographers, subjects who are academically instructed to do so.

Keywords: Infrastructure. Superstructure. Language. Politics. Dictionary.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Relação entre estruturas sociais, ideologia e signo.....	47
Figura 2 – Relação entre estruturas sociais, ideologia e signo no <i>Dicionário Houaiss</i>	53
Figura 3 – Relação entre estruturas sociais, ideologia e signo no <i>Dicionário Caldas Aulete Digital</i>	55
Figura 4 – Relação entre estruturas sociais, ideologia e signo no <i>Dicionário Aurélio</i>	56
Figura 5 – Bandeira do MST.....	62
Figura 6 – Bandeira da União Soviética.....	63
Figura 7 – Condições de Produção do <i>Dicionário Houaiss</i>	121
Figura 8 – Dicionário Caldas Aulete, Gramática básica, Dicionário analógico.....	171

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 A CONCEPÇÃO DE LÍNGUA EM DIFERENTES VERTENTES TEÓRICAS	16
1.1 O conceito de língua nos estudos filológicos.....	16
1.2 O conceito de língua nos estudos linguísticos estruturalistas.....	27
1.3 O conceito de língua nos estudos materialistas do leste europeu.....	36
1.3.1 <i>As relações entre o signo ideológico e uma compreensão política da língua e do signo</i>	57
2 O CONCEITO DE POLÍTICA	70
2.1 Sobre as relações entre liberdade, dano e política.....	71
2.2 As relações entre infraestrutura, superestrutura e Aparelhos Ideológicos de Estado.....	86
2.3 A língua observada por um viés discursivo sob a ótica de Michel Pêcheux.....	92
2.3.1 <i>Língua e discurso</i>	92
2.3.2 <i>Formações ideológicas e formação discursiva</i>	96
2.4 As condições de produção do discurso.....	110
2.4.1 <i>As condições de produção do Dicionário Houaiss</i>	112
2.4.2 <i>As condições de produção do Dicionário Aurélio</i>	122
2.4.3 <i>As condições de produção do Dicionário Caldas Aulete Digital</i>	128
2.5 O jogo do político nos verbetes.....	134
3 PRÁTICAS ANALÍTICAS: PROJETO CALDAS AULETE DIGITAL	152
3.1 A obra aberta: a dicionarização da língua viva.....	152
3.2 O controle sobre a dicionarização: um retrocesso.....	165
O TECER DA PESQUISA E A NECESSIDADE DE FINALIZAR	174
REFERÊNCIAS	181
ANEXOS	186
Anexo 1: Projeto da Editora Lexikon 2006.....	187
Anexo 2: Projeto da Editora Lexikon 2014.....	191
Anexo 3: Termo de Uso.....	194

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de pesquisa busca investigar a política de constituição do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, atentando para o funcionamento do conceito de língua veiculado nesse instrumento linguístico, uma vez que a língua trabalha sempre na tensão entre infraestrutura e superestrutura. O trabalho é desenvolvido com base em teorias materialistas dos estudos da linguagem. Realizar uma pesquisa sob a perspectiva materialista, tendo como objeto um dicionário, requer a mobilização de conceitos da ordem histórica, política, ideológica e social, pois se trabalha com sujeitos, com língua, com sentidos nos domínios empíricos da língua em funcionamento em dada sociedade, mobilizada por sujeitos sociais.

O *Dicionário Caldas Aulete Digital* é produzido com base no dicionário impresso (*Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* - 1986), de Francisco Júlio Caldas Aulete. Apresenta os verbetes dos dois dicionários, tanto do impresso (1986) quanto do *on-line* (2006 e anos posteriores), ou seja, engloba tanto os verbetes oriundos da edição impressa, denominados verbetes originais, quanto os novos, enviados por colaboradores, por sujeitos falantes da língua, que passam a ser denominados de verbetes atualizados a partir de 2006. Há, portanto, um dicionário impresso e um dicionário *on-line*, ambas as autorias atribuídas a Caldas Aulete, que ocupam um mesmo sítio na rede virtual, mas que apresentam distintas condições de produção.

O dicionário impresso (1986), elaborado e publicado inicialmente em Portugal, propõe-se como um dicionário tradicional, canônico, normativo, que busca cristalizar o léxico da Língua Portuguesa de Portugal. É elaborado sob condições sociais e históricas que caracterizam o contexto lusitano, na tentativa de homogeneizar a língua dos povos falantes de português. Idealizado por um lexicógrafo português, Caldas Aulete, o dicionário impresso é publicado no Brasil a partir de meados do século XX e também se caracteriza como um dicionário canônico, cujo objetivo é a cristalização de sentidos das palavras da Língua Portuguesa, mas sob condições sociais e históricas brasileiras, visando à normatização do léxico brasileiro.

O *Dicionário Caldas Aulete Digital*, por sua vez, apresenta uma conjuntura social e histórica distinta da do dicionário impresso, pois, além de reunir verbetes da edição impressa, apresenta também verbetes novos, atualizados quanto às acepções, oriundos de colaboradores que são diversos sujeitos falantes da língua que pertencem a diferentes estratos sociais. Além disso, a atualização dos verbetes é uma forma de possibilitar a dicionarização de acepções

também recentes, de tentar cristalizar sentidos da língua ainda em movimento, em transformação. É idealizado pela editora Lexikon, do Rio de Janeiro, que visa ao acesso dos sujeitos falantes da língua ao dicionário por meio digital e não mais impresso. Em 2014, contudo, a editora reelabora seu projeto e não mais possibilita a participação dos sujeitos leigos na produção dos verbetes do dicionário.

Desenvolver um trabalho de Tese cuja materialidade de análise seja o dicionário instiga-nos, pois nossa trajetória de estudos sempre esteve permeada por esse objeto discursivo, tendo início em 2007, durante os estudos de Iniciação Científica. O dicionário, objeto de estudo deste trabalho, visa reunir verbetes da Língua Portuguesa de todos os países que a têm como oficial, possibilitando a participação do sujeito falante na produção destes. Entretanto, a publicação dos verbetes e suas acepções não é livre, mas mediada por sujeitos lexicógrafos da editora Lexikon, equipe responsável pela produção do dicionário. O dicionário objeto deste estudo é, além disso, produzido a partir de um dicionário impresso, elaborado por especialistas da língua, sujeitos conhecedores e estudiosos das normas linguísticas e dos critérios lexicográficos de constituição de um dicionário.

Os dicionários em geral têm por objetivo a gramatização e a instrumentalização de uma língua e são também um lugar em que sujeitos sociais inscrevem-se e inscrevem a língua, pois estes são também autores no processo de compreensão de uma língua dicionarizada, não ficando restrito o espaço do dicionário aos lexicógrafos, sujeitos instruídos academicamente. Assim, nosso objeto de análise é o *Dicionário Caldas Aulete Digital*, mas estabeleceremos algumas relações com os dicionários Houaiss e Aurélio na medida em que o percurso teórico e analítico exigir.

Este trabalho, tal como objetivamos desenvolvê-lo, contribuirá para os estudos sobre os dicionários, especialmente no que tange ao seu modo de produção, pois, inicialmente, no projeto da editora publicado em 2006, não se trata de um dicionário canônico, formal, porque a reunião de dois dicionários (impresso e digital), distintos quanto à forma de produção, em um só altera a concepção que se tem de dicionário tradicional, já que há uma proposta de reinventar o dicionário com a participação de sujeitos falantes. Posteriormente, em 2014, a editora publica outro projeto em que não há mais referência à possibilidade de participação dos sujeitos falantes, bem como é excluído o *link* de acesso ao formulário para envio de novos verbetes e novas acepções. Desta forma, analisamos os dois projetos de modo que possamos

compreender essa mudança de política editorial. Por que se exclui a possibilidade de o sujeito falante contribuir com as acepções? O que muda na política do dicionário? Tornar-se-ia também um dicionário canônico, tradicional, idealizado, produzido e publicado apenas por sujeitos lexicógrafos e editoras renomadas?

Nosso corpus de análise é constituído pelo:

- projeto do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, publicado em 2006, pela editora Lexikon (Anexo 1);
- projeto do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, publicado em 2014, pela editora Lexikon (Anexo 2).

Buscamos descrever as condições de produção do dicionário e analisar a política de produção do dicionário digital, a partir de verbetes que selecionamos e de suas relações com as próprias contradições da realidade social vigente no Brasil, compreender como os sentidos são produzidos e como o modo de produção específico do dicionário digital equivale ao modo de produção de um dicionário tradicional, canônico, clássico ou se distancia deste.

Desenvolver nossa pesquisa sobre essa materialidade discursiva instiga-nos, porque queremos compreender o processo de produção desse instrumento linguístico. Para analisar o processo de produção desse dicionário, faz-se necessário tratar do percurso dos sentidos de determinados itens lexicais como forma de investigar o funcionamento semântico-discursivo do léxico no trabalho dos lexicógrafos.

Embora alguns estudos sobre os dicionários já tenham sido desenvolvidos na perspectiva da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, a contribuição de nosso trabalho reside na materialidade a ser analisada, isto é, um dicionário digital, cuja política de constituição até o momento ainda não foi explicitada. Em relação à teoria materialista da linguagem adotada, nosso intuito é trazer contribuições teóricas e analíticas a partir das noções a serem mobilizadas. Ademais, este trabalho pode contribuir para o desenvolvimento de estudos referentes à Língua Portuguesa, em especial, o que tange ao modo como se produzem os dicionários como instrumentos linguísticos, tendo em vista que tanto a participação dos sujeitos falantes no processo de elaboração do dicionário quanto a materialidade a ser analisada pode tornar possível não só resgatar traços da História das Ideias Linguísticas em torno da produção de dicionários brasileiros, mas também contribuir para

explicitar a relação histórica que se estabelece com a produção de instrumentos linguísticos portugueses.

Nesse âmbito, nosso percurso de trabalho de escrita da Tese inicia nos estudos filológicos, passando pelos estudos linguísticos estruturalistas e pelos estudos materialistas do leste europeu, culminando nos estudos de Análise de Discurso em articulação com os estudos da História das Ideias Linguísticas, campos teóricos diversos que podem contribuir, cada um a sua maneira, com o desenvolvimento de nossa pesquisa, tendo em vista as noções teóricas advindas desses campos disciplinares que serão mobilizadas no decorrer de nosso trabalho. Esse percurso teórico deve-se, inicialmente, ao fato de compreender o período histórico em que o dicionário é publicado, ou seja, final do século XIX até o início do século XXI. Todo esse período contempla diversos estudos e estudiosos, e a escolha dos autores Michel Bréal, Mikhail Bakhtin/Valentin Volochínov, Michel Pêcheux e outros reúne um ponto em comum: tratar da linguagem sob as perspectivas histórico-comparatista e histórico-materialista. Nosso intuito, trazendo Ferdinand de Saussure, ícone dos estudos estruturalistas no início do século XX, para o presente trabalho, é explicitar que não se pode conceber e compreender a língua independentemente da realidade social e, portanto, das relações históricas, pois é a partir destas relações que uma língua se produz, reproduz-se e transforma-se.

Em nossa Tese, temos como **objetivo geral** explicitar a política de constituição do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, atentando para o conceito de língua veiculado nesse instrumento linguístico, uma vez que a língua trabalha sempre na tensão entre infraestrutura e superestrutura, de acordo com Bakhtin/Volochínov (2009). Para isso, estabelecemos como **objetivos específicos** que nortearão nossa pesquisa:

- i) analisar o funcionamento do conceito de língua no *Dicionário Caldas Aulete Digital*, a partir de um exame das possíveis relações entre infraestrutura e superestrutura;
- ii) compreender concepções de política para estabelecer vínculos entre o modo de produção do dicionário e uma proposta política;
- iii) apresentar as especificidades e as condições de produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, refletindo sobre a reformulação do dicionário; e
- iv) refletir sobre o espaço de reformulação do *Dicionário Caldas Aulete Digital* e suas relações com as práticas sociais.

Visando a esses objetivos específicos, algumas questões norteadoras estabelecem-se. A primeira, abordada no **CAPÍTULO 1**, refere-se ao papel da língua na constituição do

Dicionário Caldas Aulete Digital. Buscamos compreender o estatuto da língua nos domínios da filologia, da linguística estruturalista e dos estudos materialistas do leste europeu, de modo que seja possível explicitar que concepção de língua instaura-se na constituição do objeto de estudo de nossa pesquisa mediante as análises que realizaremos. Buscamos, de início, tecer reflexões a partir de Bréal (1992), que, embora tenha produzido seus trabalhos no final do século XIX, durante a vigência das teorias filológicas, mais especificamente historicistas-comparatistas, nas quais a relação com o histórico limitava-se à cronologia, questiona as bases dessa vertente, desconstruindo o conceito de história que se limita a uma relação entre um antes e um depois e o próprio conceito de linguagem vigente na época.

Em um segundo momento, partindo da linguística estruturalista saussuriana, apresentaremos as dicotomias estabelecidas por Saussure (2006) com ênfase na dicotomia língua e fala, de modo que seja possível compreender porque Saussure (2006) não versa sobre a linguagem, mas sobre a língua e porque exclui de seus estudos sobre a língua qualquer interferência histórica, até mesmo pensada enquanto evolução somente. E, no terceiro momento, buscamos nos estudos materialistas de Bakhtin/Volochínov (2009) o conceito de língua/linguagem¹ para compreender, posteriormente, as relações que se estabelecem entre a infraestrutura e a superestrutura, conceitos esses cunhados por Karl Marx e desenvolvidos por Louis Althusser, importantes para observarmos, durante as análises, a relação que se estabelece na constituição do dicionário digital e as relações entre signo ideológico e língua.

O **CAPÍTULO 2** desta Tese trata do conceito de política. Buscaremos, em um primeiro momento, compreender o conceito de política a partir de Hannah Arendt (1999), na tentativa de entender como a autora relaciona este conceito ao de liberdade, pensando especificamente na sociedade grega. Também buscamos analisar os pressupostos de Jacques Rancière (1996), estabelecendo relação entre política e dano, e pensando como o lugar de intervenção das forças sociais na organização estruturada é questionado pelo autor. Na sequência, estabeleceremos as devidas relações entre infraestrutura, superestrutura e Aparelhos Ideológicos de Estado a partir de Louis Althusser, as quais servirão de lastro para trabalhar o político na língua dentro da teoria pecheuxiana. Com base nesta teoria, trabalharemos os conceitos de língua e discurso, bem como os conceitos de formação ideológica e formação discursiva para explicitar como o político na língua se estrutura. Ainda

¹ Empregamos língua/linguagem porque nosso intuito é buscar contribuições a respeito do conceito de língua, mas Bakhtin/Volochínov não estabelecem essa dicotomia, conforme veremos no Capítulo 1, seção 1.3.

neste Capítulo apresentaremos as condições de produção dos dicionários Houaiss, Aurélio e Caldas Aulete Digital para, em seguida, tecermos análises e reflexões sobre os verbetes selecionados desses dicionários, a fim de entender como se estabelece e funciona o jogo do político.

No **CAPÍTULO 3** apresentaremos as análises dos projetos da editora Lexikon referentes ao *Dicionário Caldas Aulete Digital*, distinguindo dois momentos: no primeiro, as análises se centram sobre o projeto da editora de 2006, em que a proposta é de uma obra aberta e a dicionarização da língua viva; no segundo, analisaremos o projeto da editora de 2014, no qual se visualiza o controle sobre a dicionarização e uma semelhança com a elaboração dos dicionários clássicos e tradicionais. No projeto de 2006, há abertura à participação do sujeito falante da língua na lexicalização da língua em funcionamento nas estruturas sociais; no projeto de 2014, silencia-se a participação do sujeito falante e, além disso, há inserção de um dicionário analógico e de uma gramática básica no mesmo sítio virtual que aloca o *Dicionário Caldas Aulete Digital*.

CAPÍTULO 1
A CONCEPÇÃO DE LÍNGUA EM DIFERENTES VERTENTES
TEÓRICAS

CAPÍTULO 1 – A CONCEPÇÃO DE LÍNGUA EM DIFERENTES VERTENTES TEÓRICAS

Neste capítulo, nossas reflexões terão como norte compreender o conceito de língua em diferentes teorias, as quais se constituem e vigoram especialmente nos anos de produção do Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, quais sejam: 1881, 1925, 1948, 1958, 1964, 1974, 1980 e 1986. Esse dicionário, assinado por Francisco Júlio Caldas Aulete, foi publicado durante mais de cem anos em Portugal e no Brasil, no decorrer dos séculos XIX e XX, de forma impressa. No século XXI, especificamente em 2006, o dicionário passa a ser publicado de forma *on-line*. A base de nossas reflexões são as considerações de Michel Bréal, referentes aos estudos filológicos do século XIX; de Ferdinand de Saussure, quanto aos estudos linguísticos estruturalistas do início do século XX; de Mikhail Bakhtin/Valentin Volochínov, em relação aos estudos materialistas do leste europeu do século XX, bem como de Michel Pêcheux, correspondentes aos estudos discursivos do século XX, cuja teoria é o ponto de chegada da Tese.

1.1 O conceito de língua nos estudos filológicos

Nossas considerações a respeito do conceito de língua iniciam-se nos estudos filológicos do século XIX, pois sob essas condições de produção a primeira edição, de 1881, do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, foi elaborada. Nosso intuito é tratar de questões filológicas voltadas à semântica e, por isso, buscamos nos estudos filológicos historicistas-comparatistas de Michel Bréal (1992) uma definição para o conceito de língua.

Michel Bréal nasceu em Landau, Baviera, no ano de 1832. Aos 20 anos, entrou para a Escola Normal. Foi professor em Estrasburgo e, posteriormente, em Louis Le Grand. Doutorou-se em Letras em 1863, entrou para o Collège de France, em 1864, no ensino de gramática comparada. Em 1868, integrou o grupo que criou a École des Hautes Études, da qual foi diretor e onde teve alunos ilustres, dentre eles Ferdinand de Saussure. Dentre suas principais obras destacam-se: *Mélanges de Mythologie et de Linguistique*, publicado em 1877; *Les Lois Intellectuelles du Langage*, de 1883; *Essai de Sémantique*, que data de 1897. As obras de Bréal são escritas no período em que estão em voga os estudos de filologia e,

inclusive, o autor atuou no ensino de gramática comparada². No entanto, o olhar de Bréal sobre os estudos filológicos apresenta peculiaridades que nos interessam, pois, embora ele se inscreva no historicismo de sua época, isto é, do século XIX, em que o histórico é entendido como direção do progresso, é necessário compreender que sua posição não é mecanicista e naturalista como são as posições da maioria dos autores que produziram teorias nessa época. A teoria de Bréal situa-se muito além de seu tempo.

A primeira peculiaridade que nos instiga é compreender o conceito de linguagem, haja vista que no texto do autor, especificamente em *Ensaio de Semântica*, é o termo linguagem que vem à tona, em detrimento do conceito de língua. A segunda peculiaridade sobre a qual nos deteremos é o conceito de história, ou melhor, o que é o histórico para Bréal (1992), conceito este que, conforme veremos, é intrínseco ao de linguagem.

Em relação aos conceitos de língua e de história, enfatizamos, primeiramente, que não é do conceito de língua que o autor trata, mas do de linguagem, porque nos estudos historicistas-comparatistas do século XIX ainda não se tem a dicotomização que Saussure (1916) irá propor no *Curso de Lingüística Geral*. Realizavam-se reflexões sobre a linguagem, sobre o modo como a linguagem progride, como ela se desenvolve. Para tentar elucidar a relação que Michel Bréal estabelece entre linguagem e história, tomemos o capítulo de sua obra *Ensaio de Semântica*, intitulado “A Lingüística é uma ciência natural?”. Neste capítulo, o autor inicia sua explanação afirmando que é “possível duvidar de que a linguística deva ser considerada entre as ciências naturais” (BRÉAL, 1992, p. 195), pois o objeto de que trata não existe na natureza, tendo em vista que a linguagem é um ato do homem e que não tem realidade fora da atividade humana (Ibid.). Importante observar dois aspectos fundamentais que permeiam as reflexões: um geral, nos estudos filológicos a linguagem³ é o objeto; e um específico, a linguagem é um ato do homem.

Além disso, o autor acrescenta que

² As informações a respeito de vida e obras de Michel Bréal foram extraídas de seu texto *Ensaio de Semântica*, cuja tradução foi realizada por Aída Ferrás, Eduardo Guimarães, Eleni Jacques Martins e Pedro de Souza, em 1992. No decorrer do texto, ao citar Bréal (1992), estamos fazendo referência à obra traduzida para a Língua Portuguesa, que data de 1992.

³ Isso se deve à não dicotomização nessa época dos conceitos de língua e fala, mas ao princípio de que são um todo indissociável. Na próxima seção, intitulada “O conceito de língua nos estudos linguísticos estruturalistas”, observaremos que a introdução da dicotomia língua e fala nos estudos sobre a linguagem é autoria de Ferdinand de Saussure, no início do século XX.

Tudo, na linguagem, vem do homem e se endereça ao homem. Se encerramos o homem na natureza, a ciência da linguagem fará parte das ciências naturais [...]. Mas se, tomando os termos no seu sentido ordinário, opomos, como se tem o hábito de fazer, às ciências naturais as ciências históricas, ou seja, aquelas que nos ensinam atos e obras do homem, não há dúvida de que é necessário colocar a ciência da linguagem entre as ciências históricas. (BRÉAL, 1992, p. 195).

Desse modo, ao afirmar que a linguagem não tem realidade fora da atividade humana, Bréal (1992) está situando a Linguística entre as ciências históricas - para ele, o homem é um ser histórico - e rechaçando a ideia de que ela seja uma ciência natural. Ademais, tratar a Linguística como uma ciência histórica e não natural é negar os pressupostos positivistas de língua que não veem a subjetividade da linguagem, é negar as visões reducionistas que descrevem o funcionamento da língua como se fosse um organismo natural, ou seja, de que as línguas nascem, crescem, desenvolvem-se e morrem. E é à ideia de que a linguagem seja como um organismo vivo - semelhante ao da biologia - que o autor se opõe.

Para Bréal (1992), nenhuma língua nasce de repente e desenvolve-se como um ser vivo, pois a Linguística não é para o autor uma ciência natural. O início e o fim de uma língua são difíceis de determinar. Se pensarmos no latim, por exemplo, poderíamos afirmar que a língua não teve um fim, mas um desenvolvimento e mudanças que levaram à formação de novas línguas. A própria Língua Portuguesa não é a mesma em Portugal, no Brasil e na África. Há nuances, diferenças, peculiaridades que surgem gradualmente, a partir da língua em funcionamento nas práticas sociais.

Para reforçar a ideia de que a Linguística é uma ciência histórica e não natural, Bréal (1992) afirma que, se uma linguagem nos precede e sobrevive a nós, é porque ela existe na inteligência de nossos concidadãos e na nossa, é porque ela existiu antes de nós, em nossos pais, os quais nos transmitiram essa língua, que nós transmitiremos a nossos descendentes. A linguagem existe na inteligência dos homens e não há linguagem fora desta, independentemente da relação com a subjetividade e com os processos históricos.

Bréal (1992) apresenta uma contribuição ímpar aos estudos sobre a linguagem, pois, ao situá-la na inteligência dos homens e afirmar que ela não tem realidade fora da atividade humana, ele tira a Linguística de um *status* natural, isto é, biologista e inatista, conforme acreditavam os naturalistas da época, e compreende-a além dos domínios fonéticos e morfológicos. Compreender a linguagem como algo além dos domínios fonéticos e morfológicos é ir além do que se propunham os estudiosos da época; compreendê-la para além disso é fazer intervir o sentido, fundamental nos estudos da e sobre a linguagem, por

meio da intervenção do homem na linguagem, o que possibilita tirar a Linguística de uma concepção naturalista e defini-la como Ciência da Linguagem.

No capítulo “O elemento subjetivo”, Bréal (1992) introduz mais especificamente o estatuto histórico da linguagem por meio da intervenção dos sujeitos na linguagem, isto é, do elemento subjetivo, que, em nosso entendimento, é o sujeito intervindo na linguagem. O filólogo e semanticista inicia o capítulo com uma analogia entre a linguagem e o drama. Segundo ele, se é verdade “que a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens”, há que se pensar que “o produtor intervém freqüentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal” (BRÉAL, 1992, p. 157). Se a linguagem corresponde ao drama e as palavras aos atores, se o agenciamento gramatical (encadeamento linguístico) reproduz o movimento dos personagens, se o produtor (sujeito) intervém na ação (produção da linguagem), misturando suas reflexões e seu sentimento pessoal, é possível compreender que a linguagem é atravessada pela subjetividade, ou seja, não há linguagem sem subjetividade, pois essa relação é imediata e necessária, porque se dá pelo estatuto linguístico. Essa intervenção do homem é o que Bréal (1992) denomina de aspecto subjetivo da linguagem.

Portanto, o elemento subjetivo pode ser representado por 1) “palavras ou membros de frase; 2) por formas gramaticais; 3) pelo plano geral de nossas línguas” (Ibid., p. 157). Para o autor, todas as línguas existentes apresentam formas linguísticas que exprimem o elemento subjetivo. Algumas dessas formas, na escrita, são os adjetivos, os advérbios, os tempos e modos verbais, especialmente o modo imperativo, as pessoas do verbo, dentre outras. Na oralidade, o elemento subjetivo é marcado pela entonação, pela fisionomia, pela expressão corporal, dentre outros fatores. Com o emprego das formas linguísticas em um texto escrito, por exemplo, o locutor busca marcar sua posição em face de seus enunciados. Sobre as formas linguísticas empregadas e que denotam o elemento subjetivo, vejamos alguns exemplos extraídos do prefácio do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, em sua versão impressa, que nos permitem observar a presença do elemento subjetivo de que trata Bréal (1992).

O prefácio do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* a que nos referimos data de 1958 e corresponde à primeira edição do dicionário publicado no Brasil. Esta primeira edição brasileira foi atualizada, revista e ampliada, com a inclusão de vocábulos em uso no

Brasil, por Hamílcar de Garcia, e apresenta textos denominados “Estudo sobre a origem e a evolução da Língua Portuguesa, sua expansão no Brasil” e “Exposição da Pronúncia Normal Brasileira”, ambos de Antenor Nascentes⁴. Essa edição brasileira do dicionário foi publicada pela editora Delta S.A., do Rio de Janeiro. O prefácio é constituído por diferentes textos: “Nota dos editôres”, “O que vale o ‘Dicionário Contemporâneo’ de Caldas Aulete”, este assinado por Antenor Nascentes, e os dois outros textos deste autor já mencionados. Os exemplos que apresentamos a seguir foram extraídos do texto “Nota dos editôres”, em que há uma explanação sobre as contribuições da equipe de elaboração do dicionário - brasileiros, que tiveram a iniciativa e o planejaram, portugueses, que detinham os direitos autorais do dicionário português, e americanos, que contribuíram com a reprodução de gravuras⁵.

Ex. 1: Ideado em Portugal, cercado desde o início pelo carinho e pela compreensão de *prestimosos* editores, bem cedo passou o “Dicionário Contemporâneo” a irradiar no Brasil as suas *generosas* luzes⁶.

Ex. 2: E cada nova edição trazia, sobre o trabalho *básico*, os acrescentos que daqui lhe mandavam os nossos *melhores* filólogos. Cresceu assim em volume, informação e ciência, compôs um todo luso-brasileiro e tornou-se, como a própria língua, um *valioso* e *comum* acervo de duas pátrias⁷.

⁴ Antenor Nascentes nasceu no Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1886 e faleceu em 6 de setembro de 1972. Foi filólogo, etimólogo, dialetólogo e lexicógrafo brasileiro de grande importância para o estudo da Língua Portuguesa. É considerado um dos mais importantes estudiosos da Língua Portuguesa do Brasil no século XX. Ocupou, como fundador, a Cadeira nº 3 da Academia Brasileira de Filologia. Entre a enorme lista de importantes obras produzidas ao longo de sua vida, destaca-se seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de 1932, que o consagrou no meio dos estudiosos de sua língua materna não apenas no Brasil, mas também em Portugal. Podem-se destacar ainda seu *Vocabulário Ortográfico*, de 1941, que influenciou o Vocabulário Ortográfico da história da Academia Brasileira de Letras (ABL), cuja primeira edição foi publicada logo depois; e seu *Dicionário Etimológico de Nomes Próprios*, que viria a servir de base para o *Vocabulário Onomástico da Língua Portuguesa* da ABL, lançado apenas em 1999. Foi, ainda, o autor do primeiro Dicionário de Português da Academia Brasileira de Letras, de 1967, e suas ideias e proposições acerca da ortografia da Língua Portuguesa influenciaram as bases da ortografia portuguesa atual. Foi autor, também, de *A Saudade Portuguesa na Toponímia Brasileira*, entre muitas outras obras, e foi agraciado com o Prêmio Machado de Assis do ano de 1962. Antenor Nascentes foi professor Emérito do Colégio Pedro II e tratou de várias questões a respeito da Língua Portuguesa, tais como: ortografia, dialetologia, gramática, lexicografia, estilística, tradução, método de ensino e pesquisa, filologia românica, dentre outros. (http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/19/idioma19_a01.pdf).

⁵ Na primeira edição brasileira do dicionário, datada de 1958, há menção a Abraham Koogan, nascido na Rússia em 1912 e falecido no Rio de Janeiro, em 2000, editor judaico-russo radicado no Brasil, responsável pela publicação da *Grande Enciclopédia Delta Larousse* e do dicionário *Koogan-Houaiss*, ambos com a participação do lexicógrafo Antônio Houaiss; aos senhores Pinto Basto e Cia., proprietários dos direitos autorais do dicionário em Portugal, a Larousse, enciclopedista francês, à editora Salvat, que publicara diversas obras ilustradas, dentre outros, que contribuíram na elaboração das gravuras que ilustram os volumes brasileiros.

⁶ Grifos nossos.

⁷ Grifos nossos.

Ex. 3: *Muito felizmente*, contamos *desde logo* com a entusiasmada clarividência dos editores que em Portugal estavam ligados a esta obra e da empresa que lhes detinha os direitos⁸.

Ex. 4: Agradecimentos também os devemos, *e largamente*, a todos os editores europeus e americanos⁹.

Inicialmente, ao observar cada um dos exemplos, os termos que estão destacados em itálico parecem-nos comuns, simples, partes do discurso e integrados ao texto naturalmente. E, de fato, o são. Isso se deve à trama da linguagem que é toda costurada por essas palavras, como se fosse uma colcha de retalhos, que denunciam o elemento subjetivo presente. A linguagem é um encadeamento de fatos que se visam objetivos, é uma mistura de elementos linguísticos que se imbricam no discurso, atestando verdades, exprimindo valores e julgamentos. Segundo Bréal (1992), os termos e as expressões que marcam o elemento subjetivo dizem respeito às posições que os locutores assumem em face de seus enunciados. Por isso, compreende-se que toda gramática comporta o elemento subjetivo, pois nenhum dizer é destituído de interesses.

Nos exemplos citados, tanto os adjetivos quanto os advérbios empregados são percepções e juízos de valor do sujeito editor brasileiro, os quais são utilizados a fim de explicitar o seu ponto de vista acerca do fato que está relatando. No exemplo 3, a justaposição dos advérbios *muito felizmente*, por exemplo, não está relacionada aos editores portugueses, mas à equipe de editores brasileiros (nós)¹⁰. A felicidade não está articulada aos editores portugueses, mas ao grupo de editores brasileiros que pôde contar com o apoio daqueles para elaborar/unificar o dicionário. Essas observações somente são possíveis devido à posição dos elementos no período, os quais foram selecionados e empregados pelo locutor a partir de seus conhecimentos e interesses.

Torna-se mister observar esses exemplos porque se nota, a partir deles, que o ato de enunciar ideias, assim como acontece em nosso dia a dia, na oralidade, tem inúmeros propósitos: expressar nossos desejos, nossas dúvidas, nossas crenças etc. Todos os nossos

⁸ Grifos nossos.

⁹ Grifo nosso.

¹⁰ Esta referência aos editores portugueses torna-se importante porque, antes de ser publicado no Brasil, o dicionário foi publicado em Portugal. No Brasil, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* é uma atualização da publicação portuguesa a partir de 1958. Por isso, observa-se na primeira edição brasileira a referência aos editores portugueses.

discursos são permeados por marcas linguísticas que expressam nossa realidade, pois somos marcados pela história e isso não fica alheio e à parte em nossos discursos. Nossas práticas constituem-nos. Para Bréal (1992), o elemento subjetivo é a condição de sujeito desejante e do sujeito de vontade, que determina as formas de enunciar.

Se pensarmos que o elemento subjetivo está sempre presente na língua e em qualquer língua, não há possibilidade de situar a Linguística dentre as ciências naturais, pois é o homem que se marca linguisticamente no discurso. Para Bréal, o elemento subjetivo é parte essencial da linguagem e o “fundamento primordial ao qual o resto foi sucessivamente ajuntado” (1992, p. 161). Logo, a condição histórica intervém no linguístico por meio da atividade humana, pois existem as ideias, as quais somente têm valor pelo sentido atribuído a elas. E quem atribui esse sentido é o homem, para Bréal (1992), já que a linguagem é resultado da atividade humana. Um dos pontos-chaves da obra deste autor é o fato de trazer para a linguagem a intervenção do homem,

admitindo-se uma diferença entre as ciências históricas e as ciências naturais, considerando-se o homem como fornecedor da matéria de um capítulo à parte no nosso estudo do universo, a linguagem, que é obra do homem, não poderá ficar do outro lado, e a linguística, como consequência necessária, fará parte das ciências históricas. (BRÉAL, 1992, p. 168).

A linguagem é tarefa do homem, pois é este quem renova lentamente as línguas; não há mudança de sentido, não há mudança da gramática sem se considerar as mudanças como resultantes de um acontecimento na história, de um acontecimento em que o homem intervém. Por isso, Bréal (1992) afirma que a linguagem representa um acúmulo de trabalho intelectual do homem e que ela é feita pelo consentimento de muitas inteligências, do acordo de muitas vontades; um lugar, a nosso ver, onde funciona continuamente a subjetividade.

Para explicitar o funcionamento da subjetividade na linguagem, recorreremos ao verbete “assentado”, que tomaremos para análise no decorrer deste capítulo. Para realizarmos algumas reflexões acerca desse verbete, é importante destacar ainda o que Bréal (1992) traz a respeito da restrição e da ampliação do sentido. As considerações desse autor sobre esses dois conceitos permitirão pensar algumas questões voltadas também à transformação dos sentidos.

Segundo Bréal (1992),

a expressão é tanto demasiado ampla, quanto demasiado restrita. Não nos apercebemos dessa falta de ajuste, porque a expressão, para aquele que fala, corresponde em si mesma à coisa, graças ao conjunto de circunstâncias, graças ao

lugar, ao momento, à intenção visível do discurso, e porque no ouvinte, que é sempre metade em toda linguagem, a atenção indo direto ao pensamento, sem se deter no valor literal, a restringe ou a estende segundo a intenção daquele que fala. (p. 81).

O autor pontua que toda forma de linguagem sempre comporta o homem, aquele que assume uma posição em face dos enunciados. Além disso, a relação entre a palavra dita e a coisa representada seria uma relação direta, já existente, porém desproporcional, que ajusta ao discurso do sujeito, dotado de intenções e de interesses, os sentidos de dada palavra, os quais nunca serão exatos, mas ou demasiado restritos ou amplos demais. Para o autor, o motivo da desproporção entre a palavra e a coisa seria o fato de o verbo, enquanto parte fundamental da língua, ter uma significação geral e possibilitar a produção de substantivos e adjetivos de significação também geral. Por isso, há tantas palavras de sentido geral que não são proporcionais à coisa.

Ademais, destaca que quanto mais civilizada é uma nação, ou seja, quanto mais instruída e avançada, mais restritos são os sentidos, porque mais palavras são criadas a cada nova necessidade de nomeação, seja em relação a profissões, ao círculo econômico, seja quanto às relações pessoais. Daí a importância da história de que Bréal (1992) trata: “só a história pode dar às palavras o grau de precisão de que temos necessidade para compreendê-las bem” (Ibid., p. 83), pois a modificação e a renovação do vocabulário podem ser fruto de um acontecimento histórico, como é o caso do verbete “assentado” citado anteriormente e sobre o qual teceremos nossas reflexões.

Sobre o processo de ampliação do sentido, o autor pontua que é a contrapartida do processo de restrição, ou seja, na medida em que a restrição está diretamente relacionada à linguagem, a ampliação é causada pelo exterior à língua: “resulta dos acontecimentos históricos” (Ibid., p. 87). Contudo, o processo de ampliação do sentido não é algo instantâneo; ao contrário, é um processo lento e gradual que aos poucos vai sendo incorporado à língua.

Assim como em relação à restrição do sentido, na ampliação também é o verbo que produz mais exemplos. Essa é uma forma de os povos libertarem-se aos poucos de suas origens, estabelecendo novas palavras e novos sentidos às já existentes, de modo que seja possível fazer evoluir uma língua, por exemplo, quanto ao seu léxico.

Para compreender de que modo o sentido do vocábulo “assentado” foi modificado, é importante observar, ainda, como os nomes são dados às coisas, na visão de Bréal (1992). O primeiro ponto que o autor ressalta é que “a linguagem designa as coisas de modo incompleto

e inexato. Incompleto, porque não se esgotou tudo o que se pode dizer” (p. 124) sobre dada coisa. Inexato, porque não se pode atribuir sentidos contrários a uma mesma coisa em um mesmo tempo, ou seja, não há contradição, mas há sentido x em um tempo t e sentido y em um tempo t'. Esses diferentes sentidos de uma mesma palavra podem coexistir em uma dada época histórica.

O verbete “assentado” será apresentado partindo do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, quinta edição brasileira impressa, que é parte do *Dicionário Caldas Aulete Digital*. Este, por sua vez, apresenta duas formas de entrada no verbete: verbete original e verbete atualizado. O verbete original advém da quinta edição brasileira do dicionário impresso, que data de 1986; o verbete atualizado é fruto do desenvolvimento do dicionário digital, o qual data de 2006, e é atualizado quanto às acepções no decorrer dos anos.

O verbete original, correspondente à quinta edição do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de 1986, que integra o *Dicionário Caldas Aulete Digital*, é apresentado da seguinte forma:

Assentado: *adj.* // *sentado.* // *Assente, posto sobre base; situado.* // *Firme, solidamente estabelecido.* // *Pousado, tranquilo, sossegado.* // *Discreto, circunspecto, judicioso, considerado, prudente: Pessoa assentada. Juízo assentado.* // *Combinado, resolvido, decidido.* // *(Minho) Que tem bastante água (fal. do pão). Encruado.* // *(Ouriv.) Cravado, engastado.* // *(Bras., Bahia) Trato de terreno plano em alto de serra ou morro. Também dizem assentada. F. Assentar.*

O verbete atualizado, correspondente ao *Dicionário Caldas Aulete Digital*, de 2006, apresenta-se do seguinte modo:

(as.sen.ta.do)

a.

1. *Que se assentou, que se sentou ou está sentado*
 2. *Que se assentou, que se depositou ou pousou sobre algo*
 3. *Firme, solidamente fixado sobre uma base.*
 4. *Que foi combinado ou decidido (questão assentada)*
 5. *Que é membro de assentamento (3)*
 6. *Circunspecto, discreto, prudente (pessoa assentada; juízo assentado).*
- sm.*
7. *Indivíduo que é membro de um assentamento*
 8. *BA Extensão de terreno plano em alto de serra ou morro; ASSENTADA*
- [F.: *Part. de assentar.*]

Cabe destacar inicialmente que esse verbete tem sua origem etimológica em um verbo, a exemplo do que pontuamos a partir das considerações de Bréal (1992), ou seja, de que grande parte das palavras existentes em dada língua origina-se de verbos. “Assentado” é o particípio do verbo assentar. Já aí observamos que há ampliação do sentido, pois a partir do verbo assentar, amplia-se a classe morfológica para adjetivo e substantivo no *Dicionário Caldas Aulete Digital*. Por outro lado, as acepções são outras nos acontecimentos. O sentido é reformulado porque não restringe o verbete à significação já cristalizada, já que são os acontecimentos históricos – a vinda dos imigrantes europeus ao Brasil e o movimento sem-terra – que intervêm determinando o sentido e, por sua vez, ampliando-o.

Bréal (1992), ao tratar da ampliação do sentido como um processo histórico e uma intervenção da vontade do homem na linguagem, é, a nosso ver, um filólogo a frente de seu tempo, pois desautomatiza a Linguística dos naturalistas, que somente tratavam da língua sob uma ótica inatista, e trata do homem, embora ainda dotado de intenções e vontades, situando a teoria no humanismo, estabelecendo, com isso, a linguagem como objeto da Linguística.

Tratando das mudanças na linguagem, o autor destaca que a Semântica, para ele, “pertencerá à ordem das pesquisas históricas”, porque “não há uma única mudança de sentido, uma única modificação da gramática, uma única particularidade de sintaxe que não deva ser considerada como um pequeno acontecimento da história” (Ibid., p. 168). As palavras são signos, para ele. O homem fornece a matéria-prima para a linguagem, que é o objeto da Linguística. Bréal (1992), ao deslocar a linguagem da sucessividade mecanicista e naturalista do historicismo-comparatista para a concepção histórica de intervenção do sujeito na linguagem, abre caminhos para compreender que podem conviver sentidos diferentes que se constituíram em épocas diferentes, por vontades diferentes dos homens. O autor propõe a possibilidade de considerar a diferença no mesmo, isto é, no caso do verbete que foi apresentado, considerar sentidos diversos, seja enquanto adjetivo, que foi a classificação morfológica inicial, cujos sentidos diziam respeito a essa classificação, seja enquanto substantivo masculino, cuja classificação foi atribuída posteriormente a partir dos acontecimentos históricos de que o homem participa que envolvem a luta do campesinato pelo direito à terra.

Em Michel Bréal, portanto, não encontramos um conceito de língua enquanto oposição língua *versus* fala, mas um conceito de linguagem que traz em si o homem, suas vontades e intervenções na produção das alterações e mudanças que ocorrem em determinada

língua, e não enquanto um sistema de normas e regras, como teremos em Ferdinand de Saussure. Para Michel Bréal, a objetividade nos estudos da linguagem não deve seguir os parâmetros da lógica formal, porque ela sempre se produz a partir da subjetividade e, portanto, é uma relação entre razão e vontade, que remonta à condição humana. Logo, se a linguagem resulta da intervenção do homem (histórico) nela e se ela é o objeto da Linguística para Bréal (1992), esta se torna parte das ciências históricas. Bréal (1992), assim, ainda no século XIX, já sinaliza que o sujeito é determinado pela história e é responsável pelas mudanças em uma língua.

1.2 O conceito de língua nos estudos linguísticos estruturalistas

Na continuidade de nossas reflexões sobre o conceito de língua, adentramos a linguística estruturalista, cujo ícone é Ferdinand de Saussure. Nessa linha teórica, observamos a dicotomização de vários conceitos e nossa atenção volta-se, especialmente, para a dicotomia língua *versus* fala. Diferentemente da teoria de Michel Bréal, a teoria linguística estruturalista não trata da linguagem, mas do conceito de língua enquanto sistema.

Inicialmente, é importante destacar que a obra que tomamos como referência é o *Curso de Lingüística Geral*, obra póstuma de Saussure, que data de 1916. Saussure nasceu em Genebra, na Suíça, em 1857, e faleceu na mesma cidade em 1913. Foi professor na Universidade de Paris, a partir de 1876, e na Universidade de Genebra, a partir de 1891, onde expôs suas ideias a respeito da Linguística Geral. No ano de 1907, ministrou, na Universidade de Genebra, o primeiro curso, cuja matéria consistia em fonologia (fonética fisiológica), linguística evolutiva, alterações fonéticas e analógicas, relações entre as unidades percebidas pelo falante na sincronia (análise subjetiva) e as raízes, sufixos e outras unidades isoladas da gramática histórica (análise objetiva), etimologia popular e problemas de reconstrução.

De 1908 a 1909, ministrou o segundo curso, cuja matéria tratava da relação entre a teoria do signo e a teoria da língua, definições de sistema, unidade, identidade e valor linguístico. E de 1910 a 1911, o terceiro e último curso foi ministrado pelo genebrino, no qual tratava das línguas, da linguística externa, pois partiu das línguas para chegar à língua, na sua universalidade, e ao exercício e faculdade da linguagem nos indivíduos.¹¹ O *Curso de Lingüística Geral* foi editado por Charles Bally e por Albert Sechehaye, com a colaboração de A. Riedlinger, a partir das anotações dos alunos matriculados que frequentavam os cursos. Contudo, nesta Tese tomaremos como autor do *Curso de Lingüística Geral* Ferdinand de Saussure, pois as ideias que veicularemos, embora editadas por Bally e Sechehaye, são atribuídas a Saussure.

O ponto nodal do qual queremos tratar refere-se ao conceito de língua proposto pelo autor. Para tanto, nossas reflexões tomarão por base os capítulos intitulados “Objeto da Lingüística”, “Lingüística da língua e Lingüística da fala”, “Imutabilidade e mutabilidade do signo” e “A Lingüística estática e a Lingüística evolutiva”.

No primeiro desses capítulos, “Objeto da Lingüística”, o autor inicia suas explicações afirmando que, ao contrário das demais ciências, o objeto não é dado previamente e não

¹¹ Essas informações foram obtidas das próprias páginas do *Curso de Lingüística Geral*.

precede o ponto de vista, mas é este que cria o objeto, ou seja, sob a perspectiva saussuriana, para determinar o objeto, parte-se do linguístico e não há remissão à realidade em que se encontra esse objeto ou a qual o constitui. Considera-se, contudo, que uma palavra pode remeter ao som, à ideia que essa palavra expressa ou à etimologia, à origem dessa palavra. Em nossa compreensão, Saussure (2006)¹² parte do elemento linguístico e mantém-se nele, isto é, ao ouvir e/ou pronunciar uma palavra – usemos como exemplo o verbete “assentado” – não se faz remissão ao contexto histórico ou à realidade social em que se constituiu esse termo. O que há, segundo nossa compreensão, é um objeto que evoca, em um primeiro plano, o som, um conceito, e uma imagem acústica, uma ideia, ligada a esse conceito.

Sobre isso, o autor prossegue destacando que o “fenômeno lingüístico apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra” (SAUSSURE, 2006, p. 15). Essas duas faces correspondem ao som, unidade acústica-vocal, e à ideia, unidade fisiológica e mental. Para o autor, além da necessidade do significado (conceito) e do significante (imagem acústica) constituindo o signo, é importante observar que, para cada significante, há um significado, embora Saussure (2006) afirme que a relação entre eles seja arbitrária, haja vista as diferentes línguas que existem, as quais têm formas diferentes de representar graficamente o conceito. Cabe destacar novamente que ambos, significado e significante, são tomados no plano estritamente linguístico, excluindo qualquer realização pela fala, pois a língua “é essencialmente um depósito, uma coisa recebida de fora” (Ibid., p. 80), isto é, a língua é o lugar em que está tudo o que é resultante da prática da fala dos indivíduos de uma mesma comunidade; nela se encontra tudo o que se refere ao sistema gramatical que existe no cérebro dos falantes virtualmente, ou ao conjunto de indivíduos, uma vez que a língua só existe de modo completo na massa falante. Ademais, “a imagem acústica é, por excelência, a representação natural da palavra enquanto fato de língua virtual, fora de toda realização pela fala” (Ibid. p. 80), ou seja, independentemente dos indivíduos, da fala, a imagem acústica é a representação da palavra, pois independe do exterior.

Além disso, é importante destacar que Saussure (2006) não toma a linguagem como objeto da Linguística, mas estabelece dicotomias das quais deixará à parte tudo o que for relativo ao individual. Para ele, a linguagem tem um lado individual e um lado social. Esta é a primeira dicotomia que o autor estabelece: o lado individual estaria relacionado à fala, e o

¹² A obra editada por Bally e Sechehaye data de 1916, mas a edição em Língua Portuguesa à qual tivemos acesso data de 2006.

lado social, à língua. Ademais, a linguagem implica um sistema estabelecido e uma evolução, ou seja, ao mesmo tempo é uma instituição atual e um produto do passado, constituindo a segunda dicotomia de que trata o autor: sincronia e diacronia.

Ao destacar essas dualidades como constitutivas da linguagem, Saussure (2006) ressalta que o objeto da Linguística não se apresenta integral e, por isso, ele reitera que, se tratar da linguagem, abrirá portas a outras ciências, dentre elas a Filologia, o que não é seu objetivo. Desse modo, o autor não se debruça sobre o conceito de linguagem, pois ela engloba sempre as duas faces das dicotomias, mas sobre o conceito de língua. A respeito disso, o autor destaca que “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem. De fato, entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma” (Ibid., p. 16-17).

O genebrino estabelece que se parta da língua para compreender todas as demais formas de linguagem, devido à sua autonomia, ou seja, a relação entre significado e significante, para ele, daria conta da descrição de um estado de língua, por exemplo, sem necessidade de compreender as condições reais de existência dessa relação em um meio social. A língua, conforme Saussure (2006), teria uma autonomia que a linguagem não apresentaria, pois esta, na visão do autor, depende da relação que o sujeito falante estabelece, o que, para ele, não é determinante.

O autor genebrino considera, ainda, a linguagem multiforme e heteróclita, isto é, não haveria homogeneidade e algo que abarcasse todas as normas, mas um desvio das regras, pois, para cada sujeito, a linguagem é diferente. Além disso, ainda em relação à linguagem, outro ponto que o autor estabelece é que ela, ao mesmo tempo, é física, pois nos fatos da linguagem, na reconstituição do circuito da fala, corresponde às ondas sonoras; fisiológica, pois entram em jogo a fonação e a audição; e psíquica, porque as imagens verbais estão ligadas aos seus conceitos correspondentes (Idem). A linguagem pertence, por isso, tanto ao domínio social quanto ao individual; não se deixa classificar e não se sabe como inferir sua unidade, ou seja, a linguagem é acessória, pois é necessário, para Saussure (2006), que haja unidade, homogeneidade, que nada escape ao sistema de signos no qual a importância reside essencialmente na relação significado e significante.

A língua, por outro lado, objeto de que Saussure (2006) ocupar-se-á, é, para ele, o produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para possibilitar o exercício dessa faculdade nos indivíduos (Idem.). Para o

autor, a língua preexiste ao sujeito, e os sentidos são convencionados pela massa falante; dessa forma, torna-se possível a linguagem, a compreensão mútua entre os sujeitos, aspecto este – o de sujeito – de que Saussure (2006) não há de se ocupar. A língua também é um todo por si e um princípio de classificação, ela existe independentemente dos sujeitos.

Ao separar a língua da linguagem, o autor está separando também aquilo que ele considera social e essencial daquilo que ele considera individual e acessório. A língua, para ele, seria aquilo que o “indivíduo registra passivamente” (Ibid., p. 22), ou seja, como a língua existe na mente de cada falante, é algo intrínseco ao falante, ela preexiste ao falante. Além disso, mesmo que o indivíduo fosse privado da fala, para Saussure (2006), a língua seria conservada desde que esse indivíduo compreendesse os signos vocais que ouve, pois os signos linguísticos são tangíveis, e a escrita fixa-os em imagens convencionais. A possibilidade de fixar as coisas relativas à língua faz com que um dicionário e uma gramática possam representar a língua, sendo ela o depósito das imagens acústicas, e a escrita a forma tangível dessas imagens. Gramáticas e dicionários seriam espaços para conter os sentidos, ou melhor, para cristalizar as relações entre significados e significantes e homogeneizar a língua, mais especificamente suas imagens acústicas e seus significados por meio das convenções da escrita.

Na continuidade de suas explanações a respeito dos conceitos de língua e fala, no capítulo intitulado “Linguística da língua e Linguística da fala”, o autor estabelece para cada uma das linguísticas o seu respectivo objeto. Para a linguística da fala, propõe o objeto fala, e, para a linguística da língua, estipula o objeto língua. Esses objetos que Saussure (2006) propõe, embora estejam estreitamente ligados, não são investigados com igual relevância. Contudo, a fala é necessária para que a língua se estabeleça, porque é a fala que faz evoluir a língua. No entanto, dessas relações Saussure (2006) opta por enfatizar e desenvolver uma das faces, ou seja, umas das partes de cada uma das dicotomias, quais sejam: a língua e a sincronia, o estado de língua, em detrimento da fala e da evolução, a diacronia.

A língua, conforme já apresentado, existe na coletividade como se fossem sinais depositados em cada cérebro, ao passo que a fala é a soma do que as pessoas dizem e ela compreende combinações individuais dos falantes. Na fala, não haveria nada de coletivo, segundo Saussure (2006), mas tudo seria individual, momentâneo e capaz de produzir mudanças e evoluções. É por isso que Saussure (2006) opta por excluir tudo o que é estranho à língua, ao organismo, ao sistema, ou seja, tudo o que é externo à ordem do sistema. A fala, a

evolução da língua e o falante não contam, pois tudo isso remete à exterioridade da língua, à realidade, e faz intervir não só as individualidades dos sujeitos falantes, mas seus percursos históricos.

Saussure (2006) não visava ao sujeito, mas ao objeto da linguística como um fato social, que é pensado não enquanto realidade exterior à língua, mas enquanto algo que é de conhecimento da coletividade, que é homogêneo, uno, e que para todos seria igual, ou seja, todos os sujeitos usariam o mesmo sistema e as mesmas regras. Um exemplo que o autor apresenta é o significado da palavra francesa *boeuf* (boi), que tem por significante “b-ö-f” de um lado da fronteira franco-germânica (França) e “o-k-s” (Ochs) do outro lado (Alemanha). Além disso, a ideia de *mar*, por exemplo, não está ligada à sequência de sons “m-a-r” por alguma relação; essa ideia poderia ser representada por qualquer outra sequência, desde que fosse do conhecimento da coletividade, homogêneo, igual para todos.

É por isso que buscamos questionar as teorias linguísticas positivistas, ou seja, o fato de o interesse não se voltar à realidade social, à práxis dos sujeitos, que para nós é determinante do funcionamento da língua, conforme veremos nas próximas seções. As teorias linguísticas positivistas não dão conta de nosso objeto de análise, pois rechaçam qualquer intervenção da história nos processos discursivos.

Saussure (2006), no capítulo “Imutabilidade e mutabilidade do signo”, leva-nos a refletir sobre o que é o processo de transformação na língua. Seria essa transformação estritamente da/na língua enquanto sistema? Ou estender-se-ia à transformação que os sujeitos falantes, enquanto atuantes na sociedade e capazes de transformar o sentido de dado verbete em um dicionário, por exemplo, desencadeiam?

Sobre a imutabilidade, o autor estabelece que a “língua aparece sempre como uma herança da época precedente” (Ibid., p. 85), ela sempre já está aí formada, constituída, e cabe aos falantes fazer uso dela. A sociedade sempre conhece a língua como um produto de gerações anteriores. Contudo, segundo Saussure (2006, p. 86), “as modificações da língua não estão ligadas à sucessão de gerações, que longe de se sobreporem umas às outras, como as gavetas de um móvel, se mesclam e interpenetram e contém cada uma indivíduos de todas as idades” (Ibid., p. 86).

Mas, se não é a sucessão de gerações que provoca a transformação na língua, seria o caráter arbitrário do signo, ou os vários signos necessários à constituição de qualquer língua, ou o caráter muito complexo do sistema, ou ainda a resistência à renovação linguística o fator

determinante da transformação? Com base em Saussure (2006), pontuamos que nenhum desses fatores contribuiria para modificar uma língua, porque: a) “*a arbitrariedade do signo* põe a língua ao abrigo de toda tentativa que vise a modificá-la” (p. 87), uma vez que o meio de comunicação, qualquer que seja na sociedade, repousa sobre o coletivo, ou seja, sobre uma convenção; a arbitrariedade do signo não corresponde a uma livre escolha do significado por parte daquele que fala, pois o significado é previamente estabelecido por uma comunidade linguística. Logo, não cabe à arbitrariedade a função de transformação; b) tampouco se deve aos *vários e muitos signos necessários à constituição de uma língua*, pois esses signos são inumeráveis; caso fosse um número limitado e finito de elementos, até poder-se-ia pensar em substituí-los; contudo, a grande quantidade deles existente torna o processo impossível, na visão do autor genebrino; c) *o caráter complexo do sistema* também não poderia ser responsável pela transformação, uma vez que a massa não tem competência para transformar todo um mecanismo, que é complexo, pois somente se pode compreender o sistema por meio da reflexão; logo, a transformação sob este eixo não seria possível sem a intervenção de especialistas da língua – gramáticos e lógicos, por exemplo; d) *a resistência da coletividade, da massa, à renovação* é outro fator que impede a transformação, pois a língua forma com a massa um todo, do qual todos participam, tendendo à conservação, à manutenção, pois a língua tem caráter de fixidez ao estar ligada à coletividade, à massa, e também porque se situa no tempo, o qual é determinante para a escolha do significado, tarefa para a qual não há escolha, tendo em vista que tudo já está previamente convencionado anteriormente; neste caso, o tempo é determinante no sentido de que estabelece o significado previamente, convencionado pela coletividade em um tempo precedente.

Contraditoriamente, a nosso ver, Saussure (2006) estabelece que o fator tempo, não dissociado da massa falante, é o que deve ser considerado para se pensar as alterações que se dão na língua. Importante ressaltar que a alteração, para o autor genebrino, não se restringe às transformações fonéticas no significante ou às transformações do sentido no que tange ao significado. A alteração corresponde sempre, seja ela qual for, ao “deslocamento da relação entre o significado e o significante” (p. 89), ou seja, a alteração sempre se dá internamente ao signo, na relação entre suas partes constituintes – significado e significante. Contudo, embora os deslocamentos nessas relações sejam tênues, eles sempre existem nas línguas, mesmo nas artificiais, como o esperanto, porque a língua situa-se na massa falante e no tempo. A continuidade do signo no tempo é fator determinante para a alteração. Para chegar a essa

conclusão, é importante tomar outros dois fatores fundamentais: 1) “a língua é o conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender”; 2) “é mister uma massa falante para que exista língua” (p. 92), ou seja, há necessidade de se ter uma língua e uma massa falante, uma coletividade que faça uso dessa língua; ao acrescentar a estes o fator tempo, tem-se a continuidade que, por sua vez, implica deslocamento e alteração, porque o fator tempo permite observar o efeito das forças sociais agindo sobre a língua (SAUSSURE, 2006). Logo, sem o fator tempo, não se teria o princípio da continuidade, fundamental porque anula o caráter de liberdade da língua, uma vez que as forças sociais, por meio do tempo, atuam sobre ela. É neste ponto que reside o deslocamento, a alteração, a transformação: na possibilidade de atuação das forças sociais sobre a língua, por meio do tempo, permitindo a continuidade, alterando conseqüentemente a relação entre significante e significado, lugar da transformação.

Em relação ao capítulo “A Lingüística estática e a Lingüística evolutiva”, Saussure (2006) aborda a dicotomia sincronia e diacronia, sobre a qual já vimos tecendo algumas ponderações. A compreensão dessa dicotomia torna-se importante porque mais uma vez o autor relega a um segundo plano o que para nós seria o início de um conceito importante de que trata o materialismo: a história. Contudo, cabe destacar que, no caso do estruturalismo, não se entende exatamente uma história da língua, mas a sua evolução, conforme já explicitamos.

Para tratar dessa dicotomia, Saussure (2006) estabelece dois eixos: o eixo das simultaneidades e o eixo das sucessões. O primeiro eixo corresponde às relações entre coisas que coexistem, do qual toda intervenção do tempo se exclui; não há, portanto, qualquer interferência da história, nem mesmo da linearidade temporal. O segundo eixo diz respeito ao lugar onde todas as coisas estão situadas, inclusive com suas transformações, mas das quais não se pode considerar mais de uma por vez, ou seja, embora a história aí possa intervir, Saussure (2006) não abre espaço para que isso seja possível, pois há de se tomar um estado da língua por vez, mesmo que todas as possibilidades, da evolução à transformação, possam estar presentes.

O autor justifica o emprego dos termos evolução e linguística evolutiva, em detrimento das expressões história e linguística histórica, porque, para ele, ao descrever estados sucessivos da língua, poder-se-ia imaginar que se estivesse estudando a língua conforme o eixo do tempo. Mais uma vez, o que emerge não é a história enquanto

historicidade¹³, conforme a tomamos na História das Ideias Linguísticas em articulação com a Análise de Discurso, mas a história enquanto temporalidade, como sucessão de fatos, de acontecimentos que se seguem linearmente – o fator tempo, conforme observamos no capítulo “Imutabilidade e mutabilidade do signo”.

Do mesmo modo como deixa à parte o lado individual da linguagem, também deixa à margem a diacronia, a “evolução da língua”, pois, segundo o autor, “para o indivíduo falante, a sucessão no tempo não existe: ele se acha diante de um estado” (SAUSSURE, 2006, p. 97) da língua. Logo, o eixo das sucessões fica relegado novamente a um segundo plano, do qual Saussure (2006) não trata. Entende-se que este autor propõe estabelecer parâmetros para a compreensão da língua. Contudo, isso somente é possível se ele puder eliminar a história e o falante, pois as mudanças ocorrem justamente a partir desses dois fatores. Logo, para fixar parâmetros e leis linguísticas, é necessário fazê-lo do ponto de vista estático, uno, a partir da homogeneidade. E é com a exclusão da fala, porque ela implica o sujeito, e com a exclusão da diacronia, porque ela implica de certo modo a história, que isso se torna possível. É necessário que, para estabelecer parâmetros para compreender a língua como objeto do conhecimento, esteja-se diante de um estado determinado da língua, sem suas evoluções¹⁴.

Em suma, ao tratar do conceito de língua na linguística estruturalista saussuriana, temos como primeiro ponto, conforme vimos, o fato de que é o ponto de vista que cria o objeto e de que o objeto não existe *a priori* e não precede o ponto de vista. O segundo ponto refere-se ao som como uma unidade acústica e vocal que remete para uma ideia, a unidade mental, que não é mediada pela experiência, ou seja, pela realidade concreta. Em relação ao terceiro ponto, que diz respeito à linguagem como multiforme, tendo um lado social e outro individual, compreende-se que o social, nesse caso, não reflete a realidade concreta, mas aquilo que se torna norma, que se torna universal na coletividade. Com isso, ao tratar do

¹³ Segundo Nunes (2007), para os estudiosos da História das Ideias Linguísticas e da Análise de Discurso, a história passa a ser “constitutiva da produção de sentido” (p. 373), ela deixa de ser exterior ao acontecimento e passa a fazer parte dele, constituindo os sentidos. Ao deslocarmos a noção de história para a de historicidade, segundo o autor, “o sufixo –idade nos parece funcionar aí como um indício desse modo de conceber a história na análise de discurso, juntamente com as noções de processo de constituição do sentido e de gesto de interpretação” (Ibid., p. 374). Além disso, a nosso ver, parece dar um sentido de continuidade e remete ao estar *in*, dentro, incluído no processo de constituição dos sentidos e constitutivo do gesto de interpretação. A história não se trata de evolução, ou de ordem cronológica, mas de sentidos que dela resultam em uma materialidade discursiva. A historicidade, por sua vez, é resultante da inscrição da história na língua e do modo pelo qual a história inscreve-se no discurso.

¹⁴ Importante destacar que desde a gramática de Port-Royal busca-se descrever o estado da língua e determinar-lhe os valores. No caso da gramática de Port-Royal, por exemplo, busca-se a descrição do estado da língua francesa no tempo de Luís XIV.

social enquanto norma, o sentido será monossêmico, isto é, terá um único sentido convencional¹⁵. O quarto e último ponto remete à linguagem como lugar do sistema e da evolução. No entanto, Saussure (2006) aborda somente a língua, o sistema estável, cujos aspectos históricos são considerados somente se cristalizados na língua, pois a transformação somente é possível por meio do deslocamento entre significante e significado. Nesse caso, não há uma história da língua e externa à língua, pois ela é tomada sempre e apenas como um estado.

Ao tomar um exemplo apresentado por Saussure (2006), podemos observar que as alterações ocorrem no deslocamento da relação entre o significante e o significado, ou seja, em anglo-saxão, a forma pré-literária *fōt* (o pé) permaneceu *fōt* enquanto seu plural *fōti* (os pés) transformou-se em *fēt*. Essa transformação se deu exclusivamente no deslocamento da relação entre significante e significado. Tem-se aí o surgimento de outras correspondências entre a matéria fônica e a ideia, sem qualquer intervenção externa à língua.

Importante ressaltar, ainda, que uma das limitações da teoria estruturalista reside no fator histórico, não considerado por Ferdinand de Saussure, em prol do social enquanto interno à língua, o que pode ser atestado pela seguinte passagem: “sua [da língua] natureza social é um dos seus caracteres internos; sua definição completa nos coloca diante de duas coisas inseparáveis” (Ibid., p. 92), que correspondem à língua e à massa falante. Ademais, “nessas condições, a língua é viável, não vivente; levamos em conta a realidade social, não o fato histórico” (Ibid., p. 92). O social de que trata Saussure (2006) não é o exterior à língua, a realidade social enquanto determinante das relações entre sujeitos, mas o interior à língua. A língua necessita da massa falante para que seja viável – língua e massa falante são inseparáveis. Contudo, mesmo que seja viável, não leva em conta a história, a língua viva e em funcionamento.

¹⁵ Compreender o social enquanto norma é um dos limites que encontramos na teoria saussuriana no que diz respeito ao nosso objeto de análise, pois tratar de um dicionário digital que visa ao social enquanto realidade concreta é diferente de compreender o social enquanto normatização e instrumentalização. Na realidade social, abarca-se o histórico, outra limitação da teoria estruturalista saussuriana.

1.3 O conceito de língua nos estudos materialistas do leste europeu

Na linha teórica dos estudos materialistas do leste europeu, buscamos compreender o conceito de língua nos estudos de Bakhtin/Volochínov, especialmente a partir da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*¹⁶ (2009). Cabe, de início, destacar que não há uma distinção entre linguagem e língua na Linguística dos anos 1920-1930 no leste europeu, como podemos observar nos estudos estruturalistas. Assim, quando nos referirmos ao conceito de língua sob esta perspectiva teórica, não a compreendemos enquanto objeto abstrato, objeto do conhecimento, como o faz Saussure (2006), mas a entendemos enquanto práxis, enquanto materialidade, cujas condições de uso nos remetem aos sentidos. Assim, não se concebe a língua fora de qualquer realidade concreta de uso.

Ao buscar em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2009) a compreensão do conceito de língua, deparamo-nos, em um primeiro momento, com várias críticas que os autores tecem em relação ao objetivismo abstrato e ao subjetivismo idealista, as quais contribuem com as nossas explanações a respeito das questões levantadas nas seções anteriores, explicitando porque não realizaremos nossas análises sob a luz da filologia ou da linguística estruturalista.

A primeira das orientações, que consiste em objeto de análise de Bakhtin/Volochínov (2009), é a do objetivismo abstrato e está voltada aos estudos cujo “centro organizador de todos os fatos da língua, o que faz dela o objeto de uma ciência ‘bem-definida’, situa-se, (...) no sistema linguístico, a saber o sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua.”¹⁷ (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 79), que correspondem, entre outros trabalhos, aos estudos saussurianos.

No capítulo intitulado “Duas orientações do pensamento filosófico-lingüístico”, Bakhtin/Volochínov (2009) apresentam vários pontos a respeito do objetivismo abstrato e do subjetivismo idealista, os quais, em parte, já destacamos nas seções anteriores e que neste momento serão retomados a partir do olhar desses dois autores. Desse modo, nesta seção, limitar-nos-emos, inicialmente, a apresentar as críticas que esses autores tecem em relação a

¹⁶ Publicada na Rússia, em 1929, e assinada por Valentin Volochínov, a obra foi posteriormente atribuída a Mikhail Bakhtin; atualmente, a querela da autoria segue em aberto, segundo o prefácio, assinado por Tatiana Bubnova, da obra *Marxismo e la Filosofía del Lenguaje*, publicada em Buenos Aires, Argentina, em 2009. Optamos, no decorrer desta Tese, pela tradução para a Língua Portuguesa, que apresenta a obra como de autoria de ambos os autores e, por isso, o emprego de Bakhtin/Volochínov quando fazemos referência a *Marxismo e Filosofia da Linguagem*.

¹⁷ Importante destacar que, ao tratar somente de formas fonéticas, gramaticais e lexicais, exclui-se qualquer possibilidade de trabalho semântico sobre a língua. Essa observação é fundamental para este trabalho de Tese, uma vez que a Semântica é o ponto essencial de toda a nossa escrita.

cada uma das orientações, iniciando pelo objetivismo abstrato, cujas críticas encontram-se explicitadas, especialmente, no capítulo “Língua, fala e enunciação”.

A primeira crítica que os autores fazem é em relação ao questionamento “em que medida um sistema de normas imutáveis, isto é, um sistema de língua conforma-se à realidade” (Ibid., p. 93)? Para responder a essa questão, é importante destacar que, do ponto de vista materialista, não há como compreender a língua como um sistema imutável de normas, pois há mudanças constantes nela. Entendemos que um sistema de normas somente teria relação com a realidade se abarcasse as transformações da língua, ou seja, se tomasse a história como determinante das mudanças e das alterações que passam a fazer parte da língua em diferentes épocas.

Se questionarmos, ainda com base em Bakhtin/Volochínov, “se a língua existe realmente para a consciência subjetiva do locutor unicamente como sistema objetivo de formas normativas e intocáveis” (2009, p. 95), temos que “a consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua como de um sistema de formas normativas” (Ibid., p. 95), pois a forma linguística não existe sem sujeito e sem história, uma vez que, segundo os autores, esse “sistema objetivo de formas normativas e intocáveis” (Ibid., p. 95), para a consciência subjetiva do locutor, é somente abstração produzida por procedimentos cognitivos, pois, sob uma visão materialista, o locutor há de utilizar a língua para satisfazer suas necessidades de comunicação real, empregando-a em um dado contexto concreto e real.

Por isso, há que se pensar que a forma linguística não pode existir independentemente do sujeito e sem levar em conta a história. Ela deve ser pensada em um contexto real, no funcionamento da língua. Segundo Bakhtin/Volochínov (2009, p. 99), “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”. Enunciamos juízos de valor, verdades, mentiras, coisas diversas por meio das formas linguísticas, mas não são elas enquanto integrantes do sistema da língua que significam por si só. A nosso ver, podem até funcionar como substratos em que se ancora a realidade, mas fora de qualquer realidade concreta esses substratos não significariam.

Assim, a crítica ao objetivismo abstrato recai justamente neste ponto: a separação entre “língua e seu conteúdo ideológico ou relativo à vida” (Ibid., p. 99), colocação esta que remete à seguinte pergunta de Bakhtin/Volochínov: “em que medida um sistema de normas imutáveis, isto é, um sistema de língua conforma-se à realidade?” (2009, p. 93). Pode-se ver

que, no objetivismo abstrato, não há conformação da língua à realidade, pois se exclui toda forma de interferência do sujeito e das situações de emprego da língua.

Um segundo ponto importante a abordar, criticado pelos estudiosos materialistas, refere-se ao estudo sincrônico da língua desenvolvido pelos estruturalistas. Para Bakhtin/Volochínov (2009), uma análise sincrônica da língua é feita sobre os estudos das línguas mortas, que se mantêm em documentos escritos, por exemplo, como é o caso do latim, e não em relação à língua viva, em funcionamento. Entretanto, os autores pontuam que “a lingüística é filha da filologia” (Ibid., p. 101), porque no limite de seus avanços se atém a estudos etimológicos. Com a sincronia, buscava-se estudar obras literárias e monumentos com alguma inscrição lingüística que se caracterizam como monólogos fechados, ou seja, que significam na sua realidade mais imediata e cujo ponto comum é o uso de uma determinada língua. Entretanto, cada uma das inscrições e das obras literárias não pode ser considerada somente em sua realidade lingüística, fechada, mas deve sempre ser compreendida como parte de determinado momento histórico, de dado modo de produção, pois se caracteriza como uma resposta a algo, a um período da história, a um acontecimento histórico, à ciência, à política, enfim, há sempre um real que serve de espelho para as mimeses, para as ficções, para as narrativas.

Segundo Bakhtin/Volochínov (2009), o filólogo e também o linguista ocupam-se de analisar a inscrição ou até mesmo os documentos como um fato de linguagem isolado, um documento que atesta a língua de dada época, que serve para comparar as diferentes inscrições de certa língua, mas não questionam o que os documentos representam, o que constituem, qual a importância e influência de tudo isso em/para dada época e o que representa para a atualidade. Desse modo, é a língua morta e escrita que foi tomada como base dos estudos filológicos (nos estudos teológicos) e lingüísticos, cuja concepção de língua é abstrata e fechada.

Além disso, torna-se importante destacar a influência da língua estrangeira na filologia e na lingüística enquanto representativa dos problemas em relação ao saber, ao deciframento e à transmissão do que foi decifrado (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009). Os autores apresentam alguns pontos nodais, questionando o objetivismo abstrato, que corroboram a compreensão de categorias advindas da língua estrangeira e que serviram para engessar o tratamento dos sentidos. Isso se deve à importância histórica que a palavra estrangeira desempenhou na formação das civilizações por meio, muitas vezes, da colonização, em que

ela foi associada com a ideia de poder, de força, de coerção, de verdade. Além disso, nesse contexto, a palavra estrangeira adquire um caráter pedagógico importante porque não se busca somente decifrar a língua, mas ensiná-la, e as inscrições nos monumentos, por exemplo, tornam-se exemplos para serem empregados de modo que os sentidos possam ser cristalizados, prevalecendo a estrutura sobre qualquer ordem histórica.

O primeiro ponto questionado pelos autores refere-se ao fato de que “nas formas linguísticas, o fator normativo e estável prevalece sobre o caráter mutável” (Ibid., p. 106), ou seja, um sistema de formas articulado à norma torna-se importante para decodificar uma língua, pois se está no plano linguístico estritamente, tratando de fonética, de gramática e de léxico, e, nesse âmbito, nada haveria de mutável. Compreender a fonética, a gramática e o léxico de uma língua é importante para aprender uma língua estrangeira, mas mesmo essas questões linguísticas não podem ser consideradas fora da cultura dessa língua, por exemplo.

O segundo ponto criticado consiste na “prevalência do abstrato sobre o concreto” (Ibid., p. 106), isto é, não se considera a concretização da palavra, porque, para isso, seria necessário inscrevê-la no contexto histórico de sua realização. Ao rechaçar essa ideia, o objetivismo abstrato trata as inscrições em monumentos como “enunciações monológicas fechadas” (Ibid., p. 106.), e isso constitui a abstração, ou seja, não se leva em conta a história, determinante dos sentidos e das relações sociais.

O terceiro ponto corresponde ao “sistemático abstrato prevalecer sobre a verdade histórica” (Ibid., p. 106). Nesse tópico, o formalismo e a concepção sistêmica de língua são os expoentes máximos a respeito do trabalho sobre um objeto acabado, estagnado, uma língua morta, por exemplo. Segundo Bakhtin/Volochínov (2009), para a tendência formalista e sistematizante, não é possível formalizar e sistematizar uma língua em evolução, pois é necessário que se termine a fase de criação de novos elementos da língua para então poder formalizá-los e sistematizá-los. Assim, essas tendências encontraram nas línguas mortas um campo fecundo. Logo, não se poderia tratar das mesmas questões diante das línguas vivas, isto é, como se fossem algo acabado, estagnado na história. Essa posição formalista não é compatível com a compreensão de uma língua sob uma perspectiva histórica e orgânica, pois esta perspectiva implica o tratamento da língua viva, em constante mudança e inovação.

“As formas dos elementos prevalecem sobre as do conjunto” (Ibid., p. 106) é o quarto ponto questionado do objetivismo abstrato. Conforme os autores expõem, a Linguística estaria voltada ao estudo da enunciação monológica, ou seja, estudam-se documentos

históricos, mas por meio de uma atitude passiva do filólogo, pois tudo se desenvolve nos limites do enunciado e do sistema e nada remete à realidade concreta. Os elementos linguísticos, as formas linguísticas, sobrepõem-se ao conjunto das realizações da enunciação. Relacionado a esse ponto se encontra outro: “a reificação do elemento linguístico isolado que substitui a dinâmica da fala” (Ibid., p. 106), o que corresponde a afirmar que o elemento linguístico, a forma linguística, é deslocada e isolada de todo o processo de fala, que é dinâmico. Ao isolar o elemento linguístico, a história da língua na Linguística reduz-se à história das formas linguísticas em seus aspectos fonéticos, morfológicos, gramaticais, ou seja, é uma história interna à língua, sem relação com o exterior.

Outro ponto fundamental criticado, ainda, trata da “univocidade da palavra mais do que polissemia e plurivalência vivas” (Ibid., p. 106). Quanto a este tópico os autores ressaltam que “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis” (Ibid., p. 109). É necessário compreender, ao contrário do que pressupõe o objetivismo abstrato, que a palavra é uma, mas que ela adquire seus vários significados em função do contexto em que se realiza e da realidade em que se insere. O trabalho dos filólogos e dos linguistas, no entanto, busca delimitar e recortar parte da realidade da palavra que se reflete na língua, ou seja, seleciona-se um significado para cada palavra. A Linguística ignora totalmente os diversos contextos em que uma palavra pode encontrar-se em prol da unicidade de significação que esse campo teórico busca impregnar à palavra.

Em relação à “representação da linguagem como um produto acabado, que se transmite de geração a geração” (Ibid., p. 106), os autores destacam que a Linguística, ao tomar a língua morta, por exemplo, desloca-a e a exclui da comunicação verbal. A crítica que os autores estabelecem nesse ponto é em relação à transmissão dessa língua, pois, para eles, o modo como filólogos e linguistas tratam disso é como se a “língua, como uma bola, pulasse de geração em geração” (Ibid., p. 111), ou seja, a língua é transmitida de geração a geração como um objeto, como se ela fosse inseparável da comunicação verbal. Contudo, sabe-se que uma língua materna não é transmitida, ela existe, dura e perdura na história durante várias gerações, e são os sujeitos, pela comunicação verbal nas comunidades linguísticas em que se inserem, que despertam sua consciência para a língua.

Outro ponto questionado pelos autores referente à contribuição da língua estrangeira no engessamento dos sentidos corresponde à “incapacidade de compreender o processo

gerativo interno da língua” (Ibid., p. 107) que está relacionado com o fato de que para o objetivismo abstrato “a língua existiria apenas como sistema de formas linguísticas sujeitas a normas”, conforme Bakhtin/Volochínov (2009, p. 112). Logo, a língua enquanto sistema de formas que remetem a normas configura-se no plano abstrato, distanciando-se, por sua vez, da realidade viva dentro da qual precisa ser pensada. Desse modo, o sistema linguístico empregado para compreender os fatos da língua morta não pode ser o mesmo utilizado para compreender a língua viva, pois aquele distancia os sujeitos da realidade da língua viva, a qual está em processo, em funcionamento, inserida na realidade social e permeada de práticas significativas dos sujeitos. Dessa forma, observa-se que qualquer que seja o tratamento que o objetivismo abstrato dê à língua sempre há de ser em prol do engessamento dos sentidos, da estabilização e cristalização destes, pois não toma em conta a realidade concreta da língua em funcionamento e por isso o caso da língua estrangeira para ilustrar essa posição é tão fecundo.

Em relação ao subjetivismo idealista, a segunda das orientações, tomamos o capítulo “A interação verbal” especificamente, no qual Bakhtin/Volochínov (2009) expõem suas críticas voltando-se especialmente para a enunciação monológica, que, embora não se trate de uma compreensão passiva como para os filólogos, também é tomada do ponto de vista da pessoa que fala, cujo ícone é a expressão individual.

Segundo os autores, a enunciação monológica no subjetivismo idealista é um “ato puramente individual, como uma expressão da consciência individual, de seus desejos, suas intenções, seus impulsos criadores, seus gostos” (Ibid., p. 115). A expressão, nesse caso, comporta o “conteúdo e sua objetivação exterior” (Ibid., p. 115), ambos tomados como uma dualidade interno *versus* externo, porque, para os subjetivistas idealistas, todas as formas de expressão estariam no interior do indivíduo. Contudo, essa teoria da expressão é rechaçada, ou melhor, reconduzida, pelos autores materialistas porque: 1) o conteúdo e sua objetivação exterior são criados a partir de um único e mesmo material e não a partir de materiais diferentes; 2) não pode haver distinção entre conteúdo interior e expressão exterior, como postulam os subjetivistas idealistas; 3) não é a atividade mental que organiza a expressão, mas é a expressão que organiza a atividade mental, pois o interior é determinado pelo exterior, ou seja, toda expressão ou comunicação é determinada pelas condições reais em que se produzem os enunciados, pela situação social imediata. Compreende-se, assim, que não pode haver uma dualidade, porque tanto o conteúdo quanto a expressão são determinados pelo

exterior, ou melhor, pelas condições reais de existência dos homens, o que determina as formas de produção dos enunciados.

A enunciação sempre é relação entre, pelos menos, dois indivíduos socialmente organizados, mesmo que o interlocutor não seja real, pois, muitas vezes, principalmente na escrita, por exemplo, temos um interlocutor virtual (imaginário) que pode estar representando um grupo social determinado. Se tomarmos o exemplo de uma palestra, observamos que o conteúdo dos enunciados é determinado pelo público presente, pois, conforme esse público, constroem-se deduções, apreciações, relações e motivações que variam conforme o nível social, o momento histórico, os laços sociais do palestrante em relação ao público, ou seja, a realidade exterior que o locutor tem diante de si.

O fato de a expressão ser ao mesmo tempo interior e exterior e constituir-se a partir das condições sociais implica que ela determina e organiza a atividade mental, pois o público da palestra, por exemplo, é determinante do modo de expressar-se do locutor – formalmente, quer de modo mais coloquial ou utilizando uma linguagem mais rebuscada ou informal. Enfim, o modo de produzir discursos é determinado pelos interlocutores, pelo contexto sócio-histórico. O mundo interior de cada indivíduo sempre tem um “auditório social” (Ibid., p. 117) estabelecido, ou seja, um público real ou imaginário que determina as deduções, as motivações e as apreciações interiores do locutor.

Além disso, segundo Bakhtin/Volochínov (2009), no modo de expressar-se o locutor usa a palavra, que se orienta segundo os interlocutores, ou seja, ela é determinada pelo indivíduo que a profere e pelo indivíduo a quem ela é dirigida, ambos sempre marcados e determinados por suas relações de produção. A palavra, na teoria materialista, é uma relação social entre locutor e ouvinte enquanto sujeitos socialmente organizados e inscritos na história. Os autores estabelecem que a palavra pode ser considerada uma ponte que liga um locutor a um interlocutor, pois de um lado há um locutor que (as)segura uma das extremidades e do outro lado há um interlocutor que cumpre seu papel – enquanto interlocutor, articulando universos diferentes, pois a palavra como língua é sempre território comum a ambos, mas ao tornar-se histórico-simbólica adquire valores distintos.

Ao tomar a palavra como ponte, como elo e como uma relação social, há que se levar em conta que o centro organizador da enunciação, da expressão, não é interior, conforme postulam os subjetivistas idealistas, mas exterior, porque se situa no meio social. É o sujeito socialmente integrado, devido a suas vivências e experiências, quem determina os sentidos

dos enunciados, mas não determina os sentidos com base somente no seu vivido e experienciado; determina-os a partir de sua história e de suas relações identitárias em determinadas condições sociais.

O subjetivismo idealista postula que as enunciações isoladas constituem a substância real da língua e que elas têm função criativa nessa língua. Contudo, esquece que as enunciações têm caráter social e que a criatividade não está no interior, como expressão pura do mundo interior do indivíduo. A enunciação e a atividade mental do indivíduo devem ser consideradas sempre como de natureza social. “Cada elo dessa cadeia é social, assim como toda a dinâmica da sua evolução” (Ibid., p. 126), isto é, as percepções e as sensações do indivíduo devem ser consideradas de natureza social. Tudo se constitui a partir da realidade social.

Além disso, outro ponto em que o subjetivismo idealista diferencia-se do objetivismo abstrato reside na dedução do conteúdo ideológico a partir das condições do psiquismo individual, ou seja, a tentativa de atrelar a forma linguística ao conteúdo ideológico por meio do ato psicofisiológico de sua produção (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009). Enquanto o objetivismo abstrato separa o sistema da língua de suas condições de uso, o subjetivismo idealista toma a enunciação monológica como ponto de partida. O ponto que nos interessa compreender, via teoria materialista, é pensar não a enunciação monológica, mas a enunciação dialógica, conforme propõem os autores:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pelo ato psico-fisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 127).

A interação verbal constitui a realidade fundamental da língua e, logo, a subjetividade configura-se sócio-historicamente, uma vez que a interação verbal se estabelece entre sujeitos sociais socialmente organizados em uma realidade social concreta. Esses autores materialistas postulam, ainda, que “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes” (Ibid., p. 128), isto é, sem a realidade concreta que determina a língua não há transformação, pois não é o sistema linguístico abstrato que faz evoluir e transformar uma língua, mas os sujeitos que a fazem movimentar-se nas interações sociais.

A partir das críticas tecidas, os autores propõem algumas formulações a respeito de como pode ser considerada a língua:

- a) “A língua como sistema estável de formas normativamente idênticas é apenas uma *abstração científica* que só pode servir a certos *fins teóricos e práticos particulares*. Essa abstração não dá conta de maneira adequada da *realidade concreta* da língua” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 131-132);
- b) “A língua constitui um *processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*” (Ibid., p. 132);
- c) “As leis da evolução lingüística não são de maneira alguma as leis da psicologia individual, mas também não podem ser divorciadas da atividade dos falantes. As leis da evolução lingüística são essencialmente *leis sociológicas*” (Ibid., p. 132).

Essas formulações assinalam um ponto central: a realidade concreta e histórica como determinante de todas as relações entre sujeitos. No objetivismo abstrato e no subjetivismo idealista são estabelecidos limites claros entre língua e fala; há fragmentação do objeto língua e busca-se um método que possa ser aplicado ao estudo das línguas mortas. Essas ideias são criticadas por Bakhtin/Volochínov (2009) em prol do objeto língua inscrito nas práticas sociais, reflexo da práxis dos sujeitos.

Nos estudos filológicos, bem como na Linguística, o interesse dos estudiosos volta-se especialmente sobre as formas linguísticas puramente, sem a presença e as determinações históricas, sem nem mesmo a interferência do homem. No subjetivismo idealista, a interferência do homem existe, contudo o centro organizador dos fatos da língua pauta-se no psiquismo individual, como se a cada enunciação fosse recriada a língua, individualmente. Tanto o objetivismo abstrato quanto o subjetivismo idealista refutam a prática social e a realidade concreta que se configura pelo viés materialista como fundamento primordial das relações entre locutores.

Para Bakhtin/Volochínov (2009), as questões fundamentais estão centradas sobre uma reflexão em torno da linguagem e da significação. Uma das críticas dos autores consiste no fato de algumas teorias não investigarem as condições reais de uso da língua, a exemplo da filologia, do objetivismo abstrato e do subjetivismo idealista. Os autores, além disso, tecem críticas à limitação do papel das normas e ao modo como essas normas não conseguem responder às transformações da língua nas diferentes relações entre conflitos. Ademais, os autores contrapõem-se à força do conservadorismo nos estudos da linguagem ao criticar a

filologia, cujos filólogos tomam a língua morta, estática, já estabilizada, sem críticas e questionamentos.

Apresentadas as críticas em relação às duas vertentes e que contribuem para que se possa entender o porquê de não tomarmos a materialidade dicionário digital sob a luz de pressupostos filológicos, puramente linguísticos ou sob uma ótica do subjetivismo idealista, é importante salientar que buscamos entender como a língua é compreendida em teorias materialistas, já que é distinta da compreensão que se tem de língua nos estudos objetivistas abstratos e nos subjetivistas idealistas. Para tanto, seguimos nosso percurso nas relações entre infraestrutura e superestruturas para compreender as relações dialéticas que se estabelecem entre a língua e as estruturas sociais.

Para Bakhtin/Volochínov (2009), tratar das relações entre infraestrutura e superestruturas é colocar-se no plano da realidade concreta e pensar aí a relação entre a língua e as correlações de força infraestruturais e superestruturais. Para tanto, os autores abrem um capítulo em sua obra para tratar das relações entre elas, já que almejam explicitar questões fundamentais do materialismo dialético e buscam trabalhar “as relações entre linguagem e sociedade, colocadas sob o signo da dialética do signo, enquanto efeito das estruturas sociais” (Ibid., p. 13), ou seja, a sociedade como um todo é pautada e funciona com base na relação dialética entre infraestrutura e superestruturas, na relação, portanto, entre forças sociais e poder do Estado.

Assim, conforme observamos nas críticas tecidas ao objetivismo abstrato, para os autores materialistas, a língua é um fato social que se funda na necessidade de compreender os modos como esta língua materializa a ideologia e como a ideologia espelha as relações entre sujeitos. Para esses autores, tratar da dialética entre as relações infra e superestruturais no plano da língua é a questão primordial para pensar o lugar da materialização da língua, o lugar onde ocorrem as transformações linguísticas, nas quais a palavra, enquanto signo ideológico, é o lugar do confronto de valores sociais contraditórios, servindo como indicador de mudanças. As transformações sociais da base refletem-se na palavra e na língua que as veicula. Logo, podemos compreender que a língua, para Bakhtin/Volochínov (2009), é expressão das relações sociais, e o signo é o lugar do embate social, porquanto as ideologias funcionam nessas relações e nesse embate. As ideologias também estão nas superestruturas que determinam os valores que os signos adquirem.

Bakhtin/Volochínov (2009) tomam os conceitos de infraestrutura e superestruturas a partir de Marx (1985), em que o autor, ao trabalhar questões voltadas às relações jurídicas, bem como às formas de Estado, afirma que essas relações têm suas raízes nas condições materiais de existência, ou seja, na realidade social que abarca os homens. Marx (1985) destaca que

os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (MARX, 1985, p. 82).

Todo o processo da vida material, diária, vivida, experienciada é fundamento da vida social, condiciona a produção social, material e intelectual¹⁸. Para Marx, a infraestrutura e a superestrutura são articuladas por uma determinação específica. A primeira, também compreendida como a base econômica, é a unidade das forças produtivas com as relações de produção, e a superestrutura comporta dois níveis, duas instâncias: o jurídico-político (Direito e Estado) e o Ideológico (diferentes ideologias). Essas duas estruturas convivem na sociedade, determinando e sendo determinadas uma pela outra. As forças produtivas – os homens – são determinadas pela sua realidade social, ou seja, de que devem continuar produzindo, por exemplo, para que possam prover suas necessidades e, conseqüentemente, possam sustentar-se e continuar produzindo. A superestrutura intervém determinando, por exemplo, juridicamente, que a esses homens seja assegurado o salário em troca de seu trabalho. O que determina que essas relações se estabeleçam é a realidade social em primeira instância, são as formas de organização institucionais da sociedade e a consciência que os homens têm de seu lugar social enquanto força produtiva, a partir do modo como se reconhecem a si e aos outros.

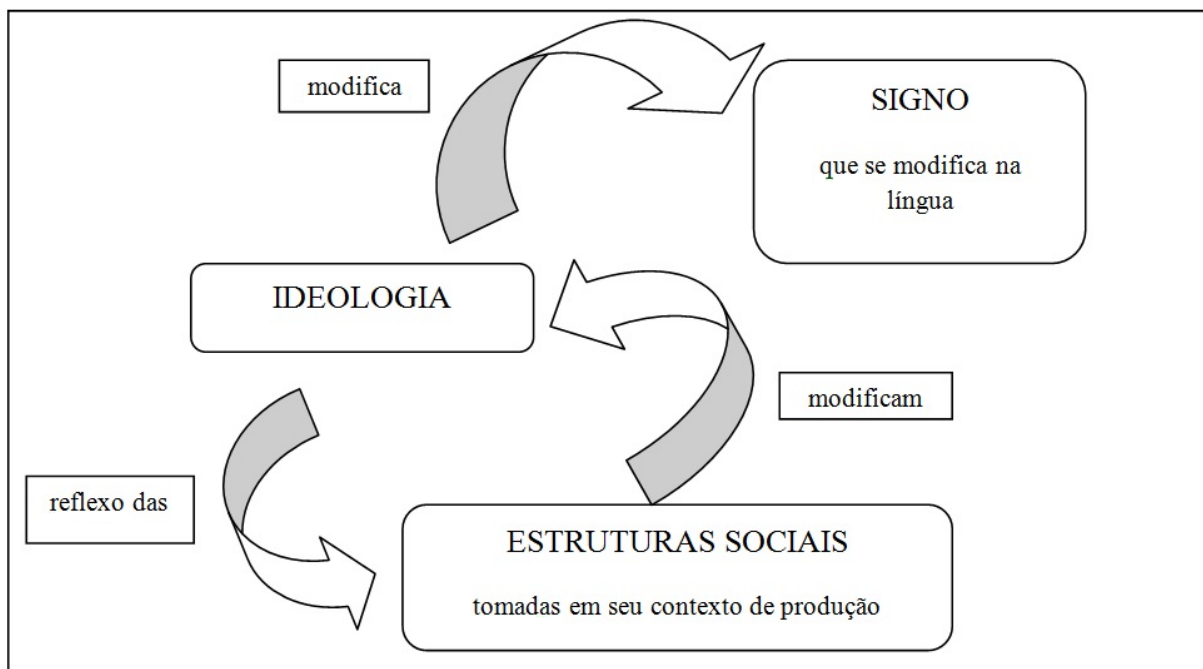
Segundo Bakhtin/Volochínov (2009), não há como tratar de ideologia sem tratar de signo, que é um fenômeno do mundo exterior. Todo signo pode ser ideológico, seja esse signo um objeto físico, um instrumento de produção, um produto de consumo, enfim, qualquer

¹⁸ Nas obras de Louis Althusser e de Michel Pêcheux, observaremos que os autores tratam da divisão social do trabalho, que está diretamente relacionada com o lugar social que o sujeito ocupa. Essa divisão social do trabalho desempenha um papel determinante na estrutura econômica da sociedade. Sobre essa estrutura erigem-se leis e normas superestruturais jurídicas e políticas que determinam, por sua vez, as relações entre as classes sociais.

signo que pode se revestir de um valor ideológico. Como exemplo, pode-se citar a balança, que corresponde à justiça, o pão e o vinho, que representam, no sacramento da comunhão, o corpo e o sangue de Cristo, ou seja, tudo o que tem funcionamento como signo ideológico tem existência material.

Além disso, os autores afirmam que, em virtude de o signo ser ideológico e das ideologias permitirem compreender o funcionamento das estruturas sociais, todas as transformações das estruturas encadeiam uma modificação da língua (Idem), que se situa na infraestrutura e sofre os reflexos das estruturas sociais e suas transformações. Parte-se da ideia de que todo signo ideológico é mutável, dinâmico, vivo, móvel, plurivalente. Poderíamos representar essa afirmação dos autores do seguinte modo:

Figura 1: Relação entre estruturas sociais, ideologia e signo



Fonte: própria autora.

Compreende-se que, para que haja alguma alteração na língua, é necessário que essa língua esteja em funcionamento nas estruturas sociais, em seus diferentes modos de produção, pois é aí inicialmente que ocorrerão as mudanças.

Segundo os autores, “a relação recíproca entre a infraestrutura e as superestruturas, [...] pode justamente ser esclarecida, em larga escala, pelo estudo do material verbal” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 42). Isso se deve à palavra enquanto signo ideológico

que está presente em todas as relações sociais entre indivíduos. Então, se a palavra está presente em todas as relações sociais, certamente é ela um indicador das mudanças sociais.

Para explicitar a relação entre infraestrutura e superestruturas, selecionamos o verbete “assentado”, pois esse item lexical é plurivalente e reflete práticas sociais distintas. Para tanto, analisaremos o item lexical “assentado” a partir das acepções¹⁹ apresentadas no *Grande Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* (2001), doravante *Dicionário Houaiss*, no *Dicionário Caldas Aulete Digital* e no *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* (2009), doravante *Dicionário Aurélio*, pois é nesses dicionários que se podem observar as relações infraestruturais e superestruturais.

Inicialmente, apresentemos as acepções do *Dicionário Houaiss*²⁰ sobre o item lexical assentado:

VERBETE 1 - assentado

1. adj. (sXIII cf. IVPM) que se assentou; que se encontra sentado; colocado, colado sobre uma base <o piso acabou se ser a.>
2. estabelecido com firmeza; resolvido, decidido
3. fixado <os critérios de julgamento já foram a.>
4. equilibrado
5. judicioso, prudente <jovem de juízo a.>
6. que pousou sobre uma superfície; depositado <há muita poeira a. sobre os móveis>
7. adj. s.m. **B diz-se de ou camponês ou trabalhador rural que já tem a posse legal da terra em que vive**
8. s.m. terreno plano no alto de um morro ou de uma serra
9. **no candomblé e em ritos afins, aquele ou aquilo que foi submetido aos rituais para receber o axé de um orixá**²¹

No verbete 1, a acepção “**diz-se de ou camponês ou trabalhador rural que já tem a posse legal da terra em que vive**” faz referência ao homem do campo, ao ‘camponês ou trabalhador rural’. Essa acepção remetendo ao meio rural pode refletir sentidos dos produtores rurais que já estão em situação legal, perante a lei, tendo a posse de suas terras, após a concessão, como é o caso dos imigrantes. É uma acepção depreendida a partir de uma

¹⁹ Em lexicografia, cada um dos vários sentidos que palavras ou frases apresentam de acordo com cada contexto, segundo Houaiss (2009).

²⁰ 1ª edição, publicada no Rio de Janeiro pela editora Objetiva, caracteriza-se por ser uma publicação do Instituto Antônio Houaiss.

²¹ Grifos nossos.

situação social sem litígios de movimentos em favor da obtenção de terras para produzir, lexicografada devido às transformações históricas e às formas como os sentidos vão traduzindo essas transformações. Nessa acepção, os sentidos remetem aos camponeses imigrantes que têm o direito de terra assegurado pelo governo brasileiro, ou seja, são ocupantes de terras a partir de uma conjuntura histórica das superestruturas da qual ecoam sentidos do período de imigração europeia, principalmente, para o Brasil, quando o governo brasileiro concedia aos imigrantes formas de subsistência por meio da terra. Se por um lado o verbete 1 faz ecoar sentidos das transformações sociais desencadeadas pelas ideologias das superestruturas, por outro apresenta uma perspectiva da infraestrutura lexicografada: “**no candomblé e em ritos afins, aquele ou aquilo que foi submetido aos rituais para receber o axé de um orixá**”. A prática remonta à religião animista que corresponde a doutrinas que afirmam a existência da alma humana, considerando esta como princípio e sustentação de todas as atividades orgânicas, tanto das percepções quanto dos sentimentos e dos pensamentos. A religião animista foi trazida para o Brasil por africanos escravizados, e suas práticas decorrem da encenação, realizada por sacerdotes e adeptos em cerimônias públicas e privadas, de uma convivência com forças da natureza e ancestrais.

O item lexical “assentado”, no *Dicionário Caldas Aulete Digital*²², apresenta-se da seguinte forma:

VERBETE 2 - assentado

1. a. Que se assentou, que se sentou ou está sentado; que se assentou, que se depositou ou pousou sobre algo
 2. Firme, solidamente fixado sobre uma base
 3. Que foi combinado ou decidido (questão assentada)
 4. **Que é membro de assentamento (3); indivíduo que é membro de um assentamento**
 5. Circunspecto, discreto, prudente (pessoa assentada; juízo assentado)
 6. BA Extensão de terreno plano em alto de serra ou morro; ASSENTADA
- [F.: Part. de assentar.]

²² Disponível no site <http://www.aulete.com.br>. Data de 2006 e reúne verbetes e verbetes atualizados, conforme já mencionado na introdução desta Tese. Este recorte trata-se de um verbete atualizado.

Esse verbete remete ao item lexical “assentamento”²³, indicando uma definição específica:

VERBETE 3 - assentamento

3. Ação de dar posse legal de terra a trabalhadores rurais ou camponeses.

No verbete 2, a definição atribuída por Aulete mantém o sentido tradicional e conservador das superestruturas, sem renovar a perspectiva pelo viés das práticas sociais. A acepção reflete sentidos do movimento dos trabalhadores, imigrantes e trabalhadores rurais sem-terra, restringindo, portanto, as significações ao fato de a terra ser dada aos trabalhadores rurais e camponeses.

O verbete 3 evoca sentidos que nos remetem ao final do século XIX e início do século XX, quando chegaram ao Brasil imigrantes alemães e italianos sob a promessa de uma vida melhor, de trabalho e de dignidade, o que não mais encontravam em seus países. Ao aqui aportarem, os imigrantes deparavam-se com inúmeras dificuldades, e a vida estava longe de melhorar. Com isso, o governo brasileiro concedeu-lhes terras em troca de seu trabalho. Com a concessão de terras aos imigrantes e, posteriormente, na década de 1980, com o movimento da Reforma Agrária no Brasil, com os agricultores denominados sem-terra, que são camponeses ou trabalhadores rurais que não têm a posse legal da terra em que vivem e trabalham ou que, por não possuírem terra, são empregados como mão de obra agrícola geralmente, caracteriza-se o processo de assentamento, que consiste no direito à terra, possibilitado pelo governo ao doar terras e dar a posse legal, e ao direito de posse. Nos itens lexicalizados no *Dicionário Caldas Aulete Digital*, as práticas dicionarizadas são da ordem da estabilidade, e os sentidos se cristalizam em virtude das determinações superestruturais de conceder terras aos imigrantes. Já as práticas sociais dos sujeitos na sociedade em permanente transformação movimentam os sentidos dos verbetes e refletem o olhar em torno da infraestrutura ou das superestruturas, pois é pelo embate entre infraestrutura e superestruturas, pela intervenção do histórico – a exemplo da definição ‘ação de dar posse legal de terra a trabalhadores rurais ou camponeses’, em que se reflete a legalidade do processo, mas ao mesmo tempo refrata-se como se deu essa ação, se pacificamente, se litigiosamente ou se

²³ Segundo Silva (1996, p. 154), “no dicionário, palavra-puxa-palavra, um significante puxa outro significante, em uma cadeia contínua e ininterrupta, marcada por uma aparente fragmentação e dispersão, mostrando-escondendo a presença da alteridade, da memória, da história”. Pensando nesse processo de significação de um verbete que remete a outro para a determinação dos sentidos, é imprescindível que analisemos também o verbete “assentamento” para compreender o sentido das acepções do verbete assentado.

houve conflitos de interesses – que os sentidos se produzem, alteram-se, movimentam-se e até se transformam.

No *Dicionário Aurélio*, o item lexical “assentado” é apresentado com as seguintes acepções:

VERBETE 4 – assentado

1. [Part. de assentar.] Adj. Que se assentou
2. **Restr. Diz-se de membro de assentamento (4). Indivíduo assentado**²⁴
3. Firmado, resolvido, deliberado: Quanto a isso, não há dúvida: é matéria assentada. Combinado, convencionado
4. Pousado, depositado: borra assentada no fundo da garrafa
5. Bras. Terreno plano no alto de morro ou de serra; assentada, assente, assento, sentada

Este verbete remete ao item lexical “assentamento”:

VERBETE 5 - assentamento

4. Urb. Ato ou efeito de fixar-se, i.e., de estabelecer residência em determinado lugar. “O crescimento desordenado dos assentamentos irregulares, como as invasões, os condomínios e os próprios acampamentos, complicou a ação do poder público.” (Sandra Beatriz Zarur, “Vila Planalto. Um Caso de Resistência Popular.”, em Brasília, Moradia e Exclusão, p. 82).²⁵

No verbete 4, a acepção “**Diz-se de membro de assentamento (4). Indivíduo assentado**” remete ao verbete “assentamento” e não nos diz muito dos sentidos que aí circulam. Quando, contudo, tomamos o verbete 5, é possível observar, por meio da seleção lexical, que a remissão não se dá ao trabalhador rural, ao simples camponês, mas a todo e qualquer sujeito que se fixou em dado lugar. Além disso, outra importante observação é o exemplo citado, que contribui para entendermos o olhar sobre a realidade social e os reflexos disso na/sobre a língua. Ao determinar qual o exemplo a ser inserido no verbete, já se tem uma posição bem específica: daquele que olha a realidade social sob o viés dos conflitos entre a infraestrutura e as superestruturas. A escolha lexical “invasões” em detrimento de “ocupações”²⁶, por exemplo, a interferência da ação do poder público (forças intervindo para

²⁴ Grifos nossos.

²⁵ Grifos do autor.

²⁶ Freda Indursky traz uma reflexão acerca do léxico “ocupação” e “invasão”, no texto *De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST*, publicado em 1999.

manter a ordem da/cidade – intervenção pela força da lei e da polícia, muitas vezes) e a afirmação de que há um crescimento “desordenado” são elementos que nos remetem para determinadas práticas políticas constituídas pela desigualdade social, pela luta de classes.

Ademais, no espaço urbano, assentamentos irregulares caracterizam-se em geral por localizações para fins de moradia da população de baixa renda, que na maioria não possuem condições básicas de saneamento, como rede de esgoto, abastecimento de água potável e distribuição de energia elétrica. Localizam-se, geralmente, na periferia da cidade, correspondem aos aglomerados urbanos sem aval do poder público por serem regiões sujeitas a desmoronamentos, a inundações, ou, ainda, a outros problemas, que impediriam, na visão do poder público, fixar residência nesses locais. Os assentamentos irregulares citados no exemplo do verbete são invasões, condomínios e acampamentos. As três formas de ocupar lugares consistem em usufruir de locais desabitados permanentemente ou momentaneamente, transformando-os em lugares de moradia ou em espaço de reivindicações sociais. O exemplo no verbete do *Dicionário Aurélio* aponta para o funcionamento do político no seio da infraestrutura, ou seja, ao selecionar esse determinado exemplo a ser inserido no dicionário em detrimento de outro, o olhar para a infraestrutura aponta para uma posição em uma sociedade marcada pela luta de classes, por conflitos, por contradições. Ou seja, a partir da análise da seleção lexical de cada um dos verbetes dos dicionários, observa-se, pelas significações sócio-historicamente inscritas no simbólico e na história, a preocupação de lexicalizar práticas sociais urbanas, no caso do *Dicionário Aurélio*, e práticas sociais rurais, no caso do *Dicionário Houaiss*.

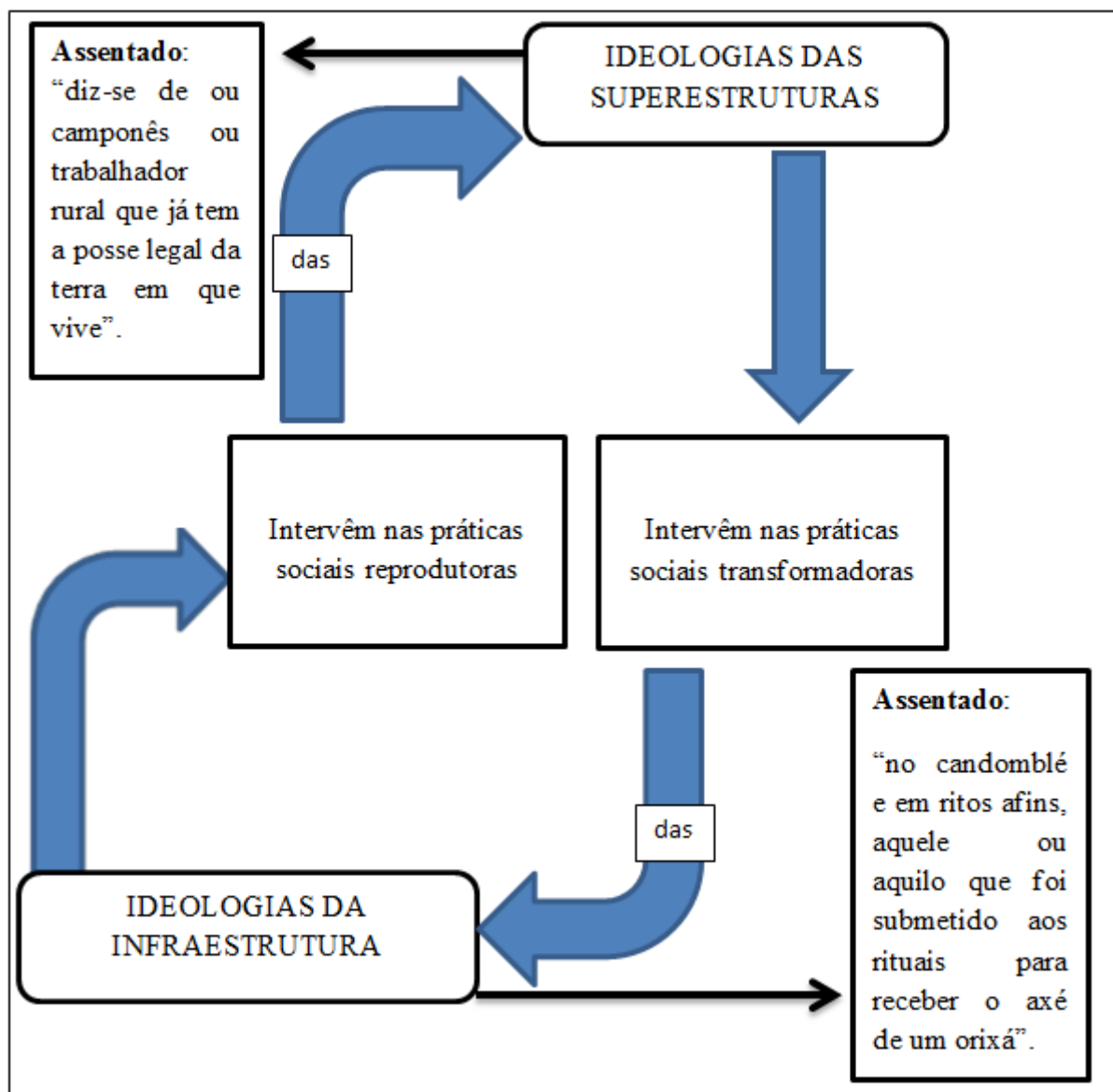
Além disso, observa-se múltiplos olhares sobre um mesmo objeto, sobre uma mesma realidade, que evocam sentidos diferentes; contudo, olhares não somente enquanto distintas posições diante dos assentamentos, mas enquanto distintas ideologias refletidas das estruturas sociais, que, por sua vez, caracterizam as formas de ação das ideologias, as quais tornam os signos plurais. Logo, não se pode pensar que isso é determinado pela consciência do indivíduo, pelas formas linguísticas, por impressões e vontades do homem, pois é pela realidade social, pelos lugares de conflito no seio da sociedade, em virtude da luta de classes e das relações de poder institucionais materialmente constituídas que as transformações ocorrem, passam a integrar o léxico de uma língua e vêm a ser dicionarizadas.

No *Dicionário Houaiss*, as acepções do verbete 1 remetem à relação entre infraestrutura e superestruturas na medida em que são lexicografadas práticas sociais das

minorias, ou seja, dos negros africanos que deram origem ao candomblé, e práticas sociais rurais que são determinadas pelo governo brasileiro quanto à concessão de terras. O *Dicionário Houaiss* apresenta um repertório lexical que abarca tanto sentidos infraestruturais quanto superestruturais.

Retomando o esquema elaborado a partir de Bakhtin/Volochínov (2009) anteriormente, poderíamos ilustrar a relação que aparece no *Dicionário Houaiss* da seguinte forma:

Figura 2: Relação entre estruturas sociais, ideologia e signo no *Dicionário Houaiss*



Fonte: própria autora.

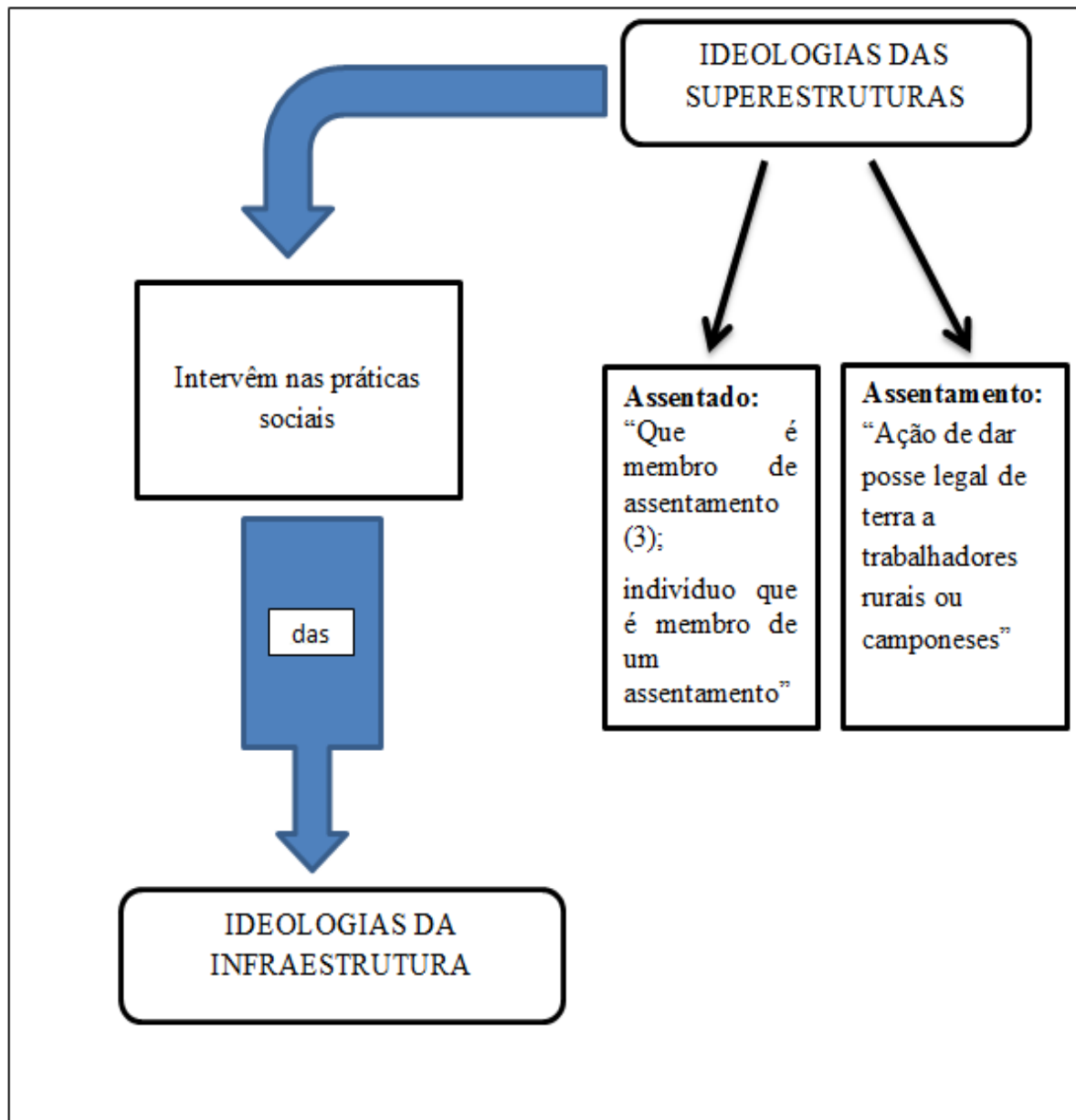
No *Dicionário Houaiss*, o verbete assentado é definido com base nas relações entre infraestrutura e superestruturas. Por um lado, as ideologias das superestruturas intervêm nas práticas sociais transformadoras da infraestrutura, determinando a partir desta a acepção que faz referência ao *candomblé*, prática social de um grupo africano, trazendo para o dicionário o olhar das superestruturas sobre a infraestrutura. Por outro lado, as ideologias da infraestrutura intervêm nas práticas sociais reprodutoras das superestruturas, definindo, a partir de sentidos históricos já cristalizados, a acepção de assentado enquanto trabalhador rural que já tem a posse de suas terras legalmente, remetendo ao olhar das superestruturas das quais ecoam sentidos já legitimados sócio-historicamente.

Há uma tentativa de transformação da língua a partir da ação das forças sociais quando se busca lexicalizar um ritual africano. Contudo, as práticas não dão conta de reestruturar as relações de produção do *Dicionário Houaiss*, o qual se mantém pautado sobre as superestruturas, uma vez que dicionariza práticas sociais já instauradas, legitimadas e cristalizadas.

No *Dicionário Caldas Aulete Digital*, as acepções do verbete remetem-nos a uma posição bem específica, ou seja, ao olhar das superestruturas em torno das práticas já legitimadas na realidade social, refletindo essa posição na língua e refratando outros sentidos. Nesse dicionário, as ideologias das superestruturas intervêm nas práticas sociais da infraestrutura, levando à lexicalização de sentidos já cristalizados. A infraestrutura é vista pelo olhar das superestruturas a partir de posições legitimadas pelo poder do Estado, caracterizando os sentidos que as palavras adquirem na língua. A transformação da língua não acontece, pois os verbetes são definidos a partir da reprodução de sentidos cristalizados nas superestruturas, não tomando as ações das forças sociais como determinantes no processo de lexicalização da Língua Portuguesa, o que se torna necessário para que haja transformação no seio social.

O esquema a seguir ilustra essa relação unilateral, isto é, o olhar das ideologias das superestruturas sobre as ideologias da infraestrutura:

Figura 3: Relação entre estruturas sociais, ideologia e signo no *Dicionário Caldas Aulete Digital*



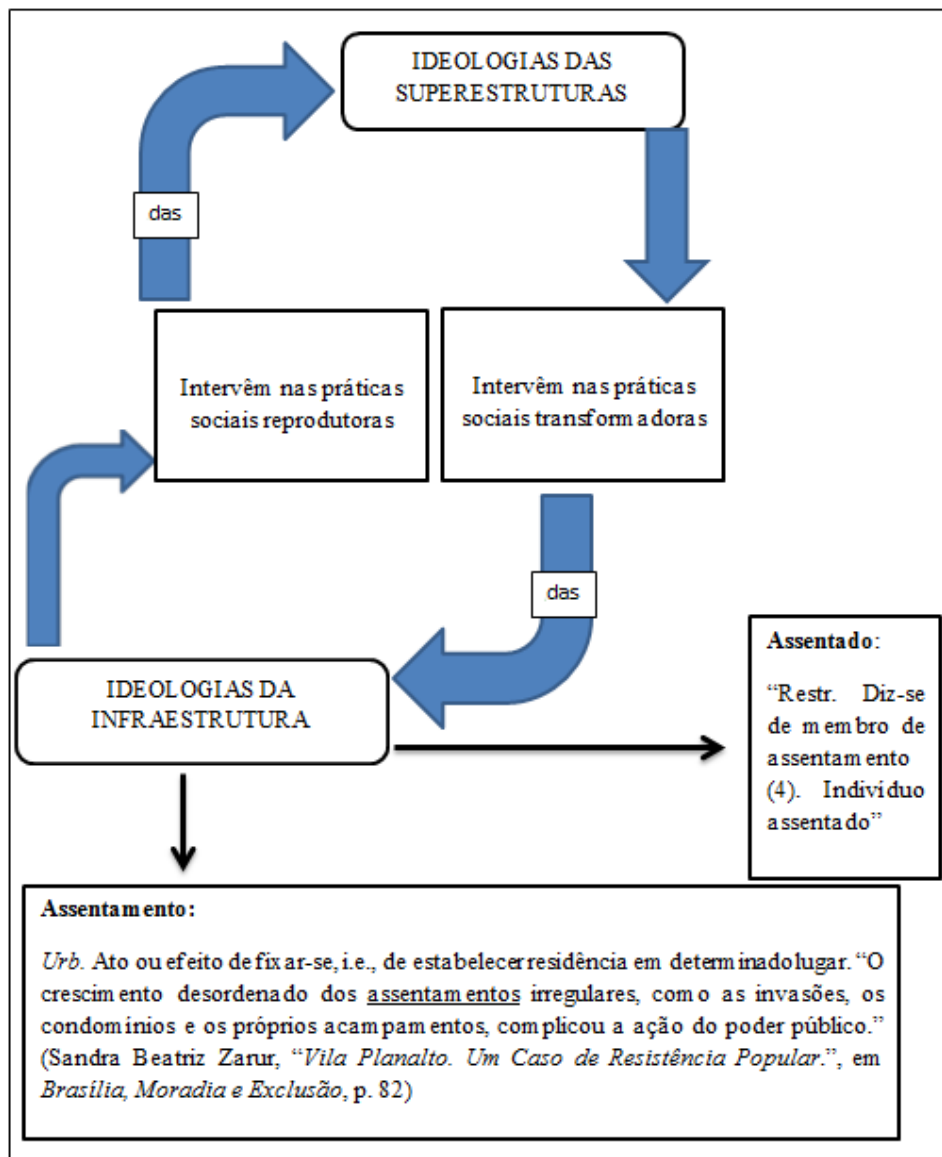
Fonte: própria autora.

No *Dicionário Aurélio*, a seleção lexical do exemplo apresentado remete ao olhar sobre a infraestrutura, a exemplo dos itens lexicais presentes nas acepções dos verbetes refletindo e refratando sentidos na/sobre a língua. Nesse dicionário, a infraestrutura é determinante na ressignificação do item lexical, pois modifica esse item a partir da intervenção das práticas sociais transformadoras da infraestrutura nas práticas sociais

reprodutoras das superestruturas. O verbete é lexicalizado com sentidos que se constituem nas práticas transformadoras da sociedade, pois se evocam sentidos do sujeito que integra assentamentos irregulares, do sujeito membro de invasões de espaços alheios para fixar sua residência, do sujeito que complica a ação do poder público, ou seja, do sujeito das forças sociais, que mobiliza sentidos que provocam alterações na língua, transformando-a.

O esquema a seguir ilustra a relação dialética entre infraestrutura e superestruturas necessária para a transformação dos sentidos na língua e a transformação desta pelas forças orgânicas da sociedade:

Figura 4: Relação entre estruturas sociais, ideologia e signo no *Dicionário Aurélio*



Fonte: própria autora.

Observamos nos dicionários o funcionamento ideológico dos signos pautados nos processos já legitimados socialmente, como o evento histórico das concessões de terras a imigrantes, vindos ao Brasil a partir de 1850, e os movimentos sociais sem-terra, na década de 80 do século XX, cujas acepções são resultado da prática já cristalizada no seio social, mantendo o que tradicionalmente se observa em dicionários canônicos: lexicalização de práticas sociais já instauradas, legitimadas e cristalizadas, como é o caso dos dicionários *Houaiss*, por um lado, e *Caldas Aulete*, por outro. Entendemos, além disso, que as ideologias, reflexo das superestruturas e reflexo da infraestrutura, são distintas, pois a primeira remete ao que é estabelecido em lei, isto é, que é direito do sujeito latifundiário adquirir suas terras e usufruir delas conforme deseja, inclusive deixando-as ociosas; e a segunda que remete ao fato de que tem direito à terra não aquele que é dono, mas aquele que a faz produzir e usufrui dela para a subsistência no meio rural.

O direito natural e o direito civil convocam sentidos distintos para uma mesma palavra. Por um lado, defende-se o acesso à terra conforme estabelecido pelo direito civil; por outro, rompe-se com a forma de acesso à propriedade conforme estabelecido pelo direito civil por uma estratégia política (concessão de terras a trabalhadores rurais).

Com base nisso, os exemplos apresentados contribuem para explicitar o que postulam Bakhtin/Volochínov (2009): a realidade concreta e histórica, que é a da infraestrutura, determina todas as relações sociais. Assim, o conceito de língua na perspectiva materialista do leste europeu deve ser estudado sob a perspectiva da infraestrutura, pois é nas relações sociais, na realidade concreta, que se dão as transformações linguísticas, a mudança se dá nas transformações sociais, através das práticas que reestruturam as relações de produção. Conseqüentemente, é preciso observar como se determinam as transformações da língua na infraestrutura a partir da ação das forças sociais.

1.3.1 As relações entre o signo ideológico e uma compreensão política da língua e do signo

Para compreendermos as relações entre o signo ideológico e uma política da língua e do signo em Mikhail Bakhtin e Valentin Volochínov, recorreremos, sobretudo, ao capítulo “Estudo das ideologias e filosofia da linguagem”. Esse capítulo torna-se importante na medida em que os autores tratam do signo, apontando para o signo ideológico, que se reveste de dada realidade sócio-histórica. Para entender a relação que se estabelece com a política, é necessário explicitar o funcionamento do signo na esfera social, ou seja, quando a palavra se

reveste de uma realidade, refratando outra, bem como compreender que a condição do ideológico está relacionada à categoria de valor (sócio-histórico) e remete à identidade das formações sociais.

Os autores afirmam que “sem signos não existe ideologia” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 31). Com base no que pontuam os autores, há um corpo físico, um produto de consumo, que vale por si só e não é ideológico, em um primeiro momento. Esse corpo físico ou produto de consumo pode revestir-se de dada realidade, constituindo-se, por um lado, como um reflexo ou uma sombra da realidade, por meio do som, da massa, da cor, do movimento (Ibid., p. 33). Por outro lado, se o corpo físico se inscreve em um contexto histórico, pode adquirir um valor próprio que lhe é conferido por esse contexto histórico.

Para melhor compreendermos essa relação, tomemos o exemplo da balança: instrumento que serve para pesar, comparar massas ou medir forças. Se tomarmos a balança como símbolo do Direito, este corpo físico, produto de consumo, que serve para pesar, comparar massas ou medir forças, converte-se em signo ideológico que passa a representar o equilíbrio, a prudência e o comportamento correto nos tribunais de julgamento. Corresponde, ainda, à pesagem das ações e à aplicação equilibrada da lei. Na esfera religiosa, na iconografia cristã, a balança representa a pesagem das almas dos mortos na travessia para o céu. Na astrologia, o signo ideológico balança representa o signo de libra no zodíaco e simboliza o equilíbrio emocional e espiritual, que seria característico das pessoas nascidas entre os dias 23 de setembro e 22 de outubro. O signo ideológico, assim, “passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade” (Ibid., p. 31). A passagem do objeto físico a signo se dá por meio da ideologia. Signo e ideologia andam juntos, ou seja, “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes” (Ibid., p. 32-33). Pensando nisso, então, ao tomarmos a balança como símbolo do Direito, este signo, refletindo e refratando a realidade, é ideológico porque ultrapassa suas particularidades de objeto físico e representa o equilíbrio, a imparcialidade e a ponderação nos julgamentos dos tribunais. Enquanto símbolo religioso constitui-se signo ideológico porque representa a pesagem das almas, que serão guiadas ao céu ou ao inferno, de acordo com os pecados cometidos em vida e segundo o lado para o qual pender a balança. Enquanto símbolo da libra no zodíaco é signo ideológico porque representa equilíbrio entre emoção e espírito.

O domínio dos signos, segundo Bakhtin/Volochínov (2009), é o domínio da representação, ou seja, os signos de uma língua constituem-se entre “indivíduos que estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social)” (Ibid., p. 35). Isso se deve ao fato de que na realidade dos signos estão implicadas as ideologias que constituem os sujeitos, uma vez que a representação dos signos resulta de determinações históricas em um determinado grupo. No Direito, por exemplo, atribuir à balança a representação do equilíbrio pautado nas ações dos homens e nas leis resulta dos valores com os quais os sujeitos de uma dada unidade social se identificam. Na esfera religiosa cristã, a balança como representação da pesagem das almas também resulta dos valores históricos dos sujeitos, segundo a organização social em que se inserem.

Para Bakhtin/Volochínov (2009), “cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (Ibid., p. 33), ou seja, o signo ideológico, sendo da ordem da representação, inscreve-se na ordem do simbólico (a língua) e da história e, portanto, passa a refletir determinados valores. Por isso, também, constitui-se como ‘fragmento material da realidade’, tendo em vista que, assim como reflete dada realidade, refrata outra, cuja reflexão ou refração é determinada pela inscrição da língua nos fatos históricos, configurando o que os autores entendem por dialética. Além disso, estabelecem que “um signo é um fenômeno do mundo exterior” (Ibid., p. 33), o que se caracteriza como questão central do materialismo histórico, a partir do qual todo signo, para se constituir enquanto tal, inscreve-se na história. Ademais, somente se constitui como signo ideológico o objeto que está inscrito no simbólico e na história – já que o signo ideológico somente se constitui na medida em que é posto em relação com os sujeitos – pois nesta relação intervêm condições sociais e históricas que determinam o valor do signo.

Pensando na inscrição do signo na ordem do simbólico e da história, Bakhtin/Volochínov (2009) afirmam que a palavra é “o fenômeno ideológico por excelência” (p. 36), sendo o “signo mais puro” (p. 37) e também um signo “neutro” (p. 37). Caracteriza-se como ‘fenômeno ideológico por excelência’ porque funciona dialeticamente, ou seja, comporta diferentes valores, segundo as esferas de produção em que é inscrito, e por ser compreendido como um ‘signo neutro’ pode ser empregado em qualquer domínio e, a partir disso, adquire seu valor ideológico. Exemplificando, temos que, se tomarmos, ainda, a palavra balança, esta somente representa equilíbrio e ponderação nos julgamentos se tomada no domínio jurídico; somente é símbolo de pesagem das almas no domínio religioso cristão.

Nesse caso, a palavra corresponde a um objeto físico (balança) e a um signo (usada para pesar e comparar massas), mas enquanto signo ideológico representa equilíbrio na instituição social jurídica e representa pesagem das almas na instituição social religiosa cristã.

Para pensarmos a constituição do signo em signo ideológico, tomemos como exemplos a foice e o martelo, porque a partir destes significantes é possível observar como a palavra, entendida como um signo neutro, tem um funcionamento dialético ao apresentar valores contraditórios. Além disso, poderemos observar a passagem do signo linguístico ao signo ideológico, mediante inscrição daquele na ordem do simbólico e nos domínios da história. O objeto físico foice (signo linguístico) tem um significante [*f-o-i-c-e*] e um significado (instrumento composto de uma lâmina curva presa a um cabo, usado para segar), assim como o objeto físico martelo (signo linguístico) tem um significante [*m-a-r-t-e-l-o*] e um significado (ferramenta provida de uma cabeça de ferro ou outro material forte e pesado, presa a um cabo e usado especialmente para pregar pregos). A mudança no significante ocorre segundo a língua em que tomamos o exemplo. Na língua inglesa, por exemplo, *h-a-m-m-e-r*; na língua espanhola, *m-a-r-t-i-l-l-o*; na língua francesa, *m-a-r-t-e-a-u*. Nessas línguas o significante é diferente para cada uma, mas o significado mantém-se o mesmo em todas elas, se tomado enquanto signo linguístico.

Contudo, sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético, o signo sempre está inscrito na história e, por isso, passa a representar a ordem do real. Tomados enquanto palavras, foice e martelo são signos neutros, pois podem vir a ter representação em diferentes formações sociais. Na medida em que essas palavras são inscritas no simbólico (na língua) e na história, passam a refletir determinada realidade e a refratar outra; são, portanto, signos ideológicos. Se os signos foice e martelo forem analisados no contexto histórico da União Soviética, por exemplo, representam a aliança dos trabalhadores do campo com os trabalhadores da cidade na Revolução de 1917, em que a foice simboliza a classe trabalhadora camponesa, e o martelo representa os trabalhadores urbanos.

Segundo Tavares (2009), em sua Tese de Doutorado, a foice e o martelo remetem a um período em que “o trabalhador ainda não estava apartado dos seus instrumentos de trabalho, muitos deles construídos pelos próprios operários” (Ibid., p. 25), o que não se observa mais na sociedade capitalista, em que os instrumentos de trabalho são neutros, impessoais e apenas funcionais; outros trabalhadores que virão a substituir os atuais utilizarão os mesmos instrumentos, pois estes já não são mais do trabalhador, mas do patrão. O

trabalhador/empregado sai de casa com sua força de trabalho e utiliza em seu trabalho os instrumentos cedidos pelo patrão/empregador. Além disso, na medida em que o trabalhador não está apartado de seu instrumento de trabalho, como no caso da União Soviética, no contexto da Revolução de 1917, a foice e o martelo, além de serem instrumentos de trabalho, também são instrumentos que representam a luta por dias melhores, por condições sociais igualitárias, por uma sociedade transformada. Conforme Tavares (2009) pontua, “o próprio martelo é o objeto que transforma a matéria-prima, daí sua utilização como metáfora da transformação do mundo” (Ibid., p. 28).

O signo martelo apresenta valores sociais distintos. No contexto do trabalho operário, conforme vimos apresentando, é um instrumento para transformar matéria-prima; na anatomia, representa um ossículo da orelha média; nos esportes, no contexto da capoeira, representa o golpe em que o capoeirista usa o dorso do pé para golpear o adversário no rosto ou no tronco e, no contexto do atletismo, representa uma bola de metal presa a um fio ou a um cabo de aço que deve ser empunhada e lançada.

A partir disso, podemos compreender que a palavra é o lugar do trabalho ideológico, e o signo ideológico é o lugar do confronto de valores sociais distintos e de relações de conflitos, implicando também “relações de dominação e de resistência” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 14). Por isso os autores afirmam que “o signo é dialético, dinâmico, vivo” (Ibid., p. 15), pois inscrito na ordem do simbólico e do real traduz relações e confrontos de valores e de classes. Pensando nos confrontos de valores para os quais a palavra é suporte, não se pode mais pensar no sentido como monossêmico, porque é necessário compreender que as relações que se estabelecem entre diferentes classes são dialéticas. Logo, o signo também é dialético, já que representa diferentes conjunturas sócio-históricas e culturais.

Para explicitar a dialética do signo, tomamos exemplos que possibilitam ilustrar os diferentes valores do signo ideológico de acordo com os contextos sócio-históricos. O primeiro exemplo é o signo maçã. Na Literatura, especificamente nos contos clássicos, a maçã é o fruto enfeitiçado pela bruxa e oferecido à Branca de Neve, a qual come o fruto e adormece. Nesse contexto, a maçã representa o perigo. Na Mitologia Grega, a maçã é símbolo da imortalidade, pois Hércules colheu três maçãs de ouro da Árvore da Vida no Jardim das Hespérides. Quem comeria as maçãs não teria mais sede, fome ou enfermidades. Além disso, no contexto bíblico, a maçã também foi convencionalizada como o fruto da árvore proibida, ou

seja, o conhecimento acerca do bem e do mal, única árvore cujo fruto Deus havia proibido os homens comer. Embora no Livro de Gênesis se utilize a palavra fruto sem este ser especificado, há edições da Bíblia que utilizam a palavra pomo, sugerindo uma fruta em forma de maçã. As traduções da Bíblia, do grego para o latim, foram utilizando o termo “pomum”, que nas línguas modernas passaram a ser traduzidas como maçã. Nesse contexto bíblico, a maçã simboliza a proibição do conhecimento do qual os homens não poderiam dispor. Em outro contexto, o da sociedade capitalista, a maçã tem outra representação: corresponde ao símbolo de uma empresa de produtos tecnológicos e digitais que não são acessíveis para todas as pessoas devido aos altos preços desses produtos. A maçã representa *status*, poder aquisitivo e modernidade na sociedade capitalista dos bens de consumo. Assim, o signo maçã é ideológico, portanto, dialético, ou seja, é dinâmico, vivo e representa valores distintos de acordo com a inscrição no real, o qual determina as significações, tornando o signo ideológico.

Outro exemplo sobre o qual podemos refletir é a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) do Brasil.

Figura 5: Bandeira do MST



Fonte: <http://www.mst.org.br/nossos-simbolos/>

A primeira observação a ser feita acerca da bandeira do MST é a semelhança com a bandeira da União Soviética:

Figura 6: Bandeira da União Soviética



Fonte: Imagem do Google.

O fundo vermelho é a principal representação da semelhança entre as duas bandeiras, pois, a partir da bandeira soviética, e principalmente da cor vermelha, passa-se a representar todas as manifestações que têm raízes comunistas e socialistas. O vermelho em ambas as bandeiras está ligado à cor do sangue e às lutas sangrentas do campesinato, desde a União Soviética; representa ainda as lutas pela ocupação das terras improdutivas, pelo fim do trabalho escravo na terra, pela Reforma Agrária. Segundo a informação constante no sítio virtual do MST²⁷, o vermelho “representa o sangue que corre nas veias e a disposição de lutar pela reforma agrária e pela transformação da sociedade” (MST, s/p.).

Ainda sobre as cores da bandeira do MST, há o verde no mapa que “representa a esperança de vitória a cada latifúndio conquistado” (MST, s/p.). Na bandeira do Brasil, o verde representa a extensão geográfica, e na bandeira do MST, como mapa, representa o espaço geográfico pelo qual é preciso lutar para acabar com o trabalho escravo e com as hegemonias feudais opressoras dos sujeitos e exploradoras do trabalho.

²⁷ <http://www.mst.org.br/nossos-simbolos/>

Em relação à cor preta, o MST destaca que em sua bandeira ela “representa o luto e a homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram lutando pela nova sociedade” (s/p.). Assim como o vermelho tem relação com a bandeira soviética, o preto também é uma analogia com a bandeira russa, pois juntamente com o vermelho e o branco constitui a identidade da bandeira russa. Importante destacar ainda que o signo preto representa luto no Brasil, no Japão e na Europa, simbolizando a privação da luz. Contudo, em outros contextos sócio-históricos o luto é representado por outras cores, tais como o azul celeste (Síria), o cinza (Etiópia), o amarelo (Egito) e até mesmo o branco (China e Índia).

Em relação à cor branca, o MST afirma que em sua bandeira “representa a paz, que somente será conquistada quando houver justiça social” (s/p.). Há também a analogia com a cor da bandeira russa que, conforme já mencionamos, constitui a identidade da bandeira russa juntamente com o vermelho e o preto. Enquanto signo ideológico o branco pode ter valores sociais distintos: no Brasil, por exemplo, é representativo da paz; na Índia, simboliza o luto. Pode, ainda, metaforicamente, representar esquecimento ou impossibilidade passageira de raciocinar.

Além das cores, outros signos importantes para analisar são o homem e a mulher, assim como o facão empunhado pelo homem. O signo homem em outras condições de produção que não a da bandeira pode adquirir diferentes valores. Na bandeira, contudo, o signo homem adquire o valor específico de trabalhador rural, pois representa o camponês sem-terra que luta pelo direito à terra. De acordo com as informações presentes no sítio virtual do MST, o trabalhador e a trabalhadora ilustrados na bandeira do movimento “representam a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, ou seja, pelas famílias inteiras” (MST, s/p.), e o facão, instrumento semelhante à faca, porém maior, utilizado para o corte de cana-de-açúcar, para o corte do milho, para abrir clareiras em meio ao mato, por exemplo, além de servir de ferramenta de trabalho, “representa a ferramenta de luta e de resistência” (MST, s/p.). Na bandeira observa-se que o instrumento ultrapassa os limites do mapa para indicar que o movimento se expande a outros locais, representando a luta, a revolta e a resistência do campesinato brasileiro. O signo facão é dialético, portanto, dentro do próprio movimento camponês, pois enquanto símbolo do movimento camponês brasileiro representa as práticas dos trabalhadores e sua resistência no universo das lutas.

A partir da análise da bandeira do MST, observa-se que ela pode ser tomada como signo ideológico na medida em que permite especificar a identidade do grupo e se constrói

como símbolo do campesinato. Além disso, cada um dos elementos (cores, trabalhador, trabalhadora, facção, mapa) da bandeira é um signo ideológico que constitui e representa a ideologia do movimento, refletindo a dialética dos signos. Todos esses signos ideológicos convergem para representar a bandeira, símbolo da luta, do trabalho, do combate à propriedade rural sem produção. Assim, é possível observar que o signo é palco das modificações que ocorrem na sociedade e se materializam na língua, lugar da mudança, da transformação, da contradição, da representação da realidade, o lugar de funcionamento político das relações sociais, em que se exprimem as lutas das classes sociais. A política vai se construindo nas relações sociais entre as classes e as formas de representação do signo.

Além dos exemplos apresentados, recortamos para análise o verbete “pomba” presente do *Dicionário Aulete Digital* (2006/2014), pois também permitirá observar a dialética do signo. O item lexical pomba é apresentado com as seguintes acepções:

Pomba

s.f.

1. a fêmea do pombo
2. vasilha de cobre, usada nos engenhos de açúcar, para onde se passa o caldo limpo da cana
3. (Minho) espécie de pegadouro, encaixado na queixa superior do pente (nos teares)
4. (Arquit.) linha formada de duas curvas opostas sendo a côncava embaixo e a convexa em cima
5. pessoa bondosa
6. (Gír.) dinheiro ganho ao jogo (Cf. Alberto Bessa, *Gíria Portuguesa*, p. 249)

O item lexical “pomba” é um signo linguístico que está cristalizado na língua e inscrito em dicionários de Língua Portuguesa a partir de usos já legitimados. É, além de signo linguístico, signo ideológico, pois inscrito em formações sociais específicas adquire valores distintos, constituindo-se como dialético, conforme discussões já tecidas acerca dos signos foice e martelo. As acepções do item lexical “pomba” podem ser inscritas em campos de significações diferentes: campo de significação gramatical, campo de significação da zoologia, campo de significação manufactureiro, campo de significação da produção de tecelagem, campo de significação técnica da arquitetura, campo de significação das relações humanas interpessoais e, ainda, na linguagem informal.

No campo de significação gramatical, enquanto léxico, pomba faz parte do repertório de palavras existentes na Língua Portuguesa, configurando-se parte do vocabulário desta

língua. Classifica-se gramaticalmente, quanto à morfologia, como substantivo feminino; é palavra primitiva na Língua Portuguesa, originada da forma *palumba* do latim; seu radical é pomb-, acrescido da desinência de gênero -a. No campo de significação gramatical e da zoologia, pomba é “1. a fêmea do pombo”. A zoologia é um ramo da Biologia que consiste em estudar os animais e nesse ramo é feita a zootaxonomia, estabelecendo a classificação dos animais quanto ao reino, à espécie, ao gênero, à família. A acepção “2. vasilha de cobre, usada nos engenhos de açúcar, para onde se passa o caldo limpo da cana”, utensílio utilizado na moagem da cana-de-açúcar, remete à produção manufatureira dos engenhos que são instalações próprias situadas em zonas canavieiras e destinadas à moagem da cana para a fabricação de melado, de açúcar e de aguardente, por exemplo. Logo, remete também aos tempos de escravidão, fazendo ressoar significações próprias de um período histórico de subserviência, de exploração e de submissão. A acepção “3. espécie de pegadouro, encaixado na queixa superior do pente (nos teares)”, com a indicação do local entre parênteses (Minho), inscreve o signo pomba na sociedade, demarcando um espaço geográfico específico: o de Portugal, mais especificamente uma região, o Minho, e estabelece um campo de significação: o da produção da tecelagem. A pomba na esfera da produção têxtil é uma peça que se encaixa em uma outra peça de madeira que sustenta os dentes do pente do tear, ou seja, no contexto de produção portuguesa, constitui-se parte do instrumento de tecelagem. Outro campo de significação do item lexical pomba é a arquitetura, na qual pomba é a “4. linha formada de duas curvas opostas sendo a côncava embaixo e a convexa em cima”. Nesse campo de significação, o item lexical pomba insere-se na esfera de produção técnica que consiste em organizar espaços e criar ambientes para abrigar os diversos tipos de atividades humanas. Quanto à esfera das relações humanas interpessoais, pomba representa a “5. pessoa bondosa”, ou seja, aquela que está inclinada a fazer o bem. Por fim, na linguagem informal (gíria portuguesa), ainda tem a acepção de “6. dinheiro ganho ao jogo”.

A partir da descrição das diferentes significações de pomba, é possível tecer algumas reflexões acerca desse signo. Primeiramente, é preciso destacar que a dialética consiste nas diferentes significações mediante inscrição do signo em distintas esferas. Cada signo adquire suas concepções, suas significações e seus valores de acordo com os contextos sócio-históricos em que está inscrito. O signo pomba apresenta várias significações, de acordo com o modo como se inscreve em cada contexto histórico-social. No campo de significação religioso, não presente nas acepções do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, a pomba representa

a esperança de recomeço da vida, já que no livro de Gênesis lê-se que ela foi enviada à terra firme por Noé para que ele pudesse saber se as águas haviam diminuído, trazendo em seu bico um ramo de oliveira, o que demonstrava que as águas tinham recuado. Já esta mesma pomba em outra esfera ideológico-histórica é o símbolo da paz. Na passagem bíblica de Gênesis (8, 6-12), a pomba é o animal que traz a notícia de que, após quarenta dias, as águas havia secado sobre a terra, conforme pode ser observado na passagem a seguir:

E aconteceu que, ao cabo de quarenta dias, abriu Noé a janela da arca que tinha feito.
 E soltou um corvo, que saiu, indo e voltando, até que as águas se secaram de sobre a terra.
 Depois, soltou uma pomba, a ver se as águas tinham minguado de sobre a face da terra.
 A pomba, porém, não achou repouso para a planta de seu pé e voltou a ele para a arca; porque as águas estavam sobre a face de toda a terra; e ele estendeu a sua mão, e tomou-a, e meteu-a consigo na arca.
 E esperou ainda outros sete dias e tornou a enviar a pomba fora da arca.
 E a pomba voltou a ele sobre a tarde; e eis, arrancada, uma folha de oliveira no seu bico; e conheceu Noé que as águas tinham minguado sobre a terra.
 Então, esperou ainda outros sete dias e enviou fora a pomba; mas não tornou mais a ele. (GÊNESIS, 8, 6-12).

A pomba passa a denotar a paz que Deus reestabeleceu com os homens ao cessar o dilúvio e permitir que Noé, sua família e todos os animais voltassem à terra firme para procriarem e dar continuidade à humanidade. Além disso, a folha de oliveira pode representar toda a providência de Deus, como alimento e bênçãos. Em outro versículo é apresentada uma afirmação que seria de Deus, qual seja, “Não tornarei mais a amaldiçoar a terra por causa do homem, porque a imaginação do coração do homem é má desde a sua meninice; nem tornarei mais a ferir todo vivente, como fiz” (GÊNESIS, 8, 21), o que demonstra que a paz reina entre Deus e o homem.

Compreende-se que as acepções presentes nos dicionários são significações já cristalizadas na língua e, por isso, são lexicografadas. Por outro lado, significações não dicionarizadas, como é o caso da representação de pomba no campo de significação religioso, funcionam apenas na dimensão simbólica, isto é, na ordem da representação dos processos históricos, ideológicos e culturais.

Assim, ao compreendermos a constituição do signo e sua conversão em signo ideológico a partir dos valores que lhe são atribuídos, é possível compreender a dimensão política da língua, pois se constrói nas relações sociais entre as classes, bem como nas formas de representação do signo. A política é, portanto, o cerne do modo de atribuição dos valores

ao signo, que é dialético, comportando significações contraditórias e, até mesmo, antagônicas, já que inscritas na ordem do simbólico e na ordem da história.

CAPÍTULO 2
O CONCEITO DE POLÍTICA

CAPÍTULO 2 – O CONCEITO DE POLÍTICA

Neste capítulo, nosso estudo volta-se, sobretudo, para o conceito de política, pensando a produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, pois no trabalho lexicográfico de elaboração/produção deste dicionário há dois momentos distintos, caracterizados por políticas diferentes:

- a) Política de participação concreta e determinante do sujeito na produção do dicionário, que traz a língua viva para ser dicionarizada;
- b) Política em que há esvaziamento do processo de participação do sujeito na produção do dicionário, privilegiando a língua com suas significações já cristalizadas.

Tendo em vista essas políticas de produção a que se propõe o dicionário, buscamos, em um primeiro momento, a compreensão do conceito de política em Hannah Arendt (1999; 2016), que entende como sinônimas a política e a liberdade. Para a autora, a política é a criação do novo, do inesperado, é ação plural, sendo inerente à condição humana e uma necessidade para constituir o sujeito e a comunidade que é político-jurídica. Na sequência, buscaremos na teoria de Jacques Rancière (1996) a compreensão para o conceito de política, o qual se instaura, segundo o autor, com o dano. Para Rancière (1996), o dano desfaz as divisões sensíveis da ordem policial, tornando possível o surgimento da política, atividade que rompe a configuração sensível em que se define a parcela dos sem parcela.

No segundo momento deste capítulo, buscamos em Althusser (2008) as bases teóricas para refletir sobre as relações entre infraestrutura, superestrutura e Aparelhos Ideológicos de Estado, de modo a entender, em um terceiro momento, o político na língua a partir de como Michel Pêcheux (2009) se apropria dessas relações para propor a noção de formação discursiva como o lugar de constituição do sentido. Observaremos que no processo de constituição dos sentidos está implicada a política na medida em que esses se estabelecem segundo as relações entre sujeitos, em dada formação discursiva, determinada pelas formações ideológicas e pelo interdiscurso²⁸.

Ainda neste capítulo teceremos reflexões acerca das condições de produção do discurso, embasados na teoria pecheuxtiana, e apresentaremos as condições de produção dos

²⁸ Para Pêcheux (2009, p. 149), o interdiscurso corresponde ao “‘*todo complexo com dominante*’ das formações discursivas”, ou seja, o lugar de todos os saberes e discursos já produzidos e veiculados e a serem veiculados.

dicionários *Houaiss*, *Aurélio* e *Caldas Aulete Digital*, de modo que seja possível discutir o jogo político que se instaura na lexicalização dos verbetes.

2.1 Sobre as relações entre liberdade, dano e política

Nosso percurso de considerações acerca do conceito de política inicia-se nos estudos de Hannah Arendt, em meados do século XX. As obras às quais recorreremos são *O que é política?*²⁹, de 1999, e *A condição humana*³⁰, de 2016.

Arendt (1999) inicia suas explanações, em *O que é política?*, afirmando que “a política baseia-se na pluralidade dos homens” e que ela “trata da convivência entre diferentes” (p. 21). E, então, questiona se a política ainda tem algum sentido na atualidade. De imediato remete a uma resposta inicial que se ancora na Antiguidade, quando afirma que o sentido da política é a liberdade. Para Aristóteles, segundo Arendt (1999), o sentido da política nasce com a experiência na pólis, isto é, relaciona-se com o modo de organização dos homens em sociedade. A autora ainda pontua que, a partir dessa visão, a política é algo necessário para a vida humana, seja no âmbito individual seja no âmbito da sociedade; assim, na Antiguidade ela se constituía como um meio para atingir um fim específico; seria através dela que o homem buscaria seus objetivos. Ao pensar no *Dicionário Caldas Aulete Digital*, por exemplo, temos que seu modo de produção é determinado pela política editorial, pois a partir dela busca-se um fim específico: elaborar um dicionário que se abre à língua viva, em um primeiro momento, e elaborar um dicionário que se fecha para as mudanças da língua, dando ênfase aos sentidos já cristalizados, em um projeto seguinte.

É recorrente a ideia de que “a política existe e existiu sempre e em toda parte, onde os homens convivem num sentido histórico-civilizatório” (ARENDR, 1999, p. 46). Nesse sentido, recorre-se com frequência à definição da Antiguidade de que o homem é um ser político, conforme a autora, ou seja, de que a política remete às formas de organização da sociedade. Para Aristóteles, “*politikon* era de fato um adjetivo da organização da *polis* e não uma designação qualquer para o convívio humano” (Ibid., p. 46). Por isso, nem todos os

²⁹ Consiste de fragmentos das obras póstumas da autora, compilados por Ursula Ludz, publicados em 1992 e traduzidos para a Língua Portuguesa por Reinaldo Guarany, em 1999. Embora os fragmentos tenham sido compilados e publicados em 1992, os escritos datam da metade do século XX. A edição que utilizamos é a 2ª e data de 1999.

³⁰ Publicada em 1958, traduzida por Roberto Raposo, e publicada no Brasil em sua 12ª edição em 2016.

homens eram políticos, na visão aristotélica, nem a política existia em qualquer parte, tendo em vista que os escravos e os bárbaros, por exemplo, não possuíam a liberdade necessária para pertencerem à pólis e serem considerados homens políticos numa sociedade escravagista. A vivência e a organização do homem em uma pólis era apenas uma característica que representava a realidade das classes hegemônicas, excluindo os escravos e as mulheres, na sociedade grega. O que distingue os homens que convivem na pólis grega dos demais homens é a “liberdade”. Contudo, a política ou a ‘coisa política’, como denomina a autora, não era o meio para se alcançar a liberdade necessária para conviver em uma pólis. A liberdade e o viver em uma pólis eram correspondentes, pois, para poder viver em uma pólis, o homem deveria ser livre de qualquer coação ou forma de subordinação ao trabalho (ARENDDT, 1999).

Em uma sociedade escravocrata, por isso, não se podia pensar que todos conviviam em uma pólis sendo livres. Somente homens brancos, nascidos em famílias livres, portanto livres do jugo da dominação, pertenciam a esse lugar. Mulheres e escravos, mesmo que estes tivessem conseguido sua carta de alforria, eram excluídos desse espaço. A liberdade era uma utopia, tendo em vista que a sociedade escravocrata era pautada sobre a exploração do trabalho escravo. Libertar-se era um objetivo que poderia ser alcançado por alguns meios; no caso dos escravos e das mulheres, entretanto, era inatingível.

A ‘coisa política’, então, no sentido grego, girava em torno da liberdade, esta entendida como o “não-ser-dominado e não-dominar”, “como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais” e onde os desiguais não são contados (Ibid., p. 48). Para haver liberdade, na pólis grega não era necessária uma democracia, mas um espaço limitado de forma oligárquica ou aristocrática no qual poucos eram iguais. Ou seja, como a pólis grega era baseada nas hegemonias, nas práticas escravistas e na aristocracia, a relação entre liberdade e democracia não se sustentava, pois a concepção de política pressupunha o domínio, a exclusão e a exploração dos desiguais.

O sujeito que deixasse a pólis ou fosse dela degredado, além de perder sua terra natal e sua pátria, perdia também sua liberdade e a relação com os iguais a ele. A relação entre política e liberdade caracteriza-se como uma diretriz, segundo Arendt (1999), que se estende desde a Antiguidade até os dias recentes da Humanidade e essa relação se dá por meio do pensar e do agir.

Considerando que as sociedades modernas se pautam pela exploração e pela desigualdade, a autora questiona a concepção de política atrelada à liberdade, conforme

compreendida mesmo na atualidade, ao tratar de duas experiências do século XX que reconduziram o sentido da concepção vigente: os regimes totalitários e a disponibilidade de meios técnicos para exterminar a humanidade e, conseqüentemente, toda forma de política.

Os regimes totalitários ressignificam a relação entre política e liberdade, vigente desde a Antiguidade até os dias recentes da humanidade, de diferentes modos, a partir de uma necessidade imposta que consistia em sacrificar a liberdade em prol do desenvolvimento histórico. Teoricamente, conforme postula Arendt (1999),

torna-se decisivo a liberdade não ser localizada nem no homem atuante e semovente nem no espaço que surge entre os homens, mas sim apresentada num processo que se realiza pelas costas do homem atuante e age, às escondidas, do outro lado do espaço visível dos assuntos públicos. (p. 51).

No caso dos regimes totalitários, as formas totalitárias descobriram meios políticos que determinam aos homens a obstrução da liberdade, isto é, meios que através da coação e da pressão exercidas sobre as massas impedem qualquer agir político inerente à condição do homem, pois este é determinado historicamente. Isso aponta para o fato de que as políticas do poder de Estado não são sempre visíveis e apresentadas devido a interesses de uns e outros.

Na sociedade grega, Aristóteles não buscava definir o homem nem apresentá-lo como dotado da capacidade de contemplação, mas visava a formular “a opinião corrente da pólis acerca do homem e do modo de vida político” (ARENDR, 2016, p. 33), ou seja, de que escravos e bárbaros eram destituídos não de discurso, mas do modo de vida em que somente o discurso tinha sentido (Idem).

Platão, entretanto, opunha-se à ideia de liberdade preconizada pelos gregos, pois, para este filósofo, o espaço de liberdade não se restringia à ágora, isto é, a praça do mercado – o espaço de liberdade central da pólis – onde iguais falavam com iguais, mas estendia-se também ao espaço da academia, onde a minoria precisava exigir o conversar entre si. Com isso, estabeleceu-se uma oposição entre a academia e a sociedade civil que se observa ainda na sociedade atual. A academia passava a ser o espaço de liberdade para a minoria, e essa liberdade acadêmica estava em contradição com a liberdade política da pólis, pois “ao mundo das opiniões mentirosas e do falar enganador” (Ibid., p. 64) da pólis era necessário opor um mundo “da verdade e do falar adequado à verdade; a arte da retórica, a ciência da dialética” (p. 64-65). A academia estava acima da sociedade, era o lugar da verdade, da ciência da dialética que até hoje determina a concepção de liberdade acadêmica. Contudo, como a

existência da minoria depende da existência da maioria, logo a existência da pólis torna-se imprescindível para que a academia exista (Ibid.). O papel da academia, então, é forjar uma relação, ainda que falsa, com a sociedade. A academia é o espaço do conhecimento científico, da produção de ciências em várias áreas; a sociedade civil é o lugar do conhecimento de senso comum, da produção manual, braçal, do trabalho físico, das práticas sociais de sujeitos. Na produção lexicográfica, por exemplo, a relação com essas práticas sociais, com a sociedade civil e com as minorias interessa, tanto do ponto de vista dos conhecimentos quanto do ponto de vista editorial, ou seja, para que os dicionários sejam produzidos, circulem e sejam vendidos, é necessário que tragam algo novo, diferente, a mais do que os dicionários precedentes. E esse novo e diferente é buscado nas práticas sociais, nas mudanças sociais, nos acontecimentos históricos, no conhecimento que circula na sociedade civil, isto é, na relação com a sociedade em geral, na tentativa de conter sentidos ao lexicografar verbetes e cristalizá-los. Além disso, sob o ponto de vista editorial, essas produções, acadêmicas ou não, retornam à sociedade pela vendagem de exemplares. Logo, academia e sociedade civil são duas faces de uma mesma moeda, ambas necessárias para se constituírem e para as produções lexicográficas, por exemplo, constituindo a ideia de política como meio.

Essa ideia da política como meio e não como objetivo manteve-se também na democracia do século XIX na Alemanha, segundo Arendt (1999), com o movimento operário, pois assegurar a participação de todos no governo era uma forma de manter a liberdade do povo. Entretanto, a política salarial do país era diferente para alemães e estrangeiros, o que não tornava estes livres e iguais àqueles. O Estado instituía a valorização de todos, nativos e estrangeiros, mas com perda de liberdade, já que para os estrangeiros eram assegurados apenas padrões salariais de sobrevivência.

A definição de Estado apontada pela autora passa por uma compreensão de política interna, a partir da qual o Estado é portador do poder e uma instituição indispensável à vida e à sociedade. Segundo Arendt (1999), na política externa – resultante da expansão territorial quando o Estado nacional levou o domínio europeu para todo o mundo – o Estado enquanto instituição deve garantir a liberdade como objetivo mais elevado e, na política interna – referente aos interesses e às ideologias de um Estado – o objetivo mais elevado que deve ser garantido é a vida dos homens. Com isso, chega-se a um Estado portador da força para assegurar externa e internamente, respectivamente, a liberdade e a vida.

No *Dicionário Caldas Aulete Digital*, as instituições, seja acadêmica – no que tange aos sujeitos lexicógrafos da produção do dicionário, seja editorial – no que se refere à responsabilidade pela publicação da obra – atendem aos interesses da superestrutura, conforme já observado no capítulo anterior desta Tese, ou seja, no processo de definição dos verbetes, o olhar da superestrutura produz sentidos que denotam valores e jogos de interesses de quem detém e domina a tecnologia, haja vista a produção ser digital, alocada na rede Internet. Esse jogo de interesses está relacionado ao Estado, que, se não estiver atrelado às relações de produção, nada diz de si ou de seus objetivos. Por isso, para pensar sobre os valores e os interesses que dominam em um Estado, é preciso pensar antes nas suas relações de produção. Neste estudo que estamos realizando, essas relações definem os interesses e, conseqüentemente, as práticas dos sujeitos na produção dicionarística, promovidas pela lei.

A produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital* reflete uma política editorial privada, a da editora Lexikon. Nessa política sobressaem valores superestruturais na medida em que o Estado fomenta a produção a partir da Lei de Incentivo à Cultura, Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que dispõe o seguinte:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;

II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;

III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;

IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;

V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;

VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;

VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

IX - priorizar o produto cultural originário do País. (BRASIL, 1991, art. 1º).

Assim, o *Dicionário Caldas Aulete Digital* propõe-se como um dicionário aberto que visa à integração dos usuários da língua em seu projeto de 2006, buscando dicionarizar a língua viva, em movimento. Entretanto, com um filtro lexicográfico, ou seja, nada é publicado sem antes passar pelo crivo dos lexicógrafos e especialistas da língua. Ao se propor como um

dicionário aberto, conforme as condições de produção da época, o modo de produção do dicionário é determinado por uma política interna da editora pautada na Lei nº 8.313/91.

A forma como esse dicionário é construído reflete uma política da globalização. Segundo Orlandi (1998), o discurso da globalização

É um discurso cuja posição-sujeito se situa nas relações políticas do capitalismo tais quais e se nutre, entre outros, do “desaparecimento” da *ex-União Soviética*, produzindo efeitos de sentidos que se sustentam no apagamento da distância entre Governo, Estado e Teoria Política. Esse discurso procede por amálgama: tudo em um. É um discurso cujo argumento principal, sabe-se, é econômico (empresarial). Por outro lado, estes discursos estão em aliança com o discurso (científico) neopositivista (beneficiando-se do prestígio atribuído à cognição, à pragmática, à noção de “mind” - espírito? cérebro? mente? psique?) e com um instrumento potente, a informática. É por estas construções do saber que se institucionaliza a ideologia do “global” produzindo tecnologias e formas administrativas. (ORLANDI, 1998, p. 79).

Na produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, observa-se a articulação entre os três eixos que caracterizam o discurso da globalização: o argumento econômico/empresarial, o argumento científico e a informática. A política editorial consiste no argumento econômico/empresarial na medida em que se trata de uma editora privada, desvinculada dos órgãos governamentais; sendo privada, atende a interesses privados, que consistem em valores econômicos, monetários. Traz em seu bojo o argumento científico, uma vez que reúne lexicógrafos, especialistas em Língua Portuguesa, para contribuir com a produção do dicionário. E, por fim, traz a informática, mais especificamente a rede Internet, como meio para a disseminação do produto final.

Outros instrumentos que se pautam no discurso da globalização são a Wikipédia e o Wikcionário, por exemplo. A Wikipédia foi criada em 2001, um projeto de enciclopédia livre que visa a abranger todas as línguas. Este trabalho de criação ainda existe atualmente. O foco é um trabalho colaborativo, com um sistema de edição aberto, no qual os verbetes podem ser editados de forma anônima ou por meio de uma conta de usuário. O Wikcionário, criado em 2004, também se propõe como uma criação colaborativa, visando à produção de um dicionário poliglota livre em português. De acordo com o projeto, busca-se, com o trabalho colaborativo, descrever as palavras da Língua Portuguesa de diferentes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Galiza, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

A política de ambos se equipara, por um lado, à da editora Lexikon, na medida em que se caracteriza como uma obra aberta ao público em geral e por reunir os argumentos econômico/empresarial e a informática. Por outro lado, o argumento científico desses é questionado nos meios acadêmicos. As críticas se devem ao controle que as editoras almejam sobre as produções, já que o argumento econômico/empresarial é aquele que dita as normas de venda dos produtos. Diante desse controle se instaura a relação de desigualdade e de luta pela liberdade de que fala Arendt (1999). A Wikipédia e o Wikcionário, por serem produções que podem estar isentas da análise de lexicógrafos, são instrumentos ilegítimos, não normatizados pelo conhecimento científico e não aprovados por uma política editorial privada. A falta de legitimidade estabelece a desigualdade; logo, também o conceito de liberdade, conforme proposto por Arendt (1999), não se sustenta, já que não se teria relações entre iguais.

Quanto ao *Dicionário Aulete Digital*, observa-se uma alteração em 2014: embora ainda haja referência à colaboração aberta ao público, no sítio onde se encontra o dicionário, não há mais possibilidade de acesso ao cadastro, nem mesmo à ficha de colaboração, conforme havia no projeto de 2006. O projeto de 2014 não se abre a um Wikcionário, por exemplo, mas, ao contrário, fecha-se a um dicionário tradicional e canônico, cuja produção é regulada e normatizada por lexicógrafos e dicionaristas quase exclusivamente. Desta forma, observa-se que o conceito de política atrelado à liberdade, tal como Arendt (1999) o concebe, não se sustenta mais, pois a liberdade que os leitores teriam de participar da produção de um instrumento linguístico é tolhida.

Quando a liberdade é tolhida, é necessário voltar a falar de desigualdade, de exclusão e também de escravidão. A desigualdade se institui na falta de acesso à tecnologia; a exclusão se produz ao elaborar um dicionário que não leva em conta as forças sociais; a escravidão consiste na dependência da tecnologia para ter acesso ao dicionário.

Se levarmos em conta que a Internet, bem como os instrumentos computacionais, não são de domínio público, já que nem todos têm poder aquisitivo para a aquisição e/ou para o acesso a eles, a desigualdade é instituída nas relações de produção do dicionário, desde a participação do sujeito, possibilitada no projeto inicial da editora, até o acesso ao produto final, disponibilizado no sítio virtual. Quando observamos que no dicionário é lexicografado aquilo que reflete o olhar da superestrutura, há exclusão, de certa forma, do que é da ordem das forças sociais, das forças de produção orgânicas da sociedade, onde a língua também sofre

mudanças e determina a transformação dos sujeitos e das suas relações de produção, pois as formas de produção são diferentes nas estruturas da sociedade. E, por fim, a tecnologia é produtora de escravidão, na medida em que gera a dependência dos sujeitos para ter acesso ao produto final elaborado, estando articulado ao conceito de desigualdade. Se não há acesso ou se há dificuldade para acessar, seja por não dispor de tecnologia, seja por não dominar as ferramentas tecnológicas, os sujeitos tornam-se escravos da necessidade de aprender.

Nesse sentido, as políticas públicas de fomento, a exemplo da Lei nº 8.313/91, por tornarem-se fundamentais para expandir o conhecimento, bem como os movimentos sociais por implicar ação, práxis e relações sociais bem estabelecidas, são fundamentais para compreender o conceito de política em Hannah Arendt, já que implica a necessidade do agir, do começar, de criar algo novo, estando relacionado com a liberdade. A ação nunca ocorre em um isolamento do homem, mas em conjunto, isto é, entre homens, configurando, por sua vez, um acordo entre iguais, tendo em vista o bem comum. A política, portanto, não é simplesmente um meio para atingir algum fim, mas é uma ação plural, criação do novo, uma alternativa para o diferente e uma necessidade de recomeço, segundo Arendt (1999).

O conceito de política atrelado à liberdade não se sustenta nas sociedades modernas dominadas pelos interesses capitalistas e pela ação da mais valia, na medida em que a desigualdade das classes sociais rege toda a estrutura socioeconômica. Os trabalhadores, reunidos em sindicatos ou organizados de diferentes formas em defesa de interesses comuns, não conseguem transformar a realidade social no processo de participação democrática, pois a estrutura econômica pautada na mais valia determina que eles ocupem um lugar na sociedade em que sua função não é transformar, mas produzir, servir de mão de obra para gerar capital, intensificando a desigualdade entre as classes sociais.

Ação, liberdade de expressão e interpretação nesse âmbito são distintos modos de o sujeito se significar no espaço de produção das sociedades modernas. Ele é livre para agir e livre para se expressar, mas determinado social e historicamente para interpretar, ou seja, os sentidos do político são determinados pelo lugar social que o sujeito ocupa no processo de produção; a liberdade é cerceada pela ordem da lei, do jurídico. Sua posição enquanto sujeito sócio-histórico e ideológico, inserido no sistema de produção econômico, pautado na desigualdade e na não liberdade, determina sua interpretação e seu modo de (se) significar. Logo, a política como sinônima de liberdade, conforme postula Arendt (1999), não se

sustenta, pois os valores e os interesses econômicos do Estado dominam, e a liberdade é mera utopia, que mascara as relações de (des)igualdade social.

Enquanto Hannah Arendt (1999) traz suas reflexões sobre a política relacionadas com a ideia de liberdade e desigualdade, para Jacques Rancière (1996) a compreensão do conceito de política decorre do que se entende por dano e polícia. Esses conceitos estão relacionados na teoria deste autor, e um não pode ser explicitado sem levar em conta o funcionamento dos outros. Por isso, na tentativa de compreender em que medida se pode vislumbrar a possibilidade do dano no *Dicionário Caldas Aulete Digital*, a partir do entendimento do autor sobre esse conceito, recorreremos à obra *O Desentendimento* para elucidar os conceitos de polícia, política e dano.

No capítulo intitulado “O dano: política e polícia”, Rancière (1996) retoma alguns pressupostos aristotélicos para ilustrar que, na relação entre o animal lógico e o animal político, há uma falha: o dano. Segundo os postulados de Aristóteles, no Livro Primeiro, Capítulo 1, de *A Política*,

O homem só, entre todos os animais, tem o dom da palavra; a voz é o sinal da dor e do prazer, e é por isso que ela foi também concedida aos outros animais. Estes chegam a experimentar sensações de dor e de prazer, e a se fazer compreender uns aos outros. A palavra, porém, tem por fim fazer compreender o que é útil ou prejudicial, e, em consequência, o que é justo ou injusto. O que distingue o homem de um modo específico é que ele sabe discernir o bem do mal, o justo do injusto, e assim todos os sentimentos da mesma ordem cuja comunicação constitui precisamente a família do Estado. (ARISTÓTELES, 2010, livro primeiro, capítulo I, §10).

Com base nisso, para Aristóteles (2010), o homem é um animal político que vive em sociedade constituindo um Estado. O homem possui autoridade de senhor, autoridade marital, é responsável pela procriação e, ainda, domina a arte de acumular fortuna (Ibid., capítulo II, §2). Aristóteles (2010) ressalta que “os animais são machos e fêmeas. O macho é mais perfeito, e governa; a fêmea o é menos, e obedece. A mesma lei se aplica naturalmente a todos os homens” (Ibid., §12). Além disso, os escravos, assim como as mulheres, também são seres inferiores na concepção aristotélica, pois “tais indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão; porque, para eles, nada é mais fácil que obedecer” (Ibid., §13). Para Aristóteles, escravos e mulheres não são seres políticos porque não têm por natureza o instinto de mando como tem o homem.

Rancière (1996), por sua vez, distingue os animais lógicos dos animais dotados somente de voz. Os animais lógicos correspondem àqueles que têm voz e que também são

dotados de *logos*, de palavra. Os animais dotados apenas de voz compreendem aqueles que apenas imitam uma voz articulada. O animal político, por sua vez, é o animal lógico que representa as classes hegemônicas, é o sujeito livre, na sociedade grega, que tem o dom da palavra, a posse do *logos*, aquele a quem se vê e acerca do qual há palavra. Essa compreensão do autor permite tratar de desigualdade, ou seja, de dano, a partir da emergência dos sem parcela numa comunidade política, isto é, a emergência dos animais que outrora apenas tinham voz passam a ser contados mediante inscrição na pólis.

No *demos* ateniense, a política estava relacionada à ideia de liberdade pelo fato de que simplesmente era livre quem tinha a posse do *logos*, a palavra, ou seja, quem pudesse se manifestar (e era ouvido, portanto contado) na comunidade. Entretanto, Rancière (1996) afirma que a liberdade não basta para que haja política, argumentando que, na pólis ateniense, depois de a escravidão referente às dívidas ter sido abolida, o sujeito que deixasse de ser escravo e integrasse a pólis, por ser livre, poderia participar dos negócios da comunidade, se fosse branco, homem e nascido em família livre. Os negros (ex-)escravos, portanto, não eram representativos na pólis mesmo que tivessem sua liberdade estabelecida. Isso, contudo, na visão de Jacques Rancière, não bastava para que a política existisse, pois não eram os iguais e as relações entre eles que tornavam possível a política. De acordo com o autor, era necessário algo mais, era preciso a instauração do dano, isto é, precisavam-se desfazer as divisões sensíveis da ordem policial, era necessário assumir a desigualdade entre sujeitos e suas relações e era preciso ficar explícita essa desigualdade, ou seja, os plebeus não podiam ter representatividade na sociedade.

O autor apresenta a relação entre plebeus e patrícios do relato de Tito Lívio quando da secessão dos plebeus romanos no Aventino para ilustrar como o dano se instaura. Os patrícios não tinham relação alguma com os plebeus, pois os plebeus eram seres sem nome, privados de palavra, de lugar, de representatividade e, portanto, não constituíam a pólis. Os plebeus, por sua vez, por sua iniciativa, constituíram e instituíram uma nova ordem da divisão do sensível, a partir da qual têm as mesmas funções dos patrícios, transgredindo a ordem instituída ao se darem nomes (RANCIÈRE, 1996). A relação consiste no fato de que, segundo o olhar dos patrícios, “não há por que discutir com os plebeus, pela simples razão de que estes não falam. E não falam porque são seres sem nome, privados da palavra, quer dizer de inscrição simbólica na pólis” (Ibid., p. 37). Além disso, o autor afirma que “entre a linguagem daqueles que têm um nome e o mugido dos seres sem nome, não há situação de troca lingüística que

possa ser constituída, não há regras ou código para a discussão” (Ibid., p. 37). A dialética, assim, instaura-se quando o deputado Menêmio ilusoriamente pensa ter ouvido os plebeus falarem, sendo vítima da ilusão dos sentidos e na medida em que os plebeus “instituem uma outra ordem, uma outra divisão do sensível, constituindo-se não como guerreiros iguais a outros guerreiros, mas como seres falantes repartindo as mesmas propriedades daqueles que as negam a eles” (Ibid., p. 37-38). Assim, ao constituírem-se como seres falantes os plebeus transgridem a ordem da sociedade imposta.

Isso configura uma cena política, que é instituída quando há duas partes: patrícios e plebeus, se estes forem reconhecidos por aqueles. Nessa cena política o litígio é fundante e refere-se “à existência das partes como partes” (Ibid., p. 39). Para os patrícios, essa cena política não existe, pois não reconhecem os plebeus como parte, já que não têm ‘logos’. Aí já, nessa relação, começa a política, no “conflito em torno da existência de uma cena comum, em torno da existência e a qualidade daqueles que estão ali presentes” (Ibid., p. 39-40). Importante notar que são os sujeitos subjugados à ordem policial dos patrícios que se mobilizam para que haja uma cena política, para que uma cena comum possa existir, ou seja, a movimentação e uma possível desestruturação da ordem social tem início no grupo dominado³¹.

Em conformidade com o autor,

existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo ‘entre’ eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada. (RANCIÈRE, 1996, p. 40).

Nessa contradição reside a relação entre polícia e política. Há um lugar determinado para cada sujeito, é dada para cada um a parcela que lhe cabe, segundo o que ele é. Isso caracteriza a ordem policial; é a “lógica que conta as parcelas unicamente das partes, que distribui os corpos no espaço de sua visibilidade ou de sua invisibilidade e põe em concordância os modos do ser, os modos do fazer e os modos do dizer que convêm a cada um” (Ibid., p. 40). A partir do momento em que os plebeus, por exemplo, instituem uma nova divisão do sensível, outra lógica põe em xeque a harmonia da lógica policial.

³¹ Deixemos essa observação suspensa por ora. Voltaremos a ela quando tecermos as reflexões acerca da desigualdade.

A relação entre a lógica policial e a lógica política é possível porque há um dano que é instituído na lógica da divisão do sensível. Para compreender a instauração do dano, por sua vez, é necessário compreender o que é a polícia em conformidade com o autor. Este conceito é definido como “o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 1996, p. 21). Entende-se que a polícia seria a responsável pelo “bom” funcionamento da comunidade, pois corresponde às práticas de organização, seja dos poderes seja dos lugares ou das funções sociais dos sujeitos, em uma comunidade e à legitimação do sistema consensual. A polícia institui a ordem social, cada um com sua função, cuja divisão é definida pelo modo de ser, do fazer e do dizer (RANCIÈRE, 1996). O fundamento da existência da polícia se sustenta na desigualdade dos lugares ocupados pelos cidadãos da pólis, ou seja, somente existe polícia porque é necessário organizar uma comunidade em que há dissenso, constituída por desiguais, por patrícios e plebeus, por cidadãos livres e não livres, que têm relações entre si, embora plebeus, os cidadãos não livres, não sejam contados.

Em uma comunidade, cada sujeito teria uma função, uma ocupação, uma responsabilidade que seria definida a partir de quem é esse sujeito e com base em suas ações. Essas ações seriam determinadas por seu lugar social em uma comunidade, onde tudo funcionaria, tudo seria organizado e legitimado. Na ordem policial tudo estaria determinado, dado e (re)partido entre iguais, segundo suas necessidades, suas habilidades para certas funções, enfim, toda comunidade seria pautada sobre a organização, o “bom” funcionamento e o interesse comum. Como se não houvesse interesses e ideias distintas entre as pessoas. A cada um é dada a parte a que tem direito.

O autor chama a atenção para o fato de não podermos confundir a polícia, definida por ele, com a baixa polícia, instituição policial que intervém na sociedade para conter conflitos. A polícia, assim como a baixa polícia, é responsável pela organização social. Todavia, a baixa polícia intervém por seu modo de repressão para que esta organização se efetive. A polícia intervém determinando a distribuição dos lugares e funções de cada sujeito e depende das relações sociais e das funções rígidas desempenhadas pelo Estado (RANCIÈRE, 1996). Ambas se sustentam em torno da desigualdade: a polícia por organizar as relações sociais, e a baixa polícia por manter essa organização. A primeira trabalha a política na medida em que tenta estabelecer uma igualdade em meio à desigualdade; a segunda trabalha a política pela

coerção, refratando as desigualdades e homogeneizando as relações entre cidadãos na comunidade.

O dano vem se instaurar na ordem policial da comunidade, em que as divisões sensíveis desfazem-se, ou seja, os sujeitos não têm mais um lugar (específico) determinado. Eles podem assumir distintas funções e distintos lugares, pois, por tratar-se de sujeitos, trata-se também de subjetivação. Segundo Rancière (1996), subjetivação é “a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação portanto caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência” (p. 47). Os sujeitos, por suas diferentes práticas e suas experiências, promovem a mudança em suas ações e em sua enunciação. Significam-se de modos diferentes e desidentificam-se com o lugar antes ocupado, pois

toda subjetivação é uma desidentificação, o arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados, do relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela. (RANCIÈRE, 1996, p. 48).

A relação entre polícia, dano e política reside nos processos de subjetivação e desidentificação (Ibid.). Entende-se com isso que há primeiramente uma ordem policial, estabelecida e determinada na comunidade, em que tudo é permeado por relações desiguais estabelecidas, em que cada um tem sua parte a que tem direito, segundo seus modos de ser e de agir. A partir da subjetivação dos sujeitos incontados, em um segundo momento, o dano se instaura, arruinando o projeto da comunidade “organizada”, ou seja, a ordem policial, porque os sujeitos se desidentificam com a ordem social preestabelecida, reivindicam a igualdade que a parte contada da sociedade possui e rompem com a lógica preinstituída. O dano é o que dá início à política, ou seja, a possibilidade de contar os não contados.

O conceito de dano não se liga pois a nenhuma dramaturgia de “vitimização”. Faz parte da estrutura original de toda política. O dano é simplesmente o modo de subjetivação no qual a verificação da igualdade assume figura política. Há política por causa apenas de um universal, a igualdade, a qual assume a figura específica do dano. O dano institui um universal singular, um universal polêmico, vinculando a apresentação da igualdade, como parte dos sem-parte, ao conflito das partes sociais. (RANCIÈRE, 1996, p. 51).

O dano, compreendido a partir de Rancière (1996), consiste na desestruturação da ordem lógica social posta, pois os não contados (o povo) apropriam-se da liberdade que têm os demais sujeitos sociais na ordem policial. Essa liberdade reivindicada causa uma

desestruturação/reestruturação da ordem social, ou seja, o povo é determinante nas relações sociais porque é responsável pelas mudanças, sejam elas nas relações entre diferentes sujeitos sejam no processo de transformação de uma língua. Além disso, o povo é responsável por estabelecer a contradição no interior de uma comunidade; rompe com o lugar social dos sujeitos e reconfigura o espaço de produção.

Assim, se com o dano se institui a política, logo ela se baseia nas diferenças e nas desigualdades. No caso dos plebeus e dos patrícios apresentado anteriormente, os plebeus são sujeitos subjugados, sem parcela, portanto incontados, que se mobilizam para produzir uma cena política. No caso da produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, pode-se pensar os sem parcela, nas políticas de lexicalização do referido dicionário, aqueles que não são contados, que não têm voz, como sujeitos das forças sociais, correspondendo às práticas dessas forças, bem como aos sentidos advindos desses lugares que não são instituídos legitimamente no dicionário. Os sem parcela, nesse caso, são os falantes da língua, os não aparelhados linguisticamente, os sujeitos que não têm espaço na discussão acerca das questões linguísticas, mas que usam a língua cotidianamente nas relações sociais. Correspondem aos sujeitos que colocam a língua em funcionamento, que nesta se expressam, constituem-na e constituem-se enquanto sujeitos.

A política, na teoria de Rancière (1996), está relacionada com os conceitos de polícia e de dano, conforme explicitamos. Precisamos entender que, nessa dialética, sujeitos reconfiguram o espaço social, alterando-o e, a partir do processo de subjetivação, modificam também o seu lugar na sociedade. A reconfiguração do espaço social é um exercício desencadeado pela experiência dos sujeitos por meio da prática; modica-se o fazer, o ser e o dizer repletos de sentidos. Se uma das características da política é o rompimento com a organização instituída a partir da instauração do dano, sentidos instituídos e já cristalizados também são rompidos por aqueles destituídos de representatividade, desencadeando outros, novos, diferentes no modo de produção e de transformação social.

Se analisássemos a produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital* à luz dos três conceitos desenvolvidos por Rancière (1996), teríamos a seguinte configuração:

- ordem policial: o dicionário é elaborado por lexicógrafos, sujeitos que têm conhecimento sobre a língua, cuja formação acadêmica/vernacular lhes possibilita o trabalho com/sobre a Língua Portuguesa, e é publicado em forma impressa por uma editora privada.

- dano: consiste na intervenção das forças sociais na dicionarização de uma língua em constante transformação; essa intervenção desestrutura a tradição lexicográfica (im)posta na sociedade da ordem policial pelas hierarquias de intelectuais e editoriais, pelas elites, pelos filólogos, pelos lexicógrafos, pelas instituições editoriais.

- ordem política: os dicionários são elaborados por lexicógrafos e por sujeitos falantes da Língua Portuguesa, estes últimos não têm necessariamente conhecimento acadêmico sobre a língua; a publicação do dicionário é feita de forma *on-line*, no sítio <http://www.aulete.com.br/>, sob a responsabilidade da editora Lexikon; o dicionário propõe-se como uma obra aberta, ou seja, os verbetes são dicionarizados mediante o uso e não a partir da cristalização dos sentidos; a língua dicionarizada corresponde à constante mudança, à transformação dos sentidos pelas forças orgânicas da sociedade; é uma língua viva, passível de alterações, de sentidos sempre outros, novos e atualizados.

A partir da dialética entre os conceitos de polícia, dano e política, pode-se observar, por um lado, no projeto do *Dicionário Caldas Aulete Digital* (2006), o rompimento da configuração do sensível, a instauração do dano e o emergir de uma política que institui a parcela dos sem parcela, ou seja, as forças sociais orgânicas intervêm subjetivando-se e, pautando-se na subjetivação, desidentificam-se com o sistema de produção dicionarística instituído, rompendo, portanto, com o que é da ordem da polícia. O rompimento/desidentificação e a instituição de uma nova ordem é o que chamamos respectivamente, a exemplo de Rancière (1996), de dano e de política.

Por outro lado, no projeto da editora Lexikon referente a 2014, na produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital* não se instaura o dano, uma vez que o dicionário se fecha à produção participativa dos sujeitos falantes. É mantida a ordem policial, ou seja, é retomado o controle e a responsabilidade da produção/publicação do dicionário pelos lexicógrafos e pela editora, que detêm exclusivamente essa tarefa, não possibilitando, por isso, o dano, já que este se instaura por romper a ordem social preestabelecida.

2.2 As relações entre infraestrutura, superestrutura e Aparelhos Ideológicos de Estado

Para entender as relações que se estabelecem no processo de produção de um dicionário, retomamos as concepções de infraestrutura e superestrutura, presentes na teoria materialista, que alicerçam as tensões que se instauram, por meio do jogo de interesses, nos Aparelhos Ideológicos de Estado. Refletir sobre o funcionamento da superestrutura implica pensar a materialização do papel do Estado nos Aparelhos Ideológicos. Refletir sobre o funcionamento da infraestrutura implica pensar os modos de produção das forças sociais. Fazer o cotejo entre infraestrutura e superestrutura requer pensar sobre a relação dialética entre forças sociais e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)³².

Para tanto, recorreremos à teoria de Louis Althusser (2008)³³, que em sua obra *Sobre a Reprodução*, retomando os postulados de Karl Marx, apresenta a metáfora do edifício, para explicitar a relação existente entre infraestrutura e superestrutura, que corresponde ao seguinte, segundo o autor: concebe-se a estrutura de toda sociedade como um edifício que comporta uma base (infraestrutura) sobre a qual se erguem os dois patamares da superestrutura (jurídico-político e ideológico). Segundo Althusser (2008, p.79), “os andares superiores (superestrutura) não poderiam manter-se no ar por si sós, se não repousassem sobre os alicerces, a base”. Desse modo, para o autor, a superestrutura está determinada pela infraestrutura. Contudo, ao pensar dessa forma, essa distinção ficaria em um âmbito apenas descritivo, porque a infraestrutura não é só a base econômica, mas também as forças sociais atuantes na sociedade.

Althusser (2008) então vai além das proposições de Marx (1985) e apresenta a relação dialética existente entre a infraestrutura e a superestrutura, ou seja, insere essa questão na empiria, na prática das relações de produção e reprodução das condições sociais. O autor afirma que, para Karl Marx, é na superestrutura que se encontra a ideologia, tendo em vista que uma das instâncias da superestrutura é o Ideológico, que determina as forças produtivas. Para Althusser (2008), não se pode desconsiderar que a ideologia está ancorada em dois pontos fundamentais: nas práticas sociais e nas práticas institucionais, por meio das quais a

³² Althusser (2008) ainda apresenta, além do Aparelho de Estado (AE) e do Aparelho Ideológico de Estado (AIE), o poder de Estado, que consiste na “tomada e manutenção do poder de Estado, por determinada classe ou por uma aliança de classes ou frações de classes” (p. 262), ou seja, é o objetivo da luta de classes política.

³³ A obra *Sobre a reprodução* reúne vários manuscritos de Althusser dentre eles o manuscrito que permaneceu inédito – “A reprodução das relações de produção”, do qual Althusser extraiu seu texto “Idéologie et appareils idéologiques d’État”, publicado na revista *La Pensée*, em 1971.

superestrutura (o Estado) faz agir seus Aparelhos, representando os interesses das classes no poder. O AE constitui-se como a força de execução e de intervenção repressora da qual se utilizam as classes dominantes na luta de classes que se estabelece entre a burguesia e aliados contra o proletariado, por exemplo, conforme a teoria marxista do Estado propõe. Nesse terreno, o AE permite pensar na reprodução das relações de produção, uma vez que as relações de produção e a própria reprodução estariam garantidas pela superestrutura. O AE, segundo Althusser (2008, p. 102), “compreende o governo, a administração, as forças armadas, a polícia, os tribunais, as prisões”, enfim, os Aparelhos repressores de Estado.

Althusser (2008) passa a designar, assim, o AE como Aparelho repressor de Estado, ou seja, uma forma de repressão que funciona por meio da violência, geralmente física. Propõe também os AIEs, que funcionam por meio da ideologia, os quais compreendem diversos Aparelhos Ideológicos, como o escolar, o familiar, o religioso, o do sindicato e também o da imprensa e o do mercado editorial. Esses Aparelhos atuam pela ideologia, pela ordem do simbólico. Para o autor, a política da classe no poder e a Ideologia de Estado (dominante, da classe dominante) objetivam assegurar a reprodução da exploração das classes exploradas pelas classes dominantes e pelas ideologias que ocupam o poder do Estado, ou seja, buscam manter a reprodução das relações de produção. Logo, as relações dialéticas entre infraestrutura e superestrutura, segundo o autor, são baseadas na exploração, pois tudo repousa sobre esta, na medida em que a superestrutura busca garantir o exercício da exploração e a reprodução da exploração.

O AIE escolar atua como instrumento de reprodução dos interesses da classe dominante capitalista, visando ao ensino de valores, de crenças, de comportamentos, de ideias, de saberes teóricos e práticos para o funcionamento do sistema de produção capitalista. O AIE familiar atua estipulando uma hierarquização e determina que o marido e pai seja o chefe da família, responsável pelo sustento da família, à mulher e mãe cabe o papel de submissão ao marido e de educação dos filhos; essas relações são mediadas pelo diálogo ou por uma forma de condicionamento, em que filhos devem obediência e respeito aos pais. O AIE religioso atua por meio dos sermões, das práticas ritualísticas em cerimônias, determinando que o homem deva ser temente a Deus, respeitar e ajudar ao próximo, enfim, estabelecendo as ações dos sujeitos no cotidiano. O AIE sindical está ancorado na luta de classes, na defesa dos direitos dos empregados diante dos patrões. O AIE da imprensa determina que circulem interesses da classe dominante, suscitando ideias de nacionalismo,

moralismo, civismo por meio da rádio, da televisão, dos jornais. O AIE do mercado editorial cria e determina condições para a circulação das ideias, ou seja, estabelece políticas de produção, critérios, formas de normatização do linguístico e de circulação das produções. Enquanto AIE, imprensa e mercado editorial garantem a unidade do processo de produção, bem como as formas de circulação, pautadas em um sistema organizado institucionalmente que determina todas as políticas envolvidas na elaboração de um dicionário, por exemplo.

Conforme Althusser (2008), os AIEs consistem em

um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte”. (p. 104).

A ideologia trabalha, circula e se reproduz dentro dos AIEs, sendo estes o palco da luta de classes, reforçando através da ação da superestrutura as condições de reprodução dos AIEs. Discursos e práticas determinam as forças de repressão e as formas simbólicas, por exemplo, do AE e do AIE, respectivamente. O AE é repressor, atua por meio da violência física e da coerção; o AIE, por sua vez, atua pela violência simbólica, pela ideologia propriamente dita; e é esse o lugar da dominação, porque se os AIEs têm a “função de inculcar a ideologia dominante é porque há resistência; se há resistência é porque há luta; e essa luta é, no final das contas, o eco direto ou indireto, por vezes, próximo ou, freqüentemente, longínquo da luta de classes” (Ibid., p. 241.). A partir disso, Althusser (2008) concebe que todas as formas de ideologia dominante estão na superestrutura, pois é ela (a ideologia) que cria e estabelece as condições de repressão, de dominação e de exploração.

Assim, na visão de Althusser (2008), a superestrutura estaria centrada no Estado e pensada como Ideologia de Estado. O tempo de duração de determinado modo de produção na reprodução das relações de produção (no caso de nossa análise, pensaremos no modo como são produzidos os dicionários historicamente e como vêm ocorrendo alterações nesse modo de produção) depende da compreensão que se tem do trabalho das ideologias nos AIEs, que garantem a reprodução desse modo de produção. E no caso do dicionário depende da política editorial e do modo como o mercado editorial se sustenta em determinadas práticas editoriais.

Althusser (2008) ainda ressalta que o trabalho que desenvolve sobre a reprodução das relações de produção, bem como sobre os AIEs, está ancorado na superestrutura, que, sob o olhar do autor, é dialética em sua relação com a infraestrutura. Para ele “o que se passa, ou pode se passar, na superestrutura depende, portanto, em última instância do que se passe (ou não) na infraestrutura, entre as forças produtivas e as relações de produção” (Ibid., p. 185).

Na política editorial, por exemplo, a relação entre os AIEs e a infraestrutura pode ser discutida a partir do modo como são produzidos os instrumentos de normatização da língua. Os dicionários, assim como as gramáticas, em geral são pautados em critérios da língua vernácula, ou seja, o léxico da língua cristalizado, os sintagmas verbais e nominais estabelecidos pelos gramáticos a partir da cristalização da língua. O léxico de um dicionário raramente é fruto da língua viva em funcionamento, pois as palavras somente são lexicografadas depois de seu uso e seus sentidos se cristalizarem nas forças sociais, embora nem sempre o que se cristaliza nas forças sociais seja dicionarizado ou entre nos compêndios gramaticais, nos glossários, nos dicionários e nas gramáticas, pois a língua que circula entre as forças sociais tem uma dinâmica distinta da língua lexicografada.

A língua que circula entre as forças orgânicas não é a mesma que circula na superestrutura. A língua em movimento nas forças orgânicas é fluida, é viva, é fruto de relações sociais diárias em que sujeitos se constituem e produzem sentidos sempre em movimento. A língua que circula na superestrutura também é viva, mas visa à norma, a interesses de unicidade, ao vernáculo e à cristalização de sentidos, uma língua que põe em jogo a divisão e a contradição pelas escolhas lexicais.

Os interesses da superestrutura determinam que o dicionário seja produzido por lexicógrafos, especialistas da língua, conhecedores do vernáculo, estudiosos com formação acadêmica para tal finalidade e que têm conhecimento acerca do funcionamento da língua. Além disso, a superestrutura prima por publicações feitas pelas editoras reconhecidas em âmbito nacional que aderem à política ideológica instituída pelo poder de Estado e pelo AIE do mercado editorial, pois visa a unificar as produções, manter o controle sobre elas, bem como fazer circular os interesses da classe dominante.

Assim seria garantido o jogo das relações de produção pelo funcionamento dos AIEs a partir das ideologias. Se estes Aparelhos funcionam pelas ideologias, há que se compreender que os diversos Aparelhos existentes trabalham as suas próprias ideologias. A ideologia das classes dominantes representa o poder de Estado e dispõe do AE. Logo, essas mesmas classes

dominantes são ativas nos AIEs e, portanto, são as ideologias dominantes que se realizam nos Aparelhos. A partir dessa perspectiva, nenhuma classe pode estar atrelada ao poder de Estado sem corresponder aos interesses hegemônicos sobre/nos Aparelhos. Dessa forma, os AIEs tornam-se o lugar da luta de classes, pois, como Aparelhos, são a concretização das ideologias dominantes, das instituições, e as forças sociais estão sujeitas às classes dominantes. Assim, compreende-se que as ideologias e os Aparelhos colocam em cena a luta de classes e as correlações de força no interior dos Aparelhos. Entretanto, a luta de classes pensada nos AIEs reforça a ideia de que a superestrutura precisa da infraestrutura, porque os AIEs agem, atuam, exercem sua atividade no jogo das relações entre superestrutura e infraestrutura para garantir a reprodução das relações de produção. Logo, se pensarmos que os AIEs servem aos interesses da superestrutura, é importante destacar que as ideologias ali se encontram para criar as condições de repressão, de dominação e de exploração. No entanto, as ideologias em si não se sustentam somente na repressão, por exemplo, mas também nos mecanismos, nos Aparelhos em que elas se realizam, como na escola, na igreja, no mercado editorial. A infraestrutura, por sua vez, também se coloca na luta de classes a partir da resistência.

Para o autor, a correlação de forças da infraestrutura com a superestrutura está à mercê das ideologias por meio da coerção física e simbólica, pois são estas que determinam a representação imaginária dos sujeitos, constituindo por outro lado um imaginário que está determinado, por sua vez, pelas condições de existência reais dos sujeitos. É por meio da ideologia que “os ‘homens’ ‘representam’ não suas condições de existência reais, seu mundo real, mas antes de tudo sua relação com essas condições de existência reais” (ALTHUSSER, 2008, p. 205) e seus modos de produção.

Segundo Althusser (2008),

é evidente que não se pode conceber o sistema de ‘direção’ ideológica da sociedade pela classe dominante, isto é, os efeitos de consenso da ideologia dominante como puro e simples dado, como um sistema de órgãos definidos que decorressem automaticamente da dominação violenta da própria classe ou fossem instalados, pela clarividência política dessa classe, com determinados fins, definidos por suas funções. (p. 239).

As ideologias dominantes devem ser entendidas como resultado da luta de classes por meio da qual a burguesia luta contra a antiga ideologia dominante e contra a ideologia da nova classe explorada. Ao mesmo tempo, então, luta internamente para superar as contradições e para se estabelecer como ideologia dominante.

A contribuição de Althusser (2008) a respeito das relações entre infraestrutura e superestrutura reside no fato de que ele situa as ideologias nos AIEs e no modo como eles intervêm nas práticas sociais dos sujeitos na sociedade. Compreendemos que há uma relação de constituição mútua entre infraestrutura e superestrutura, pois uma determina a existência da outra, a partir da luta de classes. Só há AIE (ideologia dominante – superestrutura) porque há sujeitos sociais que, por seus discursos e suas práticas ideologicamente determinados, garantem a reprodução das relações de produção (ideologia dominada).

Além disso, as ideologias dominantes estão ancoradas nos AIEs e não se realizam fora destes, pois são o lugar onde se trava a luta de classes, que nos Aparelhos, que representam as ideologias dominantes, prolongam esta luta de classes em dada formação social. Sendo assim, cabe questionar como o conceito de política se articula com os AIEs. Segundo nossa compreensão, a política funciona na relação entre infraestrutura e superestrutura, na medida em que nos AIEs se estabelecem a luta de classes, os conflitos, as contradições, as relações entre ideologias e forças sociais. A política se realiza na tensão constante entre infraestrutura e superestrutura, pela materialização do papel do Estado nos Aparelhos Ideológicos e pelo modo como estes determinam as forças sociais e suas ações.

2.3 A língua observada por um viés discursivo sob a ótica de Michel Pêcheux

Tratar do político na língua, nos estudos discursivos, é colocar-se na perspectiva de um analista de discurso, ou seja, enquanto sujeito constituído pela história e determinado pela ideologia, refletir sobre a realidade, sobre as práticas sociais, sobre as condições de produção dos discursos, sobre a articulação entre língua e discurso e, conseqüentemente, sobre a dimensão política da língua. Assim, para tecer essas reflexões, buscamos alguns conceitos centrais da teoria pecheuxtiana como: língua e discurso, formações ideológicas, formação discursiva e condições de produção, de modo a entender como o político intervém na produção dos sentidos nos discursos.

2.3.1 Língua e discurso

Michel Pêcheux, filósofo francês, marxista-leninista, fundador da escola francesa de Análise de Discurso, busca instituir uma “teoria (não-subjetivista) da subjetividade” (PÊCHEUX, 2009, p. 121). A Análise de Discurso se funda com base em uma “Tríplice Aliança”, segundo Pêcheux: “intervir no Marxismo sobre a questão da ideologia, levantando questões sobre sua relação com a Psicanálise e com a Lingüística” (Ibid., p. 269). Essa “teoria (não-subjetivista) da subjetividade” estabelece-se na França a partir dos anos 1960.

Nosso ponto de apoio teórico encontra-se especialmente na obra de Michel Pêcheux, intitulada *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*³⁴, de 2009, a partir da qual buscamos compreender uma concepção materialista de língua atrelada a relações com o discurso, objeto sobre o qual Pêcheux se debruça. Dessa obra, tomamos o capítulo “Língua e ideologia” como ponto de partida para entender a concepção do autor quanto à língua e aos processos discursivos e as relações entre ambos.

Para abordar o conceito de língua, Pêcheux (2009) afirma que é necessário inicialmente observar que “a Lingüística é solicitada constantemente para fora de seu domínio” (p. 77), ou seja, ela não pode se delimitar em suas fronteiras, fechar-se sobre si mesma, pois muito tem a contribuir em outras áreas. Assim ocorre no caso de pensarmos a língua na relação com o discurso. Pêcheux (2009) traz uma afirmação de Lênin que corrobora o ponto de vista de que, se há um retorno a alguma coisa que incomoda, é porque algo há de não resolvido, ou seja, “a língua sempre vai onde o dente dói” (LÊNIN *apud* PÊCHEUX, 2009, p. 77). Compreendemos que a Semântica retorna à Linguística porque há algo de não

³⁴ Esta obra data de 1975 e representa um dos momentos da reflexão de Pêcheux. Nesta Tese, nosso acesso à obra é restrito à 4ª edição brasileira, que data de 2009 e é traduzida por Eni Orlandi.

resolvido aí, isto é, em algum momento da história da linguagem, a Linguística deparou-se com o sentido, mas, na busca por uma cientificidade, pela objetividade científica, excluiu qualquer forma de intervenção da história e do sujeito sobre a língua.

Pêcheux (2009) prossegue suas explanações apontando a articulação entre a Linguística e a “teoria científica de processos espontaneamente representados-deformados, tornados, propriamente irreconhecíveis pela filosofia idealista, em geral, e pela filosofia da linguagem, em particular” (p. 80)³⁵. O autor pontua alguns fenômenos linguísticos (explicação e determinação, situação e propriedade) que poderiam ser tomados tanto sob o viés da Linguística quanto sob uma reflexão filosófica. Essa articulação assinala a relação que as questões discursivas buscam estabelecer: pensar os fenômenos linguísticos e as questões filosóficas articulando dois campos do conhecimento, que são a Linguística e a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos – parte da ciência das formações sociais (PÊCHEUX, 2009). Com essa afirmação, chega-se ao ponto central da relação entre língua e discurso postulada por Pêcheux (2009), ou seja,

o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que (...) os processos ideológicos simulam os processos científicos. (p. 81)³⁶.

A partir dessa relação apresentada pelo autor, entende-se que o sistema da língua é o mesmo para todos os sujeitos, mas o que diferencia um sujeito de outro, por exemplo, é o seu discurso, que é diferente para cada um porque são também diferentes os lugares sociais ocupados pelos sujeitos, determinados por diferentes condições sócio-históricas, por diferentes formações sociais e ideológicas.

A língua é o que dá suporte aos processos discursivos, é entendida como o lugar da materialização do discurso, é o lugar da realização dos efeitos de sentido a partir dos processos discursivos. A língua é requisitada para fora da Linguística e é posta em relação

³⁵ Um dos autores representantes da filosofia idealista é Nicolas Marr, sobre o qual Pêcheux afirma ser um pseudomarxista e um pseudolinguista, pois “*havia tentado reconstruir as línguas, que ele identificava às superestruturas ideológicas, de modo que a gramática se tornava o pivô de uma luta de classes*” (PÊCHEUX, 2009, p. 79). Segundo Pêcheux (2009), o idealismo dessa concepção reside num erro filosófico e político – ideia de que a filosofia materialista poderia impor ou fornecer a uma ciência seus resultados, e num erro teórico – considerar que a língua pertence à superestrutura ideológica de uma formação social.

³⁶ Itálicos são de Pêcheux (2009).

com a ideologia e a história, ou seja, a língua deixa de ser objeto de uma ciência, como considerada por Saussure (2006), e passa a ter um funcionamento passível de ser descrito, analisado e interpretado, porque há história, há ideologia, há sujeito.

Importante destacar, ainda, em conformidade com Pêcheux (2009), que não se pode opor língua e discurso enquanto correspondentes de língua e fala, conforme a dicotomização da Linguística estruturalista saussuriana, porque a Análise de Discurso se centra nos processos discursivos, em que se articulam língua e fala. Segundo o autor, “a discursividade não é a fala (parole), isto é, uma maneira individual concreta de habitar a abstração da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função” (Ibid., p. 82).

Os processos discursivos inscrevem-se na relação ideológica de classes, segundo Pêcheux (2009), isto é, as classes apropriam-se da língua de determinado modo em seus processos discursivos na luta política e ideológica, mas isso não significa que existam línguas de classe e gramáticas de classe. A língua é uma só, da qual se apropria todo o sujeito, embora fracionada. Os processos discursivos são vários e estabelecem-se a partir da apropriação que cada sujeito faz da língua. Ao se inscreverem na relação ideológica de classe, os processos discursivos mantêm entre si contradições, pois são “la fuente de producción de los efectos de sentido”³⁷ (PÊCHEUX, 1975, p. 243), e a língua, por sua vez, “constituye el lugar material donde se realizan estos efectos de sentido” (Idem)³⁸. Para Pêcheux (1975), é insuficiente conceber a língua como a base de um léxico e de sistemas fonológicos, morfológicos e sintáticos. Se assim fosse concebida, a tarefa do linguista seria trabalhar com o léxico e o sistema de regras fazendo intervir as questões de Semântica. As relações língua-base e discurso-processo dão-se porque a realização dos processos discursivos se dá na língua, que é a base material de constituição dos sentidos.

Pêcheux (2009), a partir de Paul Henry, ainda afirma que “todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas é dotado de *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística” (Ibid., p. 81). Segundo Henry (2013)³⁹, em *A Ferramenta Imperfeita: língua,*

³⁷ [A fonte de produção dos efeitos de sentido]. (Tradução nossa do texto *Hacia el Análisis Automático del Discurso*).

³⁸ [Constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido]. (Tradução nossa do texto *Hacia el Análisis Automático del Discurso*).

³⁹ A 1ª edição da obra é em francês e foi publicada em 1977 sob o título *Le Mauvais Outil. Langue, Sujet et Discours*. A versão que consultamos é brasileira, traduzida por Maria Fausta Pereira de Castro, em sua 2ª edição, e data de 2013.

sujeito e discurso, o princípio da subordinação da significação ao valor, considerado como o núcleo da ruptura saussuriana, estreitamente ligado à ideia de língua como sistema, abre a possibilidade de uma teoria geral da língua, sob seus aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos, fundando a autonomia relativa dessas propriedades com relação à Semântica na medida em que se considera a língua como um componente de base, mas não determinante das relações entre os sentidos. Há que se destacar que a língua não é autônoma, pois está na dependência das determinações que são externas a ela, ou seja, dos fatos históricos e sociais. Dessa forma, os processos discursivos desenvolvem-se a partir da língua enquanto base constituída por leis internas – sintáticas, fonológicas e morfológicas, mas eles não são produtos do pensamento, da atividade cognitiva; ao contrário, são oriundos da relação da língua enquanto base que serve de lastro às ideologias das classes, pois cada classe se apropria da língua e se serve dela conforme seus interesses, suas posições, suas determinações históricas e o modo como se inscreve na luta de classes.

Pêcheux (2009), além disso, destaca uma definição de língua fundamental que ecoa da teoria de Bakhtin/Volochínov: “a língua não é uma superestrutura” (p. 82). Ao mesmo tempo em que a língua não é uma superestrutura, entendemos, a partir das ideias de Bakhtin/Volochínov (2009) e Pêcheux (2009), que a língua está na infraestrutura e é determinada, na maioria das vezes, por intervenções de ordem superestrutural. Exemplos que ilustram nossa reflexão são as mudanças, as reformas ortográficas, tais como o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, implantado no Brasil conforme o Decreto Legislativo nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, resultado de acordos superestruturais que intervêm na realidade da infraestrutura.

As palavras da língua adquirem sentido em determinadas condições de produção em que se constitui o sujeito e seu discurso; o sentido é determinado a partir das práticas; enquanto um sentido é determinado em um contexto, outro é esquecido, apagado, relação esta que se torna necessária para “autorizar a divisão sob a aparência da unidade” (PÊCHEUX, 2009, p. 83) – a contradição. Os processos discursivos mantêm relações contraditórias entre si porque se inscrevem em relações ideológicas de classe, caracterizando a incompletude dos sentidos, portanto é o efeito da própria diversidade dos modos de determinação histórica dos processos discursivos que afeta a língua dicionarizada, por exemplo. A língua não dá conta de tudo em todas as instâncias sócio-históricas e ideológicas; algo sempre escapa, falta, pois a língua é passível de falhas, de equívocos, sempre determinada pela história e pelos

acontecimentos. A língua é a mesma em sua unidade interna, mas são diferentes discursos, diferentes modos de se inscrever na língua, diferentes processos discursivos, diferentes sujeitos que dela se apropriam segundo os interesses na luta de classes.

2.3.2 *Formações ideológicas e formação discursiva*

Para tratar dos conceitos de formações ideológicas e de formação discursiva, retomamos a obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, de Michel Pêcheux, e o texto *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*, de Michel Pêcheux e Catherine Fuchs, ambos publicados em 1975⁴⁰, e que retomam os postulados de Louis Althusser acerca dos Aparelhos Ideológicos de Estado, bem como a teoria das ideologias e da interpelação, propostas por este autor.

Para desenvolver os conceitos mencionados, Michel Pêcheux retoma os postulados de Louis Althusser acerca da teoria da ideologia e da interpelação dos indivíduos em sujeitos e estabelece novas categorias teórico-analíticas. Também busca bases foucaultianas, mais especificamente na obra *Arqueologia do Saber*, publicada em 1969, para desenvolver o conceito de formação discursiva. Assim, retomemos Althusser (2008), em sua obra *Sobre a Reprodução*, para compreender o percurso traçado por Michel Pêcheux posteriormente, bem como Foucault (2015)⁴¹.

O termo ideologia foi criado por Cabanis, Destutt de Tracy e seus amigos como teoria das ideias (ALTHUSSER, 2008). Marx retoma esse termo compreendendo-o como “sistema das idéias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de grupo social” (Ibid., p. 275). Contudo, Marx não chega a propor uma teoria das ideologias como o faz Althusser (2008). Este autor propõe uma teoria das ideologias pensada numa dupla relação: uma teoria da ideologia em geral e uma teoria das ideologias particulares.

A teoria das ideologias que propõe repousa sobre a história das formações sociais, portanto sobre os modos de produção combinados em tais formações e as lutas de classe que aí se desenvolvem (ALTHUSSER, 2008). Se o autor propusesse uma teoria da ideologia em geral, chegaria à proposição de que “a ideologia não tem história” (Ibid., p. 275), conforme

⁴⁰ Ambos os textos foram publicados em 1975. Contudo, as edições a que tivemos acesso são traduções para a Língua Portuguesa. A obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* será referenciada como Pêcheux (2009), e o texto *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*, como Pêcheux e Fuchs (2014).

⁴¹ A obra foi publicada em sua primeira edição em 1969, mas a edição a que tivemos acesso é de 2015, traduzida para a Língua Portuguesa por Luiz Felipe Baeta Neves.

propunha Marx, porque a história estaria situada fora das ideologias, o que, segundo Althusser (2008), não é o caso. Por isso, Althusser (2008, p. 276) defende dois tópicos:

- 1) “As ideologias têm uma história própria”.
- 2) “A ideologia em geral não tem história”.

A ideologia (=ideologia em geral) é “eterna”, “onipresente”, “imutável em toda a história das formações sociais que compreendem classes sociais” (Ibid., p. 277); as ideologias (=têm uma história própria) realizam-se nas instituições, nas práticas, nos rituais, nos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Acerca da proposta da teoria da ideologia, o autor apresenta duas teses:

Tese I – “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (Ibid., p. 277);

Tese II – “A ideologia tem uma existência material” (Ibid., p. 280).

Em relação à Tese I, Althusser (2008) destaca que as concepções de mundo são imaginárias, que não correspondem à realidade, mas fazem alusão a esta realidade, bastando interpretá-las para encontrar a realidade deste mundo. Logo, segundo o autor, ideologia corresponde à ilusão/alusão. Na medida em que se interpretam as concepções de mundo, “chega-se à conclusão de que, na ideologia, ‘os homens representam, sob uma forma imaginária, suas condições de existência reais’” (p. 278).

Entretanto, Althusser (2008) questiona o porquê dessa necessidade de “transposição imaginária de suas condições reais de existência para ‘representarem’ suas condições de existência reais” (Ibid., p. 278) e busca responder, apontando dois fatores: por um lado, clérigos e déspotas, no intuito de submeter os homens a seus interesses, “consolidam sua dominação e exploração do ‘povo’ sobre uma representação falseada do mundo, imaginada por eles para subjugar os espíritos pelo domínio de sua imaginação” (Ibid., p. 278), isto é, visando a dominar e explorar os homens, a interpretação das concepções de mundo não era possível a todos, pois já era dada como pronta, segundo os interesses da Igreja e de governantes tiranos; por outro, há a “alienação no imaginário da representação das condições de existência dos homens” (Ibid., p. 278), que significa dizer que não cabe aos homens interpretar a concepção de mundo em que se inserem, porque a própria existência é alienante, na medida em que, conforme Karl Marx pontua em *Os Manuscritos de 44*, retomado por Althusser (2008), “a essência da sociedade alienada é o trabalho alienado” (ALTHUSSER, 2008, p. 279). Assim, Althusser (2008, p. 279) afirma que “o que é refletido na representação

imaginária do mundo, que se encontra em uma ideologia, são as condições de existência dos homens, portanto, seu mundo real”. Dessa forma, como a ideologia representa a relação imaginária dos “indivíduos com as relações de produção e com as relações delas derivadas” (Ibid., p. 279), chega-se à Tese I formulada, ou seja, de que “a ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos” (Ibid., p. 277) com a realidade em que vivem e que governa a existência destes.

Quanto à Tese II, afirmar que “a ideologia tem existência material” (ALTHUSSER, 2008, p. 280) significa relacioná-la aos AIEs e às suas práticas, ou seja, a ideologia enquanto representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência realiza-se nos AIEs, pois reconhece que

todo ‘sujeito’, dotado de uma ‘consciência’ e acreditando nas ‘idéias’ que sua ‘consciência’ lhe inspira e aceita livremente, deve ‘agir’ segundo suas ‘idéias’, portanto, deve inscrever nos atos de sua prática material suas próprias idéias enquanto sujeito livre. (ALTHUSSER, 2008, p. 281).

Essa consciência e as ideias são determinadas pelos AIEs, pelas práticas possíveis e determinadas por esses Aparelhos.

Conforme Althusser (2008, p. 282), quanto ao sujeito,

a existência das idéias da sua crença é material, no sentido de que suas idéias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que, por sua vez, são definidos pelo aparelho ideológico material do qual dependem as idéias desse sujeito.

Com isso pode-se introduzir a outra teoria de Althusser (2008): a interpelação dos indivíduos em sujeitos. Em relação a essa teoria, há que se destacar a dupla constituição entre sujeito e ideologia. Althusser (2008, p. 284) destaca que “a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que a categoria de sujeito só é constitutiva de toda ideologia enquanto esta tem por função (que a define) ‘constituir’ indivíduos concretos como sujeitos”. A dupla constituição se dá porque “a categoria de sujeito é uma ‘evidência’ primeira” que se nomeia como “efeito ideológico elementar” (Ibid., p. 284), já que o reconhecimento ideológico é uma das funções da ideologia.

Exemplificando o que Althusser (2008) propõe, podemos tomar o exemplo do nome próprio, escolhido pelos pais para o filho que ainda não nasceu, mas já foi concebido. A partir dessa escolha, o filho terá uma identidade, única, insubstituível; o nome carrega uma história

antes mesmo de a criança nascer, sendo já sujeito porque se reconhece pelo nome atribuído, devido à interpelação. Esta consiste, segundo Althusser (2008), no fato de que a ideologia “recruta’ sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos)” (Ibid., p. 286). Assim, somos todos “sujeitos ideológicos” (Ibid., p. 284) e “somos sempre já sujeitos” (Ibid., p. 285), pois, na medida em que a ideologia funciona e atua (e podemos dizer que ela está sempre funcionando), há o reconhecimento do sujeito concreto em sujeito, isto é, há interpelação dos indivíduos em sujeitos. Essas teses de Althusser são retomadas por Pêcheux, conforme veremos adiante. Althusser (2008) traz em sua teoria que as ideologias se situam nos AIEs e no modo como eles intervêm nas práticas sociais. Logo, entendemos que nos AIEs estão representadas as posições de classe em que há confrontos de forças e conflitos de interesses.

Ao elaborar o conceito de formação discursiva, o conceito de formação ideológica intervém determinando, a partir da luta de classes que se trava nos AIEs, o sentido das palavras e expressões, ou seja, as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito, mas sempre a partir das posições ideológicas dos sujeitos no processo sócio-histórico de produção dessas palavras e expressões, posições essas que correspondem às formações ideológicas.

Assim, embora Pêcheux (2009) retome o conceito de formação discursiva de Foucault (2015), é importante ressaltar que ele se alicerça fundamentalmente nos pressupostos althusserianos para desenvolver a sua teoria. Ao retomar Foucault (2015), temos a compreensão do conceito de formação discursiva a partir dos “sistemas de dispersão” (Ibid., p. 46). Segundo o autor,

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2015, p. 47).

Essa conclusão é apresentada ao refletir sobre quatro hipóteses que elabora acerca das relações que podem ser estabelecidas entre diferentes enunciados que tratam de um mesmo tema. As hipóteses apresentadas são as seguintes:

- primeira hipótese: “enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (Ibid., p. 39);

- segunda hipótese: “um grupo de relações entre enunciados pode ser definido pela forma e tipo de encadeamento” (Ibid., p. 41);

- terceira hipótese: “podem-se estabelecer grupos de enunciados, determinando-lhes o sistema dos conceitos permanentes e coerentes que aí se encontram em jogo” (Ibid., p. 42);

- quarta hipótese: “para reagrupar os enunciados, descrever seu encadeamento e explicar as formas unitárias sob as quais eles se apresentam: a identidade e a persistência dos temas” (Ibid., p. 43).

Essas quatro hipóteses, no entanto, não se confirmam. Em relação à primeira, o autor destaca que um único objeto pode ser tratado sob diferentes pontos de vista, sob diferentes teorias, em diferentes momentos históricos. Logo, os enunciados não formam um conjunto referente a um objeto. O exemplo citado pelo autor é o da loucura. Esta é tratada a partir de perspectivas distintas e são apresentados diferentes enunciados sobre ela pelos médicos, nas sentenças jurídicas e nas medidas policiais. Assim, torna-se necessário reagrupar os enunciados segundo a dispersão que apresentam e conforme as instâncias em que se inserem (FOUCAULT, 2015).

Quanto à segunda hipótese, o autor afirma que esta até seria possível, pois observava enunciados caracterizados por certo estilo em detrimento de objetos e conceitos, isto é, os conhecimentos sobre a loucura, por exemplo, pautavam-se sobre uma mesma visão. Entretanto, aos poucos, com a descrição, houve deslocamentos nos procedimentos e mudanças na nomenclatura e na interpretação do diagnóstico. Para tanto, para que as relações entre enunciados pudessem ser definidas pela forma e pelo tipo de encadeamento, era necessário caracterizar e individualizar enunciados dispersos e heterogêneos, tornando-os homogêneos. A unidade, todavia, poderia não ser o princípio de agrupamento, mas apenas se dar por regras específicas para a descrição dos procedimentos, por exemplo. Logo, esta hipótese também não se mantém (Ibid., p. 42).

A terceira hipótese não se mantém porque não há unidade entre enunciados, tendo em vista que os conceitos são distintos, anulam-se uns aos outros, apresentam estruturas diferentes no decorrer do tempo. Foucault (2015) cita o exemplo da gramática clássica e a compara à gramática de Port-Royal. Conceitos novos surgem, outros evoluem, há ainda regularidades que não se mantêm, ou seja, a gramática constitui-se como uma falsa unidade (Ibid., p. 43).

E, por fim, a quarta hipótese é suplantada pela ideia de que não há identidade e persistência de temas, já que podem ser relacionados temas incompatíveis, pontos dispersos e conflitantes no decorrer do tempo. O exemplo que o autor apresenta consiste na ideia de valor: valor pode significar troca; valor pode significar salário/remuneração pelo trabalho prestado. Dessa forma, há dois temas dos quais não se podem individualizar os enunciados, pois formam um conjunto de possibilidades diversas, inclusive pontos que abrem para enunciados e também outros temas já existentes (Ibid., p. 46).

Assim, Foucault (2015) determina que as formações discursivas pautam-se nas regularidades que os enunciados apresentam, ou seja, uma formação discursiva é constituída por saberes distintos que podem ser agrupados, mas eles têm algo em comum, alguma regularidade que pode ser observada, seja nos enunciados, seja no tema, nos objetos ou nos conceitos. Por isso, devido à regularidade que apresentam, é possível agrupá-los e descrevê-los.

Michel Pêcheux, ao tratar do conceito de formação discursiva, busca preliminarmente em Michel Foucault as bases, mas definitivamente se sustenta em Louis Althusser. Pêcheux (2009) define formação discursiva e articula a esta o conceito de Ideologia e formações ideológicas, buscando com isso fontes althusserianas, e propõe uma relação de indissociabilidade entre formação ideológica e formação discursiva. No texto *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*, Pêcheux e Fuchs (2014) buscam explicitar a articulação entre formação social, ideologia e discurso e pontuam a ideologia como a relação entre infraestrutura e superestrutura, retomada de Karl Marx e Louis Althusser, ou seja,

a região da ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica: mais particularmente, o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como ‘determinado em última instância’ pela instância econômica, na medida em que aparece como uma das condições (não econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica. (PÊCHEUX e FUCHS, 2014, p. 162).

Isso significa que a ideologia funciona na relação entre infraestrutura e superestrutura na medida em que a superestrutura intervém ideologicamente sobre a infraestrutura para manter a reprodução das relações de produção, e a infraestrutura intervém na superestrutura determinando-a e desequilibrando as relações de reprodução e possibilitando a transformação.

Essas relações correspondem, segundo nossa compreensão, a interesses de classes, cujas relações são reproduzidas ou transformadas.

A reprodução é garantida pelo que Althusser (2008) designa como interpelação e Pêcheux e Fuchs (2014, p. 162) vão nomear como “assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico”, já que cada sujeito é levado a ocupar um lugar nas classes sociais que constituem as relações de produção. O sujeito é levado a ocupar o seu lugar pelo trabalho da ideologia, tanto que esse sujeito acredita ser livre para tal escolha; no entanto, está sempre já determinado pela reprodução, assegurada pelos AIEs, que se “caracterizam pelo fato de colocarem em jogo práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem às relações de classes” (Ibid., p. 163).

As relações de classes podem caracterizar-se, além da reprodução, também pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas, conforme afirmam Pêcheux e Fuchs (2014, p. 163), “que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação”. E a partir disso, falam de “formação ideológica para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento” (Ibid., p. 163). As formações ideológicas se relacionam às posições de classe em conflito umas com as outras e

comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. (PÊCHEUX e FUCHS, 2014, p. 164).

Daí resulta o que Pêcheux (2009) propõe como modalidades de sujeito no processo de identificação-contratificação-desidentificação com a formação discursiva.

Em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Pêcheux (2009) desdobra os conceitos ainda não bem alinhavados em *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas* e explicita-os minuciosamente. Por isso, pertinente recorrer a essa obra e entender como a teoria da ideologia e a teoria da interpelação vão funcionar em relação ao discurso.

Com base nesta obra, buscamos compreender a articulação que Pêcheux (2009) faz entre Ideologia, formação ideológica, formação discursiva e sujeito para apresentar, posteriormente, como o político aí funciona nessas relações.

Em relação à Ideologia, Pêcheux (2009) retoma a compreensão de Althusser (2008) explicitando-a como as Ideologias em geral, constituindo-se “como meio de designar, no interior do marxismo-leninismo, o fato de que as relações de produção são relações entre ‘homens’” (p. 138), os quais se caracterizam como animal ideológico constituído na história da luta de classes. Além disso, partindo de Althusser (2008), ainda, afirma que “a Ideologia é eterna” (PÊCHEUX, 2009, p. 138), aproximando a reflexão sobre a ideologia da reflexão de Freud sobre o inconsciente. Inconsciente e Ideologia têm em comum o fato de “dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas” (Ibid., p. 139). Isso significa que inconsciente e ideologia estão sempre em funcionamento, mesmo quando parecem não estar, porque é como se existissem sempre já aí, assim como o sujeito, pois este se constitui enquanto tal ao mesmo tempo que a ideologia e o inconsciente, segundo nosso entendimento.

Althusser (2008) havia proposto o conceito de Ideologia (que Pêcheux grafa em letra maiúscula) para se referir à ideologia em geral, isto é, que não tem história e não se realiza nos AIEs, mas remete às relações de produção entre os homens. O autor ainda propõe que “as ideologias têm uma história própria (embora ela seja determinada, em última instância, pela luta de classes nos aparelhos de reprodução das relações de produção)” (ALTHUSSER, 2008, p. 197). A partir do que Pêcheux (2009) propõe com base na teoria althusseriana, compreendemos que as ideologias (no plural) se realizam nos AIEs; são, portanto, plurais, porque os Aparelhos são plurais. Pêcheux (2009) traz o conceito de ideologias para pensar os AIEs, nos quais ocorre a luta de classes, e nestes a possibilidade de transformação das relações de produção pela intervenção dos sujeitos na luta de classes.

As evidências subjetivas, assim, dizem respeito ao sujeito, conforme também já apresentava Althusser (2008), e ao sentido, observação introduzida por Pêcheux (2009) com base em uma crítica à filosofia idealista da linguagem. A constituição do sujeito e do sentido se dá de forma conjunta quando do processo de interpelação.

Segundo Pêcheux (2009), pela interpelação é possível entender a relação da determinação superestrutural pela infraestrutura econômica, isto é, entre o “aparelho repressivo de Estado (o aparelho jurídico-político que distribuiu-verifica-controla as identidades) e os aparelhos ideológicos de Estado” (p. 140), configurando o que Pêcheux (2009) denomina vínculo entre o sujeito de direito, o qual se relaciona com seus iguais, e o sujeito ideológico, que diz de si mesmo. Isso corresponde ao “teatro da consciência” (Ibid., p.

140) mediante o qual o sujeito sempre (se) reconhece que se fala dele e com ele, antes mesmo que ele se reconheça nessa relação. A partir do “teatro da consciência” (Ibid., p. 140) de que fala o autor, é possível compreender que o “sujeito é chamado à existência” (Ibid., p. 141) pela Ideologia; ele se constitui de indivíduo a sujeito no processo de interpelação.

Contudo, esse sujeito é sempre já sujeito, conforme já afirmava Althusser (2008) e retomado por Pêcheux (2009), porque é sempre já interpelado e constituído, logo se identifica com determinados saberes de diferentes formações discursivas, em diferentes formações ideológicas. Assim como o sujeito só existe enquanto tal interpelado ideologicamente, o sentido também se constitui em dependência do “todo complexo das formações ideológicas”, determinado pelos Aparelhos Ideológicos de Estado e pelas práticas dos sujeitos, segundo Pêcheux (2009, p. 146).

Conforme Pêcheux (2009, p. 146),

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.

Isso significa que o sentido se constitui a partir das posições sociais que os sujeitos ocupam, ou seja, depende das formações ideológicas em que se inserem os sujeitos socialmente, identificados com a formação discursiva correspondente.

Por formação discursiva Pêcheux (2009, p. 147) entende “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”, ou seja, as palavras adquirem sentido mediante inscrição na formação discursiva em que são produzidas. Assim, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeito-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Ibid., p. 147). Por isso, a formação discursiva é, do ponto de vista pecheuxtiano, a matriz do sentido, o lugar da constituição deste.

Além disso, o autor acrescenta que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009, p. 149). Isso equivale a dizer que as formações discursivas estão imbricadas e constituem-se pelos saberes do interdiscurso, no ‘todo complexo com

dominante’, em que o sentido se produz mediante inscrição do sujeito em dada formação discursiva que veicula determinados saberes sempre já presentes e inscritos no interdiscurso.

O interdiscurso é o “todo complexo com dominante” das formações discursivas, segundo Pêcheux (2009, p. 149), e está submetido à desigualdade, à contradição e à subordinação, características das formações ideológicas. Além disso, pode-se destacar que Pêcheux (2009) articula o interdiscurso ao pré-construído na medida em que este corresponde “ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’” (Ibid., p. 151). Ademais, o autor define o interdiscurso como discurso-transverso que “atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita” (Ibid., p. 154). Assim, há o interdiscurso que abarca todos os discursos e determina o discurso do sujeito sob a forma de pré-construído, já que tudo o que for discursivizado já se encontra sempre aí, e que atravessa os dizeres do sujeito, segundo a formação discursiva em que está inscrito esse sujeito.

Por isso, fala-se em interdiscurso (no singular), que contém todos os saberes e discursos já veiculados e a serem veiculados, seja sob a forma de pré-construído, seja sob a forma de discurso-transverso, e em formações discursivas (no plural), que se organizam a partir do interdiscurso, conforme identificação-contratificação-desidentificação do sujeito com dada formação discursiva.

Importante destacar que “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (PÊCHEUX, 2009, p. 197). Logo, como “não existe prática sem sujeito” (Ibid., p. 197), toda prática discursiva tem implicada um sujeito que age enquanto tal, sendo colocado como sujeito de seu dizer, responsável por seus atos, suas condutas e suas palavras (PÊCHEUX, 2009), caracterizando o bom e o mau sujeito e a terceira modalidade que é uma tomada de posição não subjetiva.

Em relação ao “bom sujeito” (Ibid., p. 199), a primeira modalidade, que consiste na identificação do sujeito com dada formação discursiva, podemos dizer que está relacionada à “superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal” (Ibid., p. 199), ou seja, o sujeito do discurso, que enuncia, e o Sujeito (interpelado pela Ideologia, portanto, sempre já sujeito) se recobrem, ou, ainda, poderíamos dizer, talvez, que se fundem

na medida em que o sujeito se identifica plenamente, embora sendo livre, com os saberes que o interdiscurso determina para tal formação discursiva. O assujeitamento é, assim, “livremente consentido” (Ibid., p. 199), já que o sujeito sofre a determinação dessa identificação com a formação discursiva na qual se insere.

Em relação ao “mau sujeito”, a segunda modalidade, “o sujeito da enunciação ‘se volta’ contra o sujeito universal” (Ibid., p. 199) na medida em que se contraidentifica com os saberes da formação discursiva que o interdiscurso impõe. O sujeito da enunciação passa a questionar os saberes da formação discursiva, questiona a evidência do sentido pré-construída no interdiscurso, rejeitando essa evidência.

E, por fim, a terceira modalidade, a da desidentificação, “uma tomada de posição não-subjetiva” (Ibid., p. 201), consiste num trabalho da forma-sujeito que visa transformar, deslocar, desarranjar e rearranjar saberes de dada formação discursiva, rompendo com o que está posto e determinado pelo interdiscurso. A desidentificação é a modalidade que permite, além do deslocamento, a transformação, pois, na medida em que o sujeito rompe com a formação discursiva, ele migra ou institui uma outra, na qual os saberes pré-construídos e disponíveis no interdiscurso também vão intervir, determinando os sentidos possíveis nesta outra formação discursiva, que pode ser já existente ou uma que será instaurada. Configurar-se como uma ‘tomada de posição não-subjetiva’ não significa que não haja assujeitamento, ou seja, de que a Ideologia não interpele o indivíduo em sujeito, mas que há uma interpelação tal que o sujeito, além de questionar as evidências, desarranja/rearranja saberes legitimados pela formação discursiva.

A partir da Ideologia, das formações ideológicas, das formações discursivas e das três modalidades de sujeito, é possível traçar algumas reflexões sobre o funcionamento da política na obra de Michel Pêcheux. A Ideologia assujeita os indivíduos no processo de interpelação e determina que eles sejam sempre já sujeitos, antes de se reconhecerem enquanto tal; corresponde ao que Althusser (2008) designava como Ideologia em geral. As formações ideológicas enquanto representativas de posições de classe estão relacionadas aos Aparelhos Ideológicos de Estado, propostos por Althusser (2008), em que há confrontos de forças e conflitos de interesses entre classes. As formações discursivas correspondem ao conjunto de saberes determinados pelo interdiscurso e funcionam estabelecendo o que pode e deve ser dito pelo sujeito em determinadas circunstâncias sócio-históricas, produzindo sentidos de acordo com o interesse de dada classe. E o sujeito é a categoria afetada pela Ideologia e inscrita nas

formações ideológicas e discursivas, sendo por estas determinado: afetado pela Ideologia, porque é interpelado e a partir disso se constitui; determinado pelas formações ideológicas, porque integra classes em conflito; determinado pelas formações discursivas, porque é em alguma delas que se inscreve e inscreve seu discurso e suas práticas.

A partir dos conceitos estudados, entende-se que todas as relações sociais são mediadas por sujeitos; estes por sua vez são determinados por condições históricas que impõem determinados comportamentos, crenças, hábitos, costumes, ações e discursos principalmente. Para entender como o político se articula nessas relações, pensemos o exemplo da produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, especificamente a editora Lexikon.

O Aparelho Ideológico de Estado do mercado editorial cria e determina condições para a circulação das ideias, ou seja, estabelece políticas de produção, critérios, formas de normatização do linguístico e de circulação das produções. Pensando no contexto de elaboração de um dicionário, é determinado, então, que haja sujeitos responsáveis pela produção, que as normas linguísticas vigentes sejam respeitadas, que a estrutura organizacional seja a de um dicionário, ou seja, siga a ordem alfabética de lexicalização dos verbetes, enfim, que siga normas de dicionarização instituídas.

As práticas editoriais até certo momento histórico eram organizadas por forças superestruturais, instâncias governamentais ou editoras que estavam a serviço de órgãos do governo, configurando formações discursivas, por exemplo, que mobilizavam interesses e saberes específicos dos AE e do poder de Estado, cujo foco era a reprodução dos interesses desses. Enquanto os sujeitos se identificam com esses saberes, com esses interesses, com essa reprodução, há formações discursivas que atendem a diferentes interesses, ou seja, formações discursivas em que os sujeitos agem segundo os interesses das editoras, do AE ou do poder de Estado, porque acreditam que aquele é o modo de produção que leva a todos o conhecimento. As editoras ou o mercado editorial constituem, assim, uma instituição que se desdobra em diferentes instituições, atendendo a interesses contraditórios.

Entretanto, no caso do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, a editora Lexikon propõe um projeto, em 2006, que visa a outros interesses: um dicionário que não tenha os moldes tradicionais, isto é, que não seja impresso, mas digital; cuja produção não esteja restrita aos lexicógrafos, mas que também esteja aberta aos sujeitos falantes; que não vise a fins lucrativos, como venda de exemplares, mas que possa ser disponibilizado ao público

todo. A partir dessa proposta, percebe-se a configuração de saberes que não se voltam mais para o que é específico apenas da superestrutura. Poder-se-ia pensar em formações discursivas que comportam saberes heterogêneos, já que se mantêm, por exemplo, os sujeitos lexicógrafos que analisam as contribuições, tanto infraestruturais quanto superestruturais, que o dicionário recebe, mas ao mesmo tempo se têm as forças orgânicas que participam desta elaboração sem ter conhecimento lexicográfico legitimado, ou seja, o efeito produzido é o de que todos são sujeitos lexicógrafos. Podemos falar, então, de formações discursivas heterogêneas, pois o sujeito questiona os saberes vigentes, não mais reproduzindo o outrora estabelecido, que consiste na produção de dicionários somente por lexicógrafos e dicionaristas, mas abrindo brechas para a participação dos sujeitos leigos. Questionar os saberes de dada formação discursiva caracteriza o mau sujeito de Pêcheux (2009), ou seja, ao questionar o que está posto o sujeito contraidentifica-se com esses saberes.

Se tomarmos como exemplo ainda outra forma de lexicografar a língua, a saber, a Wikipédia, podemos pensar na terceira modalidade do sujeito. Esta consiste no fato de que o sujeito rompe com os saberes das formações discursivas que comportavam a produção editorial dos dicionários impressos, isto é, a criação da Wikipédia rompe com essa produção e institui uma formação discursiva que traz saberes editoriais acerca de dicionários e enciclopédias livres (parcialmente) de crivo lexicográfico, que são produzidos por e para sujeitos, tanto para as forças infraestruturais quanto para as forças superestruturais. Tratar a Wikipédia como uma enciclopédia livre de crivo lexicográfico significa que não há uma equipe editorial responsável pela publicação assim como há referente aos dicionários lexicografados e somente produzidos em versão impressa. A análise dos verbetes e das acepções feita por lexicógrafos e editores de um dicionário impresso não ocorre no caso da Wikipédia.

As ideologias contraditórias – aquelas do modo de funcionamento dos sentidos cristalizados e aquelas que tratam os dicionários a partir das forças sociais – movem os interesses das instituições editoriais e são fundamentais para direcionar os sentidos que envolvem a produção de dicionários, pois a inscrição dos sujeitos em uma ou outra formação discursiva atende a interesses distintos das instituições editoriais. Em meio a essas instituições saberes são mobilizados influenciando a própria lexicalização, definição e acepções dos verbetes. É nisso que reside a política, na mobilização de saberes tais que colocam em jogo diferentes interesses, pois os discursos e também as práticas adquirem sentido em dadas

formações discursivas, já que não são estanques e fechadas, mas atravessadas por interesses que refletem desigualdade, contradição, subordinação, luta de classes. Ademais, as formações discursivas se configuram na tensão e no jogo político, pois são determinadas e constituídas por um conjunto de práticas sempre determinadas e atreladas às formações ideológicas.

2.4 As condições de produção do discurso

Além dos conceitos já estudados, desenvolveremos ainda outro conceito de Michel Pêcheux, retomado por Jean-Jacques Courtine, Eni Orlandi e outros estudiosos do discurso no Brasil, fundamental para compreender quais as implicações no trabalho analítico. Trata-se do conceito de condições de produção.

Pêcheux (2014), no texto *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*, desenvolve a noção de condições de produção articulada à Análise de Discurso. Segundo ele, a noção de condições de produção está relacionada ao “contexto ou à situação, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão” (Ibid., p. 74). Assim, as condições de produção envolvem os sujeitos que produzem os discursos e o lugar social em que se inserem esses sujeitos e a partir do qual produzem seu discurso. O autor ainda traz que o sujeito está “situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo” (Ibid., p. 76) específico, seja ele político, cultural, acadêmico.

Conforme destaca Pêcheux (2014, p. 78),

a um estado dado das condições de produção, corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocado em jogo. Isto supõe que é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.

Isso corresponde ao fato de que as condições de produção estão relacionadas às formações discursivas, ou seja, os discursos produzidos estão determinados previamente devido à inscrição dos sujeitos em condições históricas a partir das quais se identificam com as formações discursivas. Os discursos não se constituem isoladamente, como se fossem independentes uns dos outros; eles estão relacionados aos fatores sociais, como as relações de classes, por exemplo, e são produzidos a partir do que o contexto e a situação tornam possível.

Courtine (2009), em sua obra *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, afirma que as condições de produção têm caráter instável e heterogêneo e por isso seriam o

lugar onde se opera uma psicologização espontânea das determinações propriamente históricas do discurso (o estado das contradições de classe em uma conjuntura

determinada, a existência de relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado, no centro de um aparelho, o que remete a situações de classe) que ameaça continuamente transformar essas determinações em simples circunstâncias em que interajam os “sujeitos do discurso”, o que equivale também a situar no “sujeito do discurso” a fonte de relações de que ele é apenas o portador ou o efeito. (COURTINE, 2009, p. 52).

De acordo com Courtine (2009), o fator histórico é determinante para o discurso, pois subjaz a todas as práticas, os sujeitos e seus lugares, sendo condição para a produção dos discursos e configurando a heterogeneidade da noção de discurso.

Orlandi (2005), no texto *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*, trata das condições de produção a partir de dois sentidos: um estrito e outro amplo. O sentido estrito, segundo a autora, corresponde às “circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato” (Ibid., p. 30), e o sentido amplo refere-se ao “contexto sócio-histórico, ideológico” (Ibid., p. 30). Esses dois sentidos, as circunstâncias em que se produzem os discursos e o contexto histórico que atravessa e determina os discursos, estão relacionados à compreensão que se tem de história e de memória, segundo nosso entendimento. A história implicada em cada discurso ou que subjaz à produção deste faz ressoar uma memória que evoca sentidos já presentes e inscritos no interdiscurso, e saberes sempre retornam pela memória para serem mobilizados e reinscritos em distintas formações discursivas, segundo interesses, valores e crenças.

O contexto imediato corresponderia ao que é da ordem da linearização do discurso, àquelas condições que determinam que o sujeito produza um discurso x e não y, que escolha um léxico e não outro, na ilusão de que tem o controle sobre o que diz. O contexto amplo envolve toda a história de formação do sujeito, a inscrição em determinada formação discursiva em detrimento de outra, as instituições a que está submetido, o regramento social que os Aparelhos Ideológicos de Estado impõem, enfim, relaciona-se ao que é da ordem do interdiscurso e intervém na produção dos discursos. Ambos os sentidos não podem ser tomados isoladamente, pois a produção do discurso envolve sujeitos e situação, ou seja, condições sociais e históricas que permitem aos sujeitos a produção do discurso.

Ao pensar as condições de produção em dicionários, temos, consoante Nunes (2006), na obra *Dicionários no Brasil: análise e história*, no contexto imediato, “quem fala, o quê, para quem, em que situação” (Ibid., p. 20), e no contexto amplo “temos a conjuntura histórica e ideológica em que essas situações têm lugar” (Ibid., p. 20), ou seja, que dicionários se produziu ao longo dos anos, qual o histórico da produção dicionarística e os acontecimentos

na história durante dado período de produção, quais as determinações infraestruturais e superestruturais que intervieram na elaboração dos dicionários.

Tratar de condições de produção do discurso significa pensar vários conceitos imbricados, já trabalhados anteriormente nesta Tese, mas fundamentalmente entender a relação que se estabelece entre sujeito e história na produção discursiva e, no nosso caso, na produção dicionarística. O discurso, seja ele uma palavra ou uma expressão, seja um enunciado ou um texto, é produzido por um sujeito, que se constitui enquanto tal a partir do lugar social em que se inscreve, que é determinado por formações ideológicas e por formações discursivas e afetado pelos saberes inscritos no interdiscurso. Ao produzir o discurso, fatores sociais, históricos e ideológicos permeiam a situação em que essa produção se dá.

Assim, tratar das condições de produção de textos dicionarísticos requer compreender quem é o sujeito lexicógrafo ou produtor do dicionário, qual sua formação, sua importância, seus interesses e valores e qual o lugar social em que se inscreve e a qual interesses atende. Além disso, o contexto sócio-histórico de produção torna-se fundamental, uma vez que é a partir das circunstâncias históricas, no caso as brasileiras, pois tratamos de dicionários de Língua Portuguesa produzidos no Brasil, que podemos compreender o percurso de produção dos discursos, bem como entender como os dicionários passam a funcionar na sociedade e segundo quais interesses.

A fim de explicitar sob que circunstâncias os dicionários *Houaiss*, *Aurélio* e *Caldas Aulete Digital* são produzidos, na sequência são apresentadas as condições de produção de cada um deles, pois estas condições sociais e históricas tornam-se importantes para entender que relações se estabelecem entre esses diferentes dicionários dos quais vimos tratando no decorrer deste trabalho de pesquisa.

2.4.1 As condições de produção do Dicionário Houaiss

O *Grande Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, denominado no decorrer desta Tese como *Dicionário Houaiss*, foi elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa durante vários anos. Em fevereiro de 1986, Houaiss deu início à elaboração da obra, mas esta foi interrompida em 1992 por falta de financiamento. Cinco anos depois, mais precisamente em março de 1997, Francisco Manoel de Mello Franco e Mauro de Salles Villar, juntamente com Antônio Houaiss, retomaram a

produção do dicionário, finalizando-o no ano 2000. No ano seguinte, o *Grande Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* foi publicado pela editora Objetiva, assinando, enquanto autores da obra, Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar. O texto introdutório intitulado ‘Antônio Houaiss’ apresenta informações acerca da vida e obra do autor que dá nome ao dicionário. Dentre as informações consta que a contribuição de Houaiss reside em vários domínios, como na bibliologia⁴², na documentação, na crítica textual e literária, na tradução e na lexicografia, “sempre atuante e comprometido com os problemas da cultura e da língua” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. XIII), sendo destacadas suas principais obras, dentre as quais *Sugestões para uma política da língua* (1960), *A crise da nossa língua de cultura* (1983), *O Português do Brasil* (1985), *Elementos de bibliologia* (1967) e outras.

No dicionário também são trazidos os textos referentes à ‘Equipe Editorial’, ao ‘Prefácio’, à ‘Apresentação’, à ‘Chave do dicionário’ e ao ‘Detalhamento dos verbetes e outras informações técnicas’. Para compreender as condições de produção do *Dicionário Houaiss*, trataremos dos três primeiros textos por expressarem aspectos que permitem discutir as condições sócio-históricas de produção desse dicionário. Em relação à ‘Equipe Editorial’, é dado destaque aos diretores, aos redatores lexicógrafos, aos redatores de elementos mórficos, aos redatores etimologistas, aos redatores datadores, ao pessoal da pesquisa e assistência editorial, aos tradutores, aos colaboradores externos, aos colaboradores de africanismos e asiaticismos, à equipe administrativa, à assistência administrativa, ao corpo auxiliar, à equipe de normalização das referências bibliográficas, aos revisores, à equipe de informatização, de projeto gráfico, de criação da tipologia Houaiss[®] e da editoração eletrônica textos e formas Ltda. Ao destacar a Equipe Editorial é ressaltada a importância de cada sujeito que contribuiu para a elaboração do trabalho.

O ‘Prefácio’, assinado por Antônio Houaiss, traz informações acerca da Língua Portuguesa dicionarizada: “a nossa língua e da lusofonia, na qual se inserem os usos lingüísticos dos brasileiros, portugueses, angolanos, moçambicanos, cabo-verdenses, bissanenses, santomenses” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. XIV), ou seja, é trazido o léxico da Língua Portuguesa dos diversos países em que ela é oficial. O ‘Prefácio’ ainda apresenta informações acerca do uso da língua, isto é, que “cada utente da língua é senhor de determinado campo limitado do seu universo lexical, mas pode ampliar o seu senhorio na

⁴² A bibliologia consiste no estudo histórico e de composição material dos livros em todos os aspectos – técnica, conservação, restauração, classificação, organização de acervos, etc.

medida em que disponha de dicionários com registro seguro e aprofundado das outras unidades lexicais que não domina” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. XIV). O *Dicionário Houaiss*, então, propõe-se como um acervo da língua que possibilita ao usuário ampliar seu conhecimento acerca do léxico da língua. Outro destaque importante sobre a constituição histórica da Língua Portuguesa remete ao fato de que “à proporção que tal senhorio da língua aumenta, mais útil se faz o esforço da conscientização da língua como um acervo cultural que tem história” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. XIV), ou seja, a língua passa a ter história mediante conhecimento e uso que os falantes têm e fazem dela.

Observa-se também uma preocupação do dicionário em preconizar um português lusofônico, que busca “evidenciar a compatibilização possível entre a norma culta do Brasil com a de Portugal e as emergentes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. XIV). Se há uma Língua Portuguesa do Brasil com usos e história própria, um acervo cultural que denota a historicidade de constituição do Brasil, por que visar a um “português lusofônico”, uma Língua Portuguesa que abarca todas as variantes do português existente? Se analisássemos a abrangência do dicionário, observaríamos que isso pode corresponder a uma estratégia editorial e mercadológica, para fins de comercialização do dicionário a um público amplo, por exemplo, ou ser uma exigência de Portugal tendo em vista os Acordos Ortográficos que seguidamente se estabeleciam na tentativa de unificar a Língua Portuguesa, conforme explanaremos mais adiante. Outro fator determinante é o domínio que a superestrutura busca ter sobre as relações entre os diferentes povos de colonização portuguesa. Além disso, é destacado que o dicionário tem uma “utilidade imediata para esclarecer inúmeras questões que o consulente possa suscitar”, tais como em relação à forma, ao significado, à datação, à origem e ao processo de formação das palavras, ou seja, projeta-se como o lugar do saber e dos sentidos cristalizados.

Na ‘Apresentação’ é explicitado o modo de produção do dicionário quanto às duas fases. A primeira fase consistiu em coletar dados para trabalhar a “história e o desenvolvimento dos formantes de palavras na língua (prefixos, sufixos, infixos, grafemas, desinências, terminações e demais elementos de composição antepositivos, interpositivos e pospositivos)” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. XV). Ainda, foi realizado o trabalho de datação que se baseou em “minuciosa técnica e extensa bibliografia” (Idem.). A datação, segundo informações do texto de ‘Apresentação’, permitiu organizar os verbetes e estruturá-los de modo a entender a derivação semântica que se verificava quanto aos sentidos das

palavras. Nessa fase, a equipe teve apoio de “colaboradores de Portugal, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo verde, Angola e Moçambique” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. XV). A segunda fase constituiu-se pela “conferência do material coligido e redigido, sua padronização, fusão e estabelecimento de sua feição final” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. XV). É destacado que, após esses procedimentos, foram incluídos no dicionário dados sobre regionalismos, uso, emprego e registro diacrônico das acepções, sinônimos, antônimos, coletivos, notas sobre gramática entre outros. O lexicógrafo Villar (2001), no texto de ‘Apresentação’, traz que os “redatores foram instados a evitar a armadilha da sinonimização e a procurar descrever os reais sentidos das palavras” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. XV). Na visão do lexicógrafo, isso deixaria o “processo de decodificação semântica para a competência lingüística do consulente” (Idem.), isto é, o consulente seria responsável por encontrar a definição que sanaria a dúvida que o fez recorrer ao dicionário e poderia escolher a acepção que melhor trazia o sentido que buscava. Isso ainda contribuiria para a ampliação do léxico e conseqüente conhecimento do consulente.

A obra possui 228.500 unidades lexicais, que correspondem a vocábulos do português do Brasil e do de Portugal e a vocábulos da língua antiga e arcaica, cujas ocorrências repercutem da história da literatura portuguesa. Por fim, Villar ressalta que Antônio Houaiss sonhou que este dicionário fosse “um espaço de conscientização ecumênica da língua, que possibilitasse também a conquista de um novo patamar no desenvolvimento de nossa lexicografia” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. XV).

O período histórico de produção do dicionário remete-nos a duas instâncias sociais distintas que podem ter interferido diretamente na elaboração do dicionário, ora suspendendo o trabalho, ora retomando-o: o processo de democratização no Brasil na década de 1980 e a aprovação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em 1990.

O processo político no Brasil é marcado por diversos regimes, dentre eles o ditatorial e o democrático, cuja transição foi um processo longo e de intensas crises políticas e econômicas. Kinzo (2001) apresenta a conjuntura econômica e social do período de transição do governo militar-autoritário à democracia, dando ênfase a três fases. A primeira fase, segundo a autora, é o período entre 1974 e 1982, “em que a dinâmica política da transição estava sob total controle dos militares” (Ibid., p. 4). A segunda fase compreende o período entre 1982 e 1985, caracterizada ainda pelo regime militar, mas no qual já há intervenções

civis. E a terceira fase refere-se ao período entre 1985 e 1989, em que os militares deixam de ter o papel central e alguns setores da sociedade civil participam mais efetivamente das decisões, segundo Kinzo (2001).

A primeira fase, segundo a professora de Ciência Política da Universidade de São Paulo, inicia-se com o General Geisel em 1974, caracterizando um “governo militar-autoritário” (Ibid., p. 5). Nesse período ocorreu a “revogação parcial da censura à imprensa” (Ibid., p. 5) e também havia sinais de que o governo valorizava as eleições legislativas. Esses dois fatores, assim como um terceiro – o conflito que se instaurava internamente na instituição militar, foram determinantes para a primeira fase da transição do regime militar à democracia. As eleições de 1974 em “condições mais livres resultaram num surpreendente desempenho eleitoral do partido de oposição (MDB)” (Ibid., p. 5). Assim, era visível que o regime militar necessitava de apoio popular para se manter no governo. O conflito interno à instituição militar tornou necessária a liberalização, pois, para manter e preservar a própria instituição, era necessário que os militares se retirassem da vida política, já que uma espécie de contradição imperava, ou seja, para que os militares pudessem governar de forma direta e por muito tempo, era necessário ser a instituição militar e ao mesmo tempo deixar de sê-la (KINZO, 2001).

O governo Geisel constituiu-se em duas direções quanto à resolução de problemas. Em relação à primeira,

puniu com a cassação do mandato alguns dos parlamentares de postura oposicionista mais aguerrida, alterou leis eleitorais e procedimentos legislativos para controlar a oposição, apaziguando assim os militares da linha-dura, ao mesmo tempo em que reafirmava seu controle sobre a oposição democrática. (KINZO, 2001, p. 5)⁴³.

A segunda consistiu em reagir contra a “radicalização dos militares da linha-dura, demitindo o comandante das Forças Armadas de São Paulo após a morte por tortura de um jornalista e de um trabalhador metalúrgico, nas dependências dos órgãos de repressão” (Ibid., p. 5).

A partir de 1978, o general João Figueiredo daria sequência à transição política, tendo sido “eleito estritamente de acordo com a determinação de Geisel de impor o nome por ele

⁴³ Linha-dura corresponde à extrema repressão policial, empreendida pelo comando militar de São Paulo em 1975 e 1976.

escolhido” (Ibid., p. 5). A crise econômica era um dos desafios a ser enfrentado pelos militares. Geisel havia implantado uma “política de expansão econômica através do aprofundamento do modelo de substituição de importações, em detrimento dos consequentes desequilíbrios internos e externos” (Ibid., p. 6). Isso tudo incentivou investimentos estatais nos setores de energia e infraestrutura, mas não resolveu a crise, já que a dívida externa aumentava com essa política de expansão adotada por Geisel, segundo Kinzo (2001). Com João Figueiredo essa política não foi revertida, especialmente nos primeiros anos, pois, conforme a economia se expandia, a dívida externa e a inflação continuavam crescendo (KINZO, 2001). Em 1979, com a anistia aprovada pelo Congresso, políticos exilados voltavam ao país e integravam-se à política brasileira, principalmente os ativistas de esquerda. A anistia já indicava que Figueiredo continuava no caminho para a democracia, embora ainda de forma limitada. Criaram-se vários novos partidos na tentativa de reestabelecer um governo civil em 1985.

A segunda fase apontada por Kinzo (2001) corresponde ao período de 1982 a 1985, marcado pelas ‘Diretas Já’, que mobilizou a população dando a entender que o curso da liberalização seria alterado, instituindo-se a democracia. Contudo, os militares estavam decididos a manter o controle sobre o processo de sucessão da presidência. Assim, a oposição precisava buscar simpatizantes dissidentes dentro do próprio governo militar ou romper o processo com a mobilização da sociedade civil. Depois de organizados os partidos políticos, a proposta de candidatura foi de Tancredo Neves, tendo por vice José Sarney. A organização política dos partidos impediu aos militares impor seu candidato. Essa fase chegou ao fim com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney em 15 de janeiro de 1985 (KINZO, 2001).

A terceira fase e a mais significativa do ponto de vista da transição para a democracia, já que esta se efetiva a partir destes anos, compreende o período de 1985 a 1989. A posse do vice, José Sarney, após a morte repentina de Tancredo Neves, inaugurou o restabelecimento do governo civil, período histórico denominado de Nova República. Segundo Kinzo (2001, p. 7), “a Nova República nascia sob circunstâncias bastante frágeis, especialmente para um presidente que teria de enfrentar uma crise econômica e social que se avolumava”. O vice assumiu sem ter um plano de governo, com pouca legitimidade, já que durante anos estava vinculado aos militares, e sem o respaldo das urnas. Esse governo, na visão de Kinzo (2001), era vulnerável, pois enfrentava pressões das forças políticas heterogêneas que o compunham, partidos de oposição e setores da sociedade civil.

Em relação ao processo de democratização nessa terceira fase, dois eixos precisam ser destacados: os desdobramentos na questão social e econômica e as implicações na esfera política. Quanto à questão social e econômica, entre 1986 e 1994 o Brasil teve quatro moedas diferentes na tentativa de estabilizar a economia. Somente o Real, a última das moedas implantadas, foi bem-sucedido. Esses fracassos agravaram a crise e comprometeram o Estado de governar. Em relação à esfera política, 1985 foi o ano de intensificação da democratização, pois foram revogadas todas as medidas que limitavam o direito de voto e de organização partidária, ou seja, instituíram-se formas livres de participação e contestação, e foi dado o passo inicial para a promulgação da Constituição de 1988. Esta se caracterizou por uma estrutura bastante descentralizada, garantindo a participação de todos os constituintes nas várias fases do processo; uma ampla abertura para a sociedade, permitindo aos grupos sociais organizados sugerirem demandas, e uma maior abrangência de interesses de grupos. Além disso, foram garantidos mecanismos característicos da democracia, como plebiscito, referendo e proposição de projeto de lei como direito da população (KINZO, 2001).

É nesse contexto de instauração da democracia brasileira que o *Dicionário Houaiss* foi pensado. Em 1986, foi iniciado o processo de elaboração deste dicionário, conforme já mencionado anteriormente. Contudo, sua produção foi interrompida em 1992 devido à carência de financiamentos, reflexo do contexto político brasileiro no início dos anos 1990. A eleição de Collor em 1989 e sua posse em 1990 culminaram em um retrocesso no período democrático brasileiro. Sucessivas crises econômicas, bem como políticas, levaram o presidente eleito a tomar medidas drásticas que geraram muito descontentamento e revolta, como o confisco de rendimentos de pessoas físicas, a desconfiança do povo nos governantes, os escândalos de caixa 2, a organização do pleito eleitoral com verbas de empresários para ocupar postos no governo, etc. Isso tudo se mostrava cada vez mais ineficaz no controle da inflação e culminou em várias consequências, como o *impeachment* do presidente Collor em 1992, mediante organização dos setores populares; a liderança de Itamar Franco, vice-presidente eleito; o plebiscito para decidir se o Brasil continuaria presidencialista ou tornava-se parlamentarista, em 1993; a revisão constitucional em 1994; a CPI do Orçamento, que apresentou a prática da corrupção de membros da Comissão de Orçamento do Congresso, e a implementação do Plano Real em 1993-94 (KINZO, 2001). Essas consequências foram se alastrando no início da década de 90 em meio as quais foi eleito à presidência, em 1994, Fernando Henrique Cardoso, sendo reeleito em 1998.

A produção do dicionário foi interrompida devido à falta de financiamentos, ou seja, não havia por parte do governo interesse em subsidiar a produção de dicionários já que estes não trariam retorno financeiro, e o retorno em termos de capital simbólico tornava-se secundário. As consequências de uma democracia conquistada a todo custo, com alianças políticas diversas, problemas econômicos e sociais refletindo-se do processo de instauração do regime democrático repercutiram em todas as instâncias.

Importante fator que evidencia a retomada posterior do projeto de elaboração é apresentado no texto ‘Antônio Houaiss’, publicado no *Dicionário Houaiss*. Antônio Houaiss “foi membro do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura no mandato de 1994-1995” (HOUAISS, 2001, p. XIII). Esse cargo pode ter sido determinante para que o dicionário fosse retomado posteriormente e, ainda, com a aprovação e subsídio de instâncias governamentais, que intervêm na realidade da infraestrutura, determinando os sentidos possíveis, e fazem funcionar a língua no seio social, nesse caso. Essas condições de produção podem confirmar que o *Dicionário Houaiss* foi pensado e elaborado a partir das práticas já legitimadas na sociedade, uma vez que o envolvimento de Houaiss com instâncias do governo, do Estado, faz mobilizar saberes específicos de um lugar, de um espaço discursivo que é marcado por condições sociais, históricas e ideológicas que permeiam a produção, ou seja, interesses que se centram na legitimação de uma língua, bem como na cristalização de sentidos que refletem valores superestruturais.

O *Dicionário Houaiss* (2001) traz também uma referência importante sobre a produção científica de Antônio Houaiss a ser frisada acerca dos Acordos Ortográficos. Antônio Houaiss

organizou o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, da Academia Brasileira de Letras, e foi delegado porta-voz brasileiro do projeto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – aprovado em Portugal por decreto legislativo da Assembléia da República em 1991 e no Brasil por decreto legislativo do Congresso Nacional brasileiro em 1995. (HOUAISS, 2001, p. XIII).

Essa informação acerca do Acordo Ortográfico nos remete ao final da década de 1980 e início da de 1990. Em meio às crises políticas, econômicas e sociais do período de transição do regime militar à democracia, é realizado um acordo de ortografia entre diversos países colonizados por Portugal e que, portanto, têm como oficial a Língua Portuguesa. Esses países

são: a República Portuguesa, “a República Popular de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa, a República Democrática de São Tomé e Príncipe” (BRASIL, 1990, p. 1)⁴⁴.

Esse acordo teve como intuito a “defesa da unidade essencial da Língua Portuguesa e para o seu prestígio internacional” (Ibid. p. 1), ou seja, visava-se à expansão da Língua Portuguesa a outros domínios e, enquanto unidade, essa língua teria maior possibilidade de se legitimar. Contudo, cada um dos países envolvidos tem sua própria Língua Portuguesa constituída, pois se mesclou com outras; no caso do Brasil, com línguas indígenas, africanas e de imigrantes de diferentes etnias. Esta língua já não é mais aquela dos colonizadores portugueses, nem mesmo na escrita. A história da língua é determinada por sujeitos que dela fazem uso e nela se relacionam. Como então unificar uma língua e por que essa unidade seria essencial? Segundo consta no Acordo, o objetivo é uma Língua Portuguesa reconhecida internacionalmente. Entretanto, não só. Quando se visa à unificação de uma língua, visa-se também ao controle e ao domínio sobre ela, pois a unidade facilita intervenções, facilita à superestrutura regular e normatizar o que está cristalizado nas relações sociais.

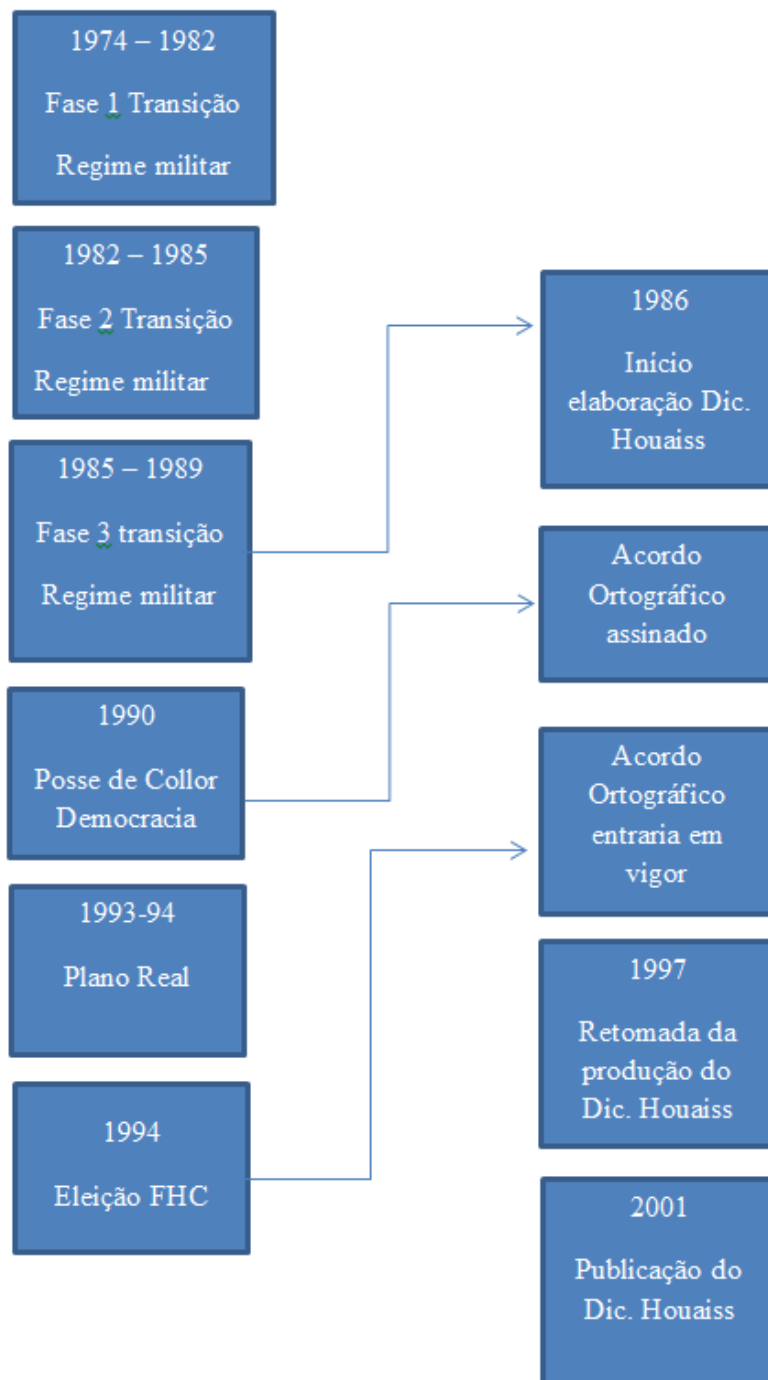
Ficou estabelecido no Acordo assinado em 1990 que este entraria em vigor no dia 01 de Janeiro de 1994. Essa datação e normatização pode indicar o porquê da retomada da produção do *Dicionário Houaiss* em 1997. Havia a oportunidade de regular as práticas de escrita a partir de imposições da superestrutura, já que este Acordo resultou de discussões e assinaturas de Secretários de Estado da Cultura, Ministros da Educação, Ministros da Cultura e Ministros da Informação, Cultura e Desportos. Além disso, a produção/publicação de um dicionário geralmente visa também a fins lucrativos. Logo, objetiva-se a venda de exemplares a partir das alterações que seriam feitas necessariamente após o Acordo, a exemplo das atualizações de gramáticas e dicionários a partir de 2009 no Brasil. Contudo, esse Acordo somente foi promulgado pelo Brasil em 29 de setembro de 2008, passando a ser empregado a partir de 2009 em caráter facultativo, sendo permitidas as duas ortografias vigentes, conforme BRASIL (2008), ou seja, “a implementação do Acordo obedecerá ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2015, durante o qual coexistirão a norma

⁴⁴ Conforme Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – 1990.

ortográfica atualmente em vigor e a nova norma estabelecida”. O Acordo passou a ser obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2016.

O período de produção do *Dicionário Houaiss* pode ser ilustrado pela seguinte figura:

Figura 7: Condições de Produção do *Dicionário Houaiss*



Fonte: própria autora.

Podemos concluir que a elaboração desse instrumento de normatização tem suas condições de produção demarcadas por períodos conflituosos na história brasileira. Por um lado, uma fase de transição em que o regime militar vai dando espaço a uma democracia que aos poucos vai se consolidando; por outro, um percurso histórico de constituição da língua e a tentativa de um Acordo Ortográfico em 1990 que entrou em vigor no Brasil obrigatoriamente apenas em 2016. A produção do *Dicionário Houaiss* está marcada pelo jogo das relações infraestruturais e superestruturais, com domínio destas e o olhar sobre a realidade e os processos já estabilizados, seja no âmbito político, econômico e social, seja na instância da língua, demarcada pela unidade almejada pela nação lusitana, mediante o Acordo, que, para as ex-colônias portuguesas, representa um retrocesso, pois o objetivo a que se visa, nesse caso, é apagar a diversidade linguística dos países de Língua Portuguesa produzindo um falso imaginário de unidade. No caso do Brasil, a unidade linguística almejada com o Acordo provoca esquecimentos, silenciamentos e apagamentos de uma história que traz em seu bojo a cultura indígena, a africana, a dos imigrantes, bem como elementos das línguas de fronteira, como é o caso das influências do espanhol rio-platense.

2.4.2 As condições de produção do Dicionário Aurélio

O *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, designado no decorrer desta Tese apenas como *Dicionário Aurélio*, foi publicado em sua 1ª edição em 1975, pela editora Nova Fronteira, do Rio de Janeiro, e a 2ª edição data de 1986, pela mesma editora. A 3ª e 4ª edições foram publicadas pela editora Positivo, de Curitiba-PR, em 2004 e 2009, respectivamente. A última dessas edições foi revista e ampliada após a assinatura do Decreto Legislativo nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, aprovado pelo Congresso Nacional em 1995. A autoria deste dicionário é de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

O *Dicionário Aurélio* traz no texto de ‘Apresentação’, assinado pelos editores, referências às buscas por uma unificação e simplificação da ortografia quanto às variantes de Língua Portuguesa do Brasil e de Portugal. E é por isso que selecionamos a 4ª edição para análise, por ser fundamental compreender a relação Brasil-Portugal quanto a questões de ordem linguística, principalmente quando se trata dos Acordos Ortográficos. Segundo os editores, “todo esse processo – iniciado em 1904 com a publicação da obra de Gonçalves

Viana, *Ortografia Nacional* – teve ao longo dos anos, várias idas e vindas, avanços e retrocessos” (FERREIRA, 2009, p. VII). Os editores estabelecem alguns anos que marcaram essas relações no século XX. Em 1911, houve a grande reforma de Portugal; em 1931, a adoção pelo Brasil da ortografia simplificada; em 1943, a criação do Formulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras; em 1945, o Acordo firmado entre Brasil e Portugal, mas que não foi concretizado no Brasil; e em 1971, a aprovação da Lei nº 5.765, de 18 de dezembro, que aprovava alterações na ortografia da Língua Portuguesa.

O Formulário Ortográfico de 1911 buscava um plano de regularização e simplificação da escrita portuguesa, pautando-se especificamente nas questões fonéticas. Esse Formulário restringia-se à Língua Portuguesa de Portugal, pois não fora aceito pelo Brasil. Em 1931, por meio do Decreto nº 20.108, de 22 de julho, que dispunha sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino, o Chefe do Governo Provisório da República do Brasil, Getúlio Vargas, “considerando a vantagem de dar uniformidade à escrita do idioma nacional” (BRASIL, 1931)⁴⁵, o que somente poderia ser alcançado por um sistema de simplificação ortográfica que respeitasse a história, a etimologia e as tendências da língua, assinou o Decreto e implantou o Acordo juntamente com Portugal.

O ano de 1943 novamente foi marcante quanto às mudanças na Língua Portuguesa do Brasil, pois foi criado o Formulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras, que teve por base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa, edição de 1940, conforme a sugestão do Ministro da Educação e Saúde, aprovada unanimemente pela Academia Brasileira de Letras, em 29 de janeiro de 1942. Em 1945, nova tentativa de Acordo foi estabelecida por Portugal, mas o Brasil não aderiu à reforma, caracterizando-se, assim, como Norma de 1945, implantada em Portugal. Outro Acordo ao qual o Brasil aderiu trata-se do de 1971, referente à Lei nº 5.765, de 18 de dezembro, assinada pelo Presidente Emílio Médici. Segundo este Acordo, as alterações consistiam em:

fica abolido o trema nos hiatos átonos; o acento circunflexo diferencial na letra *e* e na letra *o*, a sílaba tônica das palavras homógrafas de outras em que são abertas a letra *e* e a letra *o*, exceção feita da forma *pôde*, que se acentuará por oposição a

⁴⁵ Decreto nº 20.108, de 22 de julho de 1931, que dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino.

pode; o acento circunflexo e o grave com que se assinala a sílaba subtônica dos vocábulos derivados em que figura o sufixo *mente* ou iniciados por *z*. (BRASIL, 1971, art. 1º).

Por fim, o último Acordo Ortográfico até o momento é o de 1990, assinado por Luís Inácio Lula da Silva e implantado no Brasil conforme o Decreto Legislativo nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, aprovado pelo Congresso Nacional em 1995 e assinado pelo Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, em 2008. Esse Acordo foi firmado pelos seguintes países lusófonos: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. No Brasil, este Acordo entrou em vigor em janeiro de 2009, mas com um período de adaptação até dezembro de 2015, período durante o qual as duas ortografias coexistiram.

Diante de vários acordos firmados e das várias tentativas frustradas, no Brasil efetivaram-se, de fato, três dessas reformas: a de 1931, a de 1971 e a de 2009. Diante da vasta diferença que há na Língua Portuguesa dos países lusófonos, questionamos por que estabelecer acordos que visem à unificação de uma língua tão heterogênea. Segundo Silva Sobrinho (2009, p. 232), “trata-se de uma ação político-jurídica fomentada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” que visa promover e difundir a Língua Portuguesa.

O autor destaca que o Acordo Ortográfico de 1990, implantado no Brasil a partir de 2009,

não pretende unificar a língua, ele toma a Língua Portuguesa como uma. Ele (se) sustenta (n) o imaginário segundo o qual haveria uma essência na língua que seria responsável por sua unidade nos vários países onde é falada sob diferentes condições.

Nesse imaginário, a língua é descolada de suas condições materiais de produção, ela é tomada fora da história. (SILVA SOBRINHO, 2009, p. 240).

Assim, tomando-se a língua fora da história, apaga-se a heterogeneidade dessa língua dos países lusófonos que sofreram influência de povos africanos, indígenas e outros, não permitindo mais a designação lusofonia, pois o que há é diversidade linguística e não unidade da língua lusófona.

Souza e Mariani (1996) afirmam que até 1931 as reformas ortográficas propunham ora uma “ortografia simplificada, privilegiando-se apenas a etimologia, ora uma ortografia mista,

numa tentativa de conciliação entre a etimologia e a fonética” (p. 86). Ou seja, a preocupação era unificar origem e evolução das palavras e sons somente. A partir do Acordo de 1931, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, conforme já apresentado anteriormente, buscavam estabelecer uma ortografia única e simplificada, tornando obrigatória a ortografia acordada entre os dois países. Com a obrigatoriedade da adoção do Acordo no Brasil a partir de 1937, com o Estado-Novo e o governo de Getúlio Vargas, “inicia-se um período onde a intervenção de ordem político-jurídica torna-se uma constante no desenrolar da questão ortográfica” (Ibid., p. 87). As Reformas e os Acordos não são mais restritos às Academias, pois o governo brasileiro passa a legislar sobre a língua e o que a afeta.

Segundo Souza e Mariani (1996), nessas reformas há dois discursos paralelos e concorrentes: o acadêmico e o político, ambos sustentados em textos jurídicos. Nas primeiras reformas, sem amparo legal e oficial dos governos, o “jurídico permeia o acadêmico uma vez que a academia, investida do seu papel de autoridade científica, se atribui o direito de regulamentar a ortografia” (Ibid., p. 90). O discurso acadêmico prima pela verdade e pela cientificidade, tendo por isso autoridade para determinar alterações na língua escrita. É constituída por sujeitos especialistas da língua, gramáticos, linguistas e filólogos, que sabem quais aspectos linguísticos podem e devem ser alterados, que impactos terão nas relações entre países, quais consequências desencadearão quanto à editoração.

Nos Acordos assinados por Vargas, Médici e Lula, sobressai o discurso jurídico, que “permite que se estabeleçam pelo viés do acadêmico as bases para a prescrição e formulação das decisões” (SOUZA e MARIANI, 1996, p. 90), isto é, o discurso jurídico permeia o discurso acadêmico, legitimando e autorizando este para promover mudanças. Neste período, consoante as autoras, a voz do governo prevalece sobre a voz dos acadêmicos, pois se trata da oficialização e da legalização das reformas.

Compreender as condições de produção do *Dicionário Aurélio* em sua 4ª edição torna-se fundamental porque remete a um período em que o Novo Acordo Ortográfico está em fase de implantação. Este dicionário foi atualizado justamente com base no Acordo, assim como inúmeros outros instrumentos linguísticos e de normatização que tiveram que se adaptar à nova ortografia vigente. No texto de ‘Apresentação’, os editores afirmam que a 4ª edição do *Dicionário* “tem como objetivo principal auxiliar seus consulentes não só a conhecer a nova

grafia, mas também a fornecer subsídios para a compreensão e a natureza das mudanças, e a refletir sobre tais alterações” (FERREIRA, 2009, p. VII). Isso nos leva à reflexão de que o *Dicionário Aurélio* tem uma preocupação com os sujeitos consulentes, uma vez que permite que se reflita sobre as alterações propostas no/pelo Acordo, abrindo, assim, espaço para todos os sujeitos analisarem, criticarem e avaliarem a obra, o que remete à possibilidade de reconhecimento das forças sociais no processo de produção e circulação do dicionário. Daí o olhar sobre a infraestrutura de que tratamos no Capítulo 1 desta Tese.

Além disso, há “parceria de dois ícones: o *Aurélio*, sinônimo de dicionário, e o Grupo Positivo, com seu compromisso com a educação” (FERREIRA, 2009, p. VII). Essa relação reflete sentidos que advêm do campo do conhecimento, acadêmico e escolar, já que o dicionário abrange um lexicógrafo reconhecido nesses dois espaços institucionais, bem como de uma editora, que se caracteriza por atuar na esfera escolar, seja com dicionários, seja com material didático integrado a um sistema de ensino. Esse dicionário publicado pela editora Positivo não é acessível a todos os públicos, pois o Grupo Positivo caracteriza-se e é reconhecido pelo ensino, principalmente, e pelas publicações para a superestrutura, para a elite da sociedade, haja vista os altos preços praticados no mercado, seja quanto às suas escolas, frequentadas por um público específico, de alto poder aquisitivo, seja quanto às obras publicadas.

O *Dicionário Aurélio*, além do texto de ‘Apresentação’, apresenta os ‘Prefácios’ referentes às quatro edições. No ‘Prefácio à Primeira Edição’, há informações importantes sobre a política editorial de produção do dicionário. Consta que

Pretendeu-se fazer um dicionário médio, ou inframédio etimológico, com razoável contingente vocabular (bem mais de cem mil verbetes e subverbetes), atualizado (dentro dos seus limites) atento não só à língua dos escritores (muito especialmente os modernos, mas sem desprezo, que seria pueril; dos clássicos), senão também à língua dos jornais e revistas, do teatro, do rádio e televisão, ao falar do povo, aos linguajares diversos – regionais, jocosos, depreciativos, profissionais, girioscos... (FERREIRA, 2009, p. XI).

A partir dessas informações, há algumas reflexões a se tecer. Um ponto que destacamos é a língua que se busca dicionarizar: a língua dos escritores, dos jornais, das revistas, do teatro, do rádio, da televisão, do povo, os linguajares diversos. Assumir uma posição frente à dicionarização como esta, ou seja, lexicografar uma língua que está tanto a

serviço da superestrutura quanto da infraestrutura é abrir espaço para se pensar o lugar do político em funcionamento, o lugar onde as estruturas sociais são representadas e estão marcadas.

Além de observar que o dicionário visa à língua cristalizada e também à língua em circulação nas forças sociais, há referência, ainda no ‘Prefácio à Primeira Edição’, à língua viva, o que corrobora com o fato de que o dicionário visa a interesses superestruturais e infraestruturais, buscando o registro da língua em circulação na sociedade:

Entre os autores, dos mais desvairados gêneros, figuram com certa freqüência os cronistas; por se mostrarem, em maior ou menor grau, bons espelhos da língua viva. São, aliás, vários deles, mestres da prosa de nossos dias. Nem foi esquecida outra classe de autores: a dos letristas de sambas, marchas, canções. Eles – tal como, até certo ponto, também os cronistas –, além de captarem a criação lingüística popular, não raro são, ainda por cima, criadores, inventores, de palavras. (FERREIRA, 2009, p. XI).

Trazer a língua dos cronistas e a dos letristas significa lexicografar uma língua que está sempre em movimento nas forças sociais, uma língua que reflete saberes, crenças, valores e costumes do povo, das forças da sociedade que a constroem no dia a dia.

O ‘Prefácio à Segunda Edição’, assim como o anterior, foi assinado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. A segunda edição consiste de “novos colaboradores, e novas matérias, como, por exemplo, Informática, Teoria Literária, Comunicação, Genética” (FERREIRA, 2009, p. XII). Além disso, verbetes novos da área da Medicina, bem como da Economia, e jargões policiais foram incluídos, segundo informação presente no prefácio. Esta edição, a nosso ver, consiste na atualização da obra, com inclusão de novas palavras a partir da lexicalização da língua.

O ‘Prefácio à Terceira Edição’, por sua vez, é assinado por Marina Baird Ferreira, viúva de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, e por Margarida dos Anjos, as quais trabalham no *Dicionário Aurélio* desde 1966. A terceira edição consiste na “descrição revista e ampliada do português contemporâneo” (FERREIRA, 2009, p. XII). Além disso, é mencionado que “Um dicionário é, por excelência, uma obra dinâmica” e que “a língua se modifica por exigência das várias áreas científicas, literárias, etc., e ainda pela boca do povo” (Ibid., p. XII). As lexicógrafas que assumiram a produção desta edição mantêm a política editorial do

dicionário, isto é, atender aos interesses da superestrutura e também aos da infraestrutura, buscando lexicografar o que é de domínio de uma e outra estrutura social.

No ‘Prefácio à Quarta Edição’, consta que esta edição “proporcionará ao público conhecer, em todas as suas minúcias, as mudanças na escrita decorrentes do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (2008), e aquelas advindas de sua interpretação pela Academia Brasileira de Letras” (FERREIRA, 2009, p. XIII). Portanto, um dicionário atualizado conforme exigência imposta pelo Estado, com a assinatura do Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Além desses textos, há uma ‘Tabela de Transcrições Fonéticas’, ‘Abreviaturas, siglas e sinais convencionais’, o ‘Formulário Ortográfico’, com instruções para a organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovadas pela Academia Brasileira de Letras, em 12 de agosto de 1943, a ‘Nomenclatura Gramatical Brasileira’ e o ‘Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa’, Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, que promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. Todos esses textos dos Acordos presentes na íntegra nas páginas iniciais do dicionário nos levam à compreensão de que o dicionário foi atualizado, segundo essas normas estabelecidas, e incluir os textos dos Acordos no dicionário é uma forma de assegurar ao leitor a veracidade das informações e do conhecimento produzido e presente nessa obra. É o discurso acadêmico que retorna, conferindo cientificidade ao dicionário, pautado no discurso jurídico, a partir do caráter imperativo do Decreto assinado pelo presidente da República do Brasil em 2008.

2.4.3 As condições de produção do Dicionário Caldas Aulete Digital

O *Dicionário Caldas Aulete Digital* foi elaborado a partir de um projeto da editora Lexikon, que visava à produção e publicação de um dicionário *on-line* e/ou digital que fosse acessível a todos e que reunisse o léxico dos países em que a Língua Portuguesa é (co)oficial. Para tanto, a proposta da editora consistia em um dicionário aberto, ou seja, que registrasse a língua viva e cujo repositório fosse sendo constituído pelos próprios falantes no decorrer dos anos, conforme novas palavras ou acepções fossem surgindo.

Esta produção é decorrente de uma longa e tradicional história do Dicionário Aulete. As publicações das obras de Francisco Júlio Caldas Aulete, professor, lexicógrafo e político

português, iniciaram no século XIX, com destaque para o *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*, dicionário este que foi elaborado com base em um plano de Caldas Aulete, mas que não fora concluído pelo lexicógrafo devido à sua morte em 1878. Esse dicionário foi finalizado por uma equipe portuguesa, publicado em 1881 e atualizado em 1925 e 1948. No século XX, expande-se ao Brasil em 1958, edição à qual se seguem a de 1964, 1974, 1980 e 1986. A tradição do lexicógrafo em Portugal e também no Brasil leva à publicação de outras obras, dentre as quais o *Minidicionário Caldas Aulete*, em 2004, o *Caldas Aulete – Dicionário escolar*, em 2005, e o *Dicionário Caldas Aulete Digital*, em 2006⁴⁶. Em 2006, com a publicação do *Dicionário Caldas Aulete Digital* foi apresentado o projeto da editora Lexikon. Este projeto foi reformulado em 2014, quando a editora passou a hospedar em seu site, além do *Dicionário*, também uma Gramática Básica e um Dicionário Analógico.

O projeto de 2006 apresenta algumas subdivisões. Na primeira, intitulada ‘LEXIKON’, é apresentado o projeto, os objetivos da editora ao desenvolver tal dicionário e a tentativa de definição de um novo conceito de dicionário. Além disso, há referência ao minidicionário lançado em 2004 e distribuído pelo Ministério da Educação às escolas públicas brasileiras. Ademais, já neste projeto há menção à tecnologia, uma vez que o dicionário é disponibilizado na rede mundial de computadores.

Na sequência, o texto ‘O projeto Caldas Aulete digital’ é subdividido e apresenta ‘O que é a primeira versão do Aulete Digital?’, no qual há referência à forma de construção do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, que se dá a partir da versão impressa da década de 1980, bem como os verbetes atualizados com base na colaboração aberta ao público e à parceria entre a editora Lexikon, o jornal O Estado de São Paulo e a emissora Rede Globo de Televisão. No subtítulo ‘Você faz a língua portuguesa’, o leitor consulente é informado de que pode colaborar com vocábulos, expressões e definições para ampliar os registros da língua. Em ‘Quer ser um Colaborador?’ é realizado um convite ao usuário para que este contribua com a obra em forma de coautoria, “refletindo uma tendência global de cooperação em larga escala através de comunidades virtuais” (LEXIKON, 2006, p. 3). Em seguida é trazida a informação de ‘Como Colaborar’, instruindo o leitor acerca dos procedimentos para

⁴⁶ Essas informações foram recuperadas de um estudo realizado por SIVERIS (2012), em Dissertação de Mestrado.

enviar a ficha de colaboração, quais dados devem constar e como enviar por fax ou mediante preenchimento da ficha de colaboração e aceitação do Termo de Uso (Anexo 3). Ainda, há referência ao fato de que a editora não se obriga a aceitar a colaboração e que esta passará por avaliação dos lexicógrafos do dicionário. O subtítulo ‘Quer ser um patrocinador?’ abre à possibilidade de patrocínio a verbetes, permitindo associar a imagem da empresa patrocinadora às palavras-entrada dos verbetes. E, por fim, ainda é citada a ‘Lei Rouanet’, lei de incentivo à cultura que fomenta produções culturais e artísticas, a qual foi patrocinadora no projeto de produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital*.

O outro título ‘Download’ traz o link do site onde pode ser acessado o dicionário e feito *download* para instalação no computador. É seguido imediatamente pelos emblemas de empresas e órgãos de incentivo, como o Ministério da Cultura, CEMIG, Eletrobrás, Ripasa, Ponto Frio e Nutrimental.

A produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital* – em sua versão de 2006 ao menos, já que no projeto de 2014 não há mais referência a isso – teve fomento da Lei Rouanet, Lei Federal de Incentivo à Cultura nº 8.313/91, que destina recursos a pessoas físicas e jurídicas em prol de atividades e projetos culturais. Esta Lei é formada por três mecanismos, segundo BRASIL (1991, art. 2º): “I - Fundo Nacional da Cultura (FNC); II - Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart); III - Incentivo a projetos culturais”. Esta Lei prevê isenção fiscal a empresas que elaborem projetos na área cultural ou que

captem e canalizem recursos para o setor de modo a:

I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;

[...]

III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;

IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;

[...]

VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

[...]

VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

IX - priorizar o produto cultural originário do País. (BRASIL, 1991, art. 1º).

Para a editora Lexikon, a produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital* representa não só um meio para difundir a Língua Portuguesa, mas também uma forma de ter o total ou

parte do valor desembolsado deduzido do imposto devido, dentro dos percentuais permitidos pela legislação tributária; no caso de pessoas jurídicas, até 4% do imposto devido, segundo informações do site do Ministério da Cultura (2016). Isso significa que, embora a proposta da editora seja a de disponibilizar na internet gratuitamente um dicionário para acesso de todos, almeja também fins mercadológicos e retorno financeiro. A Lei nº 8.313/91 ainda estabelece que

os projetos culturais em cujo favor serão captados e canalizados os recursos do Pronac atenderão, pelo menos, um dos seguintes objetivos:
II - fomento à produção cultural e artística, mediante:
b) edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes. (BRASIL, 1991, art. 3º).

Neste artigo encontramos no inciso II, alínea b, o respaldo para a produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital* pela editora Lexikon: uma obra relativa às letras, resultado de fomento à produção cultural.

O *Dicionário Caldas Aulete Digital* proposto como obra aberta ao público em 2006 foi articulado nos moldes da Wikipédia, conforme já apresentado. A enciclopédia livre, tomada como sinônima de Wikipédia, “surgiu na web não só como uma enciclopédia de acesso gratuito, mas também como uma obra aberta à criação e edição de novos verbetes pelos usuários” (DIAS, 2011, p. 272). Além disso, é importante mencionar, com base em Dias (2011, p. 276), o *slogan* da Wikipédia, qual seja, “a enciclopédia livre que todos podem editar”. Ao adjetivá-la como livre busca-se distinguir essa enciclopédia das outras existentes, fazendo ecoar uma memória de enciclopédia que apresentaria privação de liberdade. Além disso, conforme Dias (2011),

a sentença com valor de adjetivo “que todos podem editar”, ao mesmo tempo em que complementa a distinção da enciclopédia, afirmando um traçado de distinção em relação a outras enciclopédias, as quais não permitem edição por parte do leitor, produz fundamentos para se definir a condição de liberdade. (p. 277).

Assim, configuram-se duas interdições quanto às enciclopédias tradicionais: não são livres e não podem ser editadas pelo leitor.

O *Dicionário Caldas Aulete Digital* é planejado e publicado pela editora Lexikon em um período de efervescência do mundo Wiki. É a partir da Wikipédia, segundo Dias (2011), que surgem o Wikcionário, a Wikiversidade, as Wikinotícias, os Wiklivros entre outros. Embora o *Dicionário* não seja característico deste “universo” Wiki, assemelha-se a este em sua proposta inicial por ser uma obra aberta que permite aos leitores a colaboração para fins de edição e atualização do dicionário. Distingue-se, entretanto, no que se refere a ser uma obra livre, pois a colaboração passa pela análise e decisão dos lexicógrafos do *Caldas Aulete*.

Em virtude do avanço da tecnologia da informação e comunicação, a editora adaptou seu projeto também para *smartphones* e aplicativos móveis a partir do projeto de 2014. O *Dicionário Caldas Aulete Digital* lançado em 2006 necessitava de *download* e instalação em computadores para que a pesquisa fosse possível. A partir de 2008, a versão web foi lançada, o iDicionário Aulete, com acesso livre na internet, sem necessidade de *download*. Em 2010, o *Dicionário Caldas Aulete Digital* passou a ser acessível em *smartphones* e, em 2014, em forma de aplicativo, sendo possível acessá-lo em dispositivos móveis diversos. Segundo Dall’Asta (2004, p. 30), “hoje a sociedade exige um homem que saiba trafegar não só por áreas específicas, mas que também não sucumba perante a incerteza e a velocidade das transformações da técnica” e isso se observa na adaptação do dicionário a diversos contextos e situações. É necessário não sucumbir diante das mudanças. Para isso, atualizar e inserir-se nos diferentes contextos tecnológicos é uma estratégia editorial que parece ter dado certo até o momento, já que é acessível a quem tem acesso às tecnologias.

Dall’Asta (2004, p. 32) ainda aponta que “a educação articula-se com a sociedade de informação, uma vez que se baseia na aquisição, na atualização e na utilização dos conhecimentos”, características estas que, no caso do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, vêm atreladas ao desenvolvimento da tecnologia de informação e comunicação. É um dicionário que vem sendo pensado e atualizado conforme a necessidade de adaptação às evoluções da tecnologia, uma estratégia da editora para se manter no mercado competitivo da produção editorial.

As tecnologias de informação e comunicação aumentaram as possibilidades de pesquisa de informação, e a interação e os equipamentos multimídia colocam à disposição dos sujeitos uma fonte inesgotável de informações (DALL’ASTA, 2004). Com isso, necessita-se atualização e desenvolvimento dos instrumentos que levam à aquisição e produção de

conhecimento, como as gramáticas e os dicionários, o que se reflete nas/das editoras que almejam alcançar o número máximo de leitores. Na medida em que novas tecnologias e ferramentas tecnológicas surgem, a partir do momento em que a editora visa à atualização do *Dicionário* para ser acessado em diferentes dispositivos móveis, como *smartphones*, *tablets*, *iPod*, *iPad*, *laptop*, *netbooks*, é necessário que a disponibilização seja atualizada de modo que possa ser acessada em novos dispositivos na medida em que são desenvolvidos. Isso é o que se espera de uma editora, e conseqüentemente de um dicionário, que tem como um dos objetivos a inovação.

O projeto de 2014 traz, além do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, um Dicionário Analógico e uma Gramática Básica. Esse busca instaurar uma “rede de informação linguística” (LEXIKON, 2014, p. 2) a partir da consulta direta ao Dicionário Analógico ou mediante pesquisa no *Dicionário Caldas Aulete Digital*. Esta visa “completar o tripé fundamental do conhecimento e bom uso da língua portuguesa” (Ibid., p. 3) fundamentada na *Gramática Básica do Português Contemporâneo*, de Celso Ferreira da Cunha.

Dois fatores importantes a serem analisados posteriormente acerca da mudança quanto ao projeto: o primeiro diz respeito ao fato de que não é mais possível ao usuário participar da construção do dicionário; o segundo remete à inclusão de uma Gramática Básica em um sítio virtual que aloja ao mesmo tempo o Dicionário Aulete Digital e o Dicionário Analógico. Que efeitos de sentidos daí são depreendidos? O que implica fechar o dicionário à participação do sujeito e incluir uma gramática? Essas questões serão respondidas a partir das análises que realizaremos no Capítulo 3.

2.5 O jogo do político nos verbetes

A partir da articulação entre política, político e condições de produção, esta seção visa à análise de verbetes do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, porque permitirão compreender o que denominaremos de jogo do político. Assim, buscando mobilizar o conceito de política tal como compreendido por Arendt (1999; 2016), selecionamos os verbetes⁴⁷ “afrodescendente”⁴⁸, “ambientalismo”⁴⁹, “associativismo”⁵⁰ e “militância”⁵¹, a fim de compreender como a política, enquanto sinônimo de liberdade, não se sustenta devido aos interesses de Estado que visam a mascarar as relações de desigualdade social. Na sequência, para ilustrar como o conceito é mobilizado por Rancière (1996), selecionamos os verbetes “povo”⁵², “plebe”⁵³ e “ralé”⁵⁴ de modo a compreender como a desestruturação lógica da ordem social posta instaura uma contradição no interior de uma comunidade, reconfigurando o lugar social dos sujeitos. Esses verbetes foram selecionados porque permitem compreender as relações infraestruturais e superestruturais que se estabelecem em uma sociedade e que se refletem e se refratam na língua sempre em funcionamento e trabalhando na tensão entre as estruturas. Em Pêcheux (2009; 2014) observamos o conceito de política funcionando em articulação com a formação discursiva e esta determinada pelas formações ideológicas e pelos saberes já inscritos no interdiscurso, cujas análises serão desenvolvidas no Capítulo 3.

Antes de apresentarmos as análises dos verbetes, importante apresentar a distinção quanto à classificação dos verbetes do *Dicionário Caldas Aulete Digital*. Na medida em que se toma por base um dicionário impresso para a construção de um dicionário digital, tem-se a seguinte nomenclatura para designar os verbetes:

- verbe original: conforme apresentado no dicionário impresso de 1986;

⁴⁷ Tendo em vista que os verbetes foram recortados de um dicionário digital, não há paginação, somente *links* de acesso conforme se busca a palavra por meio de pesquisa. Os verbetes integram o *Dicionário Caldas Aulete Digital*, de 2014.

⁴⁸ <http://www.aulete.com.br/afrodescendente>

⁴⁹ <http://www.aulete.com.br/ambientalismo>

⁵⁰ <http://www.aulete.com.br/associativismo>

⁵¹ <http://www.aulete.com.br/militancia>

⁵² <http://www.aulete.com.br/povo>

⁵³ <http://www.aulete.com.br/plebe>

⁵⁴ <http://www.aulete.com.br/ralé>

- verbete atualizado: conforme apresentado no dicionário digital (2006; 2014), com acréscimos e/ou revisões em comparação ao dicionário impresso de 1986;

- verbete novo: conforme apresentado no dicionário digital mediante evolução e transformação da língua viva e não presente no dicionário impresso.

Em relação aos verbetes do *Dicionário Caldas Aulete Digital* que foram tomados para análise acerca da política em Hanna Arendt, é importante destacar que se configuram como novos. Além disso, também analisaremos os mesmos verbetes e suas acepções a partir do *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2009) e *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* (2009), na medida em que for necessário o cotejamento para a compreensão do jogo do político que se instaura nos verbetes.

Assim, tem-se o seguinte:

Verbetes 1 – afrodescendente

Adjetivo

1. Bras. Que é descendente de negros africanos, ger. dos que eram escravos; que tem pele negra ou escura como condição genética [O termo é us. como uma forma de se referir a indivíduos negros, ou mulatos, ou pardos, ao se pretender que estes termos possam ter sentido pejorativo ou discriminatório, atribuindo com isso à palavra designativa da cor um sentido de preconceito. Esta solução suscita críticas de caráter ideológico].

Substantivo

2. Indivíduo afrodescendente.

[F.: afro-+descendente.]

Fonte: *Dicionário Caldas Aulete Digital* (2014).

Adjetivo de dois gêneros e substantivo de dois gêneros

1. Que ou quem descende de família ou indivíduo africano negro.

Fonte: *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2009).

Adjetivo 2 gêneros Substantivo 2 gêneros

1. Diz-se de, ou pessoa de ascendência africana.

Fonte: *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* (2009).

O verbete “afrodescendente” surge a partir de políticas públicas que buscam minimizar as desigualdades sociais e se configura como uma forma de ocultar e refratar o

preconceito e o racismo no Brasil, na tentativa de a mudança do nome provocar alguma mudança de comportamento e de mentalidade. Com a publicação da Cartilha *Politicamente Correto e Direitos Humanos*, em 2004, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, os termos “negro” e “preto” passaram a ser pejorativos; para substituí-los, na tentativa de corrigir seu emprego e apagar o preconceito, foi sugerida a utilização do termo “afrodescendente”.

Entretanto, os sentidos de “negro” e de “preto” na sociedade brasileira já estão cristalizados, inclusive na língua, a partir da relação entre os homens e da convivência entre diferentes de que trata Arendt (1999). Logo, não há um termo que possa abarcar todos os sentidos e que possa apagar o preconceito existente, pois o racismo não depende somente da língua, mas das relações sociais entre homens que movimentam os sentidos, sendo preconceituosos ou não, já que o preconceito decorre das formas de segregação e do trabalho das ideologias. Por isso observa-se no verbete a menção referente às críticas de caráter ideológico. Não se pode substituir uma palavra por outra e ter a ilusão de que os sentidos serão apagados. Estabelecer uma Cartilha que contenha termos a serem substituídos na tentativa de apagamento da história que dadas palavras carregam, ou ainda para minimizar seus efeitos negativos, mostra o intuito de mascarar as relações de desigualdade social que há na sociedade, bem como expõe interesses e valores dominantes, em cujas relações a liberdade é utopia, segundo postulados de Arendt (1999; 2016).

Em relação ao verbete “ambientalismo”, destacamos, de acordo com Ferreira (2008)⁵⁵, que o movimento surge com grupos que lutam pela defesa do meio ambiente, principalmente após a expansão industrial e o crescimento das ciências tecnológicas. A partir de uma linha do tempo acerca do ambientalismo mundial, é possível observar que o termo não é recente, muito menos novo, já que surge pela primeira vez em 1860. A autora destaca cinco correntes e os principais acontecimentos sobre o ambientalismo em cada corrente. De acordo com Ferreira (2008), o Protecionismo é a primeira corrente do ambientalismo no mundo e estende-se de

⁵⁵ Ana Raquel Pinto Guedes Ferreira, em sua Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Sub-Programa Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), teve por objetivo resgatar a história do movimento ambientalista no estado do Piauí e analisar suas contribuições para a conservação do meio ambiente. A autora baseou-se em quadro de referência analítico elaborado a partir das experiências internacional e brasileira, dividido em cinco momentos: protecionismo, conservacionismo, ecologia política, gestão articulada e gestão de sustentabilidade. Realizou sua pesquisa relacionando os fatos e os eventos marcantes, como as manifestações de rua, campanhas incisivas e os encontros estaduais, bem como as mobilizações que de alguma forma chamaram a atenção da sociedade e dos poderes públicos e assim contribuíram para a evolução e intensificação do movimento (FERREIRA, 2008).

1860 a 1900. Os principais acontecimentos são: Primeiro Grupo Ambientalista (1865), Parque Nacional de Yellowstone (1872) e National Trust (1893). A segunda corrente, denominada Conservacionismo, data de 1990 a 1950 e foi marcada pela Primeira ONG (1903), I Congresso Internacional para Proteção da Natureza (1909) e Conferência da Biosfera (1949). Esta Conferência também marca o início da corrente denominada Ecologia Política (1950 – 1970). Além desta Conferência, *Silent Spring* (1962) e Clube de Roma (1968) também marcam o período. A corrente denominada Gestão Articulada data de 1970 e estende-se até 1985, sendo marcada pelo Greenpeace (1971), pela Conferência de Estocolmo (1972) e pela criação do 1º Partido Verde (1983). A última corrente (1986 até a atualidade), denominada Gestão de Sustentabilidade, é marcada pelo Fórum Global das ONGs (1992), ECO 92 (1992), Rio+5 (1997) e Rio+10 (2002). Ao trazer a referência de Ferreira (2008), buscamos marcar o lugar a partir do qual surge este verbete, ou seja, movimentos, congressos, conferências em prol do meio ambiente e da conscientização da população acerca do tema que datam ainda do século XIX.

Verbete 2 – ambientalismo

Substantivo masculino

1. Ecologia

Estudo para a preservação do meio ambiente.

2. Política

Movimento de defesa do meio ambiente; movimento ecológico.

[F.: ambiental +-ismo, por infl. do ing. environmentalism. Cf.: conservacionismo.]

Fonte: *Dicionário Caldas Aulete Digital* (2014).

Neste verbete apresentado no *Dicionário Caldas Aulete Digital*, as acepções remetem ao estudo e à preservação do meio ambiente e ao movimento de defesa deste, conforme as áreas de conhecimento nas quais está inserido – Ecologia ou Política. Observa-se esta mesma especificação no *Dicionário eletrônico Houaiss*, consoante apresentado a seguir:

Substantivo masculino

1. Rubrica: ecologia.

Conjunto de ideias, ideologia ou movimento em defesa da preservação do meio ambiente.

2. Rubrica: política.

Movimento político cujas principais preocupações são os efeitos da poluição ambiental e o consequente comprometimento da qualidade de vida; movimento ecológico.

Fonte: *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2009).

Nesses dicionários, o verbete tomado na Ecologia tem a acepção de “conjunto de ideias, ideologia ou movimento”, assim como é “movimento político” na área da Política. Se ambientalismo está relacionado com ideia, ideologia e movimento, reflete práticas sociais específicas, quais sejam, aquelas em favor do meio ambiente, seja proteção, seja preservação, articulando-se com o estudo apresentado por Ferreira (2008), que traz conferências, congressos e movimentos sobre ambientalismo no mundo. Observa-se, ainda, que há diferença na forma de especificação deste item lexical entre um dicionário e outro. O *Dicionário eletrônico Houaiss* divide a definição em dois campos de saber, como no *Dicionário Caldas Aulete Digital*, mas inscreve a definição de “ambientalismo” nos domínios da ideologia e caracteriza interesses que estão em jogo no movimento político. Além disso, a datação no *Dicionário eletrônico Houaiss* é de 1975. Então, por que é classificado como verbete novo no *Dicionário Caldas Aulete Digital*? O que determina o novo senão os movimentos sociais e as práticas dos sujeitos?

A partir das reflexões de Arendt (1999) sobre a articulação entre política e liberdade, questionamos acerca do *Dicionário Caldas Aulete Digital* em relação ao verbete “ambientalismo”: Que práticas definiram a cristalização dos sentidos? Quais as relações entre os homens que determinaram a dicionarização do verbete? Quais determinações históricas intervêm na produção de sentidos? A solidez dos movimentos ambientalistas e a repercussão cada vez maior das questões referentes à proteção ao meio ambiente, bem como a própria conscientização dos homens, podem ter contribuído para a dicionarização do verbete, logo, também, para a cristalização dos sentidos. Por meio das práticas sociais instituem-se novos itens lexicais e seus sentidos, pois as práticas dos homens implicam ação, o começo de algo em conjunto e não isolado. A política, então, é necessária às organizações coletivas dos homens e por meio dela é possível resistir, intervir e modificar práticas.

O verbete “associativismo”, por sua vez, surge com a democracia e está estreitamente relacionado com a liberdade, pois há legislações, inclusive a Constituição da República Federativa do Brasil, que propõem o direito à livre associação sindical, por exemplo; é um movimento que reúne diferentes sujeitos com interesses em comum em diferentes setores da

sociedade, seja no trabalho ou na Educação, seja no lazer ou no descanso. O associativismo, “tipo de ambiente participativo criado pela organização espontânea de cidadãos e cidadãs” (GANANÇA, 2006, p. 15)⁵⁶, na democracia, é “salutar” desde que não desencadeie ações que interfiram a ponto de desestabilizar o sistema político e econômico, pois qualquer participação que influencie decisões ou queira compartilhar o poder provoca desestabilização na estrutura social posta, e para qualquer tipo de governo isso não é bom, seja totalitário, seja democrático, de acordo com GANANÇA (2006). Conforme o autor, na sociedade mantém-se o fenômeno da associação e organização, mas exclui-se “todo o potencial transformador que está contido nesse próprio fenômeno” (Ibid., p. 16). Além disso, se pensarmos nas relações sociais conservadoras capitalistas, extermina-se “a possibilidade de transformações mais profundas no sistema político por meio da participação política organizacional de homens e mulheres na esfera pública” (Ibid., p. 16), uma vez que as sociedades democráticas modernas não preparam o sujeito para exercer poder e responsabilidade pública, mas preparam-no para ser força de trabalho e dar continuidade aos modos de produção instituídos, perpetuando as estruturas de desigualdades e de poder já postas.

No *Dicionário Caldas Aulete Digital*, o verbete “associativismo” é apresentado da seguinte forma:

Verbetes 3 – associativismo

Substantivo masculino

Sociologia

1. Movimento que visa unir pessoas ou instituições em sociedade (sindicatos, órgãos de classe etc.) para defesa de seus interesses comuns.

2. A prática ou ação dos participantes desse movimento.

[F.: associativo +-ismo.]

Fonte: *Dicionário Caldas Aulete Digital* (2014).

Assim, o verbete pode ser considerado novo no sentido de que esses movimentos estão se fortalecendo cada vez mais na sociedade na luta por interesses em comum de grupos e,

⁵⁶ Alexandre Ciconello Ganança, em sua Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), teve por objetivo examinar o fenômeno da ação coletiva institucionalizada no Brasil a partir do associativismo civil. O autor analisou a influência do Estado por meio do marco legal aplicado a associações civis, investigando a regulação estatal para verificar em que medida há um avanço de uma nova institucionalidade democrática participativa ou se há reprodução das estruturas de desigualdade que permeia a sociedade brasileira (GANANÇA, 2006).

além disso, pode ser que não ocorriam tão frequentemente na década de 1980, quando o dicionário que serviu de base ao *Caldas Aulete Digital* foi produzido. Na medida em que sujeitos se unem em favor da coletividade, existe o que Arendt (1999) denomina de relação entre iguais, homens relacionando-se com outros homens, que no presente caso têm interesses, anseios e lutas em comum.

Acepções de sentidos semelhantes encontram-se no *Dicionário eletrônico Houaiss*:

Substantivo masculino

Rubrica: Sociologia.

1. Tendência ou movimento dos trabalhadores de se congregarem em associações representativas (órgãos de classe, sindicatos etc.), para a defesa de seus interesses.

2. Derivação: por extensão de sentido.

A prática desta tendência.

Fonte: *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2009).

Se pensarmos no contexto em que se dão as associações, principalmente os sindicatos e órgãos de classe, conforme exemplo dos verbetes, essa relação entre iguais existe, mas não é o que caracteriza a política como luta de classes, pois esta se dá na relação conflituosa, muitas vezes, entre patrões e empregados, entre chefes e funcionários, entre Estado e órgãos de classe e/ou funcionários a esse vinculados. É na desigualdade social que a política se instaura (RANCIÈRE, 1996); na articulação das relações sociais entre estruturas da sociedade as quais se determinam umas às outras.

Por fim, o verbete “militância” corresponde à prática de luta e de atuação em defesa de uma causa ou organização. Surge a partir do termo militante, que, por sua vez, teve origem na Idade Média na linguagem teológica, como qualificação da igreja. Segundo Souza (1999)⁵⁷, nessa época, o termo relaciona-se “à ideia de combate contra os inimigos pelo triunfo de uma causa única, pela conquista da salvação final num (outro) mundo totalmente novo” (p. 132). No século XVII, o termo relaciona-se à definição de soldado de milícia que busca um objetivo preestabelecido (Ibid., p. 133). No século XIX, o vocábulo militante é utilizado no campo político para “nomear aquele que milita numa organização partidária ou sindical, aquele que

⁵⁷ Nelson Rosário de Souza, em artigo publicado na Revista de Sociologia e Política, em 1999, intitulado *A esquerda militante: entre o engajamento pastoral e os revides sociais*, analisou as ambiguidades do militantismo de esquerda e suas possibilidades de superação, mediante um olhar sobre a procedência da prática militante moderna, sobre o debate marxista a respeito do militante revolucionário e também sobre os militantes dos chamados “novos movimentos sociais”.

abraça as tarefas políticas (materiais e intelectuais) necessárias para a conquista do Estado e/ou para a transformação total da sociedade” (Ibid., p. 134).

Verbetes 4 – militância

Substantivo feminino

1. Atividade de militante; ATUAÇÃO; EXERCÍCIO; PRÁTICA.
2. Restr. Participação ativa em prol de uma causa ou organização política.

[F.: milita(r)²+ância. Hom./Par.: militança.]

Fonte: *Dicionário Caldas Aulete Digital* (2014).

Substantivo feminino

1. Atividade de militante; atuação, desempenho.

Fonte: *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2009).

Substantivo feminino

1. Ação de militante; exercício, prática, atuação: militância política.

Fonte: *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* (2009).

Todas as acepções remetem às práticas sociais, ou seja, à concepção do século XIX mencionada por Souza (1999). Embora não haja a especificação do campo político no verbo de Aulete e Houaiss, como ocorre no *Dicionário Aurélio*, é possível compreender que as acepções advêm desse campo, pois se trata de “prática”, “atuação” e “participação ativa” (atuação, prática) em favor de “causa ou organização política”. Se há prática e participação ativa em uma organização política, há relações sociais de desigualdade. Somente precisamos lutar, isto é, lutar ativamente em favor de uma ideia ou causa, se há uma causa na qual acreditamos e que não está tendo visibilidade ou então não está sendo respeitada, típico de uma situação social em que impera a desigualdade. Por que precisamos lutar contra o preconceito, contra o racismo, contra a homofobia, contra a degradação dos direitos humanos? Por que precisamos lutar para termos saúde e educação públicas de qualidade? Porque a desigualdade existe, porque as relações de poder são conflituosas, porque o direito à saúde e à educação de qualidade está assegurado na Constituição da República Federativa do Brasil, mas não tem sido respeitado.

Os movimentos sociais e as políticas públicas implicam ação, práxis, relações sociais bem estabelecidas, que nunca ocorrem em um isolamento do homem, mas em conjunto, entre homens, conforme aponta Arendt (1999). A política, assim, implica a necessidade do agir, do começar, de criar algo novo; corresponde às relações de desigualdade social, fomentadas pelos valores e interesses de determinados grupos e do Estado, pautados sobre interesses econômicos dominantes. Logo, a política não pode ser considerada como liberdade, na perspectiva de Arendt (1999), pois esta funciona para mascarar relações desiguais entre opressor e oprimido, entre patrão e empregado, entre Estado e povo, ou seja, relações desiguais estabelecidas entre as estruturas da sociedade.

É importante destacar que os verbetes “ambientalismo” e “associativismo” não constam lexicografados no *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*, de 2009. Que implicações tem essa ausência dos verbetes? Quais efeitos de sentido se produzem nesse silenciamento? Segundo Orlandi (2007, p. 31), “o silêncio não fala. O silêncio é. Ele *significa*. Ou melhor: no silêncio, o sentido é”. Logo, não lexicalizar determinado verbebo em um dicionário traz sentidos à tona. Esses sentidos podem remeter ao fato de que ambos os movimentos, tanto o ambientalismo quanto o associativismo, são relativamente recentes; ou porque são alvo de críticas e palco de conflitos não facilmente gerenciáveis, fortalecendo-se uma luta de classes que há tempos figura no seio social; ou porque não são movimentos que visam à transformação social. Entretanto, esses não seriam sentidos plausíveis se levarmos em conta que o *Dicionário Aurélio* está pautado na relação dialética entre infraestrutura e superestrutura, conforme apresentamos anteriormente nesta Tese. Seriam, então, movimentos sociais que não funcionam dialeticamente nas relações infraestruturais e superestruturais? Ou seriam movimentos cujas práticas ainda não estão legitimadas e, portanto, não cristalizadas na língua e conseqüentemente não dicionarizadas?

Seguindo na mesma esteira de Arendt (1999), Rancière (1996) trata de política em articulação com a desigualdade social, mas para ele é o conceito de dano que vai funcionar desestruturando a ordem social posta, instaurando a contradição no interior de uma comunidade para que os não contados passem a (se)contar. O dano reconfiguraria o lugar social dos sujeitos no espaço de produção, inaugurando a política justamente baseada nas diferenças e nas desigualdades.

Para explicitar o conceito de política em Rancière (1996), buscamos no *Dicionário Caldas Aulete Digital* os verbetes originais e atualizados “povo”, “plebe” e “ralé”.

Verbete original – povo

Substantivo masculino

1. Nome coletivo de todos os indivíduos do mesmo país e que vivem sujeitos às mesmas leis: O *povo* português e o *povo* brasileiro. Melhor, talvez, que o trono é ver chorando um *povo* inteiro em torno de um sepulcro. (Gonç. Dias.).
2. Os habitantes de uma mesma região, cidade, vila ou aldeia: O *povo* de Lisboa.
3. Aldeia ou lugarejo, pequena povoação: Um *povo*.
4. O público considerado no seu conjunto: Voz do *povo*, voz de Deus. (Prov.).
5. (Bras.) A gente da casa; a família: A moça chorava tão alto que eu até tive medo que acordasse o *povo* da casa. (Lins do Rego, Pedra Bonita, I, c. 6, p. 72, ed. 1938).
6. A parte numerosa, mas a menos rica, privilegiada e ilustrada da população de um Estado: O *povo* e os grandes; um homem do *povo*. Quando voltei, o *povo* tinha feito pedaços os seus ídolos de um dia, e havia-os sumido debaixo dos pés das turbas. (Herc.).
7. O terceiro estado da nação portuguesa: clero, nobreza e *povo*.
8. *Povo* de Deus 1. o *povo* escolhido, o *povo* judeu.
9. *Povo* rei 1. o antigo *povo* romano.
10. Ondas de *povo* 1. chusma, grande ajuntamento de gente: Ondas de *povo* vão precipitar-se pelo estreito ádito e espriar-se até junto do altar. (Herc.).

Fonte: *Dicionário Caldas Aulete* (1986).

Verbete atualizado – povo

Substantivo masculino

1. Conjunto de pessoas que vivem num mesmo país e que estão sujeitas às mesmas leis (povo brasileiro).
2. Os habitantes de uma localidade ou região: Povo de Minas Gerais.
3. Conjunto de pessoas que não necessariamente habitam o mesmo país ou região, mas que são ligadas por laços culturais, linguísticos etc. (povo cigano).
4. Grande número de pessoas: O povo lotou o pequeno estádio.
5. O conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre.
6. Fig. O conjunto de pessoas que pertencem à mesma família ou à mesma casa: Gosto de ficar em casa, cercado pelo meu povo.
7. Pop. Grupo de pessoas, gente, turma: O povo chegou cedo para o churrasco.

Fonte: *Dicionário Caldas Aulete Digital* (2014).

Os verbetes “povo” trazem em suas acepções a história desta palavra de certa forma ao remeter ao povo romano, perpassando a referência a Portugal, até o sentido que tem na atualidade. As acepções dos dois verbetes poderiam ser agrupadas, de acordo com o sentido que emanam, da seguinte forma:

- a) Sujeitos de um determinado local submetidos ao Estado:
1. Nome coletivo de todos os indivíduos do mesmo país e que vivem sujeitos às mesmas leis: O *povo* português e o *povo* brasileiro. Melhor, talvez, que o trono é ver chorando um *povo* inteiro em torno de um sepulcro (Gonç. Dias.).
 1. Conjunto de pessoas que vivem num mesmo país e que estão sujeitas às mesmas leis (povo brasileiro).
- b) Conjunto de indivíduos agrupados pela referência espacial:
2. Os habitantes de uma mesma região, cidade, vila ou aldeia: O *povo* de Lisboa.
 3. Aldeia ou lugarejo, pequena povoação: Um *povo*.
 2. Habitantes de uma localidade ou região: Povo de Minas Gerais.
- c) Público, conjunto de pessoas:
4. O público considerado no seu conjunto: Voz do *povo*, voz de Deus (Prov.).
 3. Conjunto de pessoas que não necessariamente habitam o mesmo país ou região, mas que são ligadas por laços culturais, linguísticos etc. (povo cigano).
 4. Grande número de pessoas: O povo lotou o pequeno estádio.
 7. Pop. Grupo de pessoas, gente, turma: O povo chegou cedo para o churrasco.
- d) Pessoas unidas por laços afins – sanguíneos, religiosos, culturais:
5. (Bras.) A gente da casa; a família: A moça chorava tão alto que eu até tive medo que acordasse o *povo* da casa (Lins do Rego, Pedra Bonita, I, c. 6, p. 72, ed. 1938).
 6. Fig. O conjunto de pessoas que pertencem à mesma família ou à mesma casa: *Gosto de ficar em casa, cercado pelo meu povo*.
- e) Coletivo estratificado pela classe a que pertence:
6. A parte numerosa, mas a menos rica, privilegiada e ilustrada da população de um Estado: O *povo* e os grandes; um homem do *povo*. Quando voltei, o *povo* tinha feito pedaços os seus ídolos de um dia, e havia-os sumido debaixo dos pés das turbas. (Herc.).
 7. O terceiro estado da nação portuguesa: clero, nobreza e *povo*.
 5. O conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre.
- f) Grupo específico:
8. *Povo* de Deus 1. o *povo* escolhido, o *povo* judeu.
 9. *Povo* rei 1. o antigo *povo* romano.
- g) Coletividade identificada de forma hiperbólica:

10. Ondas de *povo* 1. chusma, grande ajuntamento de gente: Ondas de *povo* vão precipitar-se pelo estreito ádito e espriar-se até junto do altar. (Herc.).

Pensando no que Rancière (1996) entende por política, ou seja, que esta se baseia na diferença e na desigualdade, ao agrupar os sentidos das acepções, pode-se observar que, por um lado, em relação aos **a)** Sujeitos de um determinado local submetidos ao Estado, não há distinção entre classes, já que as acepções fazem referência a todos os indivíduos de um país. Estes indivíduos estão sujeitos à legislação de um determinado Estado-nação, em que são considerados iguais, pois “vivem sujeitos às mesmas leis”. Quanto ao **b)** Conjunto de indivíduos agrupados pela referência espacial, também não há menção à distinção entre eles, pois apenas compreende os habitantes de um determinado local, sem margem à observação da desigualdade que poderia se instaurar entre esses. Em **c)** Público, conjunto de pessoas, o que define povo é simplesmente a ideia de pluralidade, e em **d)** Pessoas unidas por laços afins - sanguíneos, religiosos, culturais, o que define povo é a identificação de laços afins (sanguíneos, históricos e culturais); o primeiro remete à ideia de conjunto, à quantidade de pessoas, e o segundo à afinidade entre certo grupo, seja essa por laços consanguíneos, seja por laços culturais ou linguísticos. Em **f)** Grupo específico e em **g)** Coletividade identificada de forma hiperbólica, as acepções apresentadas não desestruturam uma ordem posta, não se baseiam na diferença e nem mesmo na desigualdade.

Por outro lado, em **e)** Coletivo estratificado pela classe a que pertence, pode-se entender a política funcionando, ou seja, ao definir povo como “A parte numerosa, mas a menos rica, privilegiada e ilustrada da população de um Estado” e “O conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre”, observa-se desigualdade entre uns e outros. Se há uma parte “menos rica, privilegiada e ilustrada da população de um Estado”, há uma parte mais rica, mais privilegiada e mais representativa na população de um Estado. Logo, há diferença entre a parte menos rica e mais rica, configurando a desigualdade, característica fundamental para a noção de política de Rancière (1996). Além disso, se há “o conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre”, há o conjunto de pessoas que pertencem à classe mais rica.

A acepção “O terceiro estado da nação portuguesa: clero, nobreza e *povo*” também estabelece uma hierarquia e uma forma de estratificação na sociedade de Portugal, já que deixa explícita a ordem social: 1º Clero, 2º Nobreza, 3º Povo. Em um país no qual a Igreja Católica tem forte poder, como em Portugal, o clero é a primeira instância da sociedade, já

que foi fundamental até mesmo na conquista e catequização de países colonizados, instituindo sua forma de pensar e de agir por meio da religião. A nobreza, a aristocracia, é o segundo estado, pois detém as riquezas, tem acesso à cultura, geralmente tem boa educação, pois a família pode pagar por bons professores particulares e/ou boas escolas, tem empregados, podendo se dedicar a assuntos de seus interesses. O povo, por sua vez, terceiro estado, reúne as forças sociais, corresponde aos incontados, nas palavras de Rancière (1996), aos que instauram o dano para reconfigurar a estrutura da sociedade. Povo opõe-se à aristocracia e isso se reflete pelas práticas de uns e outros. O povo é a classe dominada, a que está à mercê das decisões de uma minoria que (des)manda em um Estado. Há que se pensar que o povo é a maioria, reivindica um lugar seu e de cada sujeito no desenvolvimento da sociedade por meio de suas ações, seu trabalho, suas experiências e seu modo de (sobre)viver. Nas palavras de Rancière (1996), são os plebeus. A aristocracia é quem detém o poder das decisões, das regulamentações para o funcionamento desse Estado. Fazendo eco às palavras de Rancière (Ibid.), os patrícios.

Partindo dessa desigualdade que se observa nas acepções, selecionamos o verbete “plebe” de modo a compreender como algumas acepções de ‘povo’ são sinonimizadas no verbete “plebe”.

Verbete original – plebe

Substantivo feminino

1. (Ant.) A última classe do povo na antiga Roma (em oposição aos patrícios, a classe aristocrática).
 2. (Modernamente) As classes mais baixas; população, gentilha; ralé.
 3. (Depreciat.) Multidão: A plebe dos indoutos. (Lat. Coelho.)
- F. lat. Plebs.

Fonte: *Dicionário Caldas Aulete* (1986).

Verbete atualizado – plebe

Substantivo feminino

1. Classe social de menos prestígio e riqueza; povo; ralé.
 2. Ant. A última classe do povo na antiga Roma (em oposição aos patrícios, a classe aristocrática).
- [F.: Do lat. plebis]

Fonte: *Dicionário Caldas Aulete Digital* (2014).

A partir desses verbetes há dois agrupamentos que se pode fazer em relação aos significados:

- a) Classe de povo;
- b) Classe social menos favorecida.

Em relação à **a)** Classe de povo, a acepção “1. A última classe do povo na antiga Roma (em oposição aos patrícios, a classe aristocrática)” presente nas duas edições, traz ‘plebe’ como um subgrupo específico de povo que se opõe aos patrícios, à aristocracia. Não é sinônima de povo, mas pode ser considerada hipônimo. Trata-se de uma especificação com valor negativo de determinado grupo que pertence ao povo.

Quanto à **b)** Classe social menos favorecida, as acepções “2. (Modernamente) As classes mais baixas; população, gentilha; ralé” e “1. Classe social de menos prestígio e riqueza; povo; ralé” sinonimizam com ‘povo’, determinando os atributos deste povo, especificando-o. Ao funcionarem como atributos, os hipônimos ‘plebe’, ‘ralé’ e ‘gentilha’ determinam os diferentes graus que a negatividade do hiperônimo ‘povo’ assume.

O que implica atribuir a um verbo o sentido de ralé? No senso comum, na sociedade atual, o item lexical ralé denota sentido pejorativo, pois traz em seu âmago a camada social que está à margem de tudo, da participação, da tomada de decisões, da cultura, constituindo aquilo que é considerado resto para as classes mais abastadas. Para visualizarmos como é lexicalizado esse verbo no *Dicionário Caldas Aulete Digital*, trazemo-lo para análise.

Verbo original – ralé

Substantivo feminino

1. (ant.) Raça, espécie, condição, natureza: Multas e boas aves de presa de diversas ralés que mandava vir de fora de seus reinos. (Góis.).
2. Homem de boa ralé. (Dinis da Cruz.).
3. Qualquer animal em que a ave de rapina costuma fazer presa.
4. O refugio da sociedade; a arraia-miúda; plebe: O rancho em que vinha minha mãe era tudo o que havia de mais ralé com suas saias berrantes de chita. (Aq. Ribeiro, Luz ao Longe, c. 5, p. 94, ed. 1949.).
5. (Pop.) Influência, energia, vontade: Não ter ralé para o trabalho. F. ár. Rahhalin (nômades beduínos). Cf. Antenor Nascentes, Dic. Etim.

Fonte: *Dicionário Caldas Aulete* (1986).

Verbetes atualizado – ralé

Substantivo feminino

1. Pej. As classes sociais menos favorecidas; plebe; populacho; arraia-miúda [Antôn.: alta-roda.].
2. A camada social formada por marginais, delinquentes etc.; gentalha; escória.
3. Pop. Energia, disposição, vontade: Não ter ralé para o trabalho.
4. Animal de que a ave de rapina costuma fazer presa.
[F.: De or. obsc.]

Fonte: *Dicionário Caldas Aulete Digital* (2014).

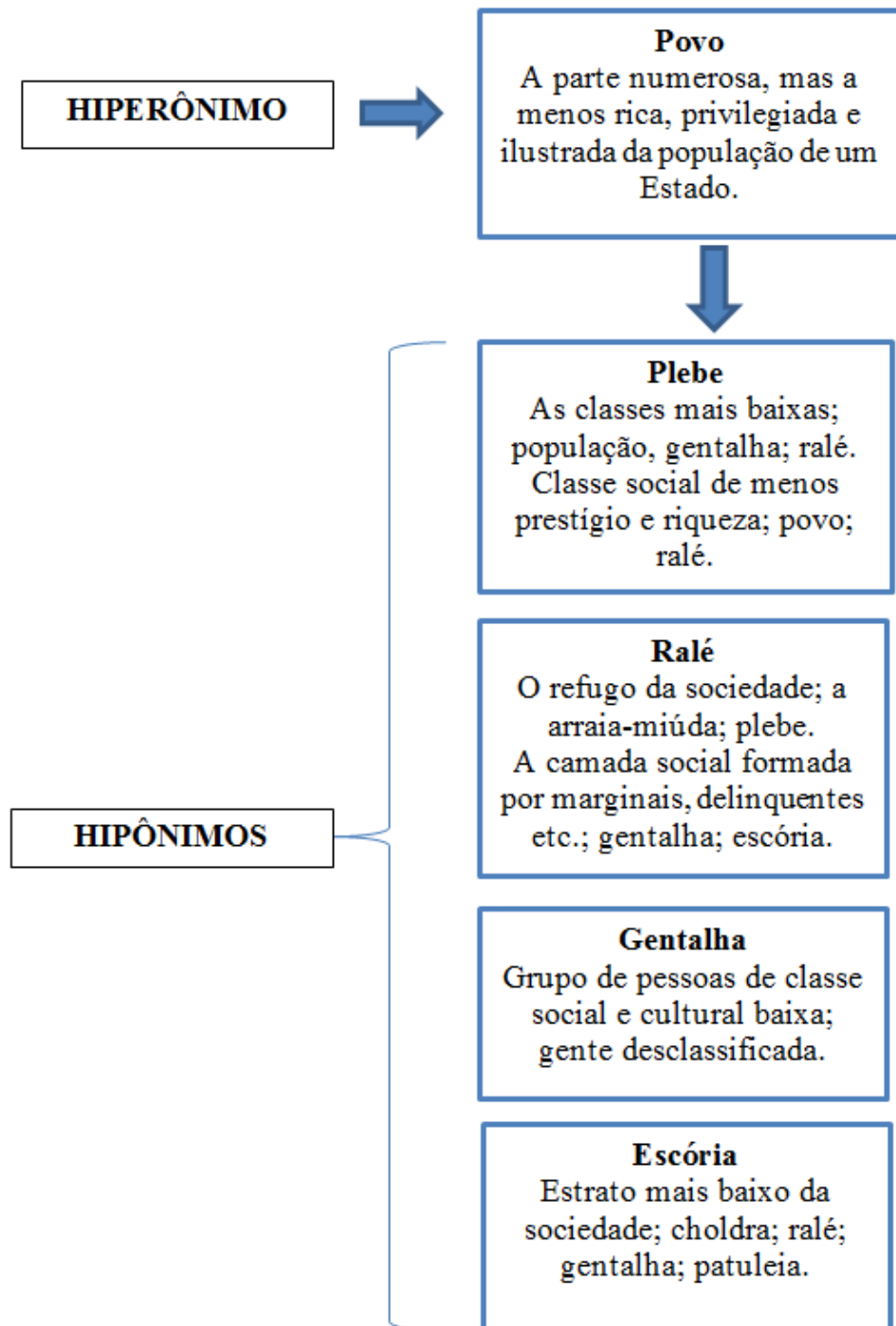
Em relação ao verbete original, importante destacar inicialmente a etimologia da palavra – *rahhalin* que vem do árabe para designar os que não têm moradia fixa, nômades – os beduínos – considerados no Oriente Médio uma subclasse, o que reforça o sentido de ralé, sob o ponto de vista histórico, carregado de negatividade. Além disso, interessa para nossa análise a acepção 4. “O refugio da sociedade; a arraia-miúda; plebe: O rancho em que vinha minha mãe era tudo o que havia de mais ralé com suas saias berrantes de chita”, pois remete a um lugar social específico e a sujeitos notadamente à margem de toda e qualquer sociedade.

Importante ressaltar, ainda, que o verbete original apresenta sintagmas adjetivos que remetem à espécie e sintagmas que remetem aos não contados de que trata Rancière (1996). Tornar esses sintagmas parte de um único verbete configura o enunciado dividido, ou seja, a heterogeneidade do discurso, aquilo que Courtine (2009) diz se inscrever “entre diversas FD como uma fronteira que se desloca, em razão da luta ideológica, nas transformações da conjuntura histórica de uma dada formação social” (p. 100), aquilo que ao mesmo tempo é e não é, “a conjunção do idêntico e do contraditório” (Ibid., p. 100).

Acerca do verbete atualizado, ressaltamos as acepções 1. “Pej. As classes sociais menos favorecidas; plebe; populacho; arraia-miúda [Antôn.: alta-roda.]” e 2. “A camada social formada por marginais, delinquentes etc.; gentalha; escória”, pois especifica uma classe social e apresenta os sujeitos que a compõe.

Que implicações têm esses sentidos na sociedade atual, industrial e capitalista, pautada nas relações de trabalho? Que sujeitos são esses que constituem a ralé? Por que são assim designados? Em uma sociedade industrial e capitalista, pautada na exploração da força de trabalho de uns sobre outros, há divisão social, desigualdade, diferenças entre sujeitos e classes. Se por um lado há os detentores do capital, por outro há os que produzem esse capital, ou seja, a força bruta, trabalhadora, a força social que movimenta a roda do capitalismo por

meio do trabalho. Na medida em que essa roda gira, isto é, investe-se (detentores do capital), produz-se (detentores da força de trabalho), consome-se (detentores do capital), há sujeitos que ficam à margem da sociedade por não possuírem capital para conseqüentemente consumirem nem serem detentores da força de trabalho, que muitas vezes exige alguma especialização para conseguir produzir nas indústrias. A desigualdade está aí instalada, e a política funciona marginalizando sujeitos, fazendo a ‘ralé’ emergir em meio à sociedade industrial de produção e de consumo. Com base nessa desigualdade, os sujeitos são designados como marginais, delinquentes, gentalha, escória, sentidos que já foram lexicalizados, fazendo eco às classes menos favorecidas. Por não possuírem os mesmos valores, costumes, por serem intelectualmente despossuídos e privados de acesso aos bens simbólicos passam a integrar a ralé, que se constitui em um grau de exclusão. Ao tomar os hipônimos ‘plebe’, ‘ralé’, ‘gentalha’ e ‘escória’, é possível observar uma gradação de negatividade em relação ao hiperônimo ‘povo’. É nesse contexto que a política funciona, encarregando-se de explicitar as relações desiguais entre as classes e entre os sujeitos, ressemantizando o item lexical povo da seguinte forma:



Assim, são inseridos em um dicionário diferentes verbetes, mas pela ressemantização e ressignificação de um item lexical, que se dão pelo funcionamento das relações políticas determinantes dos sentidos, a referência é a mesma, ou seja, no presente caso, diz da classe social menos favorecida, a massa de trabalhadores que move a engrenagem da sociedade capitalista.

CAPÍTULO 3
PRÁTICAS ANALÍTICAS: PROJETO CALDAS AULETE
DIGITAL

CAPÍTULO 3

PRÁTICAS ANALÍTICAS: PROJETO CALDAS AULETE DIGITAL

Neste Capítulo serão realizadas as análises referentes aos dois projetos do *Dicionário Caldas Aulete Digital*: o projeto da editora Lexikon de 2006 e o projeto da editora Lexikon de 2014. Para tanto, buscaremos descrever os projetos e teceremos reflexões articuladas com os conceitos que vimos desenvolvendo no decorrer dos dois primeiros capítulos desta Tese.

Tendo como norte o objetivo geral, que consiste em explicitar a política de constituição do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, atentando para o conceito de língua veiculado, uma vez que a língua trabalha sempre na tensão entre infraestrutura e superestrutura, buscaremos refletir sobre a reformulação do dicionário e sobre o espaço desta reformulação pautada nas práticas sociais. Assim, este Capítulo se divide em duas seções: análise do projeto Lexikon 2006 e análise do projeto Lexikon 2014.

Para fins metodológicos de organização das análises, estabeleceremos recortes discursivos, que, segundo Orlandi (1984, p. 14), correspondem “a fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação” a partir de determinadas condições de produção, constituindo uma unidade discursiva. Os recortes permitem compreender a política de constituição do dicionário na medida em que tornam possível desconstruir a linearidade do texto e organizar as reflexões de acordo com os objetivos estabelecidos para a pesquisa.

3.1 A obra aberta: a dicionarização da língua viva

O que é uma obra aberta? O que é língua viva? Como elaborar um dicionário da língua viva? Esses são os primeiros questionamentos que imperam ao lermos o projeto de elaboração do *Dicionário Caldas Aulete Digital* proposto pela editora Lexikon em 2006. Enquanto sujeitos, interpelados ideologicamente e inscritos em determinada formação discursiva, a memória faz ressoar sentidos presentes no interdiscurso que nos remetem a alguns pontos fundamentais: I) obra aberta corresponde a algo sempre inacabado, possível de complementação? II) língua viva é antônimo de língua morta? III) língua morta é aquela que não sofre mais modificação? IV) a Língua Portuguesa é uma língua viva porque sofre modificações? V) o que significa dicionarizar a língua viva?

Com base nesses ecos que emergem da leitura, destacamos os primeiros recortes discursivos:

RD1: *O novo Caldas Aulete (...). Nasceu para ser uma **obra aberta, viva, mudando e crescendo junto com a língua**, e com isso tornar-se o maior banco de dados do idioma.*

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2006).

No RD1, a língua pode ser comparada com um organismo vivo, que nasce, cresce, desenvolve-se, reproduz-se e morre. Com a língua ocorre o mesmo processo do que com o ser vivo, embora cada etapa não esteja delimitada. Se tomarmos o exemplo do latim, observaremos que é uma língua que passou por quase todas as fases: nasceu (é uma língua indo-europeia, documentada desde o século VII a. C.), cresceu (expandiu-se a diferentes regiões), reproduziu-se (deu origem a diferentes línguas, como português, espanhol, italiano, francês, romeno e catalão) e, de certa forma, é considerada uma língua morta do ponto de vista da transformação, embora ainda seja a língua oficial da Cidade do Vaticano e esteja presente em muitas áreas do conhecimento por meio de termos técnicos empregados. Importante ressaltar que o latim dividia-se em *sermo vulgaris* e *sermo urbanus*. O *sermo urbanus*, latim clássico, impregnado de heranças etimológicas gregas, irá inscrever-se na tradição discursiva eclesiástica e jurídica e, por isso, ainda hoje se mantém em diversas áreas. A transformação que de fato ocorre no caso do latim advém do *sermo vulgaris*, ou seja, do latim vulgar, empregado pelas forças sociais que se encarregam de disseminar a língua quando da expansão dos impérios.

Além disso, pode-se destacar que o objetivo do dicionário é ser uma “obra **aberta, viva, mudando e crescendo junto com a língua**”, ou seja, tem a pretensão de ser um dicionário em constante atualização, conforme novo léxico é legitimado pelas práticas sociais dos sujeitos e segundo os novos sentidos produzidos. Os dicionários tradicionais, por exemplo, para dicionarizarem o léxico de uma língua, geralmente tomam a estabilização dos sentidos, ou seja, a cristalização a partir do uso, para que possam incorporar determinados itens lexicais em uma obra, por exemplo. No caso do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, o objetivo é abrir espaço para as alterações linguísticas e semânticas conforme vão ocorrendo na língua falada, por isso visa a mudar e crescer junto com a língua, e com isso ter o controle sobre a língua e sobre os sentidos, ao **tornar-se o maior banco de dados do idioma**. Observa-se aí uma determinação sócio-histórica que reproduz práticas do mercado editorial, ou seja, o controle sobre a língua e sobre o conhecimento restrito a uma instituição específica: a editora Lexikon.

RD2: *O novo Caldas Aulete não nasceu para ser **apenas** um livro na estante. Foi criado para **interagir** com os usuários da língua, para **compartilhar e democratizar o conhecimento**.*

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2006).

O RD2 apresenta uma crítica quanto aos livros impressos em geral, inclusive em relação às edições anteriores do dicionário Caldas Aulete já que são todas impressas. Essa crítica reside no fato de o *Dicionário Caldas Aulete Digital* não ser **apenas** um livro na estante. A seleção do item lexical **apenas** leva à interpretação de que os demais são somente livros na estante, como um objeto de decoração, sem uso. Essa seleção lexical nos remete a uma memória discursiva sobre a condição dos dicionários tradicionais que ao permanecerem na estante não têm grande valor utilitário e não despertam o interesse do leitor por lidarem com significações já cristalizadas na língua. Sobre esse ponto, é importante destacar o que Pêcheux (2009) traz, a partir de Henry (2013), sobre o conceito de pré-construído, conceito este que funciona nesse recorte, ou seja, de que o pré-construído “corresponde ao sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade (o mundo das coisas)” (PÊCHEUX, 2009, p. 151). O pré-construído consiste em uma relação com a memória na medida em que faz ressoar saberes e sentidos sempre já disponíveis no interdiscurso e que vêm funcionar na linearização do discurso.

Além disso, no RD2, é estabelecido que o dicionário Caldas Aulete “foi criado para **interagir** com os usuários da língua, para **compartilhar e democratizar** o conhecimento”. O item lexical **interagir** faz ressoar sentidos de uma memória discursiva que remete à área, educacional relacionada à informática, que denota em seus discursos a relação entre a tecnologia e os sujeitos usuários das ferramentas. Já “**compartilhar e democratizar o conhecimento**” é o discurso de todas as áreas educacionais, principalmente quando o público-alvo é constituído pelas forças orgânicas da sociedade. O que implica compartilhar e democratizar o conhecimento pensando em um dicionário? Significa que o objetivo é tornar o conhecimento acessível a todos e não apenas deixá-lo restrito a um grupo específico. Contudo, a restrição ao acesso dos verbetes acaba acontecendo na medida em que é necessário observar as características deste dicionário, conforme RD3:

RD3: *O Caldas Aulete poderá ser **instalado nos computadores** de todos os **usuários da internet**. Um dicionário on-line, que oferecerá o maior banco de dados da Língua Portuguesa, permanentemente atualizado.*

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2006).

A caracterização que aí se apresenta é: 1) disponibilidade de computadores e 2) acesso à internet. Cada vez mais os sujeitos têm acesso às ferramentas tecnológicas e à rede mundial de computadores, seja no ambiente escolar, seja no ambiente de trabalho. Entretanto, ainda assim não engloba todos os sujeitos falantes de Língua Portuguesa. Nas escolas, muitas vezes há computadores, mas as condições em que se encontram, sem manutenção e funcionamento, podem não ser favoráveis ao acesso à informação *on-line*. Além disso, a rede de internet disponível nas escolas também não é propícia para a navegação, a pesquisa, a instalação e a atualização do dicionário, pois a transmissão de dados via *download* e *upload* é baixa devido à disponibilização da rede de Internet, na maioria dos casos, pelos Poderes Públicos Municipal e Estadual, ser restrita basicamente aos serviços de sistemas informatizados da secretaria escolar, por exemplo. Além disso, o ambiente de trabalho, embora utilize computadores e tenha disponível acesso à internet, não tem como foco a pesquisa, a consulta a um dicionário e o aprendizado referente a uma língua na maioria das vezes. O que impera são sistemas comerciais de produção, industrialização e foco no processo de produção capitalista para gerar renda, lucros e riquezas. Logo, o leitor desse dicionário é restrito, determinados sujeitos, estudantes, professores ou estudiosos da Língua Portuguesa e de suas especificidades.

Ainda, a atualização do dicionário não se dava automaticamente quando instalado no computador, conforme testes de instalação feitos anteriormente, quando buscamos acessar o dicionário. Era necessário ter um mínimo de conhecimento na área da Informática para conseguir fazer a atualização. Caso contrário, o dicionário se caracterizaria como uma versão digitalizada do dicionário impresso apenas, pois as contribuições que aos poucos iam sendo inseridas não estariam disponíveis para consulta.

RD4: (...) o *Caldas Aulete* chega à internet em sua primeira versão, para cuja correção e ampliação **todos os usuários da Língua Portuguesa** vão poder colaborar.

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2006).

RD5: Para a primeira versão do dicionário, disponibilizada em fins de 2006 e em fase de revisão final, **você** pode colaborar apontando erros e/ou omissões. E a qualquer tempo, agora ou no futuro, **você** pode contribuir para a **ampliação dos registros de nossa língua**, ajudando a criar um **dicionário mais completo**, cada vez que perceber o uso de um novo significado para palavra já existente, um neologismo, um *aportuguesamento* de palavras originárias de outros idiomas etc.

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2006).

Os RD4 e RD5 ilustram a abertura do dicionário à participação dos sujeitos **usuários da Língua Portuguesa**, permitindo a contribuição “**para a ampliação dos registros de nossa língua, ajudando a criar um dicionário mais completo**”. Esses recortes nos levam à compreensão de que se busca dicionarizar sentidos de uma língua que registra os diferentes usos possíveis, as significações que as palavras podem assumir em diferentes condições sócio-históricas de produção. Visa-se à ampliação dos verbetes, buscando inscrever novos significados para palavras já existentes de modo a abranger cada vez mais sentidos da/na língua.

O projeto de elaboração desse dicionário visa às relações dialéticas entre infraestrutura e superestrutura na medida em que se dirige ao sujeito falante/leitor/consultante interpelando-o mediante emprego do pronome de tratamento de segunda pessoa **você** e possibilitar a colaboração. A relação dialética existe na medida em que tanto os valores e os interesses da infraestrutura quanto os da superestrutura podem estar representados no dicionário.

Segundo Zandwais (2012, p. 189),

se os segmentos sociais e culturais dominantes que se identificam com o vernáculo impõem aos demais segmentos, linguisticamente desaparelhados, como deve ser a língua, enquanto norma, enquanto objeto e instrumento, cujo estatuto é excludente, esses também não podem desconhecer, por outro lado, as formas por meio das quais a língua funciona, de modo orgânico, em diferentes segmentos da sociedade, os modos como produz sentidos e, portanto, é capaz de espelhar as condições de vida dos que a utilizam fora dos padrões culturalmente impostos.

Assim, entende-se que é necessária a compreensão do funcionamento da língua na relação entre infraestrutura e superestrutura, pois nessa relação se observa o funcionamento político de uma língua, a representação das práticas sociais, das lutas de classes, das relações entre desiguais na sociedade.

No RD6, pode-se observar o que significa na visão da editora Lexikon atualizar e reinventar o dicionário:

RD6: *Atualizar* o *Caldas Aulete* significa dar vida nova a uma obra reconhecida por especialistas como um dicionário fundamental, incorporando as mais recentes acepções e os mais modernos conceitos de funcionalidade e praticidade que uma obra de consulta deve ter. É, enfim, **reinventar o dicionário.**

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2006).

As mudanças propostas buscam **funcionalidade** e **praticidade** no uso do dicionário, características que deveriam ser típicas de uma obra de consulta, pois, quando busca significados para determinadas palavras, o sujeito consulente desta obra o faz imediatamente pela palavra-entrada de um dicionário. A representação imaginária deste sujeito em relação a um dicionário é que, ao buscar uma determinada palavra-entrada, a significação seja dada, por sinonímia, definição, exemplificação, enfim, algum sentido para o que buscava.

Na medida em que se tem um dicionário que permite a participação do sujeito falante/usuário da Língua Portuguesa, espera-se que não haja mais reprodução das relações de produção, ou seja, que o dicionário se constitua no sentido de abarcar as relações infraestruturais e superestruturais e não seja excludente das forças orgânicas da sociedade. Entretanto, ainda assim cabe questionar: que mudanças são essas? Levam de fato em conta as estruturas da sociedade e as relações infraestruturais e superestruturais de constituição e funcionamento de uma língua? Que interesses se refletem e se refratam na dicionarização? Quais valores se refletem na prática de lexicalização da língua?

O RD7 leva à reflexão acerca dessas questões e também ilustra que língua é essa que se visa lexicografar:

RD7: *A colaboração aberta ao público permitirá, após as **devidas e necessárias filtragem e edição lexicográfica**, que o **acervo de palavras contemplado se confunda com o universo da língua tal como verdadeiramente usada em todos os níveis, lugares e épocas**, a partir de seu uso e de seus usuários. Para dar início a essa colaboração dos usuários da língua em tempo real, o Caldas Aulete terá, em seu primeiro momento, como **parceiros na construção do corpus da Língua Portuguesa o jornal O Estado de São Paulo e a Rede Globo de Televisão**, instituições que têm na língua seu instrumento de comunicação e que representam um universo de seu **uso real em praticamente todos os setores da vida contemporânea, no Brasil e no mundo.***

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2006).

Em relação ao RD7, há vários pontos a ressaltar:

1) É necessário pensar, inicialmente, que a proposta do dicionário visa à mudança e não à reprodução das relações de produção;

2) Há “**filtragem e edição lexicográficas**”;

3) O acervo de palavras representa a língua “**verdadeiramente usada em todos os níveis, lugares e épocas**”;

4) Os **parceiros na construção do corpus** da Língua Portuguesa são o **Jornal O Estado de São Paulo** e a **Rede Globo de Televisão**;

5) **Jornal O Estado de São Paulo e Rede Globo de Televisão: instituições** que representam o **uso real** da língua.

Em relação ao primeiro ponto, pode-se afirmar que a mudança almejada diz respeito à forma de produção do dicionário, ou seja, unir o conhecimento sobre a Língua Portuguesa à tecnologia. Se pensarmos nos dicionários produzidos anteriormente, temos que destacar que eram impressos e não digitais ou eletrônicos, portanto não passíveis de colaboração pelo público leigo. Sob este olhar, a reprodução das relações de produção não se sustenta, pois, na medida em que há abertura para a participação do sujeito usuário da língua, há uma tentativa de mudança acerca da forma como se produzem os dicionários.

Quanto ao segundo ponto, ressaltar que as colaborações dos usuários da língua passem por **filtragem e edição lexicográficas** corresponde à busca pelo controle sobre a língua, isto é, delimitar interesses, formatar e colocar em moldes específicos do *Dicionário Caldas Aulete Digital* a língua, silenciando sentidos, restringindo ao olhar do lexicógrafo o efeito das práticas sócio-históricas. A intervenção lexicográfica nas colaborações é feita pela equipe de editores e lexicógrafos do dicionário. Os sujeitos leigos enviam os verbetes e suas acepções, ou alguma sugestão de supressão e/ou acréscimo a algum verbeito já lexicografado, e os sujeitos lexicógrafos analisam-nos, autorizando ou não sua inserção no dicionário, exercendo, assim, certo controle sobre a língua a ser dicionarizada. A análise, a filtragem e a edição dos verbetes também podem levar à exclusão das relações dialéticas de constituição dos sentidos ou à exclusão de sentidos oriundos do funcionamento da língua fora dos padrões linguísticos impostos culturalmente, isto é, das forças orgânicas da infraestrutura.

O terceiro ponto lança um olhar sobre a língua em funcionamento, **em todos os níveis, lugares e épocas**, ou seja, a Língua Portuguesa da qual se apropriam os sujeitos inscritos nas diferentes formações discursivas, em diferentes lugares geográficos e/ou sociais, em distintos momentos históricos de constituição da língua, independentemente da profissão, da posição social ou do lugar em que vivem, seja no continente europeu, americano, africano ou asiático, lugares geográficos onde a Língua Portuguesa é (co)oficial. Corrobora com este olhar o RD8:

RD8: (...) o Caldas Aulete *se propõe a ser uma obra aberta, que muda e cresce junto com a língua, ao registrar os **falares do campo, das cidades, das ruas e das oficinas, de Norte a Sul, ou Leste a Oeste, em todos os continentes onde se fala o português.***

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2006).

Além da repetição de que o dicionário “se propõe a ser uma obra aberta, que muda e cresce junto com a língua”, abrange realidades sociais distintas: campo, cidade, ruas, oficinas; e lugares diversos e abrangentes: **Norte a Sul, Leste a Oeste**, enfatizando **todos os continentes**. Ainda, importante destacar os falares do campo, das ruas, das oficinas a que se propõe o dicionário, pois contribuem para as relações de transformação de um dicionário, uma vez que esses falares são representativos das forças sociais que constituem uma sociedade.

Em relação ao quarto ponto elencado anteriormente, ou seja, de que “os **parceiros na construção do corpus** da Língua Portuguesa são o **Jornal O Estado de São Paulo** e a **Rede Globo de Televisão**”, há reflexões a tecer. As instituições o Jornal O Estado de São Paulo e a Rede Globo de Televisão representam interesses de um grupo específico: a classe dominante. Ambos são integrantes de uma mesma rede de comunicação midiática e funcionam como instituições atreladas e determinadas pelos Aparelhos Ideológicos midiáticos. Estes Aparelhos determinam que se reproduzam os interesses da classe dominante no poder. São instituições que visam formar opinião, são empresas acima de tudo que visam lucro. Segundo Fonseca (2011, p. 49-50), “a mídia, concebida como ator político/ideológico, (...) representa, por meio de seus órgãos, uma das instituições mais eficazes quanto à inculcação de ideias em relação a grupos estrategicamente reprodutores de opinião, caracterizando-se como pólos de poder”. Assim, poder-se-ia compreender que, se as instituições representam os interesses da classe dominante no poder, também cultivam saberes sobre a língua que é de interesse dessas classes, ou seja, uma língua que visa à exclusão, pela norma, à opacidade, à reprodução das formas de estratificação.

Segundo Schons (2011, p. 155), “o modo como o Estado institucionaliza a relação do falante com a língua é uma questão de poder e de funcionamento ideológico”, isto é, a relação que Estado e mídia estabelecem ditam as regras do “bom” funcionamento e do “bom e correto” uso da língua no cotidiano. Buscar instituições midiáticas como parceiras no processo de construção do corpus de uma língua a ser dicionarizada já ilustra o lugar da língua em funcionamento, bem como as relações de poder que predominam nessa parceria.

Fonseca (2011, p. 54) ainda afirma que

A mídia, desde sua ascensão é popularmente conhecida como “quarto poder” – em referência aos três outros, estatais, o que, por si só, expressa a influência que possui – que, contudo, atua de forma “extrainstitucional”. Afinal, é reconhecida pelo pensamento político, pelo Estado de Direito e pelo “senso-comum” como uma instituição cuja existência é pressuposto à democracia.

Sendo, então, o quarto poder – Executivo, Legislativo, Judiciário e Mídia – denota a importância em um Estado, pois forma opiniões, determina modos de pensar e de agir, atua pela ideologia, estabelecendo padrões sociais de comportamento, de dominância e de dominação. Por isso, pode-se compreender que o Jornal O Estado de São Paulo e a Rede Globo de Televisão sejam parceiros na produção de um instrumento tecnológico de descrição da língua.

Ainda nessa esteira, a afirmação de que o **Jornal O Estado de São Paulo** e a **Rede Globo de Televisão** são instituições que representam o **uso real** da língua, traz a referência ao **uso real** da língua, o que corresponde à língua em funcionamento, a língua como instrumento de comunicação, de dominação, de violência simbólica, a língua como palco da luta de classes. E aí mais um questionamento se faz notar: será que a mídia falada e escrita representa o **uso real** da língua? Pensando no que Pêcheux (2009) afirma, isto é, de que a língua é a mesma para todos, poder-se-ia afirmar que sim, pois são as condições de uso que atendem a interesses antagônicos, aos que dominam e não dominam o vernáculo, aos contáveis e não contáveis a que se refere Rancière (1996).

RD9: *O dicionário entra, assim, na era da **colaboração em massa**, refletindo uma tendência global de **cooperação em larga escala** através de **comunidades virtuais**.*

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2006).

O RD9 permite-nos refletir sobre os conceitos de “**colaboração em massa**”, “**cooperação em larga escala**” e “**comunidades virtuais**”. Esses conceitos são oriundos da tecnologização cada vez maior da sociedade de consumo. Instrumentos tecnológicos são lançados cada vez mais rapidamente, tornando obsoletos os já existentes. O trabalho diário é cada vez mais dependente da informatização, seja de informações, seja de equipamentos que funcionam com base em tecnologias variadas. A **colaboração em massa** e a **cooperação em larga escala** são fomentadas pela ajuda constante, pela confecção de produtos e bens de consumo coletivamente; visam a impulsionar a inovação e o crescimento de empresas, pessoas, produtos.

Um exemplo de **colaboração em massa** é a Wikipédia, a enciclopédia livre de que já tratamos no Capítulo 2. No auge do desenvolvimento tecnológico, esta enciclopédia se caracteriza pelo acesso rápido e irrestrito, em qualquer hora, em qualquer lugar, desde que se tenha acesso à internet. Esse acesso está cada vez mais facilitado em virtude de aparelhos

eletrônicos, digitais e tecnológicos que já disponibilizam redes para navegação. A colaboração em massa na Wikipédia se dá pela colaboração entre os usuários que se auxiliam na construção do objeto final.

As **comunidades virtuais** são outro foco de destaque atual. Correspondem às relações sociais no ciberespaço, ou seja, à interação via rede internet de grupos formados com base em afinidades e interesses quanto a assuntos em comum. Voltam-se à construção do conhecimento coletivo, à confecção de produtos, a discussões proveitosas e que constituem a identidade de dado grupo. Entretanto, não se pode pensar que as comunidades virtuais

sejam agregações redentoras, que venham trazer soluções para os problemas do mundo contemporâneo. Como qualquer outra comunidade, as virtuais apresentam qualidades e problemas. A tão propalada liberdade na Internet pode ser tanto positiva quanto negativa. (PRIMO, 1997, p. 14).

Adaptar um dicionário à realidade social vigente, ou seja, tentar inserir a produção em uma situação histórica em que se quer lexicografar itens lexicais oriundos das diferentes esferas sociais com auxílio da tecnologia é buscar, por um lado, inovação, correndo riscos de o objetivo inicialmente proposto não ser atingido, devido à fugacidade das informações, à efemeridade do conhecimento produzido, compartilhado e suplantado rapidamente, bem como à rapidez com que flui a internet, logo também as informações e o conhecimento.

Por outro lado, a prática lexicográfica no ambiente virtual também pode ser uma aliada na publicidade de produtos e serviços, conforme destacamos no RD10:

RD10: (...) *a Lexikon traz outra inovação ao mercado de dicionários no Brasil: o **patrocínio de verbetes ou link patrocinado**. Empresas que acreditam na importância de valorizar a nossa língua e democratizar o conhecimento, podem **associar sua imagem às entradas (palavras) do dicionário relacionadas com seus serviços e produtos**. Além de contribuir para a difusão do saber, estes **patrocinadores levarão sua marca a milhões de usuários, em todo o Brasil e no mundo**.*

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2006).

O RD10 apresenta a possibilidade de haver patrocinadores de verbetes, ou seja, é possível que uma empresa vincule seus produtos ou serviços a uma palavra-entrada do dicionário, de modo a divulgar a marca. Na medida em que um dicionário busca patrocinadores para verbetes, há algo instituído aí que visa a um público específico:

consumidores de produtos e serviços e também de conhecimento. Imbricam-se dois discursos: o discurso da socialização e democratização do conhecimento e o discurso mercantilista.

Há, ainda, neste projeto de 2006, a referência à Lei Rouanet, que, conforme já apresentado no capítulo anterior, visa ao incentivo de investimentos culturais, buscando financiar empresas e pessoas que desejam desenvolver projetos culturais. Por que estaria inserida a explicação sobre esta Lei se não tivesse relação com a produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital*? Pensando que a produção deste instrumento linguístico foi financiada pela Lei Rouanet, alguns pontos de reflexão emergem. A abertura do dicionário à colaboração dos sujeitos usuários da Língua Portuguesa é reflexo do financiamento oriundo da Lei? Qual o interesse da editora ao aliar conhecimento sobre/da língua à tecnologia? Que política editorial fundamenta a elaboração de um dicionário com abertura às empresas, sejam públicas, sejam privadas, para divulgação de produtos e serviços? A descrição e a interpretação dos RDs, bem como os questionamentos, permitem delinear a política editorial presente no projeto do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, de 2006.

No início deste capítulo retomamos nosso objetivo geral, o qual consiste em explicitar a política de constituição do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, atentando para o conceito de língua veiculado nesse instrumento linguístico, uma vez que a língua trabalha sempre na tensão entre infraestrutura e superestrutura. Assim, compreender o conceito de língua veiculado nesse dicionário implica também refletir sobre os sujeitos, as formações discursivas e as formações ideológicas, bem como sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado que determinam as práticas dos sujeitos.

Para refletir sobre essas relações, partimos dos questionamentos do início da seção acerca da obra aberta, da língua viva e da dicionarização desta língua. A obra aberta, em nosso entendimento, é passível de atualização, de complementação, sempre inacabada, podendo abarcar cada vez outros sentidos, outros verbetes, no caso do dicionário, outras acepções, outras práticas, com base na língua em funcionamento na tensão/contradição entre infraestrutura e superestrutura, as quais se determinam uma à outra. A língua viva corresponde à língua em constante tensão nas práticas dos sujeitos, pode ser considerada a língua fluida, de que trata Orlandi (2009, p. 47), ou seja, “a língua que se pratica, a língua em sua materialidade simbólica-histórica”; a língua que reflete as experiências reais dos sujeitos, que emerge e se constitui nas forças orgânicas da sociedade.

Em relação à elaboração de um dicionário da língua viva, consideramos que para tomar por base a língua viva é preciso considerar as gírias, os jargões, os neologismos, etc. Ao explicitar isso em um projeto, a proposta se torna diferenciada, ou seja, visa-se a sentidos não necessariamente cristalizados pelo uso nas forças sociais. Além de dicionarizar a língua imaginária, “abstrata, normatizada” (ORLANDI, 2009, p. 47), também há abertura para a língua fluida, inserindo em um dicionário as relações dialéticas entre infraestrutura e superestrutura. Ao menos é o que se espera de um dicionário com essa proposta.

O projeto da editora inicialmente visa à lexicografia da língua em funcionamento nas estruturas sociais, e a análise acerca do verbete “assentado”, realizada no Capítulo 1, proporciona entender a relação entre infraestrutura e superestrutura a que se almeja no processo de produção. Aquela análise nos levou à compreensão de que, na constituição dos sentidos do verbete, as ideologias das superestruturas intervêm nas práticas sociais infraestruturais, determinando os sentidos do verbete. Essa compreensão também se sustenta na análise do projeto de 2006, ao observar a tensão entre o espaço de participação do sujeito usuário da língua e a edição e filtragem lexicográficas.

Ao mesmo tempo em que se delega a constituição dos sentidos ao usuário da língua, há o controle exercido sobre eles pela equipe de lexicógrafos. Há, assim, ao menos dois conjuntos de interesses, que podem ser considerados antagônicos: a) práticas sociais que refletem a realidade da infraestrutura; e b) práticas editoriais que refletem interesses da superestrutura. Por fim, no centro das condições de produção, há os interesses das instituições editoriais que funcionam como Aparelhos Ideológicos a serviço dos interesses das classes.

As formações ideológicas, isto é, o conjunto de práticas editoriais, no presente caso, determinam, via Aparelho Ideológico do mercado editorial, as formas de dicionarização da língua. Há conjuntos de interesses antagônicos marcados pelas práticas editoriais que refletem os interesses de dado grupo, atrelados ao Aparelho Ideológico editorial, que determina o funcionamento das relações entre sujeitos e conseqüentemente também as relações entre as estruturas da sociedade. Essas práticas refletem interesses infraestruturais da realidade dos sujeitos usuários da língua e interesses superestruturais das práticas editoriais.

Assim, a política de constituição do dicionário no projeto de 2006 reside na tentativa de lexicografar a hibridez da língua através do modo como é mobilizada pelas forças orgânicas, isto é, a língua viva, em constante resignificação, reflexo das práticas sociais infraestruturais em tensão com as superestruturais. Na dicionarização dessa língua, visa-se ao

rompimento das características de elaboração dos dicionários tradicionais, elaborados exclusivamente por lexicógrafos, ou seja, sujeitos que dominam a técnica de elaboração dos dicionários mediante estudo científico e analítico para realizar tal atividade. Busca-se rearranjar os conhecimentos e os saberes em articulação com a tecnologia, que é o suporte para o dicionário digital.

3.2 O controle sobre a dicionarização: um retrocesso

Em 2014, o projeto do *Dicionário Caldas Aulete Digital* teve modificações, a partir das quais a editora Lexikon passou a exercer maior controle sobre a dicionarização, retornando de certa forma à produção dicionarística clássica, tradicional e normativa. Os dicionários normativos, segundo Welker⁵⁸ (2004, p. 183), têm por objetivo “informar o usuário a respeito do uso linguístico admissível socialmente (ou na escola)”.

Para que possamos explicitar como se dá esse retorno aos padrões “clássicos”, realizamos alguns recortes, que, da mesma forma como os da seção anterior, dão ideia do todo da obra e ilustram a política de produção do instrumento linguístico. Além disso, observam-se algumas regularidades em relação ao projeto de 2006, mas que são antagônicas em relação às mudanças efetivas presentes no dicionário.

RD1: A Lexikon editora digital trabalha continuamente para atualizar e ampliar o conteúdo da obra. *Atualizar e ampliar o Caldas Aulete significa dar vida nova a **uma obra reconhecida por especialistas como um dicionário fundamental**: a) no aspecto lexicográfico, incorporando as mais recentes acepções e os mais modernos conceitos e terminologias, à medida que a língua viva os cria em todos os setores e nichos de uso; b) no aspecto da evolução da tecnologia da informação, incrementando a funcionalidade e a praticidade que uma obra de consulta deve ter e estendendo-a a todas as plataformas e sistemas hoje disponíveis.*

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2014).

O RD1 estabelece relação com o projeto de 2006, pois ainda se visa à elaboração do dicionário articulando o conhecimento lexicográfico com o conhecimento tecnológico, em busca de **funcionalidade e praticidade** para a obra de consulta. O foco é atualizar e ampliar o conteúdo de modo a abranger cada vez mais sentidos. A regularidade que aí se observa advém dos saberes heterogêneos que circulam na formação discursiva (FD) dos sujeitos editores, pois reúne a lexicografia e o conhecimento sobre ela, bem como os conhecimentos da área da informática e as ferramentas e os dispositivos tecnológicos necessários para alcançar o resultado almejado. A língua viva, tanto da infraestrutura quanto da superestrutura, continua sendo objeto de lexicalização, investigação e controle da editora a partir do que se observa nesse recorte.

⁵⁸ Em sua obra *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*, Herbert Andreas Welker desenvolve uma cronologia, percorrendo a tipologia de dicionários, bem como apresenta a macro e microestrutura de constituição desse tipo de obra, em busca da relação entre dicionários e norma. Além disso, desenvolve um estudo sobre o uso de dicionários.

Importante ressaltar o que se entende por língua viva, já que essa referência aparece também no projeto de 2006. Zandwais (2012) ao trabalhar o conceito de heteroglossia, ou seja, as línguas faladas no cotidiano em diferentes comunidades e grupos, portanto a “divisão de uma mesma língua em muitas” (p. 179), leva-nos à compreensão do que configura a língua viva. A autora propõe que a língua em funcionamento reflete

não somente os diferentes modos de relação dos sujeitos com ela, caracterizando sua própria hibridez, mas também as condições em que os sentidos se deslocam de comunidade para comunidade, passando a falar dos sujeitos, em sua diversidade, em suas formas de estratificação. (ZANDWAIS, 2012, p. 187).

A língua viva corresponde, assim, à língua em funcionamento nas diferentes esferas da sociedade, em seus diversos estratos; é a língua das ruas, a língua do povo, a língua das massas e também a língua da academia, a língua das leis, a língua do Estado-nação. Tratar de língua viva em um dicionário significa a busca por uma lexicografia da língua que circula no cotidiano em diferentes conjunturas sócio-históricas.

Embora a proposta de dicionarização da língua viva se faça presente no início do projeto de 2014, aos poucos se observam alterações que se encaminham para o que designamos como retrocesso.

RD2: Em 2004 começamos a mostrar os primeiros resultados desse trabalho, com o lançamento da *versão mini do Dicionário Caldas Aulete*, que logo foi considerado um dos melhores, se não o melhor, dos minidicionários da Língua Portuguesa, conforme o testemunho por escrito de seus usuários, dos especialistas em Língua Portuguesa e do Ministério da Educação, que adquiriu centenas de milhares de exemplares para distribuir em salas de aula de ensino fundamental nas escolas públicas.

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2014).

No RD2 constam dois pontos fundamentais para a análise e compreensão da política editorial do dicionário em 2014: a) versão mini do dicionário, lançada em 2004, mostrando os primeiros resultados do trabalho de atualização do *Dicionário Caldas Aulete digital* com base na língua viva, que pode ser compreendida como um teste para a dicionarização que seria proposta em 2006; e b) a distribuição, pelo Ministério da Educação, da versão mini do dicionário para o Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras, o que pode ser relacionado ao que Pêcheux (2010, p. 53) designa como “divisão social do trabalho da leitura”.

Segundo Pêcheux (2010),

Desde a Idade Média a divisão começou no meio dos clérigos, entre alguns deles, autorizados a ler, falar e escrever em seus nomes (logo, portadores de uma leitura e de uma obra própria) e o conjunto de todos os outros, cujos gestos incansavelmente repetidos (de cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação etc.) constituem também uma leitura, mas uma leitura impondo ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega. (p. 51).

Aos “clérigos” é dado o direito à interpretação, ao “conjunto de todos os outros” não. Essa divisão também acentua a separação entre o literário e o científico (PÊCHEUX, 2010), recobrando

uma divisão social do trabalho da leitura, inscrevendo-se numa relação de dominação política: a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (...); a outros, a tarefa subalterna de preparar, de sustentar, pelo gestos anônimos de tratamento ‘literal’ dos documentos, as ditas ‘interpretações’. (PÊCHEUX, 2010, p. 52).

O Ministério da Educação, ao distribuir às escolas públicas brasileiras, especificamente ao Ensino Fundamental, a versão mini do dicionário, delimita os gestos de interpretação desses sujeitos, ou seja, é como se bastasse aos alunos de Ensino Fundamental o conhecimento acerca das palavras, suas acepções e seus sentidos presentes nesse minidicionário, um número relativamente reduzido de itens lexicais se comparado com o dicionário que deu origem à versão mini. A esses sujeitos estudantes de escolas públicas é dado o mínimo para interpretar, pois a interpretação consiste em um ato político, ensina a refletir, a criticar, a questionar os saberes e, conseqüentemente, a desencadear práticas na infraestrutura sobre as quais o Estado pode não ter controle e, assim, levar à desestruturação e à determinação da superestrutura.

Welker (2004) afirma que a adoção de um dicionário como oficial pode ocorrer, no caso das academias, cujo “conteúdo constitui a norma lingüística a ser aceita por todos os membros letrados da comunidade” (p. 184), como é o caso, no Brasil, do VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa), organizado pela ABL (Academia Brasileira de Letras). Entretanto, nem sempre é o dicionário da Academia o selecionado como oficial. Segundo o autor, “pode acontecer que haja, por parte do Estado, apenas recomendação – não imposição – de que os fatos constantes de um dicionário da Academia de Letras do respectivo país constituam a norma” (Ibid., p. 185). Pode acontecer, segundo Welker (2004), de o Estado “também decidir adotar, pelo menos nas escolas, um dicionário elaborado por um indivíduo

por iniciativa própria” (Ibid., p. 185), como é o caso do minidicionário Caldas Aulete, adquirido e distribuído pelo Ministério da Educação às escolas públicas.

O projeto da editora, visando à expansão do domínio do dicionário, desenvolve meios para que seja possível o acesso em diferentes dispositivos tecnológicos, como ilustra o RD3:

RD3:

(...) o *Caldas Aulete* chegou à **internet** em agosto de **2007**

(...) outubro de **2008** foi lançada a **primeira versão web do Aulete**, o *idicionário Aulete*, (...) com acesso livre na internet, sem download, sem executável

(...) **2010** o *Aulete* chegou aos **smartphones**

(...) **2014** [chegou] a **aplicativos** para dispositivos móveis

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2014).

Conforme novas ferramentas tecnológicas são lançadas no mercado de consumo, o dicionário é adaptado, ou seja, em 2007, o dicionário foi disponibilizado na internet, mas com *download* para que pudesse ser usado. Em 2008, a versão é atualizada para a web, não sendo necessário o *download* para que seja executado. A partir de 2010, com o advento dos *smartphones*, é possível acessá-lo em qualquer lugar e a qualquer hora. E, em 2014, o acesso foi permitido também em dispositivos móveis, como *tablets*, *iPod*, *iPad* e diversos outros que disponibilizam acesso à internet e instalação de aplicativos. Oportunizar acesso ao dicionário aos usuários da Língua Portuguesa não é empecilho, já que em todas as formas de interação via internet o dicionário pode ser consultado. Isso evidencia a FD dos sujeitos editores, cujos saberes visam à articulação entre práticas linguísticas e práticas tecnológicas.

Até esta parte do projeto poucas mudanças há em comparação à edição de 2006; o que se observa é um trabalho com foco em atualização do dicionário para que esteja disponível para acesso em diferentes instrumentos tecnológicos. No RD4, entretanto, observaremos que as mudanças se instauram e o controle da superestrutura se faz notar:

RD4: *Esta versão (...) é na verdade um grande portal da língua portuguesa, que (...) disponibiliza três grandes conteúdos: o **dicionário Caldas Aulete** da Língua Portuguesa, o **Dicionário analógico** (Thesaurus) de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, e uma **Gramática básica** da língua portuguesa de Celso Cunha, organizada por Cilene da Cunha Pereira.*

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2014).

Neste RD4, importante observarmos a sinonimização do **Dicionário analógico** como **Thesaurus**. Em conformidade com Welker (2004), o Thesaurus corresponde ao dicionário onomasiológico, ideológico; se “o dicionário alfabético é um dicionário semasiológico (do

grego *semasía* – ‘significado’); ele vai da forma, do *lexema*, ao significado, no onomasiológico (do grego *onomasía* – ‘termo’), o movimento é oposto: parte-se de conceitos para encontrar signos” (p. 47). O Dicionário analógico, de acordo com o autor, é a versão em ordem alfabética do *Thesaurus* e por isso “a entrada deve ser uma palavra de grande potência onomasiológica, ou seja, uma palavra da qual se pode supor que ela será escolhida como entrada para uma consulta” (WELKER, 2004, p. 50).

Em outro momento desta Tese já questionamos acerca da inserção de um **Dicionário analógico**, bem como de uma **Gramática básica**, em um mesmo sítio virtual que aloca o *Dicionário Caldas Aulete*. Quais sentidos ecoam dessa relação, já que o projeto da editora Lexikon visa à participação do sujeito usuário da língua? Não se poderia inserir, por exemplo, um Wikcionário ou uma Wikipédia, já que o funcionamento destes é semelhante? Quais as consequências dessa inserção de instrumentos normativos em um espaço de saber (com)partilhado?

Objetos normativos e de instrumentalização da língua visam à cristalização dos sentidos, ao engessamento da língua e a interesses de padrões superestruturais. Isso significa que, ao inserir um Dicionário analógico, que delimita a rede de sentidos de uma palavra, e uma Gramática básica da Língua Portuguesa, que dita normas linguísticas, padronizando a escrita, em um mesmo site na internet, ganha visibilidade a tentativa de se retomar padrões dicionarísticos tradicionais, isto é, elaborados por lexicógrafos, exclusivos do domínio da superestrutura e restritos ao que ditam as formações ideológicas do Aparelho Ideológico do mercado editorial pautado na ideologia dominante, da classe dominante, bem como as formas de dominação pela língua que imperam no Aparelho Ideológico escolar, por exemplo.

Corroboram com essas afirmações o RD5:

RD5: *A esses três conteúdos juntar-se-ão brevemente **novos acervos** (dicionários etimológicos, dicionários especializados sobre vários assuntos, dicionários de locuções, etc.), formando um verdadeiro **estuário da língua**.*

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2014).

Este RD5 traz informações de que o acervo não está completo, de que há mais dicionários a serem inseridos, como os que trazem a etimologia, outros especializados, outros ainda específicos, como o de locuções, enfim, a tentativa de abarcar diversos conhecimentos sobre a língua e, conseqüentemente, reter o controle sobre essa língua está cada vez mais

presente. E o funcionamento da política, dadas essas condições históricas de produção, se sustenta?

Na medida em que um dicionário se fecha para as relações entre as forças sociais e os segmentos dominantes da sociedade, a língua deixa de ser o lugar dos conflitos, das disputas entre classes, como palco das lutas de classes dentro dos Aparelhos Ideológicos de Estado, porque se visa à homogeneização, à língua como objeto abstrato, sem lacunas, sem falhas, como norma e passível de cristalização de sentidos, o que apaga ou ao menos silencia o jogo político na/da língua. Dessa forma, o que se vê no projeto de 2014 é o retorno aos dicionários clássicos, ou seja, legitimados pelo poder de Estado, centrados nos interesses da superestrutura, autorizados por lexicógrafos responsáveis pela produção mediante saberes também legitimados via reconhecimento da academia, e, portanto, um retrocesso na produção dicionarística em comparação ao projeto de 2006.

Nessa esteira de controle da língua, o RD6 traz especificidades acerca do funcionamento de cada um dos **três grandes conteúdos**: o Dicionário Aulete, o Dicionário analógico e a Gramática básica.

RD6: Na tela do Aulete digital, o usuário poderá consultar, a partir do verbete atualizado, o verbete original e vice-versa. Poderá consultar o Dicionário analógico a partir de uma palavra do Aulete ou entrar diretamente no Analógico. Poderá entrar na Gramática básica e consultar qualquer capítulo ou subcapítulo.

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2014).

Essa funcionalidade descrita no RD6 está ilustrada na Figura 8 a seguir, em que a primeira seta indica os três conteúdos justapostos em uma mesma barra de navegação, e a segunda seta indica a rede de sentidos formada a partir da palavra pesquisada e está disponível no Dicionário analógico:

Figura 8: Dicionário Caldas Aulete, Gramática básica, Dicionário analógico

Sua língua na Internet | Dicionário Caldas Aulete | Gramática básica | Dicionário analógico

Página principal | O que é | Palavra do dia | Downloads | Convide um amigo

Aulete
DIGITAL

Verbetes Atualizado | Verbetes Original

língua

(/ín.gua) A A A A

sf.

1. Anat. Órgão muscular móvel, situado na boca, que serve para sentir os sabores, deglutir e articular sons.
2. Qualquer coisa cuja forma lembra a desse órgão: "... Apareceram-lhes, então, **línguas** como de fogo..." (, *Atos dos apóstolos in A Bíblia de Jerusalém*)
3. Ling. Sistema de comunicação e expressão verbal de um povo, nação, país etc., que

Explore seu vocabulário com o Aulete

Partes do corpo humano

Linguagem

língua

Gosto

Conheça o Novíssimo Aulete disponível nas melhores livrarias

Coloque o Aulete no seu blog ou site

© Lexikon Editora Digital | Contato | Termos de uso | Créditos

Fonte: Dicionário Caldas Aulete Digital.

Os três instrumentos de normatização estão relacionados, de modo a facilitar a consulta ao usuário e, além disso, para que se tenha o controle sobre esse sujeito, determinando os sentidos, na medida em que sua consulta é de certa forma conduzida pelo próprio sistema ao disponibilizar a rede de sentidos que se forma, conforme pode ser observado no RD7:

RD7: *Os três conteúdos, interativamente, cobrem o que é mais essencial no conhecimento e no uso da Língua Portuguesa: no Aulete, os significados das palavras (**para saber o que quer dizer uma palavra que se conhece**); no Analógico, simetricamente, as opções de palavras para um significado que se conhece, **permitindo achar a palavra exata para o que se quer dizer**; na Gramática, a compreensão de **como se usam e estruturam as palavras para expressar correta e coerentemente as ideias que se quer transmitir**.*

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2014).

Outros dois recortes que explicitam a constituição do *Dicionário Caldas Aulete Digital* são importantes estabelecer:

RD8: *A **colaboração aberta ao público** permitirá, após as devidas e necessárias filtragem e edição lexicográfica, que o acervo de palavras contemplado se aproxime cada vez mais do universo da língua tal como verdadeiramente usada em todos os níveis, lugares e épocas, a partir de seu uso, e de seus usuários.*

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2014).

RD9: *Poderá cadastrar-se para ser um colaborador, enviar sugestões e correções, participar de um **fórum de discussão de palavras e significados** etc... E poderá **constar na lista pública de colaboradores** do que já é o maior dicionário vivo da Língua Portuguesa.*

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2014).

Ambos os recortes consistem de informações retomadas do projeto de 2006. Neste de 2014, no entanto, a proposta não condiz com o que é possibilitado ao usuário, ou seja, embora haja a informação de que há “**colaboração aberta ao público**”, com participação, inclusive, de um “**fórum de discussão de palavras e significados**”, isso não se observa na prática ao acessar o dicionário. Não há mais espaço de participação destinado ao público, ao usuário da língua, ao sujeito das forças sociais que faz as mudanças na língua e, conseqüentemente, desarranja e rearranja os saberes sobre esta língua. Isso também leva à compreensão de que a elaboração do dicionário está cada vez mais centrada e restrita a um grupo específico, cujos interesses e valores estão pautados na superestrutura, sem articulação com a infraestrutura. Além disso, outra proposta é a “**lista pública de colaboradores**” que não está disponível para visualização, provavelmente porque não há colaboradores além da própria equipe da editora.

E, por fim, o RD10 explicita o que estamos tentando apontar: a legitimação de uma língua imaginária em detrimento de uma língua fluida, a língua pautada sob interesses superestruturais em detrimento dos valores infraestruturais:

RD10: *Para completar o **tripé fundamental do conhecimento e bom uso da Língua Portuguesa**, a Gramática básica ensina a compreender como as palavras exercem funções na linguagem, como se estruturam em frases para **informar, comunicar e expressar ideias**, como variam e se flexionam, **como melhor e mais claramente devem ser usadas em vários contextos e expressividades.***

Fonte: Projeto da Editora Lexikon (2014).

Ao referir-se ao *Dicionário Caldas Aulete Digital*, ao Dicionário Analógico e à Gramática básica como “**tripé fundamental do conhecimento e bom uso da Língua Portuguesa**”, ecoam discursos de normatização, de cristalização da língua e de normas que estão já inscritos no interdiscurso e vêm ser atualizados pela memória nas formações

discursivas em que são mobilizados, pois o que é o **bom uso** da língua a não ser o que prescreve a gramática tradicional, o que consta nos dicionários elaborados por sujeitos lexicógrafos? O que significa **melhor e mais claramente** usar palavras e frases?

Esses discursos já estão constituídos em um outro espaço de significação, quais sejam, o espaço das gramáticas, a arte da retórica – o bem falar e o bem escrever, a legitimação da língua escrita. Esses espaços correspondem a formações discursivas cujos saberes são reflexos das ideologias da superestrutura. Os sentidos que são rememorados, atualizados e que passam a determinar a produção do *Dicionário Caldas Aulete Digital* no projeto de 2014 levam à exclusão das ideologias das forças sociais; as forças orgânicas que mobilizam a língua em distintas condições sociais e históricas provocam as mudanças, são responsáveis por transformações na língua. Então, como não pensar na relação dialética entre infraestrutura e superestrutura na dicionarização da língua.

O controle exercido pelo Aparelho Ideológico do mercado editorial assegura a reprodução das relações de produção do dicionário tradicional, determinando a formação discursiva dos lexicógrafos e editores, a qual reúne sujeitos e saberes pautados em práticas editoriais, linguísticas e tecnológicas superestruturais. O controle (atuação da ideologia) que é exercido sobre o processo de dicionarização no projeto de 2014 desencadeia um retorno aos clássicos, aos tradicionais e normativos processos de constituição de instrumentos linguísticos, à lexicografia que molda e lapida a língua e também os sujeitos.

O TECER DA PESQUISA E A NECESSIDADE DE FINALIZAR

“Uma língua é um lugar donde se vê o Mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir.”
(Vergílio Ferreira, discurso de recebimento do Prêmio Europália da Comunidade Europeia - 1991).

A pesquisa é um caminho ininterrupto, um percurso que consiste sempre na continuidade, no jamais acabado e finalizado. Embora o objeto analisado ainda tenha muito a dizer ou não dizer, se os objetivos inicialmente estabelecidos foram alcançados, é chegada a hora de finalizar um trajeto. Tecer a pesquisa é entrelaçar ideias, sistematizar metodologias, estabelecer reflexões, alcançar objetivos e organizar resultados.

Uma Tese sob o viés materialista histórico e dialético articulado com a Análise de Discurso é, acima de tudo, resultado de uma pesquisa sobre a língua em funcionamento na realidade social entre sujeitos. Por isso, podemos tomar o discurso de Vergílio Ferreira (1991), ou seja, de que “uma língua é um lugar donde se vê o Mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir”, uma língua comporta o mundo (a realidade sócio-histórica), sujeitos e suas ações. Essa articulação entre mundo, sujeitos e suas ações, permeada pela língua, foi o objetivo de nossa Tese ao buscar explicitar a política de constituição do *Dicionário Caldas Aulete Digital*.

Para compreender tal articulação, o conceito de língua foi trabalhado no **CAPÍTULO 1 - A concepção de língua em diferentes vertentes teóricas** – sob distintas perspectivas teóricas a fim de apresentar as limitações e/ou contribuições de cada teoria. Na seção **1.1 O conceito de língua nos estudos filológicos**, explicitamos que o filólogo historicista-comparatista Michel Bréal apresenta uma concepção histórica de intervenção do homem na linguagem, apontando este como o elemento subjetivo. Trata de linguagem e não de língua, pois o corte seria instituído somente no século XX por Ferdinand de Saussure. Bréal lança as bases para uma Semântica fundada sobre a história, deslocando a linguagem do mecanicismo naturalista para o historicismo-comparatista. Contudo, em relação ao nosso objeto de análise, sua teoria é limitada na medida em que não atende aos objetivos de nossa pesquisa, pois o *Dicionário Caldas Aulete Digital* busca lexicalizar a língua viva, e os estudos filológicos centram-se na língua já estabilizada e cristalizada. A importância da teoria de Michel Bréal em nosso trabalho reside no fato de que ele trata das leis que incidem sobre as transformações da língua e, por isso, tornou-se fundamental, portanto, para compreender como as demais teorias semânticas posteriores foram influenciadas por ele.

Na seção *1.2 O conceito de língua nos estudos linguísticos estruturalistas*, analisamos como Ferdinand de Saussure compreende o conceito de língua a partir das dicotomias que propõe. Pensar a língua como objeto abstrato, fechado, como sistema, é excluir o real da língua e o sujeito que a constitui e também a transforma, é excluir a história que é responsável pela evolução da língua. Logo, tendo em vista o *Dicionário Caldas Aulete Digital*, o conceito de língua, conforme entendido por Saussure, nada nos diz da língua em funcionamento e em uso na realidade dos sujeitos falantes.

Na seção *1.3 O conceito de língua nos estudos materialistas do leste europeu*, buscamos nas bases teóricas de Mikhail Bakhtin e Valentin Volochínov respaldo para desenvolver as reflexões acerca de língua e de signo. Sendo pensadores que trabalham a articulação entre o materialismo histórico e o materialismo dialético, os autores tomam a língua, e não a dicotomizam como o faz Saussure, como inserida nas práticas sociais, estabelecendo a realidade concreta e histórica como determinante de todas as relações entre os sujeitos. A língua é o reflexo da articulação que se estabelece na relação sempre tensa e conflituosa entre infraestrutura, as forças orgânicas da sociedade, e as superestruturas, instâncias político-jurídicas e ideológicas. Observamos, por meio da análise do verbete “assentado”, que o signo se modifica na língua de acordo com a ideologia que reflete e refrata a realidade das estruturas sociais. No caso do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, o verbe “assentado” passa a ser significado a partir das ideologias da superestrutura que intervêm nas práticas sociais das ideologias da infraestrutura determinando sentidos possíveis a serem lexicalizados. Ainda nesta seção, refletimos sobre *1.3.1 As relações entre o signo ideológico e uma compreensão política da língua e do signo*, de modo que pudemos observar que um signo, objeto de consumo, um produto, reveste-se de dada realidade e passa a refletir e a refratar esta ou outra realidade, convertendo-se em signo ideológico, por meio da ideologia. A partir disso, um signo ideológico representa realidades sociais e carrega valores históricos, inscrevendo-se no simbólico e na história, representando a ordem do real. A relação entre o signo ideológico e a compreensão política da língua e do signo reside no fato de que o signo é o lugar das mudanças, das contradições, das transformações e da representação da realidade, e a língua é o lugar onde isso se materializa, o lugar em que se refletem as lutas de classes, onde, portanto, a língua está em funcionamento nas relações sociais.

No **CAPÍTULO 2 – O conceito de política**, a ênfase foi dada à política em distintas teorias nas quais nos embasamos e ao modo de seu funcionamento no dicionário. Na seção **2.1**

Sobre as relações entre liberdade, dano e política, estabelecer relações entre liberdade, dano e política sob a perspectiva de Hannah Arendt e Jacques Rancière foi fundamental para entender a política de constituição do *Dicionário Caldas Aulete Digital*. Na medida em que fomos tecendo nossas reflexões sobre o conceito, observamos que o modo como Hannah Arendt estabelecia a articulação com a liberdade não se sustenta nas sociedades atuais, especificamente nas capitalistas, pois nestas todas as relações são pautadas sobre a desigualdade entre as classes e não sobre a liberdade, com base na qual, a exemplo da sociedade grega, iguais falavam entre si. No dicionário analisado, então, compreendemos que agir (interagir e participar da elaboração dos verbetes e das acepções lexicalizadas), ter liberdade de expressão (contribuir segundo seus interesses e conhecimentos) e também de interpretação (ter acesso ao dicionário) não corresponde à relação entre iguais, mas a conflitos de interesses econômicos, comerciais e a valores sociais que geralmente buscam mascarar as relações desiguais entre sujeitos.

Jacques Rancière desenvolveu o conceito de política relacionado ao dano e à polícia, em que a polícia consiste na ordem social instituída em que cada sujeito tem seu lugar social determinado, sua função, sua ocupação, definida de acordo com as suas ações. O dano resulta das ações dos sujeitos, das práticas e das experiências que irrompem na ordem social policial, desconfigurando e reconfigurando os lugares instituídos. E nesse processo de subjetivação a política irrompe, ou seja, as diferenças e as desigualdades se fazem visíveis.

A seção **2.2 As relações entre infraestrutura, superestrutura e Aparelhos Ideológicos de Estado** é uma retomada dos pressupostos de Karl Marx e Louis Althusser acerca da discussão sobre infraestrutura e superestrutura na qual buscamos articular esses conceitos com os Aparelhos Ideológicos de Estado e a ideologia que Louis Althusser propõe e dos quais Michel Pêcheux se apropria para desenvolver sua teoria não subjetivista da subjetividade. Louis Althusser introduz a teoria da ideologia, situando-a nos Aparelhos Ideológicos de Estado e nas práticas sociais dos sujeitos das classes.

Michel Pêcheux retoma os estudos althusserianos e introduz novos conceitos, como formações ideológicas e formações discursivas, desenvolvendo a partir disso o modo como o político passa a funcionar na língua. Na seção **2.3 A língua observada por um viés discursivo sob a ótica de Michel Pêcheux**, estudamos as relações entre **2.3.1 Língua e discurso** e **2.3.2 Formações ideológicas e formação discursiva** a partir das quais se compreende que a língua, enquanto lugar material de constituição dos sentidos, proporciona o suporte para que os

processos discursivos distintos se realizem. Nessa articulação entre língua e discurso está implicado o sujeito, pois produz os discursos determinado ideologicamente pelas formações ideológicas que representam as posições de classes nos Aparelhos Ideológicos de Estado e pelos saberes que circulam na formação discursiva em que se inscreve e os quais autorizam o sujeito a produzir discursos que emanam sentidos determinados.

No caso do *Dicionário Caldas Aulete Digital*, observamos saberes heterogêneos no processo de dicionarização da língua, porque em um dos projetos propõe-se que haja participação do sujeito faltante/usuário da Língua Portuguesa, visando à abertura do dicionário para a lexicalização da língua viva e em funcionamento nas estruturas sociais, seja nas classes dominantes seja nas forças orgânicas; e, no outro projeto, o controle sobre o processo de dicionarização é retomado pelos lexicógrafos, veiculando saberes específicos referentes à lexicografia na elaboração dos verbetes e das acepções, restringindo-se a produção à superestrutura, embora os sentidos a serem dicionarizados ressoem tanto da superestrutura quanto da infraestrutura.

Para compreender como os discursos se produzem, como refletem e refratam saberes e sentidos, outro conceito de Michel Pêcheux se fez importante: as condições de produção. Na seção **2.4 As condições de produção do discurso**, discutimos teoricamente o que o autor entende acerca do conceito, bem como tomamos autores que se embasam em sua teoria para explicitar o funcionamento das condições de produção dos discursos que analisam, a fim de nossas análises se respaldarem no contexto sócio-histórico e ideológico em que são produzidos os discursos, bem como onde são veiculados. Como os verbetes que analisamos de modo comparativo foram recortados de distintos dicionários, apresentamos as condições de produção desses instrumentos linguísticos. Assim, **2.4.1 As condições de produção do Dicionário Houaiss** nos levaram à compreensão de que a elaboração deste dicionário reflete saberes que circulam em um período histórico específico: a transição do regime militar à democracia e também o período de tentativa de institucionalização do Acordo Ortográfico que visava à unificação da Língua Portuguesa em 1990. O jogo de conflitos e interesses infraestruturais e superestruturais se faz presente, com ênfase na demarcação da unidade linguística que a superestrutura almeja. Além das condições de produção desse dicionário, também buscamos **2.4.2 As condições de produção do Dicionário Aurélio**, que nos remetem a um período de intensas tentativas de unificação da Língua Portuguesa, com estratégias de inúmeros acordos entre Portugal e Brasil. E, por fim, **2.4.3 As condições de produção do**

Dicionário Caldas Aulete Digital apontaram um viés tecnológico em grande desenvolvimento, ou seja, o dicionário vai sendo produzido e disponibilizado aos sujeitos segundo a evolução da tecnologia, isto é, conforme novos dispositivos e novas ferramentas tecnológicas vão sendo disponibilizadas no mercado de consumo, novas são as formas e os meios de acesso, do computador ao *tablet*, do *netbook* ao *smartphone*. As condições de produção permeiam e determinam a produção de todo o dicionário, assim como a lexicalização dos verbetes e das acepções, e são condicionantes do modo de produção.

Depois de articuladas as relações entre os diferentes conceitos – política, liberdade, dano, infraestrutura, superestrutura, Aparelhos Ideológicos de Estado, formações ideológicas, formações discursivas e condições de produção, realizamos alguns recortes para compreender **2.5 O jogo do político nos verbetes**. Nesta seção analisamos verbetes apontando como os itens lexicais se ressemantizam, como são ressignificados segundo determinação das formações ideológicas, bem como de acordo com o olhar da infraestrutura e/ou da superestrutura. A política passa a funcionar justamente nessas relações entre as estruturas sociais que determinam palavras possíveis de serem lexicografadas e sentidos possíveis de serem apreendidos. A compreensão acerca das análises dos verbetes nos proporciona afirmar que a política funciona na diferença, na desigualdade, nos conflitos, na desacomodação e no desarranjar-rearranjar sentidos.

Michel Pêcheux desenvolve sua teoria não subjetivista da subjetividade pautado no político, ou seja, o autor traz à tona conceitos que se articulam e ilustram como o político funciona na língua. Quando se define a concepção de sujeito ou outro conceito a partir de Pêcheux, há que se considerar que eles sempre estão articulados, pois não há como tratar de sujeito, por exemplo, sem abordar as concepções de língua, discurso, história e ideologia, já que o sujeito se constitui enquanto tal em seu discurso, inscrito na história e afetado ideologicamente. A língua é o lugar onde se materializa o discurso desse sujeito. Tratar do político com base pecheuxtiana é apreender, pelos gestos de interpretação, os possíveis sentidos dos discursos.

Nos Capítulos 1 e 2 buscamos traçar reflexões que levassem em conta o cotejamento entre teoria e análises para que estas pudessem ilustrar o que a teoria estipulava. O **CAPÍTULO 3 – Práticas analíticas: projeto Caldas Aulete Digital** apresenta as análises que realizamos dos dois projetos da editora Lexikon, o de 2006 e o de 2014. As análises que realizamos foram divididas em duas seções: na seção **3.1 A obra aberta: a dicionarização da**

língua viva, os recortes são do projeto de 2006, cujo objetivo da editora é dicionarizar a língua viva, isto é, a língua em constante relação de tensão entre sujeitos, entre classes, entre estruturas sociais. A dicionarização da língua viva é proposta viável na medida em que se olha sobre a infraestrutura, em que se lexicalizam saberes que circulam nas forças sociais e quando se propõe a participação dos sujeitos leigos quanto ao conhecimento lexicográfico, mas conhecedores do uso e do funcionamento da língua nas relações em sociedade. Assim, as análises do projeto de 2006 nos levam à conclusão de que a política de constituição do *Dicionário Caldas Aulete Digital* reside no olhar sobre a infraestrutura, configurando-se como uma obra sempre aberta a novos itens lexicais e a novos sentidos, conforme transformação da língua. Na seção **3.2 O controle sobre a dicionarização: um retrocesso**, os recortes referem-se ao projeto de 2014, em que se observa uma mudança na política editorial, já que o espaço de cadastramento antes destinado ao usuário da língua não está mais disponível. Além disso, a inclusão de uma gramática básica e de um dicionário analógico permite afirmar que, ao inserir instrumentos de normatização da Língua Portuguesa, a editora visa controlar a produção dicionarística e faz isto enquanto Aparelho Ideológico que assegura a reprodução do modo de produção de dicionários tradicionais e canônicos, sob responsabilidade de sujeitos lexicógrafos instruídos para tal produção.

A política de constituição do *Dicionário Caldas Aulete Digital* é determinada pelo Aparelho Ideológico do mercado editorial que impõe que se mantenha o controle sobre a dicionarização, lexicografando uma língua que é mobilizada tanto na infraestrutura quanto na superestrutura. Contudo, essa língua que passa a ser dicionarizada adquire seus sentidos segundo a inscrição dos sujeitos na história de constituição dos dicionários, bem como em conformidade com os saberes das formações discursivas em que se inscrevem os sujeitos lexicógrafos. Logo, tendo em vista que há um retorno aos padrões clássicos de constituição dicionarística, os saberes e os interesses que se visam são os da superestrutura, os da classe dominante que detém os conhecimentos acerca da produção de dicionários, da circulação de instrumentos linguísticos e da política editorial, marcada por um mercado de editoras que visa em geral à vendagem de exemplares e, no caso do dicionário analisado, à expansão da língua em diferentes instrumentos de tecnologização.

A necessidade de finalizar este percurso se impõe, mas fios permanecem para que a trama possa ter sequência, com outros propósitos, outros olhares, outros objetivos teóricos, metodológicos ou analíticos. O objeto de análise *Dicionário Caldas Aulete Digital*, assim

como todos os objetos discursivos, sempre tem mais a dizer, pois cada gesto de interpretação do sujeito analista é único, é ímpar, é determinado por seu pensar, por seu agir e por seu lugar no mundo, refletindo saberes que o constituem e que o determinam.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Trad. Guilherme João de F. Teixeira. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ARENDRT, Hannah. **O que é Política?** Trad. Reinaldo Guarany. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Nestor Silveira. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud *et al.* 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BRASIL. Decreto nº 20.108, de 22 de julho de 1931. Dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1931. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D20108.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.
- _____. Lei nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971. Aprova alterações na ortografia da língua portuguesa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5765.htm>. Acesso em: 02 out. 2017.
- _____. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa - 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acordoortografico.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- _____. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.
- _____. Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6583.htm>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**. Trad. Aída Ferras *et al.* São Paulo: Pontes, 1992.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- DALL'ASTA, Rosana Janete. **A Transposição Didática no Software Educacional**. Passo Fundo: UPF, 2004.

DIAS, Luiz Francisco. Os sentidos da liberdade no mundo wiki. In: SCHONS, Carme Regina; CAZARIN, Ercília Ana. (Orgs.). **Língua, Escola e Mídia: en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias**. Passo Fundo: UPF, 2011.

FERREIRA, Vergílio. **Prêmio Europália da Comunidade Europeia**. 1991.

FERREIRA, Ana Raquel Pinto Guedes. **A História do Movimento Ambientalista: a sua trajetória no Piauí**. 2008. 131f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6. Brasília, jul./dez. 2011, p. 41-69. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200003>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz F. B. Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Brasília, 2006.

GÊNESIS. **Bíblia Sagrada**. Trad. João Ferreira de Almeida. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/biblia.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2018.

HENRY, Paul. **A Ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Trad. Maria Fausta P. de Castro. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2013.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

_____. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INDURSKY, Freda. De Ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. (Org.). **Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999.

KINZO, Maria D'Alva G. A Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, Out./Dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10367.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

LEXIKON. **Projeto do Dicionário Aulete Digital**. 2006. Disponível em: <<http://www.auletedigital.com.br/download.html>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

LEXIKON. **Projeto do Dicionário Aulete Digital**. 2014. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=o_que_e>. Acesso em: 20 out. 2017.

MARX, Karl. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1985.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **O Incentivo Fiscal e a Lei Rouanet**. 2016. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/o-incentivo-fiscal-e-a-lei-rouanet/10883>. Acesso em: 17 out. 2017.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil: análise e história**. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp, 2006.

_____. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

ORLANDI, Eni. P. Segmentar ou recortar? In: **Série Estudos**, n.10, Faculdades Integradas de Uberaba (Linguística: questões e controvérsias), 1984.

_____. Discurso e Argumentação: um observatório do político. **Fórum Lingüístico**, Florianópolis, n. 1, p. 73-81, jul.-dez. 1998.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 6 ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. 6 ed. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. **Língua Brasileira e Outras Histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Capinas: Editora RG, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Hacia el Análisis Automático del Discurso**. Madrid: Gredos, 1975.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 4 ed. Campinas: Unicamp, 2009.

_____. Ler o arquivo hoje. Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni P. (Orgs.). **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 3 ed. Campinas: Unicamp, 2010.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5 ed. Campinas: Unicamp, 2014.

_____; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5 ed. Campinas: Unicamp, 2014.

PRIMO, Alex Fernando Teixeira. A emergência das comunidades virtuais. In: **Intercom** 1997 - XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1997, Santos. Anais... Santos, SP, 1997. Disponível em: <http://www.pesquisando.atraves-da.net/comunidades_virtuais.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento**: política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

REVISTA IDIOMA. **Homenagem da Revista Idioma a Antenor Nascentes**. Disponível em: <http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/19/idioma19_a01.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHONS, Carme Regina. O discurso do linguista na mídia impressa e eletrônica sobre o Acordo Ortográfico: memórias e subjetividades. In: SCHONS, Carme Regina; CAZARIN, Ercília Ana. (Orgs.). **Língua, Escola e Mídia**: en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias. Passo Fundo: UPF, 2011.

SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (Orgs.) **Língua e Cidadania**: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

SILVA SOBRINHO, José Simão da. Acordo Ortográfico e a Unidade Imaginária da Língua Portuguesa. **Revista do Gel**, v. 6, n. 2, 2009, p. 232-242. Disponível em: <<https://revistadogel.gel.org.br/rg/article/view/104/83>>. Acesso em: 02 Out. 2017.

SIVERIS, Daiane. **Língua, Sujeito e História**: implicações da noção de função-autor na produção dicionarística de Caldas Aulete. 2012. 131f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2012.

SOUZA, Nelson Rosário de. A Esquerda Militante: entre o Engajamento Pastoral e os Revides Locais. In: **Revista de Sociologia e Política**, n. 12. Jun. 1999, p. 131-146.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de; MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Reformas Ortográficas ou Acordos Políticos? In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. (Orgs.) **Língua e Cidadania**: o Português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues. **Desenhando a Revolução**: a luta de imagens na imprensa comunista (1945-1964). 2009. 284f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

WELKER, Herbert Andreas. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. 2 ed. Brasília: Thesaurus, 2004.

ZANDWAIS, Ana. Subjetividade, sentido e linguagem: desconstruindo o mito da homogeneidade da língua. In: ZANDWAIS, Ana. (Orgs.). **História das Ideias**: diálogos entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo: UPF, 2012.

ANEXOS

Anexo 1 - Projeto da Editora Lexikon 2006

LEXIKON

O Projeto Caldas Aulete desenvolvido pela Lexikon traz duas grandes inovações: a recriação de um dos mais tradicionais e respeitados registros da língua portuguesa e a reinvenção do próprio conceito de dicionário.

Originalmente editado no fim do século XIX, o Caldas Aulete é até hoje um dos mais preciosos bancos de dados da língua portuguesa. A Lexikon Editora Digital está trabalhando para atualizar o conteúdo da obra, que teve sua última edição no Brasil na década de 80.

Atualizar o Caldas Aulete significa dar vida nova a uma obra reconhecida por especialistas como um dicionário fundamental, incorporando as mais recentes acepções e os mais modernos conceitos de funcionalidade e praticidade que uma obra de consulta deve ter. É, enfim, reinventar o dicionário.

Em 2004 começamos a mostrar os primeiros resultados desse trabalho, com o lançamento da versão míni do Dicionário Caldas Aulete, que logo foi considerado um dos melhores se não o melhor dos minidicionários da língua portuguesa, conforme o testemunho por escrito de seus usuários, dos especialistas em língua portuguesa e do Ministério da Educação que adquiriu centenas de milhares de exemplares para distribuir em salas de aula de ensino fundamental nas escolas públicas.

Mas a Lexikon Editora Digital, que sempre inovou no campo dos dicionários, quer mais. Quer mudar o conceito de dicionário.

O novo Caldas Aulete não nasceu para ser apenas um livro na estante. Foi criado para interagir com os usuários da língua, para compartilhar e democratizar o conhecimento. Nasceu para ser uma obra aberta, viva, mudando e crescendo junto com a língua, e com isso tornar-se o maior banco de dados do idioma.

À tradição do nome Caldas Aulete foi somada a tecnologia dos nossos tempos para levar o dicionário à rede mundial de computadores. O primeiro passo foi dado no final de 2006. Além da versão míni disponível nas livrarias, o Caldas Aulete chega à internet em sua primeira versão, para cuja correção e ampliação todos os usuários da língua portuguesa vão poder colaborar.

O Caldas Aulete poderá ser instalado nos computadores de todos os usuários da internet. Um dicionário on-line, que oferecerá o maior banco de dados da língua portuguesa, permanentemente atualizado.

O projeto Caldas Aulete digital

O que é a primeira versão do Aulete Digital?

Esta primeira versão, agora disponível na internet, com acesso gratuito e aberto a todos, é na verdade uma versão ainda em fase de revisão final, para a qual seus usuários poderão contribuir. Constitui-se, na verdade, de dois módulos que correspondem a dois dicionários distintos, num processo dinâmico de interação e crescimento:

1) o tradicional e respeitadíssimo Dicionário Caldas Aulete em sua versão original, atualizada para o Brasil até a década de 1980, com mais de 200 mil verbetes (os verbetes desse módulo são identificados com o registro de ‘verbe original’ na barra de ferramentas);

2) os 86 mil verbetes atualizados para o universo léxico contemporâneo, ainda em fase de ampliação e de correção, inclusive com a colaboração dos usuários. Este segundo módulo estará em permanente atualização, à medida que for corrigido, ampliado, acrescido de novos verbetes e/ou novos significados e informações, e essas atualizações irão sendo incorporadas ao dicionário em seu servidor de internet, de modo que uma nova palavra, um novo significado, uma nova informação, uma correção de erro ou de omissão, estarão

automaticamente disponíveis. Este é o conceito revolucionário de um dicionário de crescimento infinito, sempre atualizado, sempre em interação com o uso da língua.

A colaboração aberta ao público permitirá, após as devidas e necessárias filtragem e edição lexicográfica, que o acervo de palavras contemplado se confunda com o universo da língua tal como verdadeiramente usada em todos os níveis, lugares e épocas, a partir de seu uso, e de seus usuários. Para dar início a essa colaboração dos usuários da língua em tempo real, o *Caldas Aulete* terá, em seu primeiro momento, como parceiros na construção do corpus da língua portuguesa o jornal *O Estado de São Paulo* e a Rede Globo de Televisão, instituições que têm na língua seu instrumento de comunicação, e que representam um universo de seu uso real em praticamente todos os setores da vida contemporânea, no Brasil e no mundo.

Na tela do *Caldas Aulete* digital, além de todas as funções de acesso e de obtenção de informação (conjugação de verbos, obtenção de palavras começadas, terminadas ou que têm no meio certo grupo de letras, notas, pesquisa reversa, pesquisa full text, sinônimos, obtenção de abonações por autor, de verbetes por rubrica, e muito mais), o usuário poderá consultar, a partir do verbete atualizado, o verbete original, e vice-versa.

Você faz a língua portuguesa

Uma língua não é construída por lexicógrafos, filólogos ou gramáticos. Eles a registram e sistematizam, mas quem a faz, sobretudo, é quem a usa no cotidiano, falando, escrevendo, lendo, cantando etc.

Para a primeira versão do dicionário, disponibilizada em fins de 2006 e em fase de revisão final, você pode colaborar apontando erros e/ou omissões. E a qualquer tempo, agora ou no futuro, você pode contribuir para a ampliação dos registros de nossa língua, ajudando a criar um dicionário mais completo, cada vez que perceber o uso de um novo significado para palavra já existente, um neologismo, um aportuguesamento de palavras originárias de outros idiomas etc.

Com esse objetivo, o *Caldas Aulete* se propõe a ser uma obra aberta, que muda e cresce junto com a língua, ao registrar os falares do campo, das cidades, das ruas e das oficinas, de Norte a Sul, ou Leste a Oeste, em todos os continentes onde se fala o português.

Não é tarefa fácil. Mas é, certamente, um desafio que pode ser vencido com a sua colaboração, independentemente de sua profissão, posição social ou lugar onde vive. Ajude a enriquecer o registro da língua portuguesa mandando para nós uma nova definição de uma palavra conhecida, ou mesmo um vocábulo ou expressão que nunca antes tenha sido registrado em dicionário.

Juntos, nós faremos do *Caldas Aulete* o mais abrangente e atualizado acervo da língua portuguesa.

Quer ser um Colaborador?

A língua portuguesa – como qualquer outra – é um organismo vivo, em constante mutação. Enquanto novas palavras são incorporadas ao uso geral, outras caem em desuso. Como conciliar essa dinâmica da língua com a rigidez dos dicionários?

Numa experiência pioneira no Brasil, o *Aulete Digital* convida cada usuário a ser um co-autor da obra, contribuindo para a ampliação dos registros de nossa língua. Cada contribuição ajudará a criar um dicionário mais completo, cada vez que for notado o uso de uma nova palavra ou um novo significado para palavra já existente, um neologismo ou o aportuguesamento de palavras originárias de outros idiomas. Além disso, como o dicionário

está em construção e em processo de revisão, o usuário poderá sugerir tanto correções de eventuais erros como melhoras nas funções do software.

O dicionário entra, assim, na era da colaboração em massa, refletindo uma tendência global de cooperação em larga escala através de comunidades virtuais. Juntos, nós faremos do *Caldas Aulete* o mais abrangente e atualizado acervo da língua portuguesa. Afinal de contas, quem faz a língua portuguesa são os milhões de pessoas que a usam no cotidiano, falando, escrevendo, lendo, cantando. Quem faz a língua portuguesa é você!

Como Colaborar

Tendo se cadastrado no *site* da *Lexikon Editora Digital* e aceito o contrato relativo a essa contribuição, envie sua contribuição abrindo a ficha de colaboração e preenchendo-a com seus dados e as seguintes informações relativas ao vocábulo, termo ou expressão:

- vocábulo, termo ou expressão;
- correção de erro ou proposta de melhora no software;
- significado, tal como compreendido pelo colaborador;

Neste último caso, menção da fonte escrita (caso não tenha como documentar o significado sugerido com fonte escrita, mencione no campo de citação desse significado exatamente onde e como ele chegou a seu conhecimento.) onde aparece o vocábulo, termo ou expressão com tal significado (título [jornal, livro, revista, canção etc.], editora [se for livro], edição ou data do jornal, autor, se for o caso).

Escaneie essa referência escrita e acrescente à ficha de colaboração ou envie pelo fax (21) 3212-2624 o texto comprobatório do uso do vocábulo, termo ou expressão, obtido na fonte escrita mencionada no item 2.c., acompanhado da identificação do colaborador (nome completo, endereço, [telefone e e-mail]) e, de novo, da citação da fonte.

A Lexikon Editora Digital não se obriga a aceitar colaboração enviada, e seu aproveitamento depende da análise e decisão dos lexicógrafos do *Caldas Aulete*.

O *Caldas Aulete* incluirá, em cada edição, a lista dos colaboradores cuja contribuição foi aceita e incorporada no dicionário.

Colabore

Remete ao site http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_coletivo

Quer ser um patrocinador?

Com o Aulete Digital, pela primeira vez no Brasil um dicionário interage de forma permanente com os usuários da língua, compartilhando e democratizando o conhecimento de todos. É uma obra aberta, viva, que muda e cresce junto com a língua, e por isso tem a ambição de se transformar no maior e mais atual banco de dados do nosso idioma.

À tradição do nome Caldas Aulete foi somada a tecnologia da Internet para levar o dicionário à rede mundial de computadores. Milhões de usuários já podem instalar gratuitamente o Aulete Digital em seus computadores e acessá-lo cotidianamente.

Para que este sonho se materialize e se aperfeiçoe cada vez mais, a Lexikon traz outra inovação ao mercado de dicionários no Brasil: o patrocínio de verbetes ou *link* patrocinado. Empresas que acreditam na importância de valorizar a nossa língua e democratizar o conhecimento, podem associar sua imagem às entradas (palavras) do dicionário relacionadas com seus serviços e produtos. Além de contribuir para a difusão do saber, estes patrocinadores levarão sua marca a milhões de usuários, em todo o Brasil e no mundo.

Para adotar e patrocinar uma ou mais palavras, comunique-se com a Lexikon Editora Digital pelos telefones (5521) 3212-2600 ou pelo e-mail adoteumapalavra@lexikon.com.br

Lei Rouanet

Concebida em 1991 para incentivar investimentos culturais, a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), ou Lei Rouanet, como também é conhecida, poder ser usada por empresas e pessoas físicas que desejam financiar projetos culturais.

Ela institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que é formado por três mecanismos: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), o Incentivo Fiscal (Mecenato) e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart).

O FNC destina recursos a projetos culturais por meio de empréstimos reembolsáveis ou cessão a fundo perdido. O Programa de Difusão e Intercâmbio Artístico e Cultural, que viabiliza o repasse de recursos para a compra de passagens para a participação de eventos de natureza cultural a serem realizados no Brasil ou no exterior, também utiliza recursos deste Fundo.

Já o mecanismo de Incentivo Fiscal, mais conhecido como Mecenato, viabiliza benefícios fiscais para investidores que apoiam projetos culturais sob forma de doação ou patrocínio. Empresas e pessoas físicas podem utilizar a isenção em até 100% do valor no imposto de Renda e investir em projetos culturais. Além da isenção fiscal, elas investem também em sua imagem institucional e em sua marca.

A Lei também autorizada a constituição de Fundos de Investimento Cultural e Artístico - FICART, sob a forma de condomínio, sem personalidade jurídica, caracterizando comunhão de recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos.

[Clique aqui e veja o vídeo de Gilberto Gil](#)

Fonte: *Ministério da Cultura*

Download

Remete ao site <http://www.auletedigital.com.br/download.html>

Incentivo:



Anexo 2 - Projeto da Editora Lexikon 2014

O Projeto Caldas Aulete desenvolvido pela Lexikon traz duas grandes inovações: a recriação de um dos mais tradicionais e respeitados registros da língua portuguesa e a reinvenção do próprio conceito de dicionário.

Originalmente editado no fim do século XIX, o Caldas Aulete é até hoje um dos mais preciosos bancos de dados da língua portuguesa. A Lexikon editora digital trabalha continuamente para atualizar e ampliar o conteúdo da obra. Atualizar e ampliar o Caldas Aulete significa dar vida nova a uma obra reconhecida por especialistas como um dicionário fundamental: a) no aspecto lexicográfico, incorporando as mais recentes acepções e os mais modernos conceitos e terminologias, à medida que a língua viva os cria em todos os setores e nichos de uso; b) no aspecto da evolução da tecnologia da informação, incrementando a funcionalidade e a praticidade que uma obra de consulta deve ter e estendendo-a a todas as plataformas e sistemas hoje disponíveis. É, enfim, reinventar o dicionário.

Em 2004 começamos a mostrar os primeiros resultados desse trabalho, com o lançamento da versão míni do Dicionário Caldas Aulete, que logo foi considerado um dos melhores, se não o melhor, dos minidicionários da língua portuguesa, conforme o testemunho por escrito de seus usuários, dos especialistas em língua portuguesa e do Ministério da Educação, que adquiriu centenas de milhares de exemplares para distribuir em salas de aula de ensino fundamental nas escolas públicas.

Mas a Lexikon editora digital, que sempre inovou no campo dos dicionários, quer mais. Quer mudar o conceito de dicionário.

O novo Caldas Aulete não nasceu para ser apenas um livro na estante. Foi criado para interagir com os usuários da língua, para compartilhar e democratizar o conhecimento. Nasceu para ser uma obra aberta, viva, mudando e crescendo junto com a língua, e com isso tornar-se o maior banco de dados do idioma.

À tradição do nome Caldas Aulete foi somada a tecnologia dos nossos tempos para levar o dicionário à rede mundial de computadores. O primeiro passo foi dado no final de 2006. Além da versão míni disponível nas livrarias, o Caldas Aulete chegou à internet em agosto de 2007, em sua primeira versão, para cuja correção e ampliação todos os usuários da língua portuguesa podem e vão poder colaborar.

Em outubro de 2008 foi lançada a primeira versão web do Aulete, o idicionário Aulete, com o mesmo conteúdo de verbetes, mas com acesso livre na internet, sem download, sem executável. Em 2010 o Aulete chegou aos smartphones, em 2014 a aplicativos para dispositivos móveis. Ainda em 2014 a Lexikon estende sua plataforma de referência digital integrando o Aulete numa verdadeira rede de informação linguística: dicionário léxico; dicionário analógico, ou Thesaurus; gramática da língua portuguesa. E muito mais vem por aí.

O que é esta versão do Aulete digital

O estuário da língua portuguesa

Esta versão, agora disponível na internet e em aplicativos para dispositivos móveis, é na verdade um grande portal da língua portuguesa, que neste primeiro momento disponibiliza três grandes conteúdos: o dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa, o Dicionário analógico (Thesaurus) de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, e uma Gramática básica da língua portuguesa de Celso Cunha, organizada por Cilene da Cunha Pereira. Os três conteúdos, interativamente, cobrem o que é mais essencial no conhecimento e no uso da língua portuguesa: no Aulete, os significados das palavras (para saber o que quer dizer uma palavra que se conhece); no Analógico, simetricamente, as opções de palavras para um significado que se conhece, permitindo achar a palavra exata para o que se quer dizer; na

Gramática, a compreensão de como se usam e estruturam as palavras para expressar correta e coerentemente as ideias que se quer transmitir.

A esses três conteúdos juntar-se-ão brevemente novos acervos (dicionários etimológicos, dicionários especializados sobre vários assuntos, dicionários de locuções, etc.), formando um verdadeiro estuário da língua. Estuário, segundo o Aulete, é “Lugar para onde convergem grande quantidade de coisas (fatos, palavras, informações, ideias etc.)”.

Dicionário Aulete

É um dicionário em construção, atualização e correção permanentes, para o qual seus usuários poderão contribuir. Constitui-se, na verdade, de dois módulos que correspondem a dois dicionários distintos, num processo dinâmico de interação e crescimento:

1. O tradicional e respeitadíssimo Dicionário Caldas Aulete em sua versão original, atualizada para o Brasil até a década de 1980, com mais de 200 mil verbetes (os verbetes desse módulo são identificados com o registro de ‘verbeta original’);

2. Módulo ‘atualizado’, com 85 mil verbetes com nova e moderna estrutura e visualização, com exemplos e abonações, sinônimos, locuções, informações gramaticais, etimologia, contextualizações (regionalismos, usos, rubricas). Os 85 mil verbetes atualizados para o universo léxico contemporâneo, e os verbetes novos (novas palavras e novos significados para palavras existentes) continuam em constante ampliação e atualização, inclusive com a colaboração dos usuários. À medida que se incorporam novos verbetes e/ou novos significados e informações, eles irão sendo acrescentados ao dicionário em seu servidor de internet, de modo que uma nova palavra, um novo significado, uma nova informação, uma correção estarão automaticamente disponíveis. Este é o conceito revolucionário de um dicionário de crescimento infinito, sempre atualizado, sempre em interação com o uso da língua.

A colaboração aberta ao público permitirá, após as devidas e necessárias filtragem e edição lexicográfica, que o acervo de palavras contemplado se aproxime cada vez mais do universo da língua tal como verdadeiramente usada em todos os níveis, lugares e épocas, a partir de seu uso, e de seus usuários.

Na tela do Aulete digital, o usuário poderá consultar, a partir do verbete atualizado, o verbete original, e vice-versa. Poderá consultar o Dicionário analógico a partir de uma palavra do Aulete ou entrar diretamente no Analógico. Poderá entrar na Gramática básica e consultar qualquer capítulo ou subcapítulo. Poderá cadastrar-se para ser um colaborador, enviar sugestões e correções, participar de um fórum de discussão de palavras e significados etc.. E poderá constar na lista pública de colaboradores do que já é o maior dicionário vivo da língua portuguesa.

Dicionário analógico

A partir da consulta de uma palavra no Aulete digital, ou por consulta direta de uma palavra no módulo do Analógico digital, se essa palavra for um dos mais de 100 mil análogos referidos no Analógico, é mostrada uma ‘estrela’ na qual essa palavra fica no centro, cercada por todos os ‘verbetes’ do Analógico que contenham essa palavra. Com isso forma-se uma verdadeira rede de informação linguística. Ao se clicar em qualquer das palavras da ‘estrela’, abre-se o verbete correspondente no Analógico, com dezenas de análogos, que são palavras com proximidade semântica à palavra inicial. Quando a consulta é feita a partir de uma busca no Aulete digital, temos na tela, juntos e à vista do consulente, toda a abrangência que um signo linguístico - ou seja, uma palavra - pode suscitar: no lado esquerdo, todos os seus significados, exemplos de uso, locuções (quando houver), informando o que quer dizer uma

palavra que conhecemos. No lado direito, toda a rede de acesso a outras palavras análogas àquela, em diferentes contextos, informando todo um mundo de possibilidades de outras palavras para um significado que conhecemos. O dicionário léxico e o analógico completam-se reciprocamente, são simétricos que compõem tudo que se precisa saber sobre as palavras da língua portuguesa.

Gramática básica

Para completar o tripé fundamental do conhecimento e bom uso da língua portuguesa, a Gramática básica ensina a compreender como as palavras exercem funções na linguagem, como se estruturam em frases para informar, comunicar e expressar ideias, como variam e se flexionam, como melhor e mais claramente devem ser usadas em vários contextos e expressividades. Basta escolher no sumário um capítulo, um subcapítulo, e clicar nele. Portanto, aí está a gramática da língua portuguesa à distância de um clique.

Anexo 3 - Termo de Uso

Antes de começar a usar o dicionário, você precisa ler e concordar com os termos, condições e políticas de uso, incluindo futuras emendas, retificações e alterações (coletivamente “Aceitação dos Termos de Uso”).

Embora possamos tentar avisar quando mudanças significativas forem feitas nesses Termos de Uso, você deve periodicamente revisar a última versão publicada nesta página. A Lexikon pode, de acordo com sua própria conveniência, modificar ou revisar esses “Termos de Uso” a qualquer momento e você concorda em aderir a essas modificações ou revisões. Se você não aceita continuar vinculado a essas condições, você não deve continuar a usar o iDicionário Aulete em sua versão Internet. Nada nesses “Termos de Uso” deve ser interpretado no sentido de conferir a terceiros qualquer direito ou benefício.

Respeito aos direitos autorais

Respeite os direitos dos artistas e autores. O conteúdo veiculado na internet, como músicas, fotos e vídeos, pode estar protegido por direitos autorais. As pessoas mencionadas no conteúdo podem ter direito a controlar o uso de suas imagens. Você não deve compartilhar o conteúdo de outras pessoas, a não ser que possua os direitos ou tenha permissão do proprietário.

1. ACEITAÇÃO DOS TERMOS DE USO

1.1 A Lexikon Informática Ltda. ("Lexikon") fornece a você ("Usuário"), sujeito aos Termos de Uso abaixo, que podem ser modificados a qualquer momento, serviços de **CONSULTA GRATUITA** ao Dicionário CALDAS AULETE via Internet (“Serviço”).

1.2 O Serviço pode ser modificado ou extinto a qualquer momento. Em qualquer hipótese de modificação ou extinção do Serviço, o Usuário será devidamente informado deste ato quando do acesso ao site de consulta do Dicionário CALDAS AULETE.

1.3 Após clicar abaixo o botão "Eu Aceito", o Usuário declara que leu e concordou expressamente com a versão mais recente dos Termos de Uso, fato este que vinculará automaticamente o Usuário às regras aqui contidas.

2. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

2.1 O Usuário está ciente e concorda que o Serviço é fornecido **NO ESTADO**, ou seja, na forma como se encontra disponibilizado e **SEM QUALQUER TIPO DE GARANTIA**.

2.2 O Serviço será disponibilizado para o Usuário através do acesso ao Site Internet www.auletedigital.com.br

2.3 O Usuário fica desde logo informado e concorda que, por motivos alheios à vontade da LEXIKON, bem como em virtude da manutenção dos servidores, o Serviço poderá não estar disponível para a consulta do Usuário a todo o momento.

2.4 Atualmente, a LEXIKON não cobra o Usuário pelo Serviço. Todavia, no futuro, o Serviço poderá vir a ser cobrado. Se isso acontecer, o usuário será avisado e terá opção de continuar a usar o serviço mediante pagamento ou deixar de usá-lo.

2.5 A LEXIKON NÃO SE OBRIGA A FORNECER NENHUMA ASSISTÊNCIA, NEM QUALQUER TIPO DE SUPORTE TÉCNICO COM RELAÇÃO AO SERVIÇO.

3. OBRIGAÇÕES DE REGISTRO DO USUÁRIO

3.1 Com vistas à utilização do Serviço, de acordo com os termos deste Termo de Uso, o Usuário se obriga a fornecer, quando do seu registro, informações verdadeiras e atuais (“Informações do Usuário”). **A LEXIKON TERÁ O DIREITO DE SUSPENDER A UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO PELO USUÁRIO CASO VERIFIQUE, POR QUAISQUER MEIOS, QUE AS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO USUÁRIO SÃO FALSAS OU IRREAIS, INDEPENDENTEMENTE DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DO USUÁRIO.**

3.2 A LEXIKON poderá fornecer as Informações do Usuário para terceiros nos seguintes casos:

- por determinação Judicial;
- em atendimento a requerimento do Ministério Público ou Policial;
- para garantir a não violação de direitos de terceiros;
- para garantir a observância pelo Usuários deste Termo de Uso.

4. IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO

4.1 Na versão web, o usuário poderá ter acesso ao Serviço mesmo sem a utilização de mecanismo de senha/identificação, no entanto eles são necessários para oferecer contribuições e participar dos fóruns de discussão. A correta utilização deste mecanismo será de inteira e exclusiva responsabilidade do Usuário. O Usuário está ciente de que a senha de acesso ao Serviço é pessoal e intransferível, sendo certo que o Usuário se obriga a avisar a LEXIKON imediatamente caso suspeite ou tenha conhecimento de que a sua senha esteja sendo utilizada por outrem.

4.2 EM HIPÓTESE ALGUMA A LEXIKON SERÁ RESPONSÁVEL PELA PERDA DA SENHA OU UTILIZAÇÃO DESTA POR OUTREM.

5. DIREITO AUTORAL

5.1 O Usuário reconhece e concorda que todo o conteúdo do Dicionário Caldas Aulete é protegido pela Lei de Direito Autoral (Lei 9.610/98), bem como tratados internacionais aplicáveis a matéria. Nesse sentido, o Usuário se compromete a respeitar tais direitos, bem como se obriga a utilizar o Serviço apenas para fins de consulta particular, **SENDO EXPRESSAMENTE VEDADA A UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO PARA QUAISQUER OUTROS FINS, INCLUSIVE COMERCIAIS, SEM PRÉVIA E EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DA LEXIKON.**

5.2 As sugestões oferecidas, sejam ou não sejam aproveitadas na base principal, não geram nenhum tipo de direito autoral ou remuneração para o colaborador.

6. INDENIZAÇÃO

6.1 O Usuário concorda em indenizar a LEXIKON de qualquer dano que esta venha a sofrer como consequência de culpa ou dolo do Usuário na utilização irregular ou ilegal do Serviço.

7. PRAZO

7.1 O Serviço estará disponível para o Usuário por prazo indeterminado, sendo certo que a LEXIKON poderá, à sua livre discricão, determinar o término do Serviço independentemente de qualquer tipo de comunicação prévia ao Usuário.

8. ANUNCIANTES

8.1 O Usuário concorda e reconhece que a LEXIKON disponibiliza para o Usuário tão somente o Serviço discriminado neste Termo de Uso. Assim sendo, a correspondência, negociação ou participação do Usuário em promoções veiculadas por anunciantes, presentes no Site onde é acessado o Serviço, incluindo pagamento ou entrega de bens e serviços, condições, garantias e apresentações associadas a tal negociação, ocorrem exclusivamente, por conta e responsabilidade do Usuário e do anunciante. O Usuário concorda que o LEXIKON não é responsável por quaisquer prejuízos originários da falha ou falta de qualquer serviço/produto disponibilizado pelos anunciantes.

9. LINKS

9.1 O USUÁRIO RECONHECE E CONCORDA QUE A LEXIKON NÃO SERÁ RESPONSÁVEL, PELO CONTEÚDO, PROPAGANDA, PRODUTOS, SERVIÇOS OU OUTROS MATERIAIS CONTIDOS OU DISPONIBILIZADOS ATRAVÉS DE LINKS CONTIDOS NO SITE ONDE O SERVIÇO ESTÁ SENDO DISPONIBILIZADO.

10. GARANTIA LIMITADA

10.1 O USUÁRIO DECLARA CIÊNCIA E CONCORDA QUE O SERVIÇO ORA OFERECIDO É DISPONIBILIZADO GRATUITAMENTE, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA E, POR ISSO, SEM QUALQUER TIPO DE GARANTIA PARA O USUÁRIO.

11. LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

11.1 Ressalvada a hipótese de violação de direito autoral, em nenhuma outra hipótese quaisquer das Partes será responsável pelo pagamento de lucros cessantes ou danos indiretos.

11.2 Tendo em vista que o Serviço é prestado em regime GRATUITO, a LEXIKON não poderá ser responsabilizada por qualquer falha ou não funcionamento do Serviço.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O presente instrumento, seus Anexos e aditivos constituem-se nos únicos documentos reguladores das relações contratuais, revogando-se expressamente todo e qualquer contrato anteriormente existente entre as partes, que trate do mesmo objeto aqui especificado. Em caso de contradição entre as disposições deste instrumento e seus Anexos, prevalecerão os termos do presente Instrumento sobre os Anexos ou quaisquer outros documentos.

12.2. A não exigência, por qualquer uma das partes, do cumprimento de qualquer cláusula ou condição estabelecida, será considerada mera tolerância, não implicando na sua novação, e tão pouco na abdicação do direito de exigi-la no futuro, não afetando a validade deste instrumento e quaisquer de suas condições.

12.3. Na hipótese de qualquer uma das disposições deste contrato vir a ser considerada contrária à lei brasileira, por qualquer autoridade governamental ou decisão judicial, as demais disposições não afetadas continuarão em vigor e as partes deverão alterar este instrumento de forma a adequá-lo a tal lei ou à decisão judicial.

12.4. Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, inciso II do Código de Processo Civil.

12.5 O Usuário autoriza que a LEXIKON utilize recursos, tais como, mas não se limitando, "cookies", a fim de oferecer um Serviço melhor e mais personalizado.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir eventuais dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente Contrato, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.